UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA FÍSICA

BERENICE BLEY RIBEIRO BONFIM

A Geografia na Formação do Profissional em Turismo

São Paulo
2007

BERENICE BLEY RIBEIRO BONFIM

A Geografia na Formação do Profissional em Turismo

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Física, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo para obtenção do grau de Doutor em Geografia.

Área de Concentração: Geografia Física.
Orientador: Prof. Dr. José Bueno Conti.

São Paulo

2007

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

B713

Bonfim, Berenice Bley Ribeiro
A Geografia na formação do profissional de Turismo / Berenice Bley Ribeiro Bonfim ; orientador José Bueno Conti. -- São Paulo, 2007.
274 f. : il.

Tese (Doutorado -- Programa de Pós-Graduação em Geografia Física. Área de concentração: Geografia Física) -- Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

1. Geografia turística (Teoria; Metodologia). 2. Turismo – Cursos (Paraná; Brasil). 3. Políticas públicas. 4. Profissionais de Turismo (Formação) – Brasil. 5. Turismo litorâneo (Estudo de caso) – Paraná, Brasil. I. Título.

21ª. CDD 338.9741

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Relatório de Defesa

Relatório de defesa pública de Tese do(a) Senhor(a) Berenice Bley Ribeiro Bonfim no Programa: Geografia (Geografia Física), do(a) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Aos 23 dias do mês de abril de 2007, no(a) Sala de Eventos realizou-se a Defesa da Tese do(a) Senhor(a) Berenice Bley Ribeiro Bonfim, apresentada para a obtenção do título de Doutor em Ciências - Área: Geografia Física, intitulada:

"A geografia na formação do profissional em turismo: discussão sobre uma proposta teórico-metodológica para a região litorânea do Paraná"

Após declarada aberta a sessão, o(a) Sr(a) Presidente passa a palavra aos examinadores para as devidas argüições que se desenvolvem nos termos regimentais. Em seguida, a Comissão Julgadora proclama o resultado:

Nome dos Participantes da Banca	Vínculo do Docente	Sigla da Unidade	Resultado
Jose Bueno Conti	Presidente	FFLCH - USP	Aprovado
Ana Maria Marques Camargo Marangoni	Titular	FFLCH - USP	Aprovado
Marco Aurélio Tarlombani da Silveira	Titular	UFPR - Externo	Aprovado
Sonia Maria Vanzella Castellar	Titular	FE - USP	Aprovado
Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano	Titular	UECe - Externo	Aprovado

Resultado Final: Aprovado

Parecer da Comissão Julgadora *

A banca aprova o trabalho apresentado recomendando que a candidata incorpore as contribuições oferecidas pela comissão examinadora, para a divulgação.

Comentários da Defesa (opcional)

Eu, Regina Celi Sant Ana _____, Chefe Administrativo, lavrei a presente ata, que assino juntamente com os(as) Senhores(as). São Paulo, aos 23 dias do mês de abril de 2007.

Ana Maria Marques Camargo Marangoni

Marco Aurélio Tarlombani da Silveira

Sonia Maria Vanzella Castellar

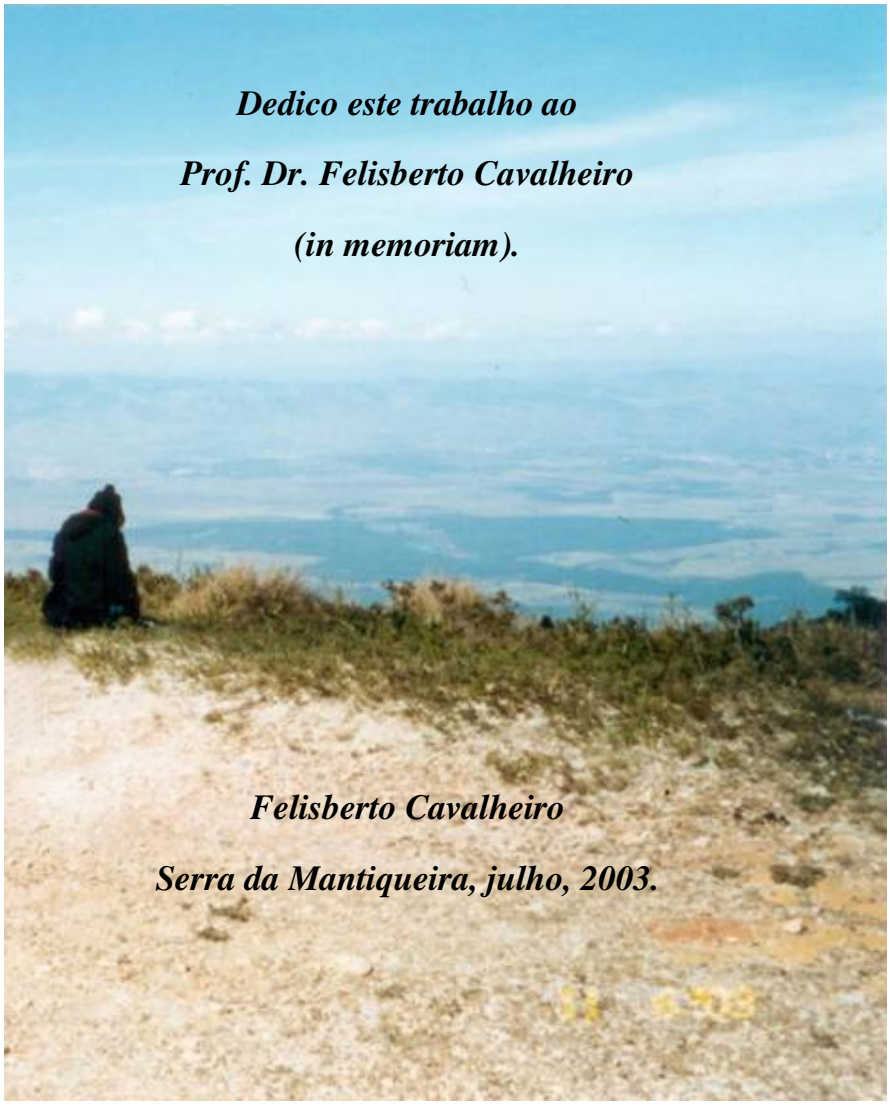
Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano

Jose Bueno Conti
Orientador(a)

Presidente da C.P.G.

* Obs: Se o candidato for reprovado por algum dos membros, o preenchimento do parecer é obrigatório.

Nos termos do artigo 110, do RG-USP, encaminhe-se o presente relatório à CPG, para homologação.


Dedico este trabalho ao
Prof. Dr. Felisberto Cavalheiro
(in memoriam).
Felisberto Cavalheiro
Serra da Mantiqueira, julho, 2003.

AGRADECIMENTOS

Esta tese foi possível graças à colaboração e ao apoio de muitas pessoas e instituições. Quero registrar meu agradecimento e gratidão:

Ao Prof. Dr. José Bueno Conti, pelas orientações, discussões e pelo incentivo; por sua paciência e confiança, tornando possível a realização deste trabalho.

A duas pessoas especiais em profissionalismo e dedicação ao conhecimento, por terem sempre me incentivado na realização deste trabalho: meu filho, o advogado Alexandre Bley Ribeiro Bonfim, e o amigo e Coordenador do Curso de Turismo do Unicenp, o Prof. Dr. Dario Paixão.

Às amigas, consultoras e colaboradoras, Eliane Ferretti, Gilce Battistuz, Maria do Carmo Brandão Rolim, pelas proveitosas conversas, discussões, pelo apoio, incentivo e pela amizade que me concederam ao longo dos meses de trabalho.

A Helissa Nascimento, aluna do Curso de Turismo do Centro Universitário Positivo, pela participação e dedicação à pesquisa.

À amiga Elizabeth Gislaine Lopes, pelo eficiente trabalho de edição dos mapas.

Aos alunos da Graduação, pelo incentivo, pela confiança e pela amizade.

Às equipes da Secretaria de Turismo, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e aos representantes dos municípios litorâneos, que possibilitaram minha participação nas reuniões realizadas durante o segundo semestre de 2006.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

“O turismo é um processo que interessa à sociedade, à natureza, e, por essa razão, está vinculado de forma muito estreita aos objetivos da Geografia enquanto ciência que se propõe a interpretar os arranjos espaciais da superfície terrestre e a decodificar toda a complexidade de seu dinamismo”.

José Bueno Conti

RESUMO

BONFIM, B. B. R. A geografia na formação do profissional em turismo. 2007. 274 f. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

Este trabalho teve como objetivo analisar as dificuldades teórico-metodológicas constatadas na disciplina de Geografia do Turismo. Apresenta informações obtidas em pesquisas bibliográficas e pesquisas de campo. Constituem a pesquisa bibliográfica enfoques teórico-metodológicos de diferentes estudiosos do assunto, o histórico do curso de Turismo no Brasil e no Paraná e as políticas públicas relativas ao turismo. Para as pesquisas de campo optou-se pela preparação de seis diferentes questionários, que foram aplicados em três momentos específicos: no primeiro momento, a alunos do primeiro ano do curso de Turismo do Centro Universitário Positivo; no segundo momento, a coordenadores, professores e alunos de cursos de Turismo do Paraná, por ocasião do I Encontro Paranaense de Hotelaria e Turismo em Campo Mourão em 2006. Antes do terceiro momento, foram entrevistados três docentes formados em Geografia e doutores em Turismo. A partir das entrevistas procedeu-se ao terceiro momento com a aplicação de questionário a docentes e alunos de cursos de Turismo de quatro faculdades de Curitiba. Os resultados mostraram que a disciplina de Geografia do Turismo se apresenta ainda nebulosa tanto em termos de proposta curricular quanto em termos de conteúdos, conceitos, competências e habilidades. Por meio de um estudo de caso sobre a Região Litorânea do Paraná, apresentam-se categorias e conceitos geográficos, considerados de fundamental importância para o futuro profissional em Turismo.

Palavras-chave: Geografia. Turismo. Categorias e conceitos geográficos.

ABSTRACT

BONFIM, B. B. R. The geography in the training of the professional in tourism. 2007. 274 f. Tese (Ph.D.). Faculty of Philosophy, Letters and Human Sciences, University of Sao Paulo, Sao Paulo, 1995.

This work had as objective to analyze the theoretical and methodological problems found in the discipline of geography Tourism. It presents information obtained in bibliographic and field searches. It builds a bibliographic search in focus of the methodological approaches from various scholars of the subject, the history of the course of tourism in Brazil and in the state of Paraná and the public policies relating to tourism. For searches of field opted for the preparation of six different questionnaires, have been applied in three specific moments: at first the students of the first year of the course of Tourism of the University Center Positive. At the second, the coordinators, teachers and students of courses of Tourism of Parana, at the First Meeting of Hotel and Tourism Paranaense in Campo Mourão in 2006. Before the third time, three teachers trained in Geography and doctors in Tourism were interviewed. By this interviews has been created the third time with the implementation of the questionnaire teachers and students of courses of Tourism of four faculties of Curitiba. The results showed that the discipline of geography Tourism presents itself still nebulous in terms of curriculum as well as in terms of content, concepts, skills and abilities. Through a case study on the region Litorânea of Parana the vital importance of categories and geographical concepts for the professional future in tourism is presented.

Keywords: Geography. Tourism. Categories and geographical concepts.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Transformação social e territorial..... 46

Figura 2 - Enfoque sistêmico 47

Figura 3 - Condições para o conforto humano: temperatura e umidade relativa 54

Figura 4 - Estudo da paisagem 57

Figura 5 - Tela da Mona Lisa 58

Figura 6 - Subdivisões em áreas de uma zona turística 68

Figura 7 - Rede urbana complexa – exemplo hipotético 69

Figura 8 - Cursos de Turismo no Paraná..... 103

Figura 9 - Região litorânea do Paraná..... 146

Figura 10 - Litoral do Paraná, visualizado por imagem de satélite..... 147

Figura 11 - Solo laterítico erodido..... 176

Figura 12 - Distribuição dos miseráveis nas regiões brasileiras..... 215

Figura 13 - Cobertura geográfica brasileira da distribuição da amostra..... 236

Figura 14 - Regiões turísticas definidas na oficina de planejamento..... 251

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Perfil comparativos dos alunos..... 125

Gráfico 2 - Comparativo do teste qui-quadrado..... 136

Gráfico 3 - Gráfico comparativo..... 137

Gráfico 4 - Paraná-distribuição do fluxo dos turistas no Estado/2005..... 138

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1 - Serra do Mar..... 143

Foto 2 - BR 277..... 147

Foto 3 - BR 277..... 147

Foto 4 - Estrada da Graciosa..... 148

Foto 5 - Estrada da Graciosa..... 148

Foto 6 - A Estrada de Ferro Curitiba–Paranaguá..... 149

Foto 7 - A Estrada de Ferro Curitiba–Paranaguá..... 149

Foto 8 - A Estrada de Ferro Curitiba - Paranaguá..... 149

Foto 9 - Vista da cidade e da baía de Antonina..... 151

Foto 10 - Setor histórico: arquitetura luso-brasileira..... 152

Foto 11 - Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar..... 152

Foto 12 - Pico do Paraná..... 153

Foto 13 - Exemplar arquitetônico do século XIX..... 156

Foto 14 - Igreja do Nosso Senhor Bom Jesus dos Perdões..... 157

Foto 15 - Vista Parcial de Guaraqueçaba 157

Foto 16 - Vista parcial do Salto Morato..... 158

Foto 17 - Vista parcial da baía de Guaratuba..... 159

Foto 18 - Vista parcial de Guaratuba..... 160

Foto 19 - Igreja Matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso – século XIX..... 160

Foto 20 - Morro do Brejatuba, conhecido como Morro do Cristo..... 161

Foto 21 - Vista parcial de Matinhos..... 162

Foto 22 - Igreja Matriz de São Pedro..... 163

Foto 23 - Vista parcial de Morretes..... 164

Foto 24 - Rio Nhundiaquara..... 165

Foto 25 - Produção de cachaça..... 165

Foto 26 - Barreado – prato típico..... 166

Foto 27 - Vista parcial de Paranaguá..... 168

Foto 28 - Vista da parte antiga da cidade..... 169

Foto 29 - Porto D. Pedro II. Terminal exportador de cereais..... 169

Foto 30 - Ilha dos Valadares..... 170

Foto 31 - Grupo de Romão Costa dança fandango em Paranaguá..... 172

Foto 32 - Ilha do Mel..... 173

Foto 33 - Vista parcial da praia de Pontal do Sul..... 174

Foto 34 - A economia do município está ligada à pesca e ao Turismo..... 174

Foto 35 - Vista parcial de Caiobá – Matinhos..... 179

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Localização no mapa dos nomes ou siglas dos estados que constituem a República Federativa do Brasil e Distrito Federal .. 105

Tabela 2 - Localização dos estados que fazem parte da região geoeconômica Centro-Sul 106

Tabela 3 - Opinião sobre as regiões geoeconômicas enquanto paisagens produzidas, organizadas e transformadas ao longo do tempo.... 106

Tabela 4 - Opinião sobre como obter o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 107

Tabela 5 - Critério utilizado pelo IBGE para a regionalização do Brasil 108

Tabela 6 - Escolaridade do professor entrevistado 111

Tabela 7 - Instituição em que trabalha..... 112

Tabela 8 - Importância da Geografia para o curso de Turismo 112

Tabela 9 - Informações sobre bacias hidrográficas brasileiras 113

Tabela 10 - Opinião sobre o que um profissional do Turismo precisa saber com relação à cartografia 113

Tabela 11 - Escolaridade dos alunos entrevistados..... 114

Tabela 12 - Instituição em que estuda 115

Tabela 13 - Importância da Geografia para o curso de Turismo..... 115

Tabela 14 - Principais componentes geográficos do Turismo..... 115

Tabela 15 - Opinião sobre as alternativas corretas a respeito do conceito de região vinculado ao Turismo 115

Tabela 16 - Leitura e interpretação de mapas..... 116

Tabela 17 - Opinião sobre as regiões brasileiras e os índices de miséria, a partir da visualização do mapa..... 116

Tabela 18 - Em quantas regiões o estado do Paraná está dividido 116

Tabela 19 - Considera a paisagem como resultado de uma combinação dinâmica de elementos físicos, biológicos e antrópicos, constituindo-se, portanto, em disciplina fundamental para os futuros turismólogos 117

Tabela 20 - Trata da dimensão socioespacial da prática social do Turismo... 117

Tabela 21 - Perfil básico do entrevistado 125

Tabela 22 - Conhecimento das regiões turísticas em que o Paraná se encontra dividido desde 2004 126

Tabela 23 - Capacidade de compreensão e análise de dados já tabulados. . 128

Tabela 24 - Compreensão do espaço turístico 129

Tabela 25 - Compreensão da cartografia 130

Tabela 26 - Capacidade de interpretação da legislação pertinente à geografia do Turismo 131

Tabela 27 - Conhecimento sobre as áreas geográficas com concentração de miseráveis 132

Tabela 28 - Conhecimento sobre os estados e suas capitais 133

Tabela 29 - Conhecimento sobre os estados e as respectivas capitais da região Sul 134

Tabela 30 - Conhecimento das razões das diferenças dos índices de miséria nas regiões Nordeste e Sul 135

Tabela 31 - Receita cambial gerada pelo Turismo por região 2001-2005 (milhões)..... 232

Tabela 32 - Principais países receptores de turistas 2001-2005 (milhões).... 232

Tabela 33 – Brasil – receita cambial gerada pelo turista..... 233

Tabela 34 - Dados do Atlas das necessidades habitacionais do Paraná..... 268

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Noções básicas para o estudo do espaço geográfico.....	75
Quadro 2 -	Temas correlatos para o Turismo.....	77
Quadro 3 -	Cursos superiores de Turismo criados a partir de 1970.....	84
Quadro 4 -	Instituições que ofertam o curso de Turismo no Paraná.....	102
Quadro 5 -	Temas sugeridos (1)	175
Quadro 6 -	Temas sugeridos (2)	182

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAV-PR	Associação Brasileira de Agências de Viagem do Paraná
ABBTUR	Associação Brasileira de Bacharéis e Estudantes de Turismo
ABDEH	Associação Brasileira de Dirigentes de Escola e Hotelaria
ABDETH	Associação Brasileira de Dirigentes de Escolas de Turismo e Hotelaria.
ABGTUR	Associação Brasileira de Guias de Turismo
ABIH	Associação Brasileira da Indústria Hoteleira
ABRAJET	Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo
ACG	Avaliação *in loco* dos Cursos de Graduação
AMUTUR	Associação de Municípios Turísticos do Paraná
APRATUR	Associação de Preservação Ambiental e Desenvolvimento do Turismo
BACEN	Banco Central do Brasil
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BRAZTOA	Associação Brasileira de Operadoras de Turismo
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Profissional de Nível Superior
CEATEL	Centro de Estudos de Administração em Turismo e Hotelaria
CEEAD	Comissão de Especialistas de Ensino de Administração
CEI	Faculdade Integrada de Campo Mourão
CEM	Centro de Estudos do Mar
CEETUR	Comissão de Especialistas de Ensino de Turismo
CEP	Código de Endereçamento Postal

CEPITUR	Centro de Pesquisas e Informações Turísticas
CES	Centro de Formação Superior
CESUMAR	Centro 17ormación17rio de Maringá
CET	Centro de Educação em Turismo e Hotelaria
CETUR	Centro de Estudos Turísticos
CEUMAR	Centro universitário de Maringá
CINTERFOR	Centro Interamericano para el Desarrollo del Conocimiento en la Formación Profesional
CNE	Conselho Nacional de Educação
COHAPAR	Companhia de Habitação do Paraná
CONFATHESP	Conselho das Faculdades de Turismo e Hotelaria do Estado de São Paulo
CONTUR	Congresso Nacional de Turismo
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
DEAES	Diretoria de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior
DEPES	Departamento de Política do Ensino Superior
ECA/USP	Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
ENTBL	Encontro Nacional de Turismo de Base Local
EMATER	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRATUR[1]	Empresa Brasileira de Turismo
EMBRATUR[2]	Instituto Brasileiro de Turismo
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENBETUR	Encontro Nacional de Bacharéis e Estudantes de Turismo
ETFMT	Escola Técnica Federal do Mato Grosso
FACH	Faculdade Helio Alonso

FACINTER	Faculdade Internacional de Curitiba
FAELIS	Faculdade Associação Educacional do Litoral Santista
FAFI	Faculdade Afirmativo.
FAJAR	Faculdade Jaguariaíva
FAMEC	Faculdade Metropolitana de Curitiba
FAPEP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Paraíba
FCAE	Faculdade Capital de Administração Estatística
FACCREI	Faculdade Cristo Rei
FACE	Fundação Faculdade Municipal de Administração e Ciências Econômicas de União da Vitória
FANORPIJAC	Faculdade do Norte Pioneiro de Jacarezinho
FAP	Faculdade de Apucarana
FASUL	Faculdade Sul Brasil
FECEA	Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana
FECILCAM	Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão
FIC	Faculdades Integradas Curitiba
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
GEA	Grupo de Estudos Ambientais
GERCO	Gerenciamento Costeiro
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IELATUR	Instituto de Estudos do Lazer e Turismo

IES	Instituto de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ISTS	Instituto Superior de Turismo Sustentável
ISULPAR	Instituto Superior do Litoral do Paraná
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LELATUR	Instituto de Estudos do Lazer e Turismo
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MET	Ministério do Esporte e Turismo
MICT	Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo
MPT	Município com Potencial Turístico
MT	Município Turístico
MTUR	Ministério do Turismo
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONG	Organização Não Governamental
OPET	Faculdade Organização Paranaense de Ensino Técnico
PEA	População Economicamente Ativa
PMGC	Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro
PNB	Produto Nacional Bruto
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento do Turismo

PUC/CAMPINA	Pontifícia Universidade Católica de Campinas
PUCPR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PUCSP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SANEPAR	Companhia de Saneamento do Paraná
SEAP	Secretaria Especial de Agricultura e Pesca
SC	Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECA	Faculdade Santa Amélia
SEIM	Secretaria da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul
SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
SESC	Serviço Social do Comércio
SESU-MEC	Secretaria de Educação Superior / Ministério da Educação e Desporto
SETU	Secretaria de Estado do Turismo
SETUR	Secretaria de Turismo
SETU PR	Secretaria de Estado do Turismo do Paraná
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UAM	Faculdade Morumbi, atual Universidade Anhembi Morumbi
UAM	Universidade do Amazonas
UCB	Universidade Católica de Brasília.
UCDB	Universidade Católica Dom Bosco

UCG	Universidade Católica de Goiás
UDC	Faculdade Dinâmica das Cataratas
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFPR	Universidade Federal do Paraná
ULBRA	Universidade Luterana do Brasil
UNIANDRADE	Centro Universitário Campos de Andrade
UNIBERO	Centro Universitário Ibero-Americano
UNICENTRO	Universidade Estadual do Centro-Oeste
UNESP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
UNIBRASIL	Faculdades Integradas do Brasil
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNICENP	Centro Universitário Positivo
UNIEXP	Unidade de Ensino Superior Expoente
UNIFIL	Centro Universitário da Filadélfia
UNIFOR	Universidade de Fortaleza
UNIMEP	Universidade Metodista de Piracicaba
UNIOESTE	Universidade do Oeste do Paraná
UNIP	Universidade Paulista
UNIPAR	Universidade Paranaense
UNISA	Universidade de Santo Amaro
UNIVALI	Universidade do Vale do Itajaí

UNOPAR	Universidade Norte do Paraná
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 **INTRODUÇÃO** 25

2 **METODOLOGIA** 34

3 SOBRE A GEOGRAFIA E O TURISMO: ALGUNS ENFOQUES TEÓRICO-METODOLÓGICOS..... 39

4 **O CURSO DE TURISMO NO BRASIL E NO PARANÁ: UM BREVE HISTÓRICO** 82

5 **A REALIDADE DA GEOGRAFIA NOS CURSO DE TURISMO NO PARANÁ**..... 104

5.1 PERFIL DOS PROFESSORES PESQUISADOS – PRIMEIRA FASE..... 111

5.2 PERFIL DOS ALUNOS ENTREVISTADOS – PRIMEIRA FASE (TESTE) 114

5.3 ANÁLISE DO PRÉ-TESTE..... 116

6 **APLICAÇÃO DE CONCEITOS GEOGRÁFICOS NO ESTUDO DE UM CASO: A REGIÃO LITORÂNEA DO PARANÁ**..... 138

6.1 A REGIÃO LITORÂNEA DO PARANÁ..... 143

6.2 O ESPAÇO GEOGRÁFICO..... 147

6.2.1 Antonina..... 151

6.2.2 Guaraqueçaba 156

6.2.3 Guaratuba 159

6.2.4 Matinhos..... 162

6.2.5 Morretes..... 164

6.2.6 Paranaguá..... 168

6.2.7 Pontal do Paraná..... 174

6.3 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NA REGIÃO LITORÂNEA..... 176

7 **CONCLUSÕES**..... 183

REFERÊNCIAS 186

APÊNDICES..... 201

ANEXOS..... 230

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho discute a relação entre a Geografia e o Turismo, analisando a contribuição de determinados referenciais teórico-metodológicos, bem como a importância de categorias e conceitos geográficos para a formação do futuro profissional em Turismo.

No Brasil, o histórico do Turismo caracteriza-se pela instabilidade e apresenta-se marcadamente influenciado por políticas públicas e fatores políticos, ideológicos, técnicos e práticos. O marco da intervenção governamental nas ações da atividade turística brasileira ocorreu pelo Decreto-lei n.º 55/66, de 18 de novembro de 1966 (já revogado), que criou a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), primeira empresa pública do Brasil. Seu objetivo principal era fomentar e financiar a atividade turística e realizar funções executivas. Conjuntamente, criou-se o Conselho Nacional de Turismo, órgão superior a EMBRATUR, ao qual cabia a função normativa. Pelo disposto no artigo 13 do Decreto-lei n.^{0} 55/66, toda e qualquer atividade relacionada ao Turismo, para que pudesse atuar legalmente, deveria ser obrigatoriamente registrada, autorizada e fiscalizada pela EMBRATUR.

Independentemente de suas funções normativas/executivas, cabe ressaltar que a EMBRATUR incentivou e motivou os grupos interessados em estabelecer cursos de Turismo no ensino superior.

Em 1986, novas alterações nas políticas públicas voltadas ao Turismo promoveram uma mudança radical no setor. O Decreto-Lei n.^{0} 2.294, de 21 de novembro de 1986, em seu primeiro artigo, determina que “são livres, no país, o exercício e a exploração de atividades e serviços turísticos, salvo quanto às obrigações tributárias e às normas municipais para a edificação de hotéis”.

Com isso, houve uma abertura desordenada de agências de viagens, o que trouxe algumas dificuldades ao setor, embora não se possa negar que o Decreto-Lei tinha a finalidade de melhorar a qualidade dos serviços, atendendo às necessidades do mercado. Como já não era obrigatório classificar e registrar as empresas turísticas junto a EMBRATUR, a Instituição, no modo como havia sido concebida, chegava ao fim, mas a estatal iniciou uma nova fase.

Durante o governo de Fernando Collor de Melo, com a Lei n.^{0} 8.18/91, de 28 de março de 1991, a EMBRATUR passou de empresa a autarquia especial e a instituto, ocasião em que adotou a denominação atual, Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), e em que se vinculou a Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República. Com essa alteração, além de perder boa parte de sua autonomia, sofreu uma reformulação quase total do seu corpo técnico, pois, com a mudança da sua sede do Rio de Janeiro para Brasília, muitos funcionários preferiram ser transferidos para outros órgãos federais com sede no Rio de Janeiro.

No período transcorrido entre o governo Collor e o governo de Fernando Henrique Cardoso, sucedeu grande distanciamento entre a EMBRATUR e a atividade turística como um todo. O distanciamento aumentou a tal ponto que na mudança dos critérios de classificação hoteleira por estrelas (exclusiva da EMBRATUR no Brasil) houve a cisão da parceria entre a EMBRATUR e a Associação Brasileira da Indústria Hoteleira (ABIH).

A ausência de uma política pública formal direcionada ao turismo afastava cada vez mais a EMBRATUR do panorama turístico brasileiro até que o Decreto n.º 448/92, assinado por Collor, regulamentou os dispositivos da Lei n.º 8.181/01 e apresentou novas diretrizes que enfatizam o turismo como forma da valorização e

preservação do patrimônio natural e cultural e do homem como o elemento final do desenvolvimento turístico.

Em 1994, considerando a idéia proposta pela Organização Mundial do Turismo (OMT), de que o turismo ocorre efetivamente nos destinos, ou seja, nos municípios, e que são os municípios os verdadeiros conhecedores das potencialidades do território onde residem, a EMBRATUR começou a repassar as diretrizes de desenvolvimento diretamente às prefeituras, baseando-se na participação comunitária e na formação de conselhos, política que norteou o governo de Fernando Henrique Cardoso. Dessa forma, ganhou força o Programa de Municipalização do Turismo, que já havia sido iniciado no governo de Itamar Franco.

Em 1996, sob a responsabilidade do Ministério da Indústria, do Comércio, e do Turismo (MICT), mediante a EMBRATUR, foi lançada a Política Nacional de Turismo, que conforme o Decreto n.^{0} 448/92, em seu artigo 1.^{0}, tem por finalidade:

> Art. 1.º - A Política Nacional de Turismo tem por finalidade o desenvolvimento do Turismo e seu equacionamento como fonte de renda nacional, e será formulada, coordenada e executada, nos termos do art. 2.º da Lei n.º 8.181, de 28 de março de 1991, pela EMBRATUR –- Instituto Brasileiro de Turismo.

No artigo 2 do mesmo Decreto, especifica-se que a Política Nacional de Turismo tem como diretrizes:

> I- a prática do Turismo como forma de promover a valorização e a preservação do patrimônio natural e cultural do País;
> II- a valorização do homem como o destinatário final do desenvolvimento turístico.

O governo de Fernando Henrique Cardoso implantou também o Avança Brasil, a partir do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). De acordo com o Ministério do Planejamento (2002), foram investidos cerca de US$ 133 milhões para

a melhoria de aeroportos e US$ 560 milhões para melhorias futuras, incluindo a recuperação de monumentos históricos e a preservação ambiental.

Segundo Silveira, Paixão e Cobos (2006), houve um aumento de US$ 7 bilhões na arrecadação de impostos diretos e indiretos nas cidades e pequenos municípios com vocação turística, de 1995 a 1998, período em que existiam 1.650 municípios cadastrados no programa.

O Ministério do Planejamento (2002) especifica que, nesse período, a soma de passageiros que chegaram ao Brasil por meio de aeroportos nacionais passou de 13 para 26 milhões e, de acordo com a OMT (2000), no *ranking* de países mais demandados do mundo, o Brasil passou do 43.º lugar para o 29.º.

O instrumento para operacionalizar o avanço, denominado Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), iniciado na gestão de Itamar Franco, sobreviveu até o final da gestão de Fernando Henrique Cardoso em 2002. O princípio norteador do PNMT foi a descentralização das ações mediante a municipalização, fortalecendo o Poder Publico Municipal, as instituições privadas e a participação da comunidade local.

Segundo o Ministério do Esporte e Turismo (2002), ao longo dos oito anos de vigência oficial do programa, engajaram-se no processo 1.450 municípios. Foram capacitados 28 mil agentes locais, graças à participação de 1,5 milhão de voluntários por meio de oficinas de capacitação, cursos, palestras e outras ações. Pretendia-se, ao final, que as comunidades e seus agentes multiplicadores dessem continuidade aos trabalhos de elaboração de planos municipais de desenvolvimento turístico e implantação de negócios e empreendimentos para desenvolver e estruturar as atividades.

Porém, na prática, novamente a maior parte dos recursos financeiros foi destinada aos principais receptores de turistas do país, aos grandes projetos de empresas ou aos grupos corporativos do setor. Os municípios menores não puderam fazer muito mais do que discutir sobre a importância do Turismo. A falta de recursos técnicos e humanos também inviabilizava muitas vezes a concretização do planejamento turístico.

O principal mérito do PNMT foi a grande movimentação de milhares de pessoas – não mais restritas ao meio acadêmico ou a setores específicos – em discussão sobre o Turismo e sobre o desenvolvimento sustentável da atividade. Seu ponto fraco foi a incapacidade de concretizar as idéias concebidas. Segundo o Ministério do Turismo (2006), 3.852 municípios, de vários estados brasileiros, participavam do PNMT.

No contexto do desenvolvimento municipal, o Paraná foi um dos estados que mais se engajou no PNMT. Dos 399 municípios do estado, 270 se envolveram no Programa em suas diferentes fases de capacitação. Dessa forma, o trabalho de base para o alavancamento da atividade turística no estado foi feito de forma a envolver cada localidade, com enfoque participativo, promovendo a elaboração de inventários turísticos diagnósticos e planos de desenvolvimento turístico de organização de conselhos e de estruturação de fundos municipais.

O Programa de Municipalização do Turismo embasou as atuais políticas governamentais fundamentadas na regionalização do Turismo. O Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil foi lançado oficialmente em 2004 e constituiu-se em modelo de gestão descentralizada, coordenada e integrada, que consta do Macroprograma de Estruturação e Diversificação da Oferta Turística, do Plano Nacional de Turismo 2003-2007.

O Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil (2006, p. 1) estabeleceu proposições, como a “participação dos segmentos sociais, empresariais, governamentais e a sustentabilidade dos destinos, com foco na organização regionalizada”. Estabeleceu prioridades de diversificação da oferta turística, qualificação do produto turístico, estruturação dos destinos turísticos, ampliação e qualificação do mercado de trabalho. Ampliou ações, especialmente a ampliação do consumo no mercado nacional, da inserção competitiva no mercado internacional, do fluxo, da permanência e dos gastos dos visitantes e da execução dos programas da Política Estadual de Turismo, principalmente aqueles que constituem a Área Estratégica de Regionalização e Municipalização do Turismo.

As atuais políticas públicas e o aumento do número de pessoas a se inserirem em diferentes atividades turísticas contribuem para que o Turismo cresça e se torne um fenômeno social bastante significativo; conseqüentemente, aumenta a necessidade de se preparar profissionais mais qualificados nos diversos âmbitos de conhecimento para atuarem no ensino, na pesquisa, na concepção, na implantação de projetos, na administração e na gestão empresariais. Esses aspectos justificam a necessidade de capacitação especializada no plano acadêmico. E embora já existam estudos e publicações sobre o assunto, ainda se observa a carência de um referencial epistemológico próprio do Turismo e de paradigmas que orientem as disciplinas que compõem a grade curricular dos cursos de Turismo existentes no país.

Nos últimos anos, a Geografia tem apresentado sua contribuição com a prática de reflexões sobre o Turismo. Ao se reconhecer que a tarefa da Geografia é ler o mundo, explicá-lo e interpretá-lo, e considerando que os geógrafos sempre estiveram atentos à mobilidade dos seres humanos em suas caminhadas pela

superfície terrestre e aos arranjos espaciais construídos e reconstruídos pelas diferentes sociedades em diferentes tempos, este é o momento de voltar novos olhares para essa modalidade de deslocamento que gera empreendimentos turísticos, projetos e políticas públicas de regulação do espaço, que implicam (re) ordenação espacial e significativas alterações na estrutura espacial preexistente.

A Geografia é a área que tem maior interesse pelo Turismo, pois a atividade turística constitui-se em fato social e econômico que se manifesta, efetivamente, no espaço geográfico. Esse caráter espacial é determinado por diversas maneiras, como: pólos emissores e receptores; vias de deslocamento de pessoas de seu lugar de residência a espaços que reúnam condições para satisfazer suas diferentes motivações turísticas; arranjos espaciais resultantes desses deslocamentos, mediante atividades realizadas pelos turistas nos locais visitados, enfim, pelas alterações na estrutura espacial preexistente. Ao ser difundido em todo planeta, o Turismo provocou transformações no espaço geográfico, possibilitou a instalação de novos equipamentos nas áreas em que atuou e remodelou relações entre a sociedade e o meio ambiente. Certas frações de países e regiões passaram a se diferenciar de outras por conta da presença da função turística. Velhos centros urbanos receberam novas funções, outros surgiram a partir do Turismo. E muitas paisagens passaram a receber novas representações tendo em vista se tornarem bons produtos turísticos.

Se, como diz Yázigi (2001, p. 24), a "alma seria o que fica de melhor de um lugar e que por isso transcende o tempo", é a especificidade dos lugares que lhes imprime o caráter turístico e que possibilita alternativas de criação de empregos, geração de renda, preservação, valorização do patrimônio natural, cultural e sinônimo de bem-estar social.

O Turismo se vale dos lugares, das diversidades dos espaços, das culturas, das expressões da vida humana, da identidade de cada lugar, das paisagens, enfim, o produto de consumo do Turismo é o local turístico, porção do espaço geográfico.

Entretanto, essa constatação, embora já conte com trabalhos de pesquisa e publicações, apresenta-se como um objeto complexo e indefinido, fato que provocou o interesse pelo assunto.

O principal objetivo que norteia a elaboração do presente trabalho é a análise das dificuldades teórico-metodológicas existentes na disciplina de Geografia do Turismo, sugerindo um referencial teórico-metodológico que contribua com subsídios para essa disciplina.

São os seguintes os objetivos específicos:

a) identificar os conteúdos da disciplina de Geografia do Turismo;
b) verificar o conhecimento dos conceitos geográficos adquiridos por alunos dos cursos de Turismo no Paraná;
c) analisar os conceitos da Geografia interessantes para o Turismo.

No segundo momento do trabalho, após esta introdução, será apresentada a metodologia utilizada para o embasamento teórico e para a execução da pesquisa.

No terceiro momento do trabalho, serão apresentados enfoques teórico–metodológicos tanto de pesquisadores do Turismo quanto da Geografia e conceitos considerados de fundamental importância na formação do profissional em turismo. Na questão teórico-metodológica não será feita opção por uma linha de pensamento ou um paradigma. Os enfoques expostos demonstram as opções filosóficas dos intelectuais que, se em alguns casos são completamente opostas, enriquecem a discussão e contribuem com o objetivo desse trabalho.

O quarto momento do trabalho constitui um relato da história do curso de Turismo no Brasil, de algumas reuniões e de encontros, onde se discutiram questões acadêmicas e referentes à atividade propriamente dita: mercado, sustentabilidade, tendências globais, etc.

No quinto momento do trabalho, serão relatadas diferentes pesquisas para o conhecimento da realidade da Geografia nos cursos de Turismo do Paraná.

No sexto momento do trabalho, serão demonstradas características físicas, socioeconômicas e culturais dos sete municípios que constituem a região litorânea e serão indicados temas geográficos que poderiam ser discutidos com base nas informações e na leitura de imagens.

Nas conclusões, serão demonstradas algumas dúvidas, causas e conseqüências constatadas na pesquisa.

2 METODOLOGIA

Para a metodologia desenvolvida nesta tese, segue-se a orientação de Gil (2002), Ayala (1999), Lakato e Marconi (1991) e Dencker (1998).

Optou-se por utilizar a metodologia do tipo exploratória e descritiva. Gil (2002) refere que o objetivo da pesquisa exploratória é possibilitar ou aperfeiçoar a familiaridade com o problema. Envolve levantamento bibliográfico e entrevistas com pessoas experientes no problema pesquisado. Nesta tese, se relata que a pesquisa exploratória foi utilizada na parte inicial da pesquisa.

Embora a pesquisa exploratória envolva levantamento bibliográfico, é necessário realizar a pesquisa bibliográfica propriamente dita, pois segundo Ayala (1999), suas possibilidades vão além da convencionalidade da leitura e do fichamento. Não é no mapeamento de informações que está seu potencial, embora seja uma das etapas básicas do processo, mas no ato de interpretar o que se lê. Nesta tese, a pesquisa bibliográfica permitiu de modo especial a elaboração do terceiro capítulo, a partir de dados sobre o referencial conceitual do Turismo e de categorias e conceitos geográficos que fazem a interface Geografia e Turismo. Além disso, a realização da pesquisa bibliográfica esteve presente em todo processo de produção do texto e realização das pesquisas, na constante tentativa de reinterpretar as informações.

A pesquisa descritiva permite descobrir a freqüência da ocorrência de um fato, suas causas e relações com outros fatos. Gil (2002) orienta que o objetivo da pesquisa descritiva é descrever as características de determinadas populações ou fenômenos. Entre elas, a utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados, a exemplo do questionário e da observação sistemática. Destaca também a descrição

de características de levantamento de crenças, atitudes e opiniões de uma população.

Quanto aos procedimentos técnicos, foram utilizadas a pesquisa documental e a de campo. Segundo Lakatos e Marconi (1991), a pesquisa documental tem como característica que a fonte de coleta de dados restringe-se a documentos, escritos ou não, que constituem as fontes primárias, e que podem ser realizadas no momento da pesquisa do fato ou depois.

Por meio da pesquisa documental, levantaram-se os dados sobre a história do curso de Turismo no Brasil e sobre as diretrizes prescritas para a Geografia nos diferentes Pareceres que foram estabelecendo as diretrizes para o curso. Também se identificou a atual situação dos cursos de Turismo no Paraná e se obteve informações sobre o seu histórico.

As informações utilizadas foram obtidas nas bibliotecas do Centro Universitário Positivo, da Universidade Federal do Paraná, do Ministério de Educação e Cultura, da Empresa Brasileira de Turismo, da Secretaria de Turismo do Paraná, da Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo, do Instituto Paranaense de Desenvolvimento, do Ministério do Esporte e Turismo e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

A pesquisa de campo envolveu a aplicação de entrevistas estruturadas e de questionários. Segundo Ventura (2002, p. 79),

> [...] a pesquisa de campo deve merecer grande atenção, pois devem ser indicados os critérios de escolha da amostragem (das pessoas que serão escolhidas como exemplares de certa situação), a forma pela qual serão coletados os dados e os critérios de análise dos dados obtidos.

Nesta tese, as entrevistas e os questionários foram utilizados como instrumentos para o conhecimento da realidade da situação sobre a Geografia nos cursos de Turismo no Paraná.

Elaboraram-se seis diferentes questionários, destinados a aplicações em três momentos específicos: no primeiro momento, a alunos do primeiro ano de um curso de Turismo; no segundo momento, a coordenadores, professores e alunos de cursos de Turismo do Paraná, por ocasião do I Encontro Paranaense de Hotelaria e Turismo em Campo Mourão em 2006. Antes do terceiro momento, optou-se por entrevistar três docentes formados em Geografia e doutores em Turismo.

A partir da entrevista, procedeu-se ao terceiro momento com a aplicação de questionário a docentes e alunos de cursos de Turismo em Curitiba.

Para esse momento, foram escolhidas quatro faculdades de Turismo de Curitiba. As questões foram elaboradas segundo as indicações de Dencker (1998, p. 56): revisão dos modelos e tipos de perguntas; elaboração de perguntas adequadas, utilizando uma linguagem simples e direta para que os entrevistados tenham clareza e respondam com segurança; adaptação do questionário à realidade da amostra; inclusão de profissionais e alunos que não responderam aos testes-pilotos.

Para a tabulação da amostragem dos alunos, utilizou-se o teste do qui-quadrado-χ^2 por ser o mais usual em análise de dados provenientes de experimentos nos quais o interesse é observar freqüências em diversas categorias (pelo menos duas). Esse teste é profícuo para comparar se a freqüência observada difere significativamente da freqüência esperada, esta, geralmente especificada por uma distribuição de probabilidade. O princípio básico desse método não-paramétrico é comparar as divergências entre as freqüências observadas e as esperadas.

De uma maneira geral, pode-se dizer que dois grupos se comportam de forma semelhante se as diferenças entre as freqüências observadas e as esperadas em cada categoria forem muito pequenas, próximas de zero.

O χ^2 é calculado pela fórmula: $\chi^2 = \sum \frac{(O-E)^2}{E}$

Onde: O = freqüência observada

E = freqüência esperada.

A diferença entre a freqüência observada e a esperada é (O – E), que deverá ser calculada para cada célula da tabela. Quando as freqüências observadas são muito próximas às esperadas, o valor (O – E) é pequeno; no entanto, quando as discrepâncias são grandes, (O – E) passa a ser grande e, conseqüentemente, o χ^2 assume valores altos.

O pesquisador estará sempre trabalhando com duas hipóteses:

H_0 – não há associação entre os grupos;

H_1 – há associação entre os grupos.

As freqüências observadas são obtidas diretamente dos dados das amostras, enquanto as freqüências esperadas são calculadas a partir destas.

Na prática, a freqüência esperada em uma determinada célula é calculada pela multiplicação do total de sua coluna (Tc), pelo total de sua linha (Ti), dividindo-se o produto pelo total geral da tabela (N).

$$E = \frac{Tc * Ti}{N}$$

Uma vez calculado o χ^2, procura-se na tabela de distribuição do χ^2 o valor crítico, considerando o nível de significância adotado e os graus de liberdade.

Os graus de liberdade da tabela são obtidos por:

gl = (número de linhas –1 x número de colunas – 1)

Se o χ^2 obtido for igual ou maior que o χ^2 crítico, H_0 deverá ser rejeitada.

Os dados coletados no terceiro momento da pesquisa apresentaram os resultados expostos a seguir. Foram tabelados a partir de questionários aplicados a alunos dos cursos de Turismo da cidade de Curitiba. Utilizou-se critério da aplicação do instrumento de coleta a todos os alunos dos primeiros e últimos anos das faculdades que tiveram conceito **A** pelo Ministério da Educação (MEC) na sua última avaliação.

As análises efetuadas basearam-se nos dados agrupados por período e aplicação do teste qui-quadrado. Houve agrupamento de respostas similares obtidas em mais de uma alternativa da mesma questão. A finalidade era realmente verificar se havia ou não aceitação das hipóteses.

Os dados foram analisados também de forma percentual, já que eles apresentam muitas vezes maior clareza para defender ou rejeitar uma hipótese.

A aplicação dos questionários foi realizada pela própria pesquisadora com o auxílio de uma estagiária previamente preparada.

3 SOBRE A GEOGRAFIA E O TURISMO: ENFOQUES TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Os seres humanos sempre se deslocaram no espaço por uma série de razões, como a busca de abrigo e de alimentos, o domínio de territórios, a conquista de riquezas, além de motivos culturais, religiosos, entre outros. Entretanto, o deslocamento de pessoas, conhecido como fenômeno do Turismo, que se constitui em prática social com características econômicas, começou a se desenvolver somente a partir do século XIX, mais precisamente após 1860.

Estudar as práticas sociais realizadas pelos seres humanos no processo de organização do espaço é de competência da Geografia. Segundo Corrêa (2000), no decorrer do longo processo de organização do espaço, o Homem criou, manteve, desfez e refez diferentes formas de interações espaciais, de modo a alterar o espaço parcial ou totalmente. É a consciência que o Homem tem da diferença espacial que origina a prática social.

Correa (2000, p. 35) refere que

> [...] as práticas espaciais resultam, de um lado, da consciência que o Homem tem da diferença espacial. Consciência que está ancorada em padrões culturais próprios a cada tipo de sociedade e nas possibilidades técnicas disponíveis em cada momento, que fornecem significados distintos à natureza e à organização espacial previamente (...) diferenciadas. Resultam, de outro lado, dos diversos projetos, também derivados de cada tipo de sociedade, que são engendrados para viabilizar a existência e a reprodução de uma atividade ou de uma empresa, de uma cultura específica, étnica ou religiosa, por exemplo, ou a própria sociedade como um todo. (CORRÊA 2000, p. 35).

Segundo Krippendorf (2000), as nações industriais são as principais responsáveis pelo desenvolvimento da atividade turística como atividade econômica, pois seus habitantes possuem a necessidade de trocar os locais de residência e de produção por outros que lhes proporcionem liberdade, lazer, felicidade, descanso e

segurança. O Turismo nasceu e se desenvolveu com o capitalismo, estabeleceu-se como fonte de lucros e investimentos, com expressivo desempenho no mundo financeiro internacional, gerando empregos e desempenhando significativo papel na receita cambial de diferentes regiões do globo (Anexo A – Tabela 31).

De acordo com a Organização Mundial do Turismo (2006), alguns países destacaram-se como principais receptores de turistas em 2006: França (79,1%), Espanha (58,5%) e Estados Unidos (51,1). O Brasil ficou no 11.^{0} lugar (5,%) (Anexo A – Tabela 32).

No Brasil, a atividade turística tem contribuído para o crescimento da receita cambial. Entre os anos 2003 e 2004, a receita gerada pelo turismo aumentou de 4,1 para 4,8 em US$ milhões.

Conforme estatísticas da Organização Nacional do Turismo (2006), no Brasil, a atividade turística tem contribuído para o crescimento da receita cambial. Entre os anos 2003 e 2004, a receita gerada pelo Turismo aumentou em 28%. (Anexo A – Tabela 33).

Quanto ao turismo doméstico, segundo números da EMBRATUR e da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) da Universidade de São Paulo, em 2002, considerando-se somente os gastos realizados pelos turistas domésticos, os dados revelam que o Turismo correspondia por aproximadamente 4,1% do Produto Interno Bruto (PIB) do País, produzindo um volume de recursos da ordem de R$ 48,4 bilhões. Estima-se que a demanda do mercado turístico no país era de 41.352.000 turistas, o que correspondia a aproximadamente 24% da população brasileira. Comparando-se as receitas geradas pelo turismo receptivo, percebe-se que o turismo doméstico produzia um volume de recursos cerca de 5,6 vezes maior. (EMBRATUR/FIPE, 2002).

De acordo com pesquisa realizada pela EMBRATUR, FIPE e o Ministério do Turismo – Governo Federal, sobre Caracterização e Dimensionamento do Turismo Doméstico no Brasil, a proporção dos brasileiros (em %) que realizaram viagens domésticas em 2002 foi de 36,4% e em 2006, de 39,6%, com variação de 8,8%, sem consideração da qualidade da viagem (Anexo B). (EMBRATUR/FIPE, 2006).

Como o Turismo é conceituado? Para a Organização Mundial do Turismo (OMT) (1995), turista é a pessoa que se desloca para um lugar diferente do de sua moradia, por um período inferior a 12 meses, cujo objetivo principal não é realizar atividade remunerada no local visitado. Turismo são as atividades realizadas pelas pessoas no decorrer de suas viagens e estadias em diferentes lugares de sua moradia habitual, por um período de tempo inferior a um ano, com finalidade de lazer, de negócios ou por outros motivos não associados a atividades remuneradas no local visitado.

Esse conceito reflete uma realidade mundial ainda não globalizada e limita-se a usos estatísticos. Acompanhando as mudanças globais em curso, a OMT (2001, p. 38) propõe nova definição nos seguintes termos: “O Turismo compreende as atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, por lazer, negócios ou outros”.

Existem duas definições recolhidas no verbete *Ócio y Turismo*, da Biblioteca Salvat de Grandes Temas (1973). A primeira, de autoria de Hunziker e Krapf (1942), dois professores suíços, é considerada clássica por Molina e Rodriguez (2001, p. 11), que a reproduzem:

> Turismo é o conjunto de relações e dos fenômenos produzidos pelo deslocamento e permanência de pessoas fora de seu lugar de domicílio, desde que tais deslocamentos e permanência não sejam motivados por uma atividade lucrativa principal, permanente ou temporária.

A segunda, de autoria de Benscheidt (*apud* Molina e Rodrigues, 2001, p. 11), define o Turismo como "conjunto de relações pacíficas e esporádicas que resultam do contato entre pessoas que visitam um lugar por razões não profissionais e as pessoas naturais desse lugar".

Pesquisadores de diferentes áreas das ciências humanas, como economistas, sociólogos, arquitetos e outros, também tentam definir o Turismo. Krippendorf (1989), sociólogo, considera que o Turismo é trabalhado pelas áreas de marketing das empresas, de modo a se tornar atividade comercializada em sua necessidade de relaxamento e transformada em muitos tipos de viagem, tornando-se indústria de diversão, para quem viaja, e de prazer

> [...] das agências de viagem, das empresas de transporte por ar, trilho, estrada e água, dos estabelecimentos de alojamento, dos restaurantes e dos estabelecimentos de diversões, das empresas de construção, dos construtores de casas de campo e *trailers*, dos fabricantes de equipamentos para camping e caravanas, dos escritórios de planificação e consultoria, dos conselheiros econômicos e publicitários, dos arquitetos, dos construtores de teleféricos, dos fabricantes de esqui e de roupa, dos vendedores de *souvenirs*, dos cassinos e parque de diversões, do setor automobilístico, dos bancos dos seguros, etc. uma indústria que tem sua dinâmica própria, seus jornais – por exemplo, *Amusement-Industrie, The International Trade Review on Leisure Equipment Technology* [...] seus congressos, suas feiras especializadas e exposições, tudo organizado em escala nacional e internacional. (KRIPPENDORF, 1989, p. 44).

Falcão (1999, p. 65) define Turismo na perspectiva do arquiteto:

> O Turismo, qualificado como nova modalidade de consumo de massa, desenvolve-se no âmbito de emergente economia de trocas invisíveis em escala nacional e internacional. Esta modalidade se expande com a produção de bens (infra-estrutura), construções, alimentos e produtos diversos e serviços (transportes, hospedagem, alimentação, etc.) que se integram para o consumo final. Esse conjunto de bens e serviços oferece ao mercado de consumo condições de acessibilidade a determinado lugar. O espaço, na dimensão do lugar, assume caráter de objeto de consumo e, como tal, é (re) produzido e comercializado.

Na concepção de Beni (2000, p. 35), especialista em Turismo, este é:

> Um elaborado e complexo processo de decisão sobre o que visitar, onde, como e a que preço. Neste processo intervêm inúmeros fatores de realização pessoal e social de natureza emocional, econômica, cultural, ecológica e cientifica que ditam a escolha dos destinos, a permanência, os meios de transporte e o alojamento, bem como o objetivo da viagem em si

> para a fruição tanto material como subjetiva de sonhos, desejos, imaginação projetiva, de enriquecimento existencial histórico-humanístico, profissional, de expansão de negócios. Este consumo é feito por meio de roteiros interativos espontâneos ou dirigidos, compreendendo a compra de bens e serviços da oferta original e diferencial das atrações e dos equipamentos a ela agregados em mercados globais com produtos de qualidade e competitivos (BENI, 2000, p.35).

Dentre os geógrafos que realizam estudos e trabalhos com ênfase em Turismo, Silveira (2002, p. 21) define o Turismo como

> [...] atividade que consiste no deslocamento de pessoas, provisório e limitado no tempo e no espaço, de tal modo que não implica na transferência do local habitual de residência, que possui motivações diversas (que podem ir do simples lazer, passando pela curiosidade, educação, saúde, cultural, aventura, indo até aspectos de ordem profissional e religiosa), e que tem, por um lado, como subjacente ao aproveitamento desse tempo de deslocamento, um desejo de evasão por parte do ser humano do seu território cotidiano e, por outro lado, a busca por novos espaços e culturas de forma mais ou menos vinculada, e que não deixará de produzir efeitos de ordem econômica, social, cultural e ambiental. Portanto, entende-se o Turismo como uma atividade que também produz e consome espaços, sendo responsável por novas territorialidades [...]

Cruz (2003, p. 5) considera o Turismo como "[...] prática social que envolve deslocamento de pessoas pelo território e que tem no espaço geográfico seu principal objeto de consumo".

Conti (2003, p. 68) define o Turismo como:

> [...] um processo que interessa à sociedade e à natureza, e, por essa razão, está vinculado de forma muito estreita aos objetivos da Geografia enquanto ciência que se propõe a interpretar os arranjos espaciais da superfície terrestre e a decodificar toda a complexidade de seu dinamismo.

E quanto ao Turismo como objeto de estudo, insere-se no campo das Ciências Humanas, pois é nele que as questões sociais são abordadas. Segundo Boullón (1994), por ser recente o seu corpo teórico, ainda não pode ser considerado uma ciência. Sendo assim, seus estudos baseiam-se nas ciências humanas já consolidadas, como: Antropologia, Direito, Economia, Ecologia, Psicologia, Sociologia, Geografia. É caracterizado pela Organização Mundial do Turismo (OMT) como multidisciplinar.

O trabalho de Mitchell e Murphy (1991) define como objeto de estudo da Geografia do Turismo as inter-relações que se criam entre os turistas, a população local e as atividades realizadas, tendo-se como referência o espaço. Nesse contexto, os estudos pertinentes à Geografia do Turismo abordariam aspectos ambientais, regionais e evolutivos do espaço.

De acordo com Boniface e Cooper (1994), o objeto de estudo da Geografia do Turismo é a expressão espacial do Turismo como atividade humana, centrada tanto na área de origem quanto na de destino assim como na relação entre ambas.

Pearce (1988, p.14) indica seis áreas que constituem a Geografia do Turismo:

a) os padrões de distribuição espacial da oferta;
b) os padrões de distribuição espacial da demanda;
c) a geografia dos centros de férias;
d) os movimentos e os fluxos turísticos;
e) o impacto do Turismo;
f) os modelos de desenvolvimento do espaço turístico.

Ainda segundo Pearce (1988), o estudo do desenvolvimento turístico abrange todas essas áreas, priorizando as questões referentes à oferta, à localização e ao impacto.

Ivars (2002, p.19) menciona a existência de duas linhas de trabalho que contemplam o objeto de estudo da Geografia do Turismo:

> [...] a perspectiva de análise espacial em sua dimensão aplicada, muito evoluída a respeito das formulações tradicionais, e os enfoques mais reflexivos e críticos, que ampliam e atualizam o débil corpo teórico da Geografia do Turismo.

Embora as linhas sejam diferenciadas, não são contraditórias e são de indubitável interesse para o planejamento turístico.

No Brasil, de acordo com Rejowski (1996), o estudo do Turismo vem evoluindo com esforços em pesquisa e ensino de forma semelhante ao processo de cientificidade já ocorrido em outras áreas das ciências humanas e sociais, delineando-se parâmetros com seus componentes e dimensões característicos para o Turismo. Porém, ainda é notória a dificuldade para definir um conceito de Turismo, evidenciada na ausência de consenso entre a Organização Mundial de Turismo (OMT) e os estudiosos de diferentes áreas das ciências humanas.

Por meio das pesquisas realizadas neste trabalho, constatou-se grande dificuldade de adequação da Geografia e de seus conteúdos às necessidades do curso de Geografia, bem como a ausência de um referencial teórico-metodológico que indique o melhor caminho para essa adequação.

Isso ocorre porque os paradigmas da Geografia do Turismo foram se modificando com o tempo, e a evolução do campo de análise está tomando um rumo que mostra a existência de diferentes enfoques. Vera *et al.* (1997, p. 29) lembram que

> [...] em um mesmo período encontramos formas distintas de fazer geografia do Turismo em diferentes países, por exemplo, no Reino Unido, França, Alemanha e EUA, nos referimos a âmbitos 'culturais', por sua vez diferenciados, com predomínio de uns temas sobre outros e com o uso de enfoques e metodologias contrastantes. Assim, de forma muito simplificada, podemos dizer que na Alemanha se dá prioridade aos aspectos morfológicos (a paisagem) e sociais; na França, ao Turismo internacional e a modelos para pequena e grande escala, e nos Estados Unidos e no Reino Unido, embora com diferenças, à recreação nas áreas rurais e naturais.

Segundo Vera *et al.* (1997), entre as produções científicas encontram-se as que se apóiam em um sistema turístico para fundamentar metodologicamente a Geografia do Turismo, como mostra a Figura 1. A vertente operacional da Geografia do Turismo são o planejamento e a gestão do território turístico.

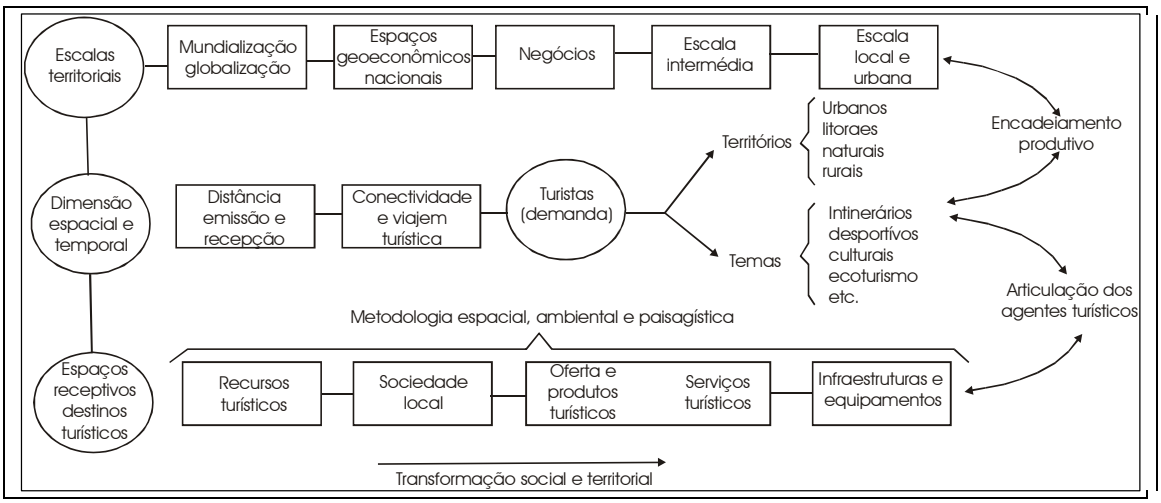


Figura 1. Transformação social e territorial.
Fonte: VERA *et al.* (1997, p. 42).

No esquema, está presente um território organizado para o gozo da atividade turística, ou seja, são a organização social, em diferentes escalas, a dimensão espacial e temporal e os arranjos culturais e materiais.

No Brasil, alguns trabalhos, como o de Rodrigues (2001, p. 14), destinado ao planejamento e à gestão do território turístico, também estão arrolados na visão sistêmica ou na formulação de modelos que se fundamentam na distribuição da energia. De acordo com a visão sistêmica, os elementos formadores do sistema relacionam-se entre si constituindo um todo unitário e complexo. Quanto maior o equilíbrio de energia entre os elementos melhor será a organização do sistema. O estudo do espaço turístico, segundo a visão sistêmica, não pode deixar de levar em conta que os diversos sistemas que fazem parte do todo não funcionam isoladamente e que o movimento das sociedades é imprevisível, dependendo tanto de fatores conjunturais quanto de fatores estruturais, os quais, no momento histórico atual, estão subordinados à hegemonia dos países que lideram a globalização.

Rodrigues (2001, p. 114) apresenta um exemplo do sistema turístico no enfoque sistêmico (Figura 2).

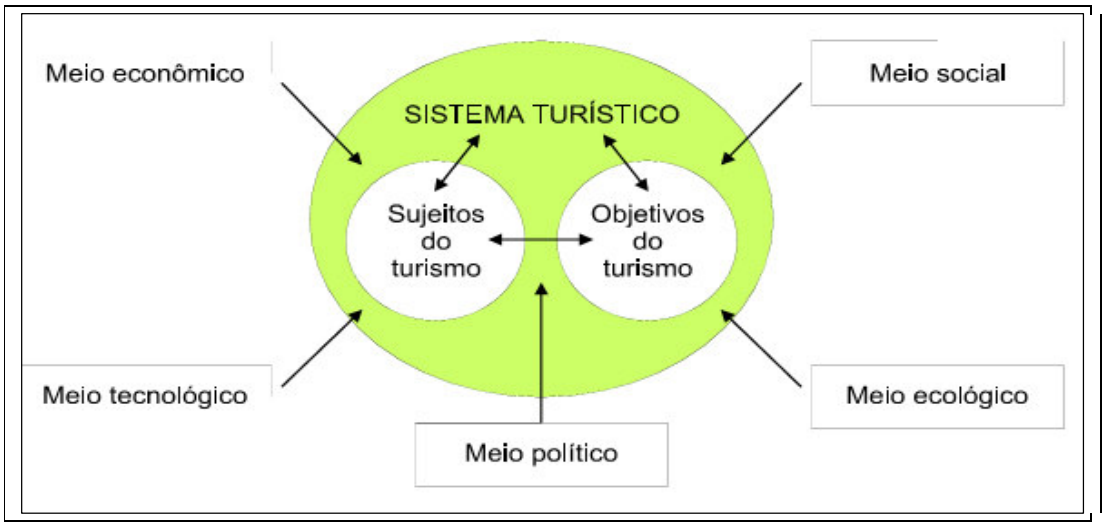


Figura 2. Enfoque sistêmico
Fonte: KASPAR (1975). Tradução e adaptação de Adyr A. B. Rodrigues (2001, p.114).

As Figuras 1 e 2 demonstram, de maneira diferenciada, a integração entre os elementos do sistema turístico. Enquanto a Figura 1 apresenta um sistema turístico em diferentes escalas territoriais e temporais a Figura 2 sugere um sistema turístico no qual a totalidade espacial deve ser decomposta em meio social, econômico, político, ecológico e tecnológico, nos quais estão inseridos os elementos constituintes do sistema anteriormente citado.

Como exemplo de enfoque sistêmico no planejamento e na gestão do espaço turístico, pode-se citar o trabalho de sistematização das experiências sobre o gerenciamento costeiro do Brasil, Programa GERCO, do Ministério de Meio Ambiente (1995), cujo objetivo é valorizar o litoral brasileiro.

Sobre o trabalho de sistematização das experiências relacionadas ao gerenciamento costeiro no Brasil, Moraes (1999, p.18) destaca que

> [...] o litoral também particulariza-se, modernamente, por uma apropriação cultural que o identifica como um espaço de lazer, por excelência, e os espaços preservados são, hoje, ainda mais valorizados neste sentido. Isto sustenta uma das indústrias [...] litorâneas de maior dinamismo na atualidade, qual seja que serve às atividades turísticas e de veraneio. Identifica-se, assim, mais um campo no qual a posição em tela apresenta, se não exclusividade, pelo menos grande favorabilidade locacional.

Na esfera do planejamento do território turístico, vale a pena ressaltar que, segundo Boullón (2002), o planejamento do espaço turístico deve começar pelo estudo das características naturais, pensando naquilo que pode ser agregado para que atenda às necessidades do presente, sem perder seus atributos. Uma vez estabelecidas as necessidades de crescimento do setor em relação à incorporação de novos atrativos naturais, deve-se identificar quais se prestam melhor a cada tipo de uso.

Knafou (1999), que no âmbito da Geografia Crítica realizou pesquisas aplicadas aos estudos dos Alpes franceses fundamentadas em princípios marxistas, indica três fontes de turistificação dos lugares e dos espaços: os turistas, isto é, os consumidores; o mercado; os planejadores e os promotores territoriais.

Para o pesquisador, os turistas estão na origem do Turismo, pois, na Côte d'Azur, na Riviera das Flores, como em outros locais, o Turismo nasceu da vinda de citadinos que, mais tarde, passaram a ser chamados de turistas. Entretanto, no entendimento da autora deste trabalho, a origem do Turismo estaria no binômio produto X prática social, que, para existir, necessita de um produto. No caso da Côte d'Azur, são as praias (a natureza) que oferecem o produto.

O mercado é a segunda e, atualmente, a principal fonte de criação de lugares turísticos. A origem está na criação e na oferta de produtos turísticos e não no turista em si. Knafou (1999, p. 70) ilustra sua descrição com o exemplo dos Alpes franceses:

> [...] tendo por apoio uma 'doutrina' na base da política de concepção de estações (em altitude, isto é, fora dos lugares habitados, para poder beneficiar-se de garantia de neve: imóveis implantados ao pé das subidas mecânicas, com a possibilidade de volta com os "esquis nos pés", etc.), terminou com a criação de universos monofuncionais totalmente voltados para a prática do esqui.

Como terceira fonte, Knafou (1999) cita os planejadores e os promotores territoriais, que se caracterizam como as fontes mais territorializadas. Isso se deve a subvenções regionais e nacionais, o que é bastante comum na Europa.

No Brasil, encontra-se a abordagem proposta por Santos (1991, p. 65), centrada no espaço, segundo a qual, "o espaço social, como toda realidade social, é definido metodologicamente e teoricamente por três conceitos gerais: a forma, a estrutura e a função". Santos (1994) acrescentou uma outra categoria de análise do espaço: o processo.

A análise dessas categorias possibilita o conhecimento da dinâmica do espaço turístico e dos processos sociais que o produziram. De acordo com o autor, essas categorias constituem a base do método de interpretação do espaço turístico.

Para Santos (1997, p. 50), a **forma** "é o espaço visível de uma coisa. Refere-se, ademais, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. Tomada isoladamente, temos uma mera descrição de fenômenos ou de um de seus aspectos num dado instante do tempo". Significaria dizer que a forma é o aspecto visível do espaço turístico, aquilo que existe em forma material, que é observável. Seria a paisagem? Santos (1991, p. 72) afirma que

> [...] a paisagem é diferente do espaço. A primeira é a materialização de um instante da sociedade. (...) O espaço resulta do casamento da sociedade com a paisagem". O espaço contém o movimento. Por isso, paisagem e espaço são um par dialético. Complementam-se e se opõem [...]

Para não deixar dúvidas, Santos (1991) exemplifica a cidade de Salvador num dia e em hora determinados. Nela há determinada distribuição de pessoas e da produção sobre o território. Algumas horas mais tarde a distribuição já não é a

mesma. Todos produzem, o operário, o artista, o vendedor, etc., todos os que consomem. A maneira como se dá a produção entre os homens e o intercâmbio entre os homens dá aspecto a uma paisagem. O trabalho acumulado e a vida acontecem juntos. O trabalho acumulado é a paisagem. O espaço é o conjunto do trabalho acumulado e do trabalho vivo, das formas geográficas e do contexto social.

O espaço é, portanto, "o resultado da soma e da síntese, sempre refeita, da paisagem com a sociedade através da espacialidade. A paisagem tem permanência e a espacialidade é um momento". (SANTOS, 1991, p. 73).

A abordagem dessa categoria tem uma conotação especial para os estudos de Turismo. Entretanto, ela não pode estar dissociada das outras categorias, senão reduz-se a uma mera descrição da paisagem ou a um empirismo.

Santos (1997, p. 51) explica ainda que

> [...] a forma pode ser imperfeitamente definida como uma estrutura técnica ou objeto responsável pela execução de determinada função. As formas são governadas pelo presente, e conquanto se costume ignorar o seu passado, este continua a ser parte integrante das formas. Estas surgiram dotadas de certos contornos e finalidades-funções.

A **estrutura** refere-se à natureza social e econômica de uma sociedade em um dado momento do tempo. Sem a estrutura, não é possível entender a natureza histórica do espaço, pois nela estão inseridas a forma e a função. Expressa a funcionalidade espacial.

Segundo Corrêa (2000), a estrutura é a matriz social na qual as formas e as funções são criadas e justificadas. Esta categoria é muito valorizada no planejamento e na gestão do território turístico, assumindo um enfoque economicista.

Santos (1997, p. 50) descreve a **função** como "uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa (...). É a atividade elementar de

que a forma se reveste. Esta última pode ou não abranger mais de uma função". A função implica a habilidade de distinguir, para análise, alguns elementos do espaço turístico, como: oferta, demanda, transporte, infra-estrutura, serviços, gestão e *marketing*, que ocorrem simultaneamente ou num determinado tempo histórico.

A forma pode ser expressa como estrutura revelada. Santos (1997, p. 51) refere que

> [...] sendo a mais visível, ela é, aparentemente e até certo ponto, mais fácil de analisar que a estrutura. As formas ou artefatos de uma paisagem são o resultado de processos passados ocorridos na estrutura subjacente. Todavia, divorciada da estrutura, a forma conduzirá a uma falsa análise: com efeito, formas semelhantes resultaram de situações passadas e presentes extremamente diversas [...].

Santos (1997, p. 50) define o **processo** como "uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança". O processo pode ser considerado como ação que se realiza, via de regra, de modo contínuo, objetivando um resultado que implica tempo e mudança. O processo procura analisar a dinâmica do espaço, as transformações que o Turismo coloca nos territórios, impondo as representações do lazer às preexistentes. O dinamismo do espaço pode apresentar épocas de estabilidade, de pequenas mudanças e tempos em que ocorrem completas transformações, produzindo-se novos espaços. No processo está a gênese dos territórios turísticos.

Esse referencial apresenta a dificuldade metodológica de como diferenciar as transformações socioespaciais decorrentes do Turismo daquelas decorrentes de outras práticas sociais.

Após a indicação desses referenciais, considera-se necessário ressaltar que as diferentes linhas metodológicas não devem ser consideradas de acordo com a

filosofia cartesiana, pois, certamente, a contribuição de cada uma delas pode revelar uma realidade mais rica e complexa.

Parte-se das premissas de que:

a) a Geografia, enquanto ciência, pesquisa, analisa, interpreta e sintetiza o modo como os seres humanos, ao longo de sua existência, vêm ocupando, utilizando e transformando a natureza e também organizando o espaço de acordo com suas necessidades e seus desejos;
b) o Turismo implica no consumo, na produção e transformação dos objetos naturais em sociais.

Conclui-se que a realidade do espaço turístico só pode ser entendida pelo conhecimento e compreensão de determinados conceitos geográficos. Conseqüentemente, o futuro profissional em Turismo deve dominar esses conceitos.

De acordo com Coriolano e Silva (2005, p. 23), um dos conceitos que devem ser discutidos, assimilados e aplicados ao espaço turístico é o conceito de espaço geográfico: a natureza modificada pelo homem por meio do trabalho.

Definir o espaço não é tarefa fácil, mas dela dependem os resultados de boas análises de enfoques prospectivos. Santos (1991, p. 11) propõe uma definição que, enquanto é operacional, funda-se no real:

> [...] O espaço é formado por dois componentes que interagem continuamente: a) a configuração territorial, isto é, o conjunto de dados naturais, mais ou menos modificados pela ação consistente do homem, através dos sucessivos 'sistemas de engenharia'; b) a dinâmica social ou o conjunto de relações que definem uma sociedade em um dado momento.

E quanto à configuração territorial ou espacial, Santos (1999, p. 11) destaca que é dada

> [...] pelo arranjo sobre o território dos elementos naturais e artificiais de uso social: plantações, canais, caminhos, portos e aeroportos, redes de comunicação, prédios residenciais, comerciais e industriais, etc. A cada momento histórico, varia o arranjo desses objetos sobre o território. O

> conjunto dos objetos criados forma o meio técnico, sobre o qual se baseia a produção e que evolui em função desta. (SANTOS, 1999, p.11).

Resumindo, Santos (1994) considera o espaço geográfico como a acumulação desigual dos tempos. Um conjunto contraditório constituído pela natureza e pela sociedade, que forma uma configuração territorial, produzida por relações de produção e relações sociais. Portanto, pode-se considerar, o espaço geográfico como o resultado das relações que se estabelecem na sociedade ao longo de um processo histórico, lembrando que o espaço geográfico contém a natureza. Conseqüentemente, o conceito de natureza também é de fundamental importância para o conhecimento do espaço turístico, como definem Coriolano e Silva (2005, p. 27):

> [...] Natureza – é a totalidade interdependente precedente ao homem, que se modifica à medida que avançam os conhecimentos humanos. Natureza cósmica, humanizada, socializada, tecnificada ou primeira e segunda natureza.

É importante que esse conceito ressalte a natureza considerada na totalidade, na qual todos os elementos devem ser analisados como integrantes e interagentes. É necessário, também, compreender sua dinâmica e reconhecer que qualquer alteração ocorrida em um dos elementos se refletirá nos outros. Segundo Vidal de La Blache (1896)[1], um dos clássicos da Geografia Humana, a idéia que domina a Geografia é a unidade terrestre.

A importância do estudo da natureza para os futuros profissionais do Turismo tem sido demonstrada em diversos trabalhos como a tese de doutoramento de Barbiere (1979), *O fator climático nos sistemas territoriais de recreação*. A

---

[1] Texto traduzido pela revista **Geographia**, publicação semestral do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense - ISSN 1517-7793, ano III , n.º 6 - jul-dez. 2001. Publicação online em dez. 2004. Disponível em: http://www.uff.br/geographia/rev_06/lablache6.pdf > Acesso em: 17 nov. 2007.

pesquisa utiliza a análise rítmica do tempo para constatar a relação entre os estados atmosféricos e a prática do Turismo balneário.

No que se refere ao tratamento da natureza na Geografia aplicada ao Turismo, o clima é um dos elementos naturais que pode ser considerado como recurso, já que o turista pode exigir condições climáticas e ambientais bastante distintas, como Turismo de praia e Turismo de neve. Conseqüentemente, em função da modalidade turística, o clima atua como um fator de desenvolvimento e atração ou como um fator de repulsão. A opção está, quase sempre, vinculada ao local de residência do turista e à situação de conforto humano, como mostra a Figura 3.

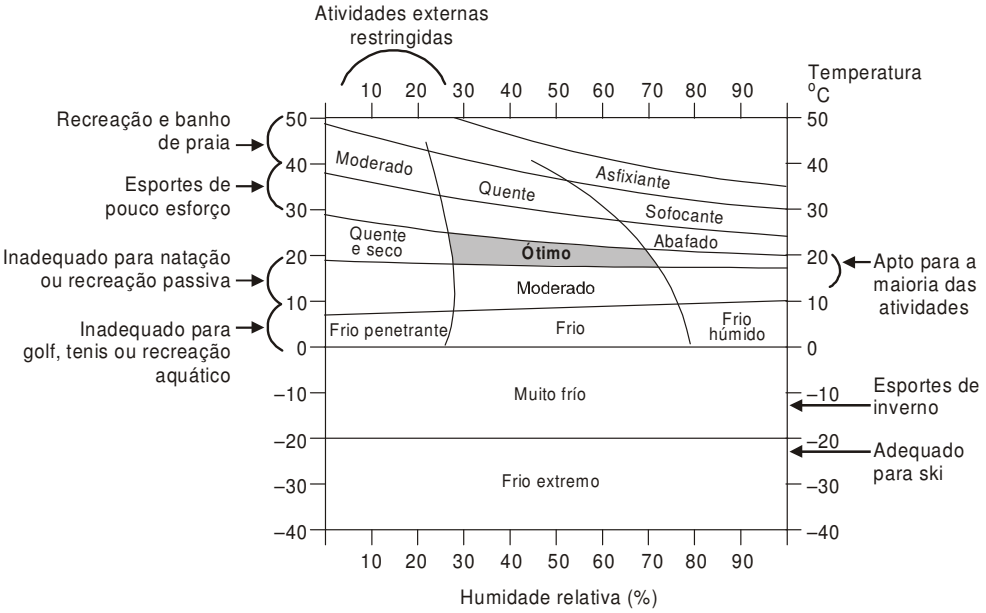


Figura 3. Condições para o conforto humano: temperatura e umidade relativa.
Fonte: VERA *et al.*(1997, p. 67).

Entretanto, nem na própria Geografia existe um consenso sobre o conceito de natureza. Soja (1993, p. 148), em uma perspectiva crítica, contrapõe o conceito de natureza citado anteriormente. Para ele, atualmente, a natureza não existe por si só, pois

> [...] em seus contextos interpretativos apropriados, tanto o espaço material da natureza física quanto o espaço ideativo da natureza humana tem que ser vistos como socialmente produzidos e reproduzidos. Cada um deles precisa ser teorizado e compreendido, portanto, como sendo, ontológica e epistemologicamente, parte da espacialidade da vida social.

Smith (1984, p. 32) complementa:

> A idéia da produção da natureza é bastante paradoxal, a ponto de soar absurda, se julgada pela aparência superficial da natureza na sociedade capitalista. A natureza costuma ser vista precisamente como aquilo que não pode ser produzido; é a antítese da atividade produtiva humana. Em sua aparência mais imediata, a paisagem natural apresenta-se a nós como substrato material da vida cotidiana, o âmbito dos valores de uso, e não dos valores de troca. Como tal, ela é sumamente diferenciada em diversos eixos. Mas, com o progresso da acumulação do capital e a expansão do desenvolvimento econômico, esse substrato material é, cada vez mais, um produto da produção social, e os eixos dominantes de diferenciação têm uma origem crescentemente social. Em suma, quando esta aparência imediata da natureza é situada no contexto histórico, o desenvolvimento da paisagem natural se apresenta como um processo de produção da natureza. Os resultados diferenciados dessa produção da natureza são os sintomas materiais do desenvolvimento desigual. No nível mais abstrato, portanto, é na produção da natureza que o valor de uso e o valor de troca, e o espaço e a sociedade, se fundem.

Soja (1993, p. 48) considera que

> [...] no contexto da sociedade, a natureza, como a espacialidade, é socialmente produzida e reproduzida, apesar de sua aparência de objetividade e separação. O espaço da natureza, portanto, está repleto de política e ideologia, de relações de produção e da possibilidade de ser significativamente transformada.

Ainda que as duas proposições pareçam divergentes (e realmente o são) daquilo que se entende por natureza, substrato da vida material, pode-se concordar que elas se complementam quando inseridas no contexto histórico da produção e organização do espaço turístico. O relevo, por exemplo, é uma característica geográfica natural muito significativa, como os campos de tufos da Capadócia, região de formação vulcânica na Turquia que exerce forte atração turística.

No relevo do Rio de Janeiro, por sua beleza cênica conhecida internacionalmente, o valor de uso e o valor de troca, o espaço e a sociedade fundem-se na produção da natureza. Isso não significa que a natureza não existiria sem a apropriação da sociedade, como sintoma material de desenvolvimento

desigual, mas vale ressaltar que essa natureza social só se explica completamente a partir do conhecimento de suas formas originais.

Com relação aos conceitos fundamentais a serem trabalhados na Geografia do Turismo, Coriolano e Silva (2005, p. 32) sugerem a **relação sociedade-natureza**, "forma como os homens se organizam e se relacionam entre si para produzir sua subsistência e apropriar-se da natureza, pelo trabalho. É a relação socioeconômica e política que direciona a relação com a natureza".

Outro conceito de fundamental importância para o futuro profissional em Turismo é o de paisagem, um dos agentes motivadores da atividade turística. Cavalheiro (2003) resume, na Figura 4, os primeiros estudos da paisagem realizados por diferentes escolas.

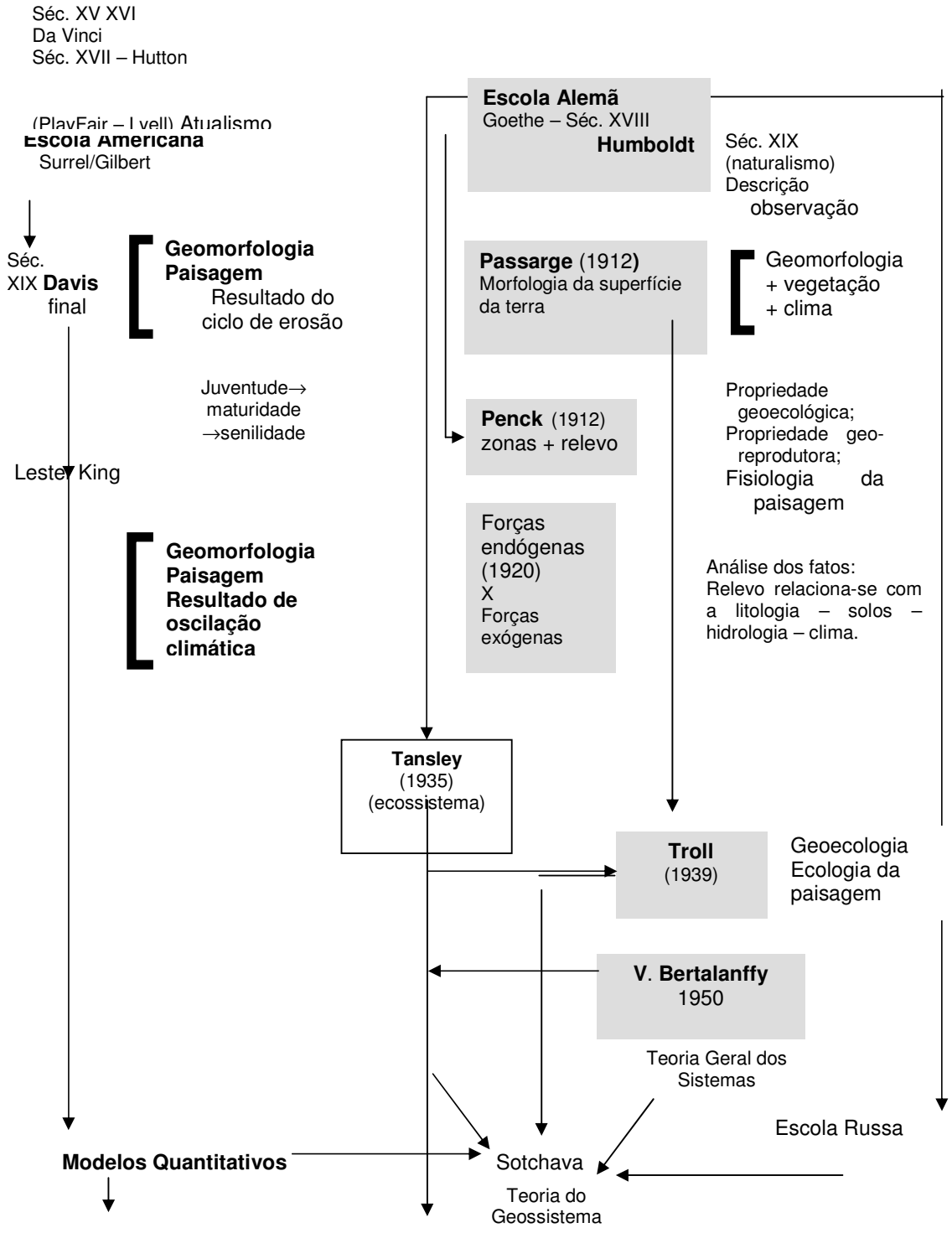


Figura 4. Estudo da paisagem.

Fonte: CAVALHEIRO e PREZZOTTO (2002).

Segundo Cavalheiro (2003), Leonardo da Vinci foi considerado a primeira pessoa a estudar uma paisagem, pois, em sua tela *Mona Lisa* ele apresenta, em segundo plano, alguns elementos geográficos que caracterizam a região onde a obra foi produzida. Para isso, ele precisou "observar" essa região intensamente. De acordo com cientistas italianos, a paisagem que serviu de fundo para a tela de Mona Lisa é a do vilarejo de Ponte Buriano, próximo da cidade de Arezzo, na Toscana, Itália. Por meio de fotos aéreas e estudos computadorizados, os cientistas chegaram a identificar elementos geográficos existentes tanto no lugar quanto na paisagem da tela de Da Vinci[2] (Figura 5).

Figura 5. Tela de Mona Lisa
Fonte: MUSEUM QUALITY (1999, p. 2).

[2] Da Vinci pintou Mona Lisa ou La Gioconda por volta de 1503-1507. Trata-se do retrato de uma dama florentina, Mona Lisa, mulher de um certo Francesco del Giocondo. Em 1550, Giorgio Vasari, biógrafo do artista italiano, disse que Lisa seria a mulher retratada por Da Vinci. E ele era uma fonte confiável, porque conheceu a família de Giocondo pessoalmente. Os estudos de Giuseppe Pallanti confirmaram os dados de Giorgio Vasari. (NOVA CULTURAL, 1998; ITTALIOGI, 2004).

Com o passar do tempo, o termo paisagem passou a ser estudado em diferentes tendências e tornou-se bastante complexo. O geógrafo francês Vidal de La Blache (1896) concebe o homem como hóspede antigo de vários pontos da superfície terrestre, que em cada lugar se adaptou ao meio que o envolvia, criando um conjunto de técnicas e costumes denominados gênero de vida. A diversidade dos meios geográficos explicaria a diversidade dos meios de vida, daí a idéia de que a paisagem deveria confundir-se com a região, isto é, com a área de ação de determinado grupo humano.

A paisagem vidaliana tem sido considerada como uma paisagem criada e artificial. Para muitos geógrafos, ninguém mais que La Blache estudou melhor as paisagens francesas e fez com que os geógrafos encontrassem na paisagem o objeto da Geografia, considerando que é geográfico o que está marcado na paisagem.

Já no campo do Turismo, Boullón (2002, p. 117) considera que “o termo paisagem é tradicionalmente associado ao espaço natural, seja este um lago, uma montanha nevada ou um bosque”. Refere-se às múltiplas definições de paisagem e cita as conclusões de Bernáldez González (1981). Estas referem que a pesquisa bibliográfica indica dois grupos de interpretações: a imagem de um território, nos aspectos de pintura, fotografia ou percepção pelo olho, e interpretação “culta” da paisagem geográfica (que não é visível), respectiva à ligação de diversos elementos de um território mediante relações de interdependência.

Na interpretação de Boullón (2002), o enfoque de paisagem está completamente vinculado à imagem e restringe-se aos elementos naturais que compõem a superfície da Terra:

a) crosta terrestre: terra (montanhas, mesetas, desertos, etc.); água (oceanos, mares, rios, lagos, etc.);
b) clima: temperatura; ventos; chuvas; umidade;
c) organismos vivos: homem; animais (selvagens, semi-selvagens e domésticos); vegetais (árvores, arbustos, plantas e pastos).

A significação "culta" da paisagem (naquilo que não é visível), inclui conceitos abstratos e componentes que podem passar desapercebidos. Entretanto, apesar de essa acepção estar vinculada a uma análise mais científica da paisagem, está muito aquém de uma análise mais criteriosa e crítica.

Esses conceitos demonstram que os estudiosos do Turismo ainda estão bastante afastados das discussões sobre o conceito de paisagem na Geografia, pois nenhum deles se aproxima de uma real compreensão da enorme complexidade social que envolve esse termo.

Numa tentativa de superar qualquer confusão conceitual, o próprio Boullón (2002) sugere que se dê ao termo paisagem o significado proveniente da interpretação dependente da informação visual e simples, que pode ser chamada de geossistema. Entretanto, em um vasto estudo sobre geossistema, inclusive, em escolas européias, Monteiro (2001) considera o conceito polêmico no âmbito da Geografia e da Geografia Física e explicita que

> [...] o geossistema é um conceito simplificador e integrador que tem faltado (e ainda falta) à geografia física francesa. Mas a análise geossistêmica não é assunto para qualquer pesquisador, nem mesmo para equipe isolada. A prática do geossistema implica, em médio prazo, numa reflexão de conjunto, não somente sobre a pesquisa naturalista, mas, sobretudo, sobre a inserção da natureza na análise social onde os geógrafos têm papel de destaque, se assim o desejamos, a elaborar, em conseqüência, um quadro essencial à sua realização. (MONTEIRO, 2001, p. 60).

Cavalheiro (2003) define geossistema como uma unidade da paisagem. Yázigi (2001, p. 34) discute a questão da diferenciação entre os termos ecossistema e paisagem e considera que a paisagem:

> [...] não deve ser confundida com ecossistema, mas com lugares transformados pelas civilizações. A paisagem dos geógrafos é um termo e uma noção de uso fundamentalmente pedagógico. Para o turista ou para o cidadão comum, ela é objeto de contemplação e dos mais diversos significados. É oportuno ainda lembrar que a natureza (assim como o meio) não é paisagem, a primeira existe em si, enquanto a segunda só existe em relação ao homem e segundo sua forma de percebê-la.

Após discutir diversos conceitos de paisagem e de consolidar a idéia de que os lugares só têm valor por causa das pessoas, porque os atributos simbólicos são os marcos, as construções e a arquitetura do homem, vale lembrar Turri (1998), que concebe a paisagem como teatro, onde homem e sociedade agem transformando o território, no sentido ecológico de ambiente de vida, marcando com a própria vida e agindo como o espectador que sabe olhar e entender o movimento realizado.

Para Conti (2003, p. 39),

> [...] a paisagem é uma realidade viva e, nesse sentido, seria adequado designá-la de *tecido ecológico que recobre a superfície das terras emersas.* E o Turismo, como prática social de nosso tempo, pode ser considerado, legitimamente, da Geografia, porque diz respeito ao espaço e, por conseguinte, ao conjunto das paisagens. (Grifo do autor).

Para Santos (1991, p. 61),

> [...] tudo aquilo que vemos, o que nossa vista alcança, é paisagem. Essa pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a nossa vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc.

Santos (1991, p. 37-38) explica também que “tudo são paisagens” ao referir-se a diferentes espaços, como “uma região produtora de café, um centro urbano, etc.”, afirmando que seu traço comum é “a combinação de objetos naturais e objetos sociais resultantes da acumulação da atividade de muitas gerações”. E, ainda, que “a paisagem é o resultado da acumulação de tempos".

A Fenomenologia concebe a paisagem como o espaço subjetivo, percebido, sentido e vivido. Um espaço de cada ser. Assim, um campo com geada tem um sentido para o agricultor e outro para o turista. Um motorista de ônibus tem uma percepção de paisagem diferente da concepção que tem um turista. Enquanto o segundo apreende aquilo que percebe, podendo descrevê-lo de acordo com a sua intuição, o primeiro se ocupa com a trajetória, os cuidados com a pavimentação, o traçado das curvas, etc., ou seja, cada pessoa tem uma forma de percepção.

Os estudos fenomenológicos de Bonfim (1997, p. 22) têm sido aplicados à "ciência geográfica em trabalhos de Yi-Fu-Tuan e Anne Buttimer (Estados Unidos); Edward Relph (Inglaterra) e Mercer e Powel (Austrália)". Suas raízes são encontradas na Geografia Humanista ou Humanística, lançadas nos Estados Unidos por geógrafos insatisfeitos com o princípio lógico e do *optimum* econômico a conduzirem as ações humanas e sua relação espacial. Yi-Fu e Edward Relph buscaram contato com a obra fundamental de uma Geografia Humanista: *L'homme et la terre*: *nature de la réalité géographique,* de Eric Dardel (1952). A originalidade da obra está na "fundação de um diálogo entre Geografia e Fenomenologia de Dardel" (MARANDOLA; GRATÃO, 2003, p. 10). Anne Buttimer orientou-se também pela fenomenologia existencialista de Heidegger e pela Geografia Social, e Tuan buscou outros referenciais na Psicologia, na própria fenomenologia, para construir suas reflexões.

No Brasil, estudos semelhantes foram introduzidos na década de 1970, com início em Rio Claro-SP, na Universidade Estadual Paulista (UNESP), mediante trabalhos referentes à percepção ambiental, sob a orientação de Lívia de Oliveira. Além de ser estudiosa de Piaget e a pioneira da Geografia Humanista no Brasil, torna-se responsável pelas primeiras orientações de Mestrado e Doutorado nas

duas linhas de pesquisa. Dentre os trabalhos orientados pela professora estão: a dissertação de mestrado de Jandira Maria Cechet, *Iniciação cognitiva do mapa***,** defendida em 1982 (CECHET, 1982), a dissertação de Lineu Bley, *Percepção do espaço urbano*: o centro de Curitiba (BLEY, 1982), a tese *A serra do mar paulista: um estudo de paisagem valorizada*, de Lucy Marion C. P. Machado (MACHADO, 1988) e o *Atlas geográfico escolar* de Valéria Trevisan B. de Aguiar (AGUIAR, 1996). (MARANDOLA; GRATÃO, 2003).

Amorim Filho (1999) evidencia também o nome de Lucy Machado junto do nome de Lívia de Oliveira, ao lembrar que elas iniciaram os Encontros Interdisciplinares sobre o Estudo da Paisagem, realizados a cada dois anos. Em 1996, Lívia de Oliveira lançou um livro junto com o arquiteto Vicente Del Rio, *Percepção ambiental: a experiência brasileira*, contando com a experiência de diversos profissionais dedicados à Percepção Ambiental. (DEL RIO; OLIVEIRA, 1996).

O conceito de paisagem percebida remete às noções do ponto de vista do observador, de onde ela é observada. À grande distância, a paisagem se ameniza, com a diminuição de elementos que a compõem. A noção de escala é, portanto, inseparável da noção de paisagem.

Rodrigues (1997) considera que a paisagem é um recurso turístico que, dependendo da posição do observador pode, ao mesmo tempo, mostrar o que se deseja que seja visto e esconder o indesejável.

Já para Pierre George (1975) paisagem é a parcela do espaço analisada virtualmente.

Para Pitte *apud* Castrogiovanni (2002, p.132),

> [...] a paisagem é uma realidade cultural, pois não é somente trabalho humano, mas também objeto de observações, inclusive consumo. A cultura

> desempenha um papel de filtro variável de um para outro indivíduo e de um para outro grupo social. Este fenômeno de movimentos é fundamental nas paisagens turísticas que são avidamente contempladas, mas também profundamente ordenadas para melhor serem observadas.

Pode-se concluir que o termo paisagem, uma das preocupações no ensino da Geografia do Turismo, é imanente à atividade turística, pois as paisagens atuam como atrações aos visitantes que as contemplam. Para tanto, é necessário identificar o que as torna turísticas e estudar os elementos que compõem tais paisagens, entre os quais se pode citar o lugar. Para M. Santos (1994, p. 36), "o lugar é a extensão do acontecer homogêneo ou do acontecer solidário", tendo como ponto de partida duas construções: a configuração territorial e a norma. Estrutura e duração do fenômeno têm a mesma importância. O espaço torna-se algo único, pois as pessoas e os lugares se globalizam.

E Santos (1996, p. 145) enfatiza que os "os lugares se definem, pois, por sua densidade informacional e por sua densidade comunicacional, cuja função os caracteriza e distingue. Essas qualidades se interpenetram, mas não confundem!".

O lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante-identidade-lugar. A cidade, por exemplo, produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo. Este plano é aquele do local. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos de uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço vivido e sentido através do corpo.

O conceito de lugar está relacionado tanto ao sentimento de pertencer quanto à síntese dos aspectos da organização espacial, possibilitando a interpretação dos fenômenos que o constituem em múltiplos espaços e tempos. Pelo lugar, pode-se identificar a singularidade do saber geográfico, a realidade como uma totalidade de processos sociais e naturais numa dimensão histórica e cultural. É no

lugar que mais facilmente se identificam as relações sociais que resultaram na apropriação histórica da natureza pela sociedade, por meio das diferentes formas de organização do trabalho, da maneira de nela intervir e transformá-la.

Os conceitos de lugar sob a luz da Geografia não contemplam a compreensão e o planejamento nas escalas do cotidiano e do Turismo. Yázigi (2001, p. 29) destaca que o conceito de lugar está vinculado à alma – ou à personalidade. “Um conjunto de características, materiais ou não, que marcam um espaço geográfico, independentemente do que um observador possa qualificar de virtudes”.

É necessário ressaltar que todos os locais, apresentando atributos positivos ou negativos, têm personalidade, como, por exemplo, um local cuja atividade econômica seja uma indústria ou refinaria de petróleo muito poluente, uma zona de livre comércio, um pólo turístico como Foz do Iguaçu-PR ou os arenitos de Vila Velha-PR.

Para algumas ciências, como a Antropologia e a Sociologia, a personalidade do lugar tem sido entendida como relações sociais, instituições, arquitetura, urbanismo e toda a cultura material. Entretanto, embora reconhecendo a importância desses elementos, Yázigi (2001) os considera suscetíveis de mudanças e, conseqüentemente, incapazes de fixar uma imagem significativa tanto para os residentes quanto para os turistas. Com base nesse pensamento, o autor considera que os elementos físicos, por sua relativa estabilidade, poderiam contribuir significativamente para a “base imagética” do lugar.

Coriolano e Silva (2005, p. 24) consideram, ainda, de fundamental importância para o futuro profissional em Turismo os destacados e discutidos conceitos de organização espacial e tempo: Organização espacial “é a forma como o espaço é estruturado ou é reordenado para o desenvolvimento das atividades

humanas, entre elas o Turismo". Tempo "é o complemento do espaço (não há espaço sem tempo e tempo sem espaço) usufruído pelos turistas". Sobre o tempo, considera-se necessário comentar que o espaço reflete o tempo passado e o presente e os diferentes ritmos de vida, o que possibilita a compreensão da apropriação do espaço.

Yázigi (2001, p. 34) afirma que "é preciso reconhecer uma multiplicidade de formas e tempos presentes na paisagem. Geomorfologia, vegetação, sistema hídrico, arquitetura, publicidade e outros elementos paisagísticos possuem tempo e dinâmica própria". Nesse contexto, entende-se que a multiplicidade de formas reflete o tempo passado e o presente e possibilita o planejamento futuro.

Segundo Coriolano e Silva (2005, p. 24), espaços rural e urbano são "formas de ordenação espacial com características específicas que nomeiam o Turismo".

Ao constatar os efeitos negativos do Turismo massivo e cada vez mais conscientizados ecologicamente, tanto os órgãos públicos que trabalham no planejamento turístico quanto as empresas privadas vêm procurando alternativas no espaço rural. Esse movimento da sociedade resulta em uma forma de ordenação espacial utilizada para diferenciar dois tipos de Turismo: o rural e o urbano.

O Turismo rural se constitui como fator de desenvolvimento das áreas rurais, com base no respeito pelo patrimônio cultural e natural e na participação direta da população local. Esse tipo de Turismo tem sido incentivado pelos órgãos públicos de pequenos municípios como forma de revitalização socioeconômica.

Quanto ao espaço urbano, Boullón (2002) considera que cada cidade tem uma identidade que seus moradores podem reconhecer espontaneamente ao longo do tempo. Já o turista deve ser ajudado e ensinado a descobrir o que deve ver. Essa

afirmação vem corroborar a questão de que a paisagem pode revelar recursos turísticos e camuflar outros elementos da organização espacial.

Os conceitos de território, territorialidades, território turístico, desterritorializar e reterritorializar são assim abordados: “Território: espaço de relações e disputas de poder, entre os que detêm o capital e os que vendem sua força de trabalho”. Territorialidades são

> (...) formas de poder por apropriações espaciais e formas de resistência em territórios nacionais. [...] A territorialidade refere-se ao conjunto de práticas que garantam a apropriação e a permanência de um dado território por um determinado agente social, que podem ser o Estado, diferentes grupos sociais e as empresas. (CORIOLANO; SILVA, 2005, p. 25-26).

O território turístico “ocorre quando o lugar torna-se recurso capaz de gerar relações turísticas, [e] ocorre o uso do espaço formando territorialidades”. (CORIOLANO e SILVA, 2005, p. 26).

Desterritorializar e reterritorializar são

> [...] formas como [os] grupos detentores de capital alocam-se pelos territórios, como as redes hoteleiras chegam e saem, apontando a mobilidade da mão-de-obra e dos fluxos turísticos. Perdem-se ou ganham-se territórios, e esses processos definem-se como desterritorialização ou reterritorialização. (CORIOLANO e SILVA, 2005, p. 26).

Segundo Haesbaert (2000, p. 166), a desterritorialização refere-se a

> [...] espaços que, ‘arrasados’ e padronizados à feição do modelo dominante, muitos preferem considerar espaços sem história, sem identidade. Neles a velocidade atroz das novas tecnologias transforma num ritmo alucinante a paisagem e incorpora áreas imensas numa mesma rede hierarquizada de fluxos alinhavada em escalas que vão muito além dos níveis local e ‘regional’.

Já entre os pesquisadores do Turismo, o conceito de território assume significados diversos. Boullón (2002, p. 84), ao conceituar centro turístico, refere-se ao termo território sem o sentido de poder:

> [...] É todo conglomerado urbano que conta em seu próprio território ou dentro de seu raio de influência com atrativos turísticos de tipo e hierarquia suficientes para motivar uma viagem turística. A fim de permitir uma viagem de ida e volta no mesmo dia, o raio de influência foi calculado em duas horas de distância – tempo. Essa relação é uma medida que estabelece a

> extensão do caminho que, nessa unidade de tempo, um ônibus de transporte turístico pode percorrer.

Sua interpretação de território está desvinculada das relações de poder, como mostra a Figura 6.

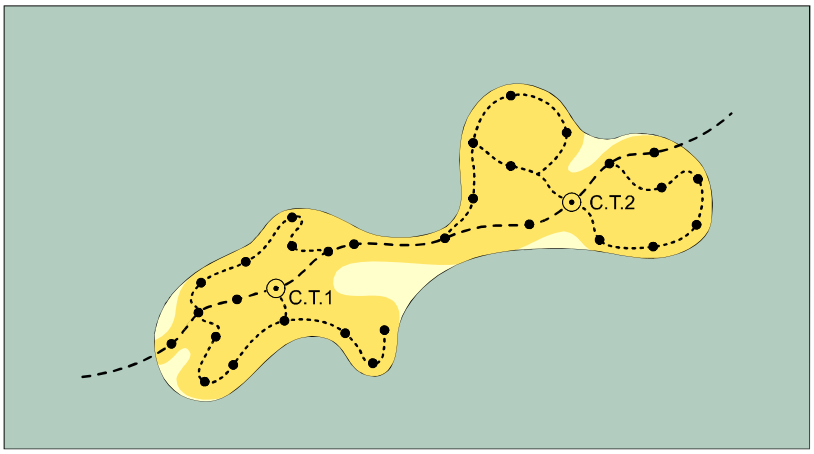


Figura 6. Subdivisões em áreas de uma zona turística

Fonte: BOULLÓN (2002, p. 84).

No entanto, na Geografia, o termo território pode ser entendido como a expressão que melhor define a modernização vinculada à funcionalidade e ao utilitarismo do capitalismo. A mesma expressão leva ao conceito de desterritorialização.

Outro conceito considerado importante para o entendimento do espaço turístico é o de rede.

Coriolano e Silva (2005, p. 31) definem rede como

> [...] a formação de uma malha na qual os seus pontos estão interligados horizontalmente e se espalham para todos os lados, sem que nenhum de seus pontos ou nós possa ser considerado principal ou central nem representante dos demais. [...] Novo paradigma da sociedade contemporânea, que vive num ritmo cada vez mais acelerado facilitado pelas redes de cidades, de hotéis, de serviços, de digitais interativas, por exemplo

A propósito da rede urbana, Corrêa (1989, p. 87) entende ser o “conjunto funcionalmente articulado de centros, que se constitui na estrutura territorial onde se verifica a criação, a apropriação e circulação do valor excedente”.

Note-se, na figura 7, como considera Correa (1989, p. 87), a existência de centros que, devido à apropriação e à circulação do excedente, acabam gerando uma hierarquização ou diferenciação espacial.

A desigualdade espacial é observável em uma região mais densamente urbanizada, que o autor denomina de *core region* ou *hearthland*, e outra menos povoada, considerada como hinterlândia. Embora apresentem diferenciações, elas também são correlatas. A rede representada na Figura 7 é resultante de vários processos que visam à maximização dos lucros.

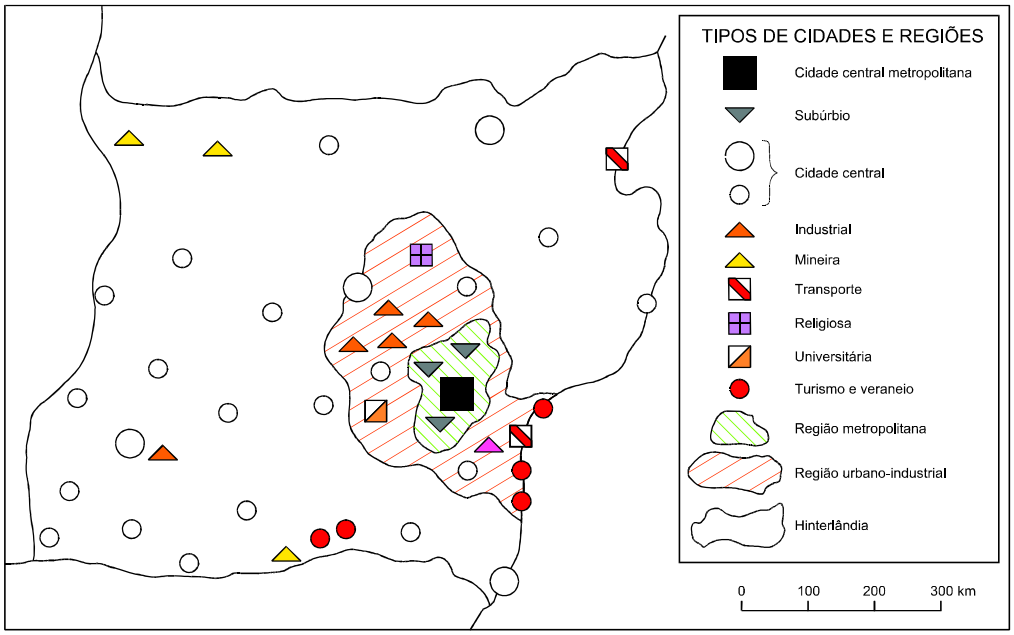


Figura 7. Rede urbana complexa – exemplo hipotético.
Fonte: CORRÊA (1989, p. 87).

Embora o conceito de rede tenha avançado bastante em relação aos estudos de Corrêa (1989), não perdeu sua essência e, no caso desta pesquisa, é no Turismo que se tem observado a implantação de novas redes de hotéis e de

comunicação, possibilitando a compra de passagens e a reserva de hospedagens em qualquer parte do mundo sem que o turista tenha que sair de casa ou do local de trabalho. Ainda no âmbito do Turismo podem-se observar os “nós” ou “pontos centrais” que exercem hegemonia sobre os outros, criando uma infindável malha ou rede.

Continuando a observação dos conceitos fundamentais para o futuro profissional em Turismo, lembram-se os de produção espacial, de técnica e de litoral, conforme Santos (1996, p. 25):

> Produção espacial – É o resultado da ação humana formando um grupo indissociável de objetos e de ações.
> Técnica – É o conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o homem realiza sua vida, produz e cria espaço. O que distingue as épocas econômicas não é o que se faz, mas como se faz.

Para Pires (2001, p. 230),

> [...] a base do desenvolvimento do Turismo repousa sobre a existência de certos elementos e manifestações de origem natural e cultural que despertam o interesse nato do ser humano. Tais elementos são os recursos turísticos [...]. A base da caracterização dos recursos turísticos está vinculada à noção de utilização humana.

Pires (2001, p. 231) refere também que “o conjunto de bens ao qual o Turismo irá recorrer, buscando as qualidades e os atributos requeridos pela demanda turística, são a natureza, a cultura e a paisagem”.

Entre os recursos naturais de interesse turístico, Pires (2001, p. 233) destaca: “as zonas costeiras (mar costeiro, praias, restingas, dunas, costões, planícies, deltas, baías, enseadas) e as ilhas (oceânicas, costeiras, fluviais)”.

Para Morais (1996), o litoral pode ser considerado uma continuação do continente, formado por diferentes ecossistemas, como praias, cordões litorâneos, planícies, enfim todas as formas litorâneas, zonas délticas e regiões de plataforma continental que se encontram entre 10 e 20 metros de profundidade.

Cruz (2003) ultrapassa a definição de litoral e refere-se ao termo praia, uma vez que esse termo é mais usualmente aplicado sendo um dos mais associados ao Turismo e ao lazer em um país tipicamente tropical como o Brasil, com um vasto litoral constituído por diferentes paisagens, sejam elas complementadas pela ação da sociedade, sejam naturais.

Para a definição de praia, comumente definida por alunos, como sol, mar e calor, Cruz (2003, p. 83-84) explicita que

> [...] até a promulgação da Lei n.º 7.661/88, que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), não se encontrava a definição de praia em nenhum diploma legal do país, o que resultava em grande dificuldade de aplicação prática dos instrumentos legais referentes a essa porção do espaço. Segundo esta lei, 'entende-se por praia a área coberta e descoberta periodicamente pelas águas, acrescida da faixa subseqüente de materiais detríticos, tais como areias, cascalhos, seixos e pedregulhos, até o limite onde se inicia a vegetação natural ou, em sua ausência, onde comece um outro ecossistema'.

Cruz (2003) lembra, ainda, a Lei n.^{0} 7.661/88, por meio de seu artigo 19, *caput,* a qual, antecipando-se à Constituição Federal de 1988, determina serem as praias "bens de uso comum do povo", o que significa que não há praia estadual/municipal ou particular.

Segundo a Lei, todas as praias do Brasil são consideradas áreas públicas; a União é responsável pelos chamados terrenos da marinha. Trata-se de uma faixa de terra de 33 metros contados a partir da linha de maré – preamar média – para dentro do continente. Para morar, abrir um negócio ou realizar um evento dentro dessa faixa, é preciso ter autorização da Secretaria de Patrimônio da União (SPU). No caso de construção, o proprietário paga apenas uma taxa anual a SPU. O município não pode cobrar Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e nem coibir ocupações irregulares.

Entretanto, o Projeto Orla, dos Ministérios do Meio Ambiente e do Planejamento (2002), visando estimular o desenvolvimento sustentável dos

municípios litorâneos e a preservação ordenada do meio ambiente, cede terrenos da marinha para os municípios administrarem por 12 meses, com opção de renovar por mais 60 meses. Com isso, as prefeituras ficaram obrigadas a criar e executar planos de gestão da orla marítima para estimular a preservação da natureza e o desenvolvimento sustentável. Além disso, os municípios passaram a ter poder para legalizar ou derrubar imóveis irregulares na orla, cobrar IPTU e ainda terão participação porcentual nas taxas cobradas pela União.

Embora "legalmente" o litoral brasileiro esteja sendo regulamentado, é nele que a desterritorialização, no sentido abordado anteriormente, é mais perceptível. Grandes empresas hoteleiras instalam-se em antigas colônias de pescadores ou em locais de paisagens privilegiadas, criando um territorialismo segregador.

Quanto ao termo região, existem diversas interpretações. No sentido mais amplo do termo, região é qualquer porção territorial, não importando o tamanho, macro, meso ou micro, que pode ser individualizado na superfície terrestre.

Na linguagem cotidiana, o termo região está associado a dois outros conceitos geográficos – localização e extensão – como, por exemplo, uma região montanhosa, uma região pobre, a região central de uma cidade, uma região agroindustrial, etc. Nesse contexto, a região pode ser definida segundo diferentes critérios, sejam eles naturais ou culturais. Entretanto, a palavra região deriva do latim *regere,* cujo radical, *reg,* deu origem a outras palavras, como regra e regência, que possibilitam associar o termo a outro significado, como o utilizado no Império Romano: "*regione"*, para indicar áreas que, embora tivessem uma administração local, estavam subordinadas às regras estabelecidas por Roma.

Segundo Coriolano e Silva (2005, p. 30), região é um espaço geográfico segmentado, componente de um espaço geográfico maior para ser trabalhado de

forma integrada. Trata-se de um dos conceitos mais discutidos e polêmicos da Geografia".

Outro sentido de região é o de unidade administrativa, utilizado para a hierarquização e o controle de poder. Essa divisão territorial com caráter político-administrativo iniciou-se no fim da Idade Média e ficou bem caracterizada com as *Régions,* na França, as *Províncias*, na Itália, e *Laender*, na Alemanha. Até os dias atuais, a malha regional equivale freqüentemente aos limites da autonomia dos poderes locais na gestão do território. Esse mesmo enfoque pode ser utilizado na questão das empresas transnacionais que estabelecem redes de hierarquização como estratégia de gestão de negócios.

No Turismo, o conceito de região ainda não está sistematizado de forma clara, existindo uma certa ambigüidade em suas formulações. Para Lozato-Giotard (1990), a região turística corresponde a uma área com uma imagem ou identidade que gera certa freqüência turística. Comumente é identificada como o conjunto natural onde ela está situada. Nessa conceituação, considera-se uma região turística o conjunto de grandes núcleos ou focos de importante freqüência turística do litoral. Yázigi (2001) explica que a região turística abrange área que oferece serviços e equipamentos turísticos, que possivelmente se confunde com um conjunto natural cujo núcleo se caracteriza por freqüentação turística.

Yázigi (2001, p. 33-34) distingue três tipos de regiões turísticas: “os âmbitos espaciais considerados *a priori*, onde existem atividades turísticas suscetíveis de serem analisadas; as regiões homogêneas; e as unidades administrativas consideradas regiões turísticas”.

No que se refere ao termo regionalização, segundo Coriolano e Silva (2005, p. 30), é “uma estratégia geopolítica de compartimentar espaços para trabalhá-los em porções menores e alcançar objetivos mais imediatos e localizados”.

Outra conceituação bem discutida e aceita é a delimitação de conjuntos espaciais a partir de critérios preestabelecidos, como cidade, cultura, mundo, população e unidade geoambiental.

Coriolano e Silva (2005, p. 30-31) definem a cidade como “lugar de concentração de população, de serviços urbanos, de infra-estrutura, de produtores e consumidores, de residentes e turistas”. E definem cultura como

> [...] conjunto de valores materiais e imateriais (espirituais), forma de ser de um povo envolvendo os conhecimentos, artes, leis, costumes e valores de uma sociedade. É o veículo que possibilita a comunicação entre residentes e turistas.

O termo mundo é definido por Coriolano e Silva (2005, p. 31) como “a totalidade dos lugares, o planisfério. Uma abstração. Está contido no lugar”. E o termo população é assim conceituado: “São os sujeitos do ato da produção social, agrupados em classes sociais".

Já o termo unidade geoambiental é definido por Coriolano e Silva (2005, p. 32) como

> [...] elemento básico do relevo, do parcelamento espacial, componentes (físicos, biológicos e sociais|) de natureza geológica, geomorfológica, hidro-climática, pedológica, fito-ecológica, econômica, política e cultural. Exemplo: litoral, serras, sertão, cerrado, semi-árido, pantanal, amazônia, pampa gaúcho.

Coriolano e Silva (2005, p. 33-34) consideram ainda que

> [...] o uso dos mapas e a compreensão dos fusos horários, igualmente precisam ser repassados e aplicados para melhor compreensão dos lugares turísticos globais. Países, estados, municípios, bairros, pontos turísticos, tudo isto possui um ponto comum: são lugares que possuem localização no espaço terrestre, dada pela latitude e longitude, ou coordenadas geográficas, que possuem forma e podem ser representados em maior ou menor escala, através da técnica cartográfica.

Os autores justificam a importância dos conhecimentos cartográficos com a necessidade que o turista independente tem, ao percorrer espaços desconhecidos, de se orientar com segurança nos roteiros escolhidos.

Conti (2003) estabelece, no Quadro 1, as noções básicas para o estudo do espaço geográfico:

Quadro 1 - Noções básicas para o estudo do espaço geográfico

Noções	**Correlações**	**Produto**	**Discussão**
Posição no globo	Coordenadas geográficas	Localização	Diferenciação de áreas
Orientação	Pólo geográfico	Obtenção de referenciais	Dinamismo dos fatos naturais e humanos
Escala	Padrões de grandeza	Cartografia/ Sensoriamento remoto	Formas de representação
Habitat	Características econômicas, históricas e culturais	Distribuição dos estabelecimentos humanos	Questionamentos ideológicos, políticos, etc.
Ecúmeno ou ambiente	Recursos naturais, questão ecológica	Organização pelos seres humanos	Sociedade/ natureza
Zonalidade	Faixas de latitude	Grandes domínios naturais	Possibilismo X Determinismo

Fonte: CONTI (2003, inédito).[3]

Para Conti (2003), essas noções são fundamentais para iniciar qualquer raciocínio geográfico e se constituem em diferencial entre a Geografia e as outras ciências. Ele procura associar os fatos turísticos às diferentes categorias geográficas, tais como: zonalidade, relevo, clima, hidrografia, grandes conjuntos vegetais e contatos terra/mar.

Sobre a questão zonalidade e turismo, Conti (2003) explica que a relação entre as características do espaço e as faixas de latitude, em macro-escala, pode ser o ponto de partida para as análises geográficas, uma vez que os aspectos

[3] Este quadro foi comentado no decorrer das aulas do professor José Bueno Conti e não foi publicado. Por sua orientação, acrescenta-se a palavra *inédito*.

naturais decorrentes da zonalidade influenciam na diferenciação da produção e organização do espaço, na paisagem, na cultura e, conseqüentemente, no tipo de Turismo praticado. Considera que no contexto da Geografia pode-se falar em *Geografia Zonal,* e que no contexto do Turismo a diferenciação das condições geográficas gera forte atração turística. Os habitantes das altas e médias latitudes, por exemplo, sentem-se motivados para conhecerem as regiões de baixas latitudes-tropicais, devido a suas elevadas e médias temperaturas e conseqüente biodiversidade. Como exemplo dessa realidade, cita a atração exercida pelo Pantanal por estar localizado em zona de baixa latitude e pelo sol da meia-noite, localizado em zona oposta, só possível além do paralelo 66º33'.

Conti (2003) considera também o relevo como outra categoria geográfica importante para o Turismo, justificando que, além de ser um dos componentes da identidade regional, possui beleza cênica que atrai turistas. No caso do relevo, cita o Rio de Janeiro.

Os turistas podem se deixar atrair por características litológicas e geomorfológicas. Conti exemplifica essa questão com as formas produzidas pelo calcário, no qual ocorre um processo

> [...] de erosão por dissolução, que origina vales profundos ou *canyons* depressões ovaladas de contornos sinuosos – as dolinas, – além de outras formas chamadas lápies (caneluras) e poljés (áreas deprimidas e de fundo plano). Acrescente-se a isso, o fato de que a grande permeabilidade das rochas conduz à formação de fissuras que vão alimentar uma rica rede hidrográfica subterrânea, cujo traçado é orientado por linhas de fragilidade, espacialmente diáclases e falhas. O processo de dissolução cria numerosas cavidades subterrâneas, as grutas ou cavernas, muito procuradas por apreciadores de raridades naturais como estalactites e estalagmites (CONTI, 2003, p. 62).

Raridades, como as grutas de Maquiné e da Lapinha, são encontradas no Vale da Ribeira, em São Paulo, e em outros estados brasileiros como Minas Gerais, Bahia e Ceará.

No Paraná, merecem destaque as formações areníticas e quartzíticas de cimento silicoso que, quando trabalhadas pela erosão, evoluem para formas curiosas e atraentes, como é o caso de Vila Velha. Entre as regiões areníticas e quartzíticas, constituem-se como atrativos as encostas da Chapada dos Guimarães-MT e as Sete Cidades do Piauí.

Ainda segundo Conti (2003), nas regiões áridas e semi-áridas do interior nordestino, encontram-se formas de relevo residuais, formando saliências – *inselbergs* – como as de Quixadá, no Ceará, além de outras, que estão atuando como atrações turísticas.

Para Conti (2003), essas noções constituem as principais categorias de estudo em geografia e os temas correlatos para o Turismo, conforme se observa no Quadro 2.

Quadro 2 – Temas correlatos para o Turismo

Categorias	Temas
Paisagem	Cultura e natureza
Território	Poder
Região	Organização do Espaço
Lugar	Topofilia, percepção
Rede	Sistema

Fonte: CONTI (2003, inédito).[4]

Os diferentes enfoques citados fazem com que alguns estudiosos se preocupem com os conteúdos a serem ministrados pela Geografia no curso de Turismo, a ponto de estabelecerem uma diferenciação entre Geografia Turística e Geografia do Turismo:

[4] Este quadro foi comentado no decorrer das aulas do professor José Bueno Conti e não foi publicado. Por sua orientação, acrescenta-se a palavra *inédito*.

Rodrigues (2001), ao discutir a questão, considera que os cursos superiores de turismo se espalharam em todos os estados do Brasil, especialmente a partir de 1995. A geografia era considerada nos conteúdos geográficos de geografia do Brasil ou geografia geral para dar suporte aos estudos de Turismo, especialmente no aspecto dos mapas que ilustram os locais nacionais e internacionais em que o turismo já se consagrou.

A autora argumenta que a Geografia que consta na maioria dos cursos de Turismo, desde os técnicos aos superiores, restringe-se a informações sobre a descrição de lugares e de recursos turísticos considerados naturais, desconsiderando as relações sociedade-natureza, pode ser considerada como Geografia Turística. Considera ainda que para o entendimento da Geografia do Turismo, é necessário questionar se a Geografia ajuda a entender o Turismo ou se é o Turismo que ajuda a entender a Geografia?

Afirma que essa questão ainda não está respondida, pois implica no aprofundamento tanto do significado da Geografia quanto do Turismo. Conclui o questionamento, sugerindo que a Geografia do Turismo fomenta a reflexão geográfica e que esta é necessária para o entendimento do fenômeno do Turismo porque contempla sua natureza complexa, examinando os campos econômico, sociológico, antropológico, cultural e outros com determinantes espaciais. Os objetivos da Geografia do Turismo são a análise e a interpretação do espaço turístico.

Sobre a questão de um referencial teórico-metodológico da Geografia do Turismo, Rodrigues (2001) refere que as tendências da Geografia do Turismo perpassam a tradicional descrição, a quantificação, a Geografia crítica e, ainda, com pouca expressividade, a teoria geral dos sistemas, chegando até mesmo a

contemplar a Geografia Humanística e Cultural, amparada na percepção espacial e no comportamento ambiental.

Entre essas tendências, indica que a mais significativa, ou seja, a que predomina nos encontros de Turismo e nos textos publicados, são estudos sobre os impactos negativos do Turismo no ambiente, que, no seu sentido amplo, abrange o meio, físico e o social-cultural, provocados por mega empreendimentos financiados por capitais hegemônicos.

De acordo com Rodrigues (2001), outra inclinação dos geógrafos é criticar o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), proposto pelo Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (MICT) e pelo Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), porque, segundo esses estudos, na prática, a maior parte dos recursos financeiros foi destinada aos grandes receptores de turistas do país, a grandes projetos de empresas ou a grupos corporativos do setor, em detrimento dos municípios menores que não puderam fazer muito mais do que discutir sobre a importância do Turismo.

Ao final de uma exposição sobre as diferentes categorias de análise do espaço propostas por Milton Santos, da consideração da paisagem como categoria de análise e da mostra esquemática do enfoque sistêmico que compõe o sistema turístico (como citado na Figura 2), Rodrigues (2001, p. 116-118) propõe um programa de Geografia do Turismo, reproduzido integralmente a seguir:

> O TURISMO COMO IMPORTANTE FENÔMENO SOCIAL E SUA EXPRESSÃO TERRITORIAL
>
> EMENTA
>
> Análise do papel do Turismo no Brasil no cenário da globalização da economia e da mundialização da cultura. Tratamento conceitual do espaço turístico em Geografia. Elementos do espaço turístico e categorias de análise num enfoque geográfico, contemplando os aspectos sincrônicos e diacrônicos. Leitura, propriedade e classificação qualitativa da paisagem para fins turísticos. Grandes domínios geossistêmicos – o espaço brasileiro.

O Turismo e o mito da sustentabilidade, contemplando as políticas públicas e a gestão ambiental. O Turismo e a gestão participativa territorial local. Modelos de organização espacial. Métodos de representação gráfica e cartográfica aplicados ao Turismo.

OBJETIVOS

a) focalizar o Turismo no cenário da globalização;
b) compreender o Turismo enquanto fenômeno social;
c) analisar o Turismo como produtor e consumidor do espaço;
d) compreender as limitações do Turismo como indutor de desenvolvimento;
e) discutir estratégias de planejamento e gestão do Turismo em escala regional e local;
f) aplicar o sistema de informações geográficas para representação e interpretação do fenômeno do Turismo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1) Conceito de espaço geográfico e de espaço turístico
    Evolução conceitual
    Linhas teórico-metodológicas
2) Elementos do espaço turístico
    Demanda, População Residente; Recursos e Atrativos; Infra-estrutura Básica de Apoio, Superestrutura, Meio Ecológico e Meio Técnico-científico Informacional
3) Categorias de análise espacial
    Paisagem (formas)
    Função
    Estrutura
    Processo
4) Organização espacial – leitura da paisagem
    Aspectos sensorial e cognitivo
    Fatores de avaliação estética
    Propriedades visuais
    Classificação hierárquica
5) Turismo e apropriação do território
    5.1 Turismo em espaços urbanos
    5.2 Turismo em espaços rurais
    5.3 Turismo em unidades de conservação
6) Grandes domínios geossistêmicos e potencialidades turísticas
    6.1 Divisão territorial mundial
    6.2 O espaço brasileiro
7 Turismo e sustentabilidade
    7.1 Políticas públicas e gestão ambiental – ênfase para a Agenda 21
    7.2 Gestão participativa e desenvolvimento socioespacial
8 Cartografia aplicada ao Turismo
    8.1 Representações gráficas
    8.2 Semiologia gráfica
    8.3 Noções de processamento aplicadas ao Turismo.

Atuando como professora de Geografia do Turismo durante os últimos sete anos, a autora do presente trabalho constata que essa proposta multidisciplinar é praticamente inviável na prática, uma vez que contempla um conteúdo vasto e

complexo para uma carga horária que varia entre 72 e 90 horas anuais, além de listar conteúdos trabalhados em outras disciplinas do curso, tais como Organização e Planejamento Turístico e Meio Ambiente. Entretanto, os itens 1, 2, 3 e 4, com ressalvas, indicam um bom caminho para essa disciplina.

No próximo capítulo, será realizado um breve histórico do curso de Turismo no Brasil e no Paraná. Serão apresentadas as faculdades que ofertam o curso no Brasil e especialmente no Paraná e as datas de início de funcionamento. A listagem está de acordo com as informações do MEC. Entretanto, vale salientar que podem existir outros cursos não listados por terem começado depois da realização desta pesquisa, assim como algumas faculdades particulares podem não estar mais ofertando o curso devido a pouca demanda.

4 O CURSO DE TURISMO NO BRASIL E NO PARANÁ: UM BREVE HISTÓRICO

O primeiro curso superior de Turismo no país tornou-se viável depois do Parecer n.º 35/71, do Ministério da Educação e Cultura (MEC), elaborado pelo relator, conselheiro Roberto Siqueira Campos. Com base no Parecer, a Resolução s/n, de 28/01/71, do Conselho Federal de Educação, estabeleceu o conteúdo mínimo e a duração do curso superior de Turismo:

> Art. 1.º. A formação em nível superior de profissionais para o planejamento e a organização do Turismo será feita em curso de graduação em Turismo.
>
> Art. 2.º. O currículo do curso compreenderá, no mínimo, as seguintes matérias e atividades:
> a) matérias: Sociologia; História do Brasil; Geografia do Brasil; História da Cultura; Estudos Brasileiros; Introdução à Administração; Noções de Direito; Técnica Publicitária; Planejamento e Organização do Turismo;
> b) estágio em entidades oficiais e privadas de Turismo e hotelaria.

O Art. 3.º da Resolução cita que no ensino da Geografia terá ênfase a Cartografia. Vale ressaltar que se considera a Cartografia como a arte de conceber, criar e elaborar mapas para atender às necessidades dos seres humanos.

Segundo Kolacny (1977, p.1),

> [...] a Cartografia, derivada das necessidades de vida do homem, destina-se a ser uma vantagem para ele. Portanto, tanto a elaboração como a utilização de mapas, que têm estado bastante interligadas desde o início de sua história conjunta, devem ser de igual interesse para o **cartógrafo**. (Grifo acrescentado).

Entretanto, a ênfase dada à Cartografia pela Geografia foi entendida pelos coordenadores e docentes de Turismo como a tarefa de elaboração de cartas ou mapas. A teoria da Cartografia se relacionou quase que exclusivamente com a criação e a produção de trabalhos cartográficos. Sobre esse assunto torna-se necessário discutir a seguinte questão: a Geografia é a ciência que descreve,

analisa, discute e interpreta o espaço geográfico produzido pelas diferentes sociedades, já a Cartografia é a ciência que representa os fenômenos naturais e sociais que ocorrem no espaço geográfico. Mas a representação de fatos ou fenômenos geográficos necessita de técnicas e conhecimentos específicos do cartógrafo, ao qual compete a transformação de informações em representações cartográficas, enquanto ao profissional do Turismo, compete a leitura e a interpretação da comunicação cartográfica.

Ainda em 1971, ano da Resolução que estabeleceu a formação em nível superior de profissionais para planejamento e a organização do Turismo, a atual Universidade Anhembi Morumbi deu início ao primeiro curso de Turismo do país. Como na época o Brasil passava por um processo de modernização, o curso de Turismo foi visto como uma possibilidade de ascensão econômica para uma parcela da população que ansiava trabalhar em setores mais dinâmicos e modernos da economia.

Em março de 1972, a Faculdade Ibero-Americana também disponibilizou sua primeira turma em Turismo. Seu idealizador, o Prof. Dr. Júlio Garcia Morejón, após pesquisa realizada sobre o interesse pela atividade, verificou que o Turismo seria, em breve, área de vital importância para o crescimento do Brasil.

Ao chegar ao meio acadêmico, o Turismo provocou a abertura de inúmeras faculdades, como se pode ver na relação apresentada por Matias (2002) (Quadro 3).

Quadro 3 - Cursos superiores de Turismo criados a partir de 1970

Ano	Instituição de Ensino	Cidade	Estado
1971	Faculdade Morumbi, atual Universidade Anhembi Morumbi (UAM)	São Paulo	SP
1972	Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas – atual Centro Universitário Ibero-Americano (UNIBERO)	São Paulo	SP
1973	Faculdade de Turismo da Guanabara	Rio de Janeiro	RJ
1973	Faculdade de Ciências Exatas, Administrativas e Sociais	Brasília	DF
1973	União Pioneira de Integração Social	Brasília	DF
1973	Universidade de São Paulo – Escola de Comunicações e Artes / (USP/ECA)	São Paulo	SP
1973	Faculdade Ideal de Letras e Ciências Humanas	São Paulo	SP
1973	Faculdade de Turismo Padre Manuel da Nóbrega	São Paulo	SP
1973	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)	Porto Alegre	RS
1974	Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC/CAMPINAS)	Campinas	SP
1974	Faculdade da Cidade	Rio de Janeiro	RJ
1975	Universidade Católica de Pernambuco	Recife	PE
1976	Associação Educacional do Litoral Santista (FAELIS)	Santos	SP
1976	Organização Santa Amarense de Educação e Cultura – atual Universidade de Santo Amaro (UNISA)	São Paulo	SP
1976	Universidade Federal de Pernambuco	Recife	PE
1976	Faculdade Capital de Administração e Estatística – atual Centro Universitário Capital	São Paulo	SP
1977	Faculdade Hélio Alonso (FACHa)	Rio de Janeiro	RJ
1978	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Curitiba	PR
1979	Faculdade de Administração Hoteleira – Curso de Hotelaria	Caxias do Sul	RS
1980	Faculdade de Turismo Embaixador Paschoal Carlos Magno	Rio de Janeiro	RJ
1981	Instituto Cultural Newton Paiva Pereira – atual Centro Universitário Paiva Pereira	Belo Horizonte	MG
1984	Faculdade de Turismo da Bahia	Salvador	BA
1984	Faculdade Hebraico-Brasileira Renascença – Curso de Hotelaria	São Paulo	SP
1985	Faculdades de Ciências Aplicadas	Foz do Iguaçu	PR
1985	Universidade de Fortaleza (UNIFOR)	Fortaleza	CE
1987	Universidade Federal do Maranhão	São Luiz	MA
1989	SENAC/CEATEL (instala o primeiro curso superior de Tecnologia em Hotelaria)	São Paulo	SP
1990	Faculdade de Hotelaria e Turismo da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)– Curso de Turismo e Hotelaria	Camboriú	SC
1990	Universidade Paulista (UNIP)	São Paulo	SP

Fonte: TRIGO (1996); REJOWSKI (1996) adaptados por MATIAS (2002, p. 6-7).

Entretanto, há divergências entre publicações. TRIGO, em outra publicação, (2000, 213) cita que o curso de Turismo da Universidade de São Paulo foi criado em 1972 e não em 1973, como consta no Quadro 3, e que o curso de Turismo da Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas, em São Paulo, foi criado em 1973.

De acordo com o mesmo autor, em 1971 foi criada a primeira revista acadêmica sobre Turismo, editada pela Organização Bandeirante de Tecnologia e Cultura, entidade mantenedora da então Faculdade de Turismo do Morumbi-SP e da Faculdade de Turismo da Guanabara (hoje Rio de Janeiro). No entanto, observe-se que em 1971 ainda não existia a faculdade de Turismo da Guanabara. Talvez ele se refira à entidade que se tornaria posteriormente a Faculdade da Guanabara.

Refere também que no mesmo ano teve origem o curso de Turismo da Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas, em São Paulo-SP, mas, conforme o Quadro 3, isso ocorreu em 1972. (Divergem as duas formas de ver). Relata também que se efetivou o I Ciclo Nacional Universitário de Turismo e Comunicações, promovido pelo departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP).

Em 1975, além de se realizar o Congresso Mundial da *American Society of Travel Agents* (Asta), no Rio de Janeiro-RJ, concretizou-se também o I Congresso Nacional de Turismo (CONTUR), promovido pela ECA/USP, de 27 de abril a 1.º de maio. Essa realização inaugurou uma série que se encerrou em 1986 com o IX Contur em Salvador (BA).

Em 1976, foram implementados os cursos de Turismo na Faculdade Associação Educacional do Litoral Santista (FAELIS), em Santos-SP, e na Faculdade Capital de Administração e Estatística (FCAE), em São Paulo-SP.

Trigo (2000, p. 214) descreve os principais acontecimentos de 1978:

> [...] Criado em São Paulo o Centro de Estudos de Administração em Turismo e Hotelaria (CEATEL), do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) São Paulo. Desde 1996, seu nome é Centro de Educação em Turismo e Hotelaria (CET) e abrange a Faculdade Senac de Turismo e Hotelaria. A unidade atua com pioneirismo no ensino superior e médio de hotelaria e Turismo, meio ambiente e gastronomia. Atualmente, possui três unidades: a sede em São Paulo e os dois hotéis-escola: o Grande Hotel São Pedro, em Águas de São Pedro, e o Grande Hotel Campos do Jordão. Os hotéis-escola do Senac-São Paulo são os maiores e mais bem equipados do Brasil e servem de laboratórios e espaço privilegiado de estágio para seus alunos e profissionais em geral. [...] Criado o curso de Hotelaria na Faculdade de Administração Hoteleira da Universidade de Caxias do Sul-RS. [...] Criado em Curitiba o primeiro curso de Turismo do Paraná, ofertado pela Universidade Federal do Paraná.

Em 1979, teve início a circulação do *Informativo Cepitur*, editado pelo curso de Turismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas-SP e ligado ao Centro de Pesquisas e Informações Turísticas (CEPITUR). A revista circulou até 1993, mas as publicações da área de Turismo foram inseridas na revista *Comunicarte,* do Instituto de Artes, Comunicações e Turismo da PUCSP.

Em 1980, começou o curso de Turismo na Associação Educacional Veiga de Almeida – Faculdade de Turismo Embaixador Paschoal Carlos Magno (INPA), no Rio de Janeiro-RJ. Desenvolveu-se também o I Fórum Nacional de Turismo e Lazer, de 1.º a 4 de setembro, em São Paulo, promovido pela ECA/USP. Foi fundada a Associação Brasileira de Dirigentes de Escolas de Turismo e Hotelaria (ABDETH) (até 1993 tinha o nome de Associação Brasileira de Dirigentes de Escola de Hotelaria - ABDEH) pelos professores José Ruy Veloso Campos e Bahij Amin Atur. (TRIGO, 2000, 215).

A primeira bibliografia brasileira sobre Turismo foi publicada em 1982, após ser organizada por Domitila M. Bercht. Constou de aproximadamente mil indicações

bibliográficas entre livros, apostilas, folhetos e pesquisas. O livro foi lançado pela editora Tiradentes em São Paulo.

Em 1983, além de se realizar o II Fórum Nacional de Turismo e Lazer, de 5 a 8 de julho, em São Paulo, promovido pela ECA/USP, foi reconhecido pelo MEC o curso de Turismo sediado no Instituto de Artes, Comunicações e Turismo, na Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Houve também, na década de 80, a criação do curso de Hotelaria na Faculdade Hebraico-Brasileira Renascença, em São Paulo-SP, em 1984, e do curso de Turismo na Faculdade de Ciências de Foz do Iguaçu-PR, em 1985.

Em 1987, o Instituto de Estudos do Lazer e Turismo (LELATUR), formado por um grupo de docentes da ECA/USP promoveu um seminário em São Paulo denominado *Turismo e lazer: realidade brasileira*, em comemoração ao Ano Nacional de Turismo. No mesmo ano, foi instituída formalmente a Associação Brasileira de Bacharéis e Estudantes de Turismo (ABBTUR), que funcionava desde 1979 ligada a ABBTUR regional do Rio de Janeiro. E em 1989, concretizou-se o I Encontro de Turismo da cidade de São Paulo, promovido por Anhembi Turismo e Eventos e Prefeitura Municipal de São Paulo.

Trigo (2000, p. 216) resume da seguinte forma os acontecimentos turísticos de 1990 e 1991:

> 1990 – Começa a circular o periódico *Turismo em análise*, editado pelo Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo da ECA/USP. [...] A Universidade Paulista (UNIP) inicia seu curso de Turismo, implantado na unidade da Avenida Paulista (São Paulo). A UNIP expandiu seus cursos para as cidades de Campinas e Ribeirão Preto, em 1998, e para Santos, São José dos Campos e Araraquara, em 1999. Neste ano, possuía onze cursos de Turismo no estado de São Paulo, com cerca de 1.800 alunos. [...] [Em 1991] [...] foi realizado o Encontro Ibero-Americano de Instituições de Educação em Hotelaria e Turismo, de 14 a 18 de outubro, em Águas de São Pedro-SP, promovido pelo SENAC, *Centro Interamericano de Investigación y Documentación sobre Formación Profesional* (CINTERFOR) e ABDEH, atualmente ABDETH. [E foi] realizado o I Encontro de Docentes do Ensino Superior de Turismo e Hotelaria do Estado de São Paulo em Águas de Lindóia-SP, promovido pelo Conselho das Faculdades de Turismo e Hotelaria do Estado de São Paulo (CONFATHESP).

Em 1992, surgiu o Centro de Estudos Turísticos (CETUR) do Centro Universitário Ibero-Americano, em São Paulo. Por meio de novo regimento, sofreu reformulação e estimulou estudos e pesquisas vinculados ao Turismo. Houve o início da edição do boletim técnico periódico, *Boletim do Curso de Turismo*.

Os anos de 1993 e 1994 se caracterizaram pela realização de simpósios e encontros, como o I Simpósio Latino-americano de Docentes e Pesquisadores Científicos de Turismo, de 24 a 27 de novembro, em Salvador-BA, promovido pela ECA/USP e pela Faculdade de Turismo da Bahia, em 1993, e o II Encontro de Docentes do Ensino Superior de Turismo e Hotelaria de São Paulo, de 27 a 29 de maio, em Águas de Lindóia-SP, promovido pelo CONFATHESP, em 1994. Neste ano houve também a publicação do primeiro levantamento geral sobre os cursos superiores (bacharelado e tecnologia) de Turismo e Hotelaria no Brasil, realizada pelas professoras Marília dos Reis Gomes Ansarah e Miriam Rejowski na revista *Turismo em análise* (v. 5, n.1, maio 1994) da ECA/USP. Existiam então 32 cursos superiores, dos quais 29 de Turismo, dois de Hotelaria, e um de Turismo e Hotelaria em todo o Brasil.

O ano de 1995 se caracterizou pela ampliação de cursos e de programas de pós-graduação, como fez o Grande Hotel São Pedro, unidade educacional vinculada ao Centro de Educação em Turismo e Hotelaria do SENAC, que passou a oferecer: o curso de Cozinheiro-Chefe Internacional, em convênio com *The Culinary Institute of America*; o curso superior de Tecnologia em Hotelaria, com vestibular realizado pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), e programas de pós-graduação *lato sensu* de Administração Hoteleira e Administração do Turismo. Segundo Trigo (2000), com esses cursos a cidade de Águas de São Pedro

inaugurou sua primeira faculdade, e no interior de São Paulo surgiu um novo Centro de Educação e Pesquisa em Hotelaria e Turismo.

Em 1996, a Comissão de Especialistas do Ensino de Administração da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação convidou, pela primeira vez, um bacharel em Turismo, responsável por pareceres consultivos sobre os cursos superiores de Turismo e Hotelaria no Brasil. O primeiro representante foi o professor Luiz Gonzaga Godoi Trigo, que exerceu a função de 1996 a 1997. O segundo representante foi a professora Marília Gomes dos Reis Ansarah, que passou a desempenhar a função desde 1998.

No mesmo ano, foi publicado o segundo levantamento sobre cursos superiores de Turismo e Hotelaria na revista *Turismo em análise* (v. 7, n. 1, maio 1996) da ECA/USP. Foram citados quarenta cursos de Turismo, oito de Hotelaria, um de Turismo e Hotelaria, e o início de cursos de outras áreas com ênfase em Turismo (Geografia e Administração), totalizando 52 cursos. A listagem atualizada pela professora Marília Ansarah, em setembro de 1999, apresentava a seguinte configuração:

> Turismo: 115 cursos; Hotelaria: 21 cursos; Turismo e Hotelaria: 4 cursos. Geografia (com ênfase): 1 curso; História (com ênfase): 1 curso; Arquitetura (com ênfase): 3 cursos; Administração (com ênfase): 15 cursos. (ANSARAH *apud* TRIGO, 2000, p. 218).

Em 1997, em virtude da boa aceitação do Plano Real pelo público, bem como da abertura do mercado brasileiro ao comércio, aos investimentos do exterior e à estabilização da moeda e da economia, o Brasil passou a oferecer serviços destinados ao lazer, ao Turismo, à hotelaria, à gastronomia e ao entretenimento em geral. A demanda de profissionais capacitados para trabalhar nessas áreas relativamente novas (no Brasil) gerou uma procura por cursos superiores de Turismo e Hotelaria. De 52 cursos superiores de Turismo e Hotelaria, de 1996, o total passou

para aproximadamente 150, mas a maioria dos cursos não contava com “professores formados e/ou especializados nessas áreas, comprometendo assim a formação profissional. (TRIGO, 2000, p. 218).

Entretanto, ainda em 1997, questões pertinentes à formação profissional, às diferentes modalidades de Turismo, à demanda e ao mercado começaram a ser discutidas entre docentes, profissionais envolvidos na área e estudantes em Encontros de Turismo com Base Local.

O I Encontro Nacional de Turismo com Base Local foi idealizado e coordenado pela Prof.ª Dr.ª Adyr Balastreri Rodrigues, do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, no ano de 1997, e apresentou como propósitos:

> a) discutir formas alternativas de turismo, em contraposição aos modelos de turismo global, aos quais estavam subordinados os mega projetos em implantação na Amazônia, no Centro-Oeste e no Nordeste;
> b) sugerir novas modalidades de turismo, mais adequadas às realidades regionais/locais nas quais se inserem;
> c) refletir sobre a mobilização de capitais e agentes locais, tanto na concepção quanto na implantação e gestão de projetos de pequeno e médio porte.
>
> A conferência de abertura, "Turismo e Lugar: Micro-Economia e Novo Planejamento", foi proferida pelo Prof. Dr. Milton Santos.
> Demais conferências:
>
> a) "Turismo Local: Oportunidades para Inserção" – Prof.ª Dr.ª Adyr Balastreri Rodrigues;
> b) "Efeitos Ambientais do Turismo" – Prof.ª Dr.ª Doris Ruschamnn;
> c) "Planejamento del Turismo Local" - Prof. Dr. Roberto Boullon (Universidad de Buenos Aires).
>
> Nas comunicações coordenadas foram feitas 38 apresentações e a diversidade de temas propiciou a realização de 24 mesas-redondas formadas por participantes de áreas diversas do conhecimento e de vários Estados brasileiros. Nesse cenário ocorreram acirradas discussões no [aspecto] de uma reflexão mais profunda e de caráter científico sobre o turismo com base local.
> O evento reuniu cerca de 500 participantes do Brasil contando, também, com representantes do Chile, Argentina e Uruguai. Foi financiado pela FINEP, FAPEP e CAPES, e pelos programas de pós-graduação em Geografia da Universidade de São Paulo, além de ter recebido apoio da AGB-São Paulo e da TAM.
> Após a realização do Evento, foram selecionados textos para publicação em forma de livros, sendo produzidas três obras:
> a) turismo e ambiente: reflexões e propostas (177 p.);

b) turismo e desenvolvimento local (207 p.);
c) turismo, modernidade e globalização (218 p.).

Dessa forma, acredita-se que o Encontro contribuiu para uma reflexão teórica do turismo, como fato econômico, político, social e cultural, com sérias repercussões sobre o espaço.

O tema do II Encontro foi "O Turismo como Vetor do Desenvolvimento Local". Este Evento foi realizado no período de 2 a 5 de novembro de 1998, em Fortaleza e coordenado pelos professores Dr. Luiz Cruz Lima, Dr. Fábio Perdigão Vasconcelos e Msc. Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano, junto ao Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE). O evento contou com 380 participantes inscritos e ofereceu uma média de 50 cortesias para órgãos públicos, Secretarias e convidados especiais.
Estiveram presentes ao Evento os conferencistas: Prof. Rodolfo Bertoncello, da Universidade de Buenos Aires, Prof. Dr. José Carpio Martin, da Universidade Complutense de Madrid, e Prof. Dr. Álvaro Lopez Galelo, da Universidade de Montevidéo.
A participação dos conferencistas brasileiros foi valiosa e buscou a contextualização da atividade turística como vetor de desenvolvimento local, uma vez que o envolvimento dos atores no processo em questão, reflete-se na espacialização dessa atividade.
As conferências proferidas no Evento foram:
a) as novas territorialidades no uso turístico do Ceará - Professor Luiz Cruz;
b) a política do turismo no estado do Ceará - Secretaria de Turismo do Ceará;
c) abordagem geográfica do turismo - Professores Drª. Adyr Rodrigues;
d) as modalidades do turismo e suas implicações sócio-espaciais - Professor Dr. Rodolfo Bertoncello;
e) o desenvolvimento local e o turismo - Professor Dr. Cárpiuo Martim;
f) a política de turismo no Uruguai - Professor Dr. Álvaro Galero.

Foram realizadas doze mesas-redondas, com temáticas voltadas para os eixos Turismo Ambiental, Turismo Cultural, Ecoturismo, Turismo e Ensino, Turismo e Patrimônio, Turismo Religioso, etc., e apresentados quatro estudos de casos empresariais do Ceará.
Os artigos das conferências, mesas-redondas e comunicações livres foram condensados em três livros publicados pela Universidade Estadual do Ceará:
a) *Turismo com Ética* (org. Luzia Neide Coriolano);
b) *Da cidade ao campo: Saber fazer turismo* (org. Luiz Cruz Lima);
c) *Turismo e meio ambiente* (org. Fábio Perdigão Vasconcelos).

O referencial teórico contido na bibliografia acima merece destaque junto à produção de estudos acadêmicos que formulam estratégias para o planejamento de uma atividade turística consciente e como vetor de desenvolvimento local.

O III Encontro de Turismo com Base Local apresentou a temática central "Turismo, Mitos e Ritos". Foi realizado em Manaus, no período de 25 a 30 de outubro de 1999, no Campus da Universidade do Amazonas. Foi coordenado pelas professoras Msc. Ivani Ferreira de Faria e Maria Angélica Cavicchioli, do departamento de Geografia da Universidade do Amazonas, contando com a presença de 470 participantes.
O Evento aconteceu em cinco dias, nos períodos da manhã, tarde e noite. Sua estrutura comportou treze minicursos, seis mesas-redondas, quatro conferências, 60 comunicações livres, excursões e atividades culturais.

Na plenária final do Evento, ficou deliberado que as futuras comissões organizadoras deveriam contar com os ex-coordenadores dos encontros anteriores como Comissão Nacional do Encontro Nacional de Turismo com Base Local, a inserção do eixo de discussão sobre o Turismo na Amazônia, como tema cativo dos futuros encontros, e a criação de um Grupo de Trabalho ou grupo de estudo sobre o turismo na Amazônia. Na votação para a escolha do local do IV ENTBL Brasília e Joinvile, apresentaram propostas, sendo que a última venceu por uma diferença de dois votos.
Entre as atividades do Evento mereceram destaque as conferências abaixo relacionadas:

a) rituais para o planejamento do turismo - Professora Msc. Eny Kleyde Vasconcelos Farias;
b) o papel da fantasia no turismo e na paisagem - Professor Dr. Eduardo Yázigi - USP;
c) ecoturismo na Amazônia - Dr. Aldenir Paraguassú - MMA;
d) turismo e tempo livre: uma alternativa para o terceiro milênio - Professor Dr. Domenico de Masi - Universidade de Roma.

Os minicursos foram realizados para atender a uma demanda de estudantes dos mais variados cursos, com vistas à atividade turística em ascensão na Região Amazônica.
Mereceram destaque os elementos naturais contidos em cada cenário do Evento, onde foram valorizados os mitos e os ritos integrantes da cultura e da paisagem regional.

O IV Encontro Nacional de Turismo com Base Local foi realizado nos dias 15 e 18 de Novembro de 2000, na cidade de Joinville/SC. A temática central refletiu a idéia da comemoração dos 500 anos de Descobrimento do Brasil e criou o título: "Redescobrindo a Ecologia no Turismo".
O tema central foi direcionado para a linha do ecoturismo, perpassando por várias áreas do conhecimento, apresentando grupos de trabalho com os seguintes eixos:

a) agroturismo e turismo rural;
b) educação ambiental e patrimonial;
c) turismo e preservação ambiental;
d) estudos de turismo: contribuições de outras disciplinas que tenham o turismo como objeto de estudo (antropologia, economia, geografia, engenharia, sociologia, medicina);
e) impactos socioculturais e socioeconômicos do turismo;
f) planejamento de turismo e patrimônio cultural;
g) meio ambiente, especulação imobiliária, indústria e turismo;
h) turismo "alternativo" (ecoturismo, ecológico, verde, aventura, aquático);
i) o turismo como atividade multisetorial: comunicação, marketing, administração, educação.

Mereceram destaque as conferências e mesas-redondas abaixo relacionadas:

a) localismo e Isolamento, uma reflexão sobre o turismo e as "populações tradicionais" - Professor Dr. Antônio Carlos Robert de Moraes;
b) paradigmas contemporâneos sobre meio ambiente - Antônio C. S. Diegues;
c) Entre as atividades do Evento mereceram destaque as conferências abaixo relacionadas:
   - localismo e isolamento, uma reflexão sobre o turismo e as "populações tradicionais" - Professor Dr. Antônio Carlos Robert de Moraes;
   - paradigmas contemporâneos sobre meio ambiente - Antônio C. S. Diegues;
   - mesas-redondas;
   - turismo e o mito da sustentabilidade;

- as três sustentabilidades do turismo;
- O Turismo a partir da Visão da Academia, do Trade, das Instituições Governamentais e das ONG's.

O V Encontro Nacional de Turismo com Base Local aborda o tema Políticas Públicas e o Lugar do Turismo e foi realizado em Brasília, no período de 13 a 17 de novembro de 2001.

Público-alvo

Professores, pesquisadores, estudantes, empresas de turismo, instituições vinculadas à área, organizações governamentais, organizações não governamentais e público em geral.

Objetivos

- Aprofundar reflexões sobre as especificidades do turismo, tendo como referencial o lugar.
- Discutir estratégias de visibilidade do turismo considerando as múltiplas relações que se espacializam, interagem com o meio ambiente natural e cultural, modificando os lugares e o cotidiano das comunidades.
- Propor os pontos relevantes para a elaboração da Carta de Brasília, considerando as Políticas Públicas que contemplam as Atividades Turísticas e o Lugar do Turismo no Ideário Desenvolvimentista Nacional.

Comissão organizadora

Universidade de Brasília - UnB
Instituto de Ciências Humanas - IH
Departamento de Geografia - GEA
- *Marilia Luiza Peluso e Maria José de Souza.*

Universidade Católica de Brasília - UCB
- *Ricardo da Silva*

Universidade Católica de Goiás - UCG
- *Ycarim Melgaço Barbosa.*

Universidade Federal de Goiás - UFG
- *Maria Geralda de Almeida*

Universidade Católica Dom Bosco - UCDB/MS
- *Milton Augusto Pasquotto Mariani*

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS
- *Edvaldo César Moretti*

Centro Luterano de Palmas - ULBRA/TO
- *Lúcio Flavo Mariane Adorno*

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS
- *Silvana Aparecida Lucato Moretti*

Escola Técnica Federal do Mato Grosso - ETFMT
Faculdade Afirmativo - FAFI/MT
- *Zuleika Alves Arruda.*

Apesar de que os ENTBL tenham continuado a se realizar anualmente, aqui não se continuará a citá-los, pois é necessário fazer considerações sobre a formação dos geógrafos e sobre os cursos.

Embora em 2001 já tivessem ocorrido cinco ENTBL, e outros eventos relacionados a questões acadêmicas, Matias, em publicação de 2002, refere-se ainda ao fato de que os primeiros cursos enfrentaram dificuldades, como: a falta de profissionais especializados; a inexistência de bibliografia sobre o assunto; a falta de padronização da carga horária (três ou quatro anos) e currículos mínimos humanísticos e pouco profissionalizantes. Um dos principais problemas enfrentados foi – e ainda é – daí a importância de se retomar a citação de Matias (2002) quanto à falta de adequação das disciplinas e dos respectivos conteúdos e programas ao curso.

Quanto à inadequação das disciplinas e de seus devidos conteúdos ao curso, é importante lembrar que o Turismo utiliza o arcabouço de várias ciências da área de Humanas, as quais, em alguns casos – como o de Geografia – ainda não encontraram um referencial acadêmico que possa contemplar as necessidades do futuro profissional em Turismo.

Outra problemática encarada pelo curso de Turismo, desde a sua criação, foi a disputa de sua inserção em dois campos do saber: Administração de Empresas ou Educação Física.

Na década de 80, efetivaram-se duas tentativas com a intenção de acabar com a autonomia do curso de Turismo e transformá-lo em Administração, sem consulta aos bacharéis e estudantes do curso. Matias (2002, p. 9) explica que

> [...] a primeira investida foi na área profissional, quando o Conselho Federal de Técnicos de Administração, por meio das Resoluções n. ^{0} 27 e 28, criou nos Conselhos Regionais de Técnicos em Administração o registro específico para os bacharéis em Turismo, sem a reserva de mercado para o bacharel em Turismo e inserindo uma categoria dentro da outra. A segunda

> tentativa ocorreu na área de formação, por meio da Indicação n.º 3/81, dos conselheiros Fernando Afonso Gay da Fonseca, Hélcio U. Saraiva e Esther de Figueiredo Ferraz e com o Parecer do Conselheiro Paulo Natanael Pereira de Souza. Essa legislação era favorável à reestruturação dos cursos isolados de Turismo, para transformá-los em habilitação do Curso de Administração ou de outro, onde fossem ministrados, no caso de Universidades, a critério da Instituição.

Esse fato provocou o III Encontro Nacional de Bacharéis e Estudantes de Turismo (ENBETUR) na cidade de Porto Alegre-RS, em 1981, quando a categoria se mostrou contrária à transformação do curso e criou uma Comissão de Currículos e Programas com o objetivo de discutir o currículo proposto pela Resolução s/n de 28/01/71.

Essa comissão propôs a elaboração de um novo currículo do qual faziam parte as seguintes matérias e habilitações, como lembra Matias (2002):

a) matérias do currículo mínimo: Sociologia, História, Geografia, Administração, Direito, Ciências e Técnicas em Comunicação, Planejamento e Organização do Turismo, Estatística, Metodologia Científica, Economia, Psicologia, Antropologia e Contabilidade;

b) habilitações: Administração de Empresas Turísticas, Planejamento Turístico e Animação Turística.

Os objetivos das habilitações eram: formar profissionais para o exercício da Administração de Empresas Turísticas públicas e privadas; atuar em assessorias para elaborar o planejamento da atividade turística e de lazer, em âmbito de macroplanejamento de núcleos receptores e emissores urbanos e rurais; atuar nas atividades de animação ligadas ao lazer, à recreação e ao Turismo, dando ênfase aos agentes culturais e aos guias de Turismo, distintos daqueles formados em cursos técnicos.

Essa proposta foi enviada ao Conselho Federal de Educação, que solicitou uma avaliação à Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), a qual não tem e nunca teve entre suas atribuições tratar da Educação Turística de Ensino Superior.

Após discussões com universitários, bacharéis em Turismo, diretores e até mesmo empresários do setor, a EMBRATUR propôs ao MEC que fosse mantida a autonomia do curso de Turismo aprovado pelo Parecer de n.º 35/71, mas sugeriu algumas alterações para o estabelecimento de um currículo mínimo, que deveria ofertar matérias básicas e profissionais. As matérias profissionais seriam optativas, conforme mostra Matias (2002, p. 15; 16-17) a seguir:

a) matérias básicas: Matemática; Estatística; Contabilidade; Teoria Econômica; Metodologia Científica; Planejamento e Organização do Turismo; Legislação Aplicada; Mercadologia e Psicologia;

b) habilitações alternativas:

> 1.ª opção: Hotelaria: Organização Hoteleira e Técnicas Operacionais, Administração Hoteleira, Administração Financeira e Orçamento, Mercadologia Aplicada e Prática – Estágio;
>
> 2.ª opção: Agenciamento e Transporte: Produção e Organização de Serviços Turísticos, Administração Aplicada, Administração Financeira e Orçamento, Mercadologia e Prática – Estágio;
>
> 3.ª opção: Planejamento: Sociologia, Organização de Turismo Interno e Externo, Infra-estrutura Turística, Equipamento Turístico, Elaboração e Análise de Projetos e Prática – Estágio.

Matias (2002) observa que, de acordo com a proposta, a duração mínima do curso seria de quatro anos para qualquer das alternativas, e a carga horária mínima seria de 2.700 horas. Não estariam incluídas nessa carga horária as disciplinas de Educação Física e de Estudos dos Problemas Brasileiros. O estágio deveria ocupar 10% da carga horária mínima do curso.

Essa proposta não foi colocada em prática, nela a Geografia não se encontra entre as disciplinas básicas e nem mesmo entre as habilitações alternativas. A ênfase é a capacitação dos alunos para a área de Produção, Administração e Planejamento dos serviços turísticos. Aqui se questiona: como trabalhar Planejamento e Organização do Turismo, Organização do Turismo Interno e Externo, Produção e Organização de Serviços Turísticos, sem o conhecimento espacial, alicerce da maioria da oferta turística?

Em 1995, foi realizado em Curitiba-PR o IV Encontro Nacional de Bacharéis e Estudantes de Turismo (ENBETUR). De acordo com Matias (2002), na ocasião, a Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo (ABBTUR) propôs um novo currículo mínimo de Turismo, cujo núcleo comum deveria ser constituído de matérias e disciplinas diversificadas, em função das ênfases, e por matérias eletivas.

De acordo com a proposta, o curso de Turismo seria constituído das seguintes matérias para o núcleo comum: Sociologia, História do Brasil, Geografia do Brasil, História da Cultura, Patrimônio Turístico, Introdução à Administração, Noções de Direito, Técnicas Publicitárias, Planejamento e Organização do Turismo.

Do quadro das matérias eletivas constariam: Psicologia, Língua Estrangeira, Economia, Realidade Socioeconômica e Política Regional, Teoria Geral de Sistemas, Métodos de Pesquisa em Turismo, Filosofia, Língua Portuguesa, Meio Ambiente e Relações Humanas.

Essas matérias teriam seus conteúdos direcionados para a aplicabilidade no Turismo, e as ênfases sugeridas foram: Agenciamento, Alimentos e Bebidas, Eventos, Hotelaria e Meios de Hospedagem, Lazer e Recreação, Planejamento Turístico,Transportes.

Ainda segundo Matias (2002), em 1995, a Associação Brasileira de Dirigentes de Escolas de Turismo e Hotelaria (ABDETH) organizou discussões com o objetivo de atualizar o currículo mínimo de Turismo. A Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e Desporto (SESU-MEC), por meio da Comissão de Especialistas de Ensino de Administração (CEEAD), também sugeriu à ABBTUR que realizasse discussões em âmbito nacional para organizar um novo currículo.

As discussões entre a ABBTUR e a ABDETH resultaram no Seminário Nacional de Reformulação Curricular dos Cursos de Turismo e Hotelaria na cidade de São Paulo. Nesse seminário, foi estabelecida uma nova proposta de currículo que foi encaminhada a SESU-MEC.

De acordo com a proposta, o curso de Turismo deveria ter carga horária mínima de 3.000 horas, com tempo de duração do curso entre o mínimo de quatro anos e o máximo de sete anos.

Segundo Matias (2002, p. 18), a estrutura curricular ficou assim estabelecida:

- formação básica – 25% (750 horas/aula);
- formação profissional – 45% (1.350 horas/aula);
- formação complementar – 20% (600 horas/aula);
- estágio – 10% (300 horas).

A formação básica deveria ser constituída pelas seguintes disciplinas: Sociologia, Geografia, História, Administração, Economia, Direito, Estatística, Metodologia Científica e Psicologia.

Integrariam as matérias de formação profissional: Planejamento e Organização do Turismo, Teoria Geral do Turismo, Marketing, Eventos, Lazer, Hospedagem, Alimentos e Bebidas, Agenciamento, Transportes, Informática, Contabilidade, Língua Estrangeira.

Matérias de formação complementar seriam: Antropologia, Língua Portuguesa e Matemática.

Em fevereiro de 1996, essa proposta foi enviada para a SESU–MEC, que a encaminhou para a CEEAD para análise, pois o curso de Turismo estava inserido nessa comissão. A proposta foi aprovada pela Comissão de Especialistas de Ensino de Administração e encaminhada ao Conselho Nacional de Educação (CNE) para aprovação final e publicação, com implantação obrigatória a partir de 1998. Entretanto, as chamadas novas diretrizes curriculares só se tornaram obrigatórias em 2003, e embora os cursos seguissem essas recomendações não cumpriam a carga mínima obrigatória. Até que, em 2006, a carga mínima passou para 2.400 horas.

Quanto à autonomia do curso, Matias (2002) lembra que somente em 2000 o Secretário de Educação Superior do Ministério de Educação, Antônio MacDowell de Figueiredo, criou, por meio da Portaria n.º 1.518, de 16 de junho de 2000, a Comissão de Especialistas de Ensino de Turismo – com mandato para dois anos – composta pelos professores Luiz Gonzaga Godói Trigo (PUC/Campinas); Mirian Rejowski (USP) e Miguel Bahl (UFPR). Assim, a primeira comissão foi estabelecida pelo SESU-MEC.

Em 2003, o Conselho Nacional de Educação, por intermédio do Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, resolveu, no uso de suas atribuições e tendo em vista os pareceres anteriores, instituir as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo, Bacharelado, a serem observadas pelas instituições de ensino superior em sua organização curricular.

A Resolução n.º 0288/2003 sugere que o curso de graduação em Turismo deve possibilitar aos alunos competências e habilidades nas mais diferentes áreas, destacando-se, entre outras, conforme o artigo 4, item X:

> [...] domínios de técnicas relacionados com a seleção e avaliação de informações **geográficas**, históricas, artísticas, esportivas, recreativas e de entretenimento, folclóricas, artesanais, gastronômicas, religiosas, políticas e outros traços culturais, como diversas formas de manifestação da comunidade humana (grifo acrescentado).

Ainda de acordo com a Resolução n.º 0288/2003 os cursos de graduação em Turismo devem observar em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular os seguintes conteúdos interligados, conforme o Ministério da Educação:

> I – Conteúdos Básicos: estudos relacionados com os aspectos sociológicos, antropológicos, históricos, filosóficos, **geográficos**, culturais e artísticos, que conformam as sociedades e suas diferentes culturas (grifo acrescentado);
> II – Conteúdos Específicos: estudos relacionados com a Teoria Geral do Turismo, Teoria da Informação e Comunicação, estabelecendo ainda as relações do Turismo com a administração, o direito, a economia, a estatística e a contabilidade, além do domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira;
> III – Conteúdos teórico-práticos: estudos localizados nos respectivos espaços de fluxo turístico, compreendendo visitas técnicas, inventário turístico, laboratório de aprendizagem e de estágios.

Observa-se que os conteúdos foram mais valorizados que as disciplinas. Essas diretrizes curriculares sugerem uma Geografia que possibilite aos alunos habilidades e competências para:

a) correlacionar as políticas do Turismo e a legislação pertinente, tendo em vista orientar o desenvolvimento sustentável dos destinos, serviços e organizações turísticas;
b) planejar a gestão dos destinos, serviços e organizações turísticas, identificando sua viabilidade socioeconômica e ambiental (natural e cultural) diante dos diferentes mercados;

c) analisar e interpretar dados e informações turísticas com base em estatísticas, cartas e mapas, projeções e tendências;

d) interagir em equipes multi e interdisciplinares nos diversos contextos organizacionais e sociais da área do Turismo;

e) agir em consonância com os princípios de legalidade e ética do Turismo.

De acordo com a Portaria INEP n.° 92 , de 29 de junho de 2006, publicada no Diário Oficial de 30 de junho de 2006, Seção 2 , p. 23,

> [...] O Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no uso de suas atribuições, tendo em vista a Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, a Portaria n.º 603, de 07 de março de 2006, e nos termos do art. 9.º, VI, VIII e IX, da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, resolve:
>
> Art. 1.°: Designar para compor a Comissão Assessora de Avaliação da Área de **Turismo**, os seguintes professores: Dário Luiz Dias Paixão, Centro Universitário Positivo; Dóris Van de Meene Ruschman, Universidade do Vale do Itajaí; Karina Toledo Solha, Pontifícia Universidade Católica de Campinas; Luiz Gonzaga Godói Trigo, Universidade de São Paulo; Marilia Gomes dos Reis Ansarah, Universidade Paulista; Miguel Bahl, Universidade Federal do Paraná; e Miriam Rejowski, Universidade de Caxias do Sul.
>
> Art. 2.°: A Comissão tem as seguintes atribuições:
>
> a) propor diretrizes, objetivos e outras especificações necessárias à elaboração dos instrumentos de avaliação a serem aplicados no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) dos Cursos de Graduação em Turismo;
>
> b) propor diretrizes, objetivos e outras especificações necessárias à avaliação *in loco* dos Cursos de Graduação (ACG) em Turismo;
>
> c elaborar os produtos resultantes dos processos de construção do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) e da Avaliação *in loco* dos Cursos de Graduação (ACG).
>
> Art. 3.°. Esta Comissão está vinculada à Diretoria de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior (DEAES), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).
>
> Art. 4.°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Entre as atribuições da comissão está a proposição de diretrizes, de objetivos e de outras especificações necessárias à elaboração dos instrumentos de avaliação a serem aplicados no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) dos cursos de graduação em Turismo, cujos resultados certamente levantam discussões e indicam suportes teórico-metodológicos, não só para os docentes em Geografia, mas para todos os envolvidos nos cursos de Turismo.

No Paraná, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP)/MEC, as instituições que ofertam o curso de Turismo (Anexo G) estão apresentadas no Quadro 4.

Quadro 4 – Instituições que ofertam o curso de Turismo no Paraná.

INSTITUIÇÕES	MUNICÍPIO	INÍCIO CURSO
Centro Universitário Filadélfia (UNIFIL)	Londrina	31/07/2001
Centro Universitário Campos de Andrade (UNIANDRADE)	Curitiba	01/03/1999
Centro Universitário de Maringá (CEUMAR-CESUMAR)	Maringá	19/06/2000
Centro Universitário Positivo (UNICENP)	Curitiba	02/03/1999
Faculdade Cristo Rei (FACCREI)	Cornélio Procópio	26/02/2002
Faculdade de Apucarana (FAP)	Apucarana	19/02/2001
Faculdade Dinâmica das Cataratas (UDC)	Foz do Iguaçu	31/07/2000
Faculdade do Norte Pioneiro de Jacarezinho (FANORPIJAC)	Jacarezinho	15/03/2002
Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (FECILCAM)	Campo Mourão	07/04/2000
Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana (FECEA)	Apucarana	25/02/2002
Faculdade Integrada de Campo Mourão (CEI)	Campo Mourão	01/03/2002
Faculdade Internacional de Curitiba (FACINTER)	Curitiba	07/08/2000
Faculdade Jaguariaíva (FAJAR)	Jaguariaíva	10/03/2003
Faculdade Metropolitana de Curitiba (FAMEC)	São José dos Pinhais	01/03/2000
Faculdade Nobel	Maringá	05/04/1999
Faculdade Novo Ateneu de Guarapuava	Guarapuava	28/07/2000
Faculdade Organização Paranaense de Ensino Técnico (OPET)	Curitiba	_____
Faculdade Santa Amélia (SECAI)	Ponta Grossa	06/08/2001
Faculdade Sul Brasil (FASUL)	Toledo	19/02/2001
Faculdades Integradas Curitiba (FIC)	Curitiba	03/08/1998
Faculdades Integradas do Brasil (UNIBRASIL)	Curitiba	04/08/2003
Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba	Curitiba	11/01/2002
Faculdades Spei	Curitiba	4/02/2002
Fund. Faculdade Mun. de Adm e Ciências Econômicas de União da Vitória (FACE)	União da Vitória	21/02/2000
Instituto Superior do Litoral do Paraná (ISULPAR)	Paranaguá	02/02/2005
Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR)	Curitiba	23/02/1999
Unidade de Ensino Superior Expoente (UNIEXP)	Curitiba	04/03/2002
Universidade Est. do Oeste do Paraná (UNIOESTE)	Foz do Iguaçu	01/04/1985
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)	Ponta Grossa	01/03/1998
Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)	Irati	17/02/2003
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Curitiba	01/01/1978
Universidade Norte do Paraná (UNOPAR)	Londrina	02/03/1998
Universidade Paranaense (UNIPAR)	Umuarama e Cascavel	07/02/2000 01/03/1999
Universidade Tuiuti do Paraná (UTP)	Curitiba	01/09/1997

Fonte: INEP (2007).

As universidades e faculdades constantes no Quadro 4 estão localizadas na Figura 8, a seguir.

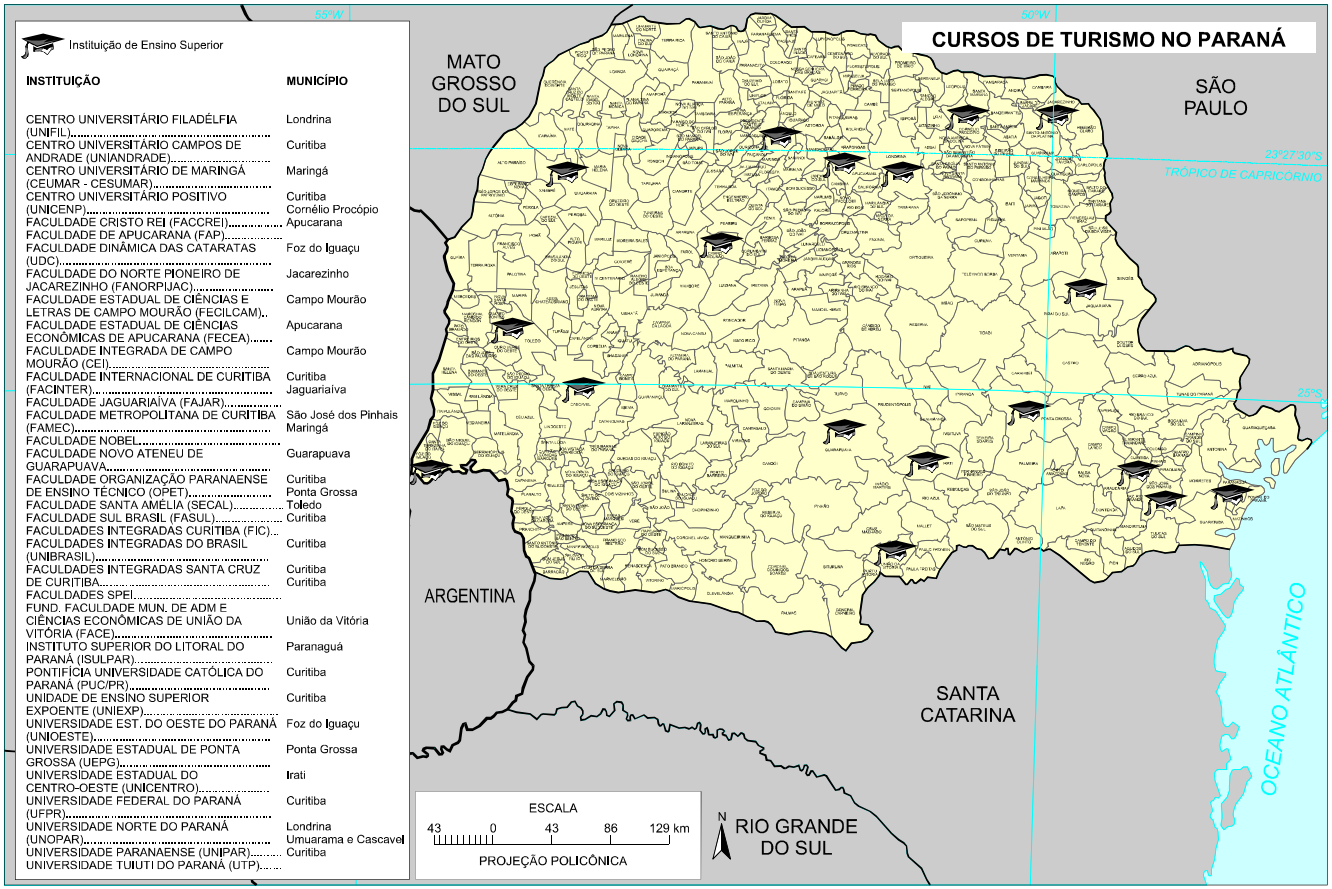


Figura 8. Cursos de Turismo no Paraná.

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Quadro 4.

5 A REALIDADE DA GEOGRAFIA NOS CURSOS DE TURISMO NO PARANÁ

Para se conhecer como a disciplina de Geografia e seu conteúdo programático estão sendo assimilados, tratados e discutidos por alunos, coordenadores e professores de diversos cursos de Turismo no Paraná, procedeu-se à realização de pesquisa de campo, com a aplicação de entrevistas e questionários para a coleta de dados.

As entrevistas foram realizadas com coordenadores e docentes envolvidos com a temática deste trabalho e constituem um instrumento de grande importância para o levantamento de informações, uma vez que retratam a realidade da Geografia no curso de Turismo, por meio de opiniões, ementas, objetivos e conteúdos ministrados nos cursos em que lecionam ou que coordenam. As pessoas foram escolhidas pela sua reconhecida formação no campo da Geografia, pela atuação na área do Turismo e/ou por serem docentes dos alunos que responderam aos questionários.

A pesquisa foi realizada em três momentos. No primeiro, foi aplicado um teste com base em um questionário diagnóstico com seis perguntas sobre o conteúdo da pesquisa **As bases teórico-metodológicas da Geografia** (Apêndice A) a 43 alunos do 1.º ano do curso de Turismo do Centro Universitário Positivo. Esse instrumental foi aplicado 60 dias após o início do ano letivo de 2006 e teve como objetivo verificar o conhecimento geográfico adquirido na escolaridade desses alunos. No teste, foram avaliados conhecimentos primários tanto relacionados com a Geografia quanto com o Turismo, tais como: organização político-administrativa do Brasil, posição socioeconômica do Brasil no mundo atual e o conhecimento das regiões geográficas e geoeconômicas. Os assuntos foram escolhidos por contemplar

as categorias geográficas: território (espaço de relações e disputas de poder), região (organização do espaço) e a percepção dos agrupamentos humanos no mundo e no Brasil, segundo o índice de qualidade de vida. Ainda que muitos estudiosos do Turismo, coordenadores e professores critiquem a aplicação da Geografia clássica ao curso em questão, considera-se que esses conhecimentos são indispensáveis para a formação do futuro profissional em Turismo, bem como para o pleno exercício da cidadania.

O referido teste diagnóstico proporcionou um primeiro conhecimento da realidade da Geografia no curso de Turismo. A seguir, os dados levantados.

Tabela 1 – Localização no mapa dos nomes ou siglas dos estados que constituem a República Federativa do Brasil e Distrito Federal

Quantidade de estados	**Alunos**	
	Freq.	**%**
25 a 27	16	37,2
22 a 24	9	20,9
04 a 21	18	41,9
Total	43	100,0

Na Tabela 1, observa-se que apenas 37,2 % dos alunos localizam corretamente, no mapa, entre 25 e 27 estados brasileiros e o Distrito Federal, e 41,9% localizam corretamente de quatro a 21 estados. Após a constatação desses dados, pode-se concluir que a organização político-administrativa do Brasil e a localização, uma das categorias da Geografia trabalhadas desde o Ensino Fundamental até os cursos pré-vestibulares, não são conhecimentos adquiridos pela maior parte dos estudantes que chegam ao curso de Turismo do citado centro acadêmico. Quanto à sua importância para os profissionais em Turismo, considera-se que todo fenômeno espacial precisa ser localizado.

Tabela 2 – Localização dos estados que fazem parte da Região Geoeconômica Centro-Sul

Notas	Alunos	
	Freq.	**%**
1,2-1,3	12	27,9
1,0-1,1	7	16,3
0	24	55,8
Total	43	100,0

Na segunda questão (Tabela 2), constata-se que 55,8% dos alunos desconhecem as regiões geoeconômicas, tema abordado a partir do 3.º ciclo do ensino fundamental até os cursos pré-vestibulares. Considera-se que os futuros turismólogos devem conhecer essa regionalização para um perfeito entendimento da realidade, constituída por dois processos relacionados, que apesar de parecerem opostos – **desigualdade e combinação** – permitem que se considerem as diferenciações resultantes da presença de fenômenos originados em tempos históricos diferentes coexistindo no espaço e no tempo presente.

As desigualdades que aparecem caracterizam-se pela combinação de aspectos distintos dos diversos momentos da história dos seres humanos. Isso resulta no aparecimento de grupos também distintos, ocupando específicas parcelas da superfície (local), onde imprimem suas marcas na paisagem, que é de fundamental importância para o desenvolvimento da atividade turística.

Tabela 3 – Opinião sobre as regiões geoeconômicas enquanto paisagens produzidas, organizadas e transformadas ao longo do tempo

Alterna-tivas	**Respostas**					
	Certa		**Errada**		**Total**	
	Freq.	**%**	**Freq.**	**%**	**Freq.**	**%**
1	34	79,1	9	20,9	43	100,0
2	38	88,4	5	11,6	43	100,0
3	36	83,7	7	16,3	43	100,0
4	34	79,1	9	20,9	43	100,0
5	29	67,4	14	32,6	43	100,0
Total	171	79,5	44	20,5	215	100,0

A terceira foi a única questão respondida corretamente pela maioria dos alunos (79,5%) (Tabela 3). Os dados demonstram que os alunos dominavam esse assunto. Aqui se admite a hipótese de se tratar de uma situação de conhecimento que tinha sido trabalhada recentemente em sala de aula e por abordar aspectos socioeconômicos, considerados mais interessantes pelos componentes desse universo de pesquisa. Pode-se dizer que durante os anos de atuação como professora de Geografia do Turismo, a autora do presente trabalho teve a oportunidade de constatar que muitos dos estudantes que ingressam no curso, ao serem questionados sobre o que esperam da Geografia na academia, referem-se à geopolítica como conteúdo a ser tratado.

Tabela 4 – Opinião sobre como obter o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Notas	**Alunos**	
	Freq.	**%**
0,8-1,0	26	60,5
0,6-0,7	11	25,6
0	6	13,9
Total	43	100,0

Na Tabela 4, da quarta questão, a nota 1,0 corresponde à opinião correta sobre como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é obtido, e a nota zero corresponde à resposta totalmente incorreta ou à omissão de opinião. Os dados mostram que a maioria dos alunos (60,5%) respondeu de forma adequada. O conhecimento do IDH é uma questão relacionada tanto à política quanto à economia e abrange desde a proteção dos direitos humanos até o aprofundamento da democracia. Segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano (PNUD) (2004, p. v), “é um poderoso argumento para descobrir satisfação nas nossas diferenças”.

O conhecimento dessa realidade oportuniza a construção de idéias e a gestão de políticas de identidade e cultura de maneira consistente com os princípios

fundamentais do desenvolvimento humano, constituindo prática ideal para o crescimento de uma região turística e uma maneira de combater a desterritorialização comandada pelos grandes grupos hegemônicos. Conseqüentemente, os acadêmicos que futuramente se dedicarem ao planejamento e à gestão do Turismo poderão reconhecer que as minorias marginalizadas devem influenciar em ações políticas no âmbito local e, ao garantir a participação delas no processo de Turismo comunitário, poderão, então, ter o controle efetivo das atividades econômicas associadas à exploração do Turismo.

Tabela 5 – Critério utilizado pelo IBGE para a regionalização do Brasil

Notas	**Alunos**	
	Freq.	**%**
0,9 e 1,0	1	2,3
0,5	7	16,3
0	35	81,4
Total	43	100,0

A questão 5 evidenciou que as regiões geográficas, mesmo sendo um conteúdo estudado desde as séries iniciais do ensino fundamental e apesar de estarem diariamente presentes nos meios de comunicação para informações sobre o tempo, por exemplo, são desconhecidas pelos alunos. O tema região é de fundamental importância tanto para a Geografia quanto para o Turismo. O conhecimento das regiões geográficas é importante para o turismólogo na medida que apresenta dados estatísticos fundamentais para o planejamento.

Por meio das informações obtidas na primeira pesquisa, pode-se comprovar que os alunos chegam à universidade sem os conhecimentos socioespaciais necessários para um estudo que realmente contemple a Geografia do Turismo proposta por diferentes teóricos.

Em um segundo momento, durante o I Encontro Paranaense de Pesquisadores de Hotelaria e Turismo, realizado entre 9 e 10 de junho de 2006 no município de Campo Mourão-PR, foram aplicados questionários a alunos, professores e coordenadores de diferentes cursos de Turismo do Paraná.

Dos 15 coordenadores participantes do evento somente cinco deram o retorno prometido (Apêndice B). Optou-se, então, por se fazer uma análise e não uma tabulação dos cinco questionários. Estes tratavam de questões, como a formação de cada profissional; a grade curricular da Geografia no curso que coordenam, o conhecimento sobre a divisão do Paraná em regiões turísticas (Apêndice C), a importância da Geografia para o curso de Turismo, temas que devem constar no conteúdo programático da disciplina, bem como a metodologia a ser utilizada.

As respostas dos cinco coordenadores, comentadas logo a seguir, permitiram constatar algo que é de extraordinária relevância para este trabalho: apenas dois coordenadores afirmaram ter conhecimento de que o Paraná está dividido em nove regiões turísticas. Vale ressaltar que o Fórum dos Coordenadores de Cursos e/ou Hotelaria faz parte da Câmara de Regionalização do Turismo, (Apêndice C / Anexo E). A seguir, os resultados obtidos na primeira, segunda e terceira perguntas:

a) três coordenadores julgaram a Geografia importante para o curso de Turismo porque essa disciplina considera a paisagem como resultado de uma combinação dinâmica de elementos físicos, biológicos e antrópicos, constituindo-se, portanto, em disciplina fundamental para os futuros turismólogos;

b) um coordenador assinalou a mesma resposta acima, acrescida da última opção: trata da dimensão socioespacial da prática social do Turismo;

c) e um dos coordenadores considerou corretas as três opções:

- estuda as paisagens naturais de porções do espaço;
- considera a paisagem como resultado de uma combinação dinâmica de elementos físicos, biológicos e antrópicos, constituindo-se, portanto, em disciplina fundamental para os futuros turismólogos;
- trata da dimensão socioespacial da prática social do Turismo.

Na quarta questão, cuja pergunta referiu-se a quais temas geográficos eram considerados de fundamental interesse para o curso de Turismo, os coordenadores manifestaram entender a Geografia como uma ciência que estuda a natureza desvinculada da apropriação antrópica e não terem clareza sobre o objeto de estudo da Geografia Aplicada ao Turismo. Chegou-se a essa conclusão devido às variáveis citadas pelos coordenadores:

a) Geografia;
b) espaço;
c) paisagem;
d) Geografia Física;
e) Geografia Econômica;
f) fluxos turísticos;
g) capacidade de carga;
h) Geografia X água;
i) Geografia X Turismo;
j) Cartografia;
k) impactos turísticos no espaço turístico, regiões geográficas;
l) regiões turísticas, Geografia Humana (cinco citações);
m) paisagem rural e urbana (duas citações).

Na quinta questão, que consta de dois pequenos textos com abordagem metodológica, os coordenadores demonstraram consenso e conhecimento, apesar de um coordenador revelar total desentendimento sobre a questão proposta. É importante ressaltar que essa questão foi extraída do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE, 2005 – Geografia). Em resumo, pode-se

dizer que as respostas dos coordenadores revelam pouco conhecimento sobre o objeto de estudo da Geografia Aplicada ao Turismo, fato que contribui para que cada professor atue de acordo com sua formação ou seu pensamento sobre o assunto.

Ainda no I Encontro Paranaense de Pesquisadores de Turismo e Hotelaria realizado em Campo Mourão-PR, foram aplicados questionários a dezesseis professores (Apêndice D). A quantidade de questionários aplicados está vinculada ao número de participantes no evento. Esses professores apresentavam diferentes níveis de escolaridade e representavam cursos de Turismo de várias faculdades paranaenses, conforme Tabelas 6 e 7 a seguir.

5.1 PERFIL DOS PROFESSORES PESQUISADOS – 1.ª FASE

Os professores pesquisados têm uma média de idade de 34,3 anos; o desvio padrão utilizado é um pouco elevado, ficando em 12,8 anos. Com isso, o coeficiente de variação auxilia na análise, indicando que os professores apresentam faixas etárias bem variadas, não configurando um corpo docente jovem ou velho. Com relação ao sexo, observou-se no evento que havia mais professoras (75,0%) do que professores. Isso vem ao encontro do que se constatou na pesquisa com os alunos: a maioria que freqüenta o curso de Turismo pertence ao sexo feminino.

Tabela 6 – Escolaridade do professor entrevistado

Nível	**Professor**	
	Entrevistados	**%**
Graduado	1	6,2
Pós-graduado	8	50,0
Mestre	6	37,6
Doutor	1	6,2
Total	16	100,0

Tabela 7 – Instituição em que trabalha

Instituição	Professor	
	Entrevistados	%
Facinter	1	6,2%
Fecilcam	7	44,0%
Santa Cruz	1	6,2%
UFPR	1	6,2%
Unibrasil	1	6,2%
Unifoz	1	6,2%
Não responderam	4	25,0
Total	16	100,0

Tabela 8 – Importância da Geografia para o curso de Turismo

Opção	Respostas corretas
Considera a paisagem como resultado de uma combinação dinâmica de elementos físicos, biológicos e antrópicos, constituindo-se, portanto, em disciplina fundamental para os futuros turismólogos.	87,5%
Trata da dimensão socioespacial da prática social do Turismo.	50,0%

Obs.: permitido assinalar duas opções.

Observa-se que os professores ainda apresentam dúvidas ou falta de conhecimento sobre o assunto abordado ou sobre a importância da Geografia para o curso de Turismo. E quanto à questão de seu conhecimento sobre a gênese dos territórios turísticos, quase a totalidade dos professores entrevistados respondeu que se trata da apropriação dos espaços pela prática social do Turismo.

Para 87,5% dos professores, a motivação para que um habitante, que reside nas altas ou médias latitudes, tenha interesse em conhecer as regiões com baixas latitudes se dá pelos fatores tropicalidade e cultura.

Com relação ao processo inverso, 25,0% consideram que os habitantes de baixas latitudes não se deslocariam para conhecer locais cujos fenômenos estivessem ligados ao frio ou neve. Porém, todos concordam que o relevo é um fator muito significativo como característica geográfica para que um local seja transformado em um produto (mercadoria) turístico. No Paraná, os locais que eles consideram já terem sofrido transformações são: Canyon Guartelá, Cataratas do

Iguaçu, Ilha do Mel, Morro do Anhangava, Pico Marumbi e Vila Velha. Apenas um dos entrevistados não soube dar nenhum exemplo de relevo transformado em atração turística.

Em relação à sétima questão, referente à enumeração em ordem de importância dos conteúdos sobre o litoral paranaense, apenas um dos professores (6,2%) pesquisados soube ordenar a seqüência aceitável.

Tabela 9 – Informações sobre bacias hidrográficas brasileiras

Acertos	**Alunos**	
	Freq.	%
100%	4	25,0
50%	3	18,7
Não responderam	9	56,3
Total	16	100,0

Tabela 10 – Opinião sobre o que um profissional do Turismo precisa saber com relação à cartografia

Opinião	**Alunos**	
	Acertos	**%**
Localizar os elementos atrativos e a sua infra-estrutura	14	87,5%
Ler e interpretar escalas	5	31,3%

Obs.: permitido assinalar duas opções.

Por ocasião do I Encontro Paranaense de Pesquisadores de Turismo e Hotelaria, realizado em Campo Mourão-PR, foi aplicado, ainda, um questionário a 62 alunos (Apêndice E). Compunham o questionário perguntas sobre:

a) o conhecimento da divisão do Paraná em nove regiões turísticas;

b) a importância da Geografia para o curso de Turismo;

c) os componentes geográficos do Turismo;

d) os critérios utilizados para a delimitação de regiões turísticas;

e) as questões relativas à leitura de mapas;

f) a qualidade de vida da população que vive nas diferentes regiões brasileiras, os estados e capitais que fazem parte da região Nordeste e Sul – as causas da diferença na qualidade de vida das pessoas que vivem nessas regiões.

Com os dados coletados desenvolvem-se os itens seguintes.

5.2 PERFIL DOS ALUNOS ENTREVISTADOS – 1.ª FASE (TESTE)

Os alunos entrevistados e que responderam às questões solicitadas têm uma média de idade de 20,1 anos, com um desvio padrão de 8,9 anos. Com base no coeficiente de variação, pode-se considerar que existe heterogeneidade na idade dos alunos. Porém, com relação ao sexo, o que foi observado é a predominância do sexo feminino.

Quanto à questão referente ao conhecimento do número de regiões turísticas em que o estado está dividido, apenas um dos 62 alunos informou a resposta correta (nove regiões).

Tabela 11 – Escolaridade dos alunos entrevistados

Período	**Alunos**	
	Entrevistados	**%**
1.º	15	24,2
2.º	3	4,8
3.º	11	17,7
4.º	8	12,9
5.º	5	8,1
6.º	1	1,6
7.º	12	19,4
8.º	5	8,1
Est.Especialização	2	3,2
Total	62	100,0

Tabela 12 – Instituição em que estuda

Instituição	Alunos	
	Entrevistados	%
CESUMAR	4	6,5
CIES/Integrado	13	21,0
FECILCAM	40	64,5
UFPR	3	4,8
UNIFOZ	2	3,2
Total	62	100,0

Tabela 13 – Importância da Geografia para o curso de Turismo

Opções	%
Considera a paisagem como resultado de uma combinação dinâmica de elementos físicos, biológicos e antrópicos, constituindo-se, portanto, em disciplina fundamental para os futuros turismólogos.	78,7
Trata da dimensão socioespacial da prática social do Turismo.	21,3
Total	**100,0**

Obs.: a questão aceitava duas respostas**.**

Tabela 14 – Principais componentes geográficos do Turismo

Opções	%
Regiões geradoras de turistas, receptora ou de destino, região de trânsito ou de percurso	3,2
Não responderam	96,8
Total	100,0

Tabela 15 – Opinião sobre as alternativas corretas a respeito do conceito de região vinculado ao Turismo

Opções	%
As regiões turísticas são definidas por seu valor/paisagem ou sua utilização no desenvolvimento de atividades vinculadas ao Turismo.	82,3
O critério para o estabelecimento da Região Oeste/Lindeiros é a presença efetiva de grandes áreas alagadas em função do relevo, que apresenta uma depressão relativa.	17,7
Total	**100,0**

Tabela 16 – Leitura e interpretação de mapas

Opções	Alunos	
	Citação correta	%
Distância real entre Curitiba e Campo Mourão, já que a distância no mapa é de 12 cm.	21	33,9
Distância utilizada pela escala neste mapa.	17	27,4
Tempo que um ônibus de Turismo leva para percorrer este trajeto a 80 km/h.	11	17,7
Não responderam	13	21,0
Total	62	100,0

Tabela 17 – Opinião sobre as regiões brasileiras e os índices de miséria, a partir da visualização do mapa

Opções	Freq.	%
De acordo com o mapa, quais são as regiões C e E	57	91,9
Estados fazem parte da região C – 8 ou 9 citações corretas	7	11,3
Estados fazem parte da região C – 6 ou 7 citações corretas	20	32,2
Estados fazem parte da região C – 0 a 5 citações corretas	37	59,7
Estados fazem parte da região E – 3 citações corretas	58	93,5%
A diferença entre os índices de miséria das regiões C e E se deve ao processo histórico de ocupação e da organização do espaço	33	53,2%

5.3 ANÁLISE DO PRÉ-TESTE

Tabela 18 – Em quantas regiões turísticas o estado do Paraná está dividido

Entrevistado	Regiões turísticas	
	9	Menos de 5 ou não sabe
Aluno	1	61
Professor	2	14

O teste do qui-quadrado dá os seguintes resultados:

a) valor calculado = 4,08;

b) nível de significância = 5%;

c) graus de liberdade = 1;

d) valor tabelado = 3,84;

e) coeficiente de contingência = 22,3%.

Não se pode aceitar a hipótese de que não existe diferença significativa entre os dois grupos de pesquisados, pois, como se observa, o valor calculado é maior que o valor tabelado, o coeficiente de contingência não é muito baixo, o que permite chegar à conclusão de que os grupos analisados possuem similaridade de opinião, mesmo que esta não seja positiva.

Conhecimento sobre a importância da Geografia para o curso

Tabela 19 – Considera a paisagem como resultado de uma combinação dinâmica de elementos físicos, biológicos e antrópicos, constituindo-se, portanto, em disciplina fundamental para os futuros turismólogos

Entrevistado	**Opinião**	
	Sim	**Não**
Aluno	48	14
Professor	14	2

O teste do qui-quadrado dá os seguintes resultados:

a) valor calculado = 0,79

b) nível de significância = 5%

c) graus de liberdade = 1

d) valor tabelado = 3,84

e) coeficiente de contingência = 10,03%

Tabela 20 – Trata da dimensão socioespacial da prática social do Turismo

Entrevistado	Opinião	
	Sim	**Não**
Aluno	13	49
Professor	8	8

O teste do qui-quadrado dá os seguintes resultados:

a) valor calculado = 5,45;

b) nível de significância = 5%;

c) graus de liberdade = 1;

d) valor tabelado = 3,84;

e) coeficiente de contingência = 25,55%.

As informações obtidas serviram tanto para o conhecimento da realidade quanto para a reelaboração dos questionários para a terceira e última etapa desta pesquisa.

Antes de iniciar a terceira e última etapa da pesquisa, optou-se por entrevistar três docentes formados em Geografia e doutores em Turismo, que são autores de livros e textos sobre a relação entre a Geografia e o Turismo e outros temas afins e estão envolvidos em discussões nos âmbitos estadual e nacional sobre questões referentes a políticas públicas para o Turismo, diretrizes e parâmetros para os cursos de Turismo, bem como em discussões do ENADE.

As entrevistas (Apêndice F) proporcionaram maior conhecimento da realidade da Geografia no curso de Turismo. Entre as perguntas, questionou-se sobre a grade curricular de cada uma das instituições nas quais os entrevistados trabalham: um respondeu: “fornecendo o programa da disciplina de Geografia do Turismo”; outro disse: “citando a carga horária destinada à Geografia do Turismo na instituição em que trabalha”; o terceiro ficou impossibilitado de responder. Quanto à carga horária, constatou-se variação entre 60 e 90 horas distribuídas em diferentes períodos.

Com base nas respostas obtidas nessas e nas demais questões, conforme se menciona a seguir, pode-se concluir que a Geografia é considerada uma das disciplinas mais importantes para o futuro profissional em Turismo, por proporcionar-lhe uma visão de mundo mais precisa, além de prepará-lo quanto à localização geográfica, à descrição da paisagem e à identificação das potencialidades. Entre esses itens, um dos entrevistados considera a localização e a descrição como os mais importantes e destaca que no curso de Turismo a questão do relevo não é aprofundada, mas considera que a identificação do relevo se torna necessária para que o futuro profissional não faça apenas uma leitura parcial da paisagem.

Questionados sobre qual a Geografia necessária para o profissional em Turismo, responderam: aquela que propicie uma outra visão de mundo. Não apenas a visão geográfica, mas a visão da Geografia aplicada ao Turismo. Como os cursos de Turismo trabalham prioritariamente com planejamento, organização e gestão, nessa linha de formação entram o planejamento e a gestão do Turismo em áreas naturais e em áreas urbanas.

O primeiro entrevistado considera que existe tendência para a existência de um processo de especialização semelhante ao que já ocorreu na Geografia, por exemplo, na Geografia Urbana e na Geografia do Meio Ambiente. Haveria uma diferença no enfoque: o turismólogo não pode ter apenas a visão do espaço como produto, mas também deve ter acesso à Geografia cujo foco é o trabalho com conceitos como patrimônio, território, região, lugar, paisagem. O entrevistado faz questão de ressaltar que o conceito de território está ligado à questão político-partidária, o que dificulta a continuidade de certos planos. Além disso, ele destaca que os geógrafos também são viajantes e que a partir de suas anotações de viagem chegam a conclusões extremamente importantes, tornando-se um dos ícones no

inventário turístico, ou seja, uma das chaves principais para a análise dos aspectos sociais, econômicos, físicos. Conclui a entrevista com a afirmação de que a Geografia necessária para o profissional em Turismo deve trabalhar com os conceitos de território, região, lugar, paisagem, caracterização da paisagem, fluxos, caracterização dos municípios, disposição geográfica. Cita, ainda, que a Cartografia deve ser contemplada, não como teoria e arte de conceber mapas, mas como meio de comunicação que auxilia a leitura de mundo. Nas habilidades e competências a serem desenvolvidas pela Geografia do Turismo, sugere o trabalho com a caracterização da população, da faixa etária, da localização, da descrição da vegetação e do clima, entre outros.

Outro entrevistado refere que a Geografia do Turismo deve contemplar: as categorias geográficas básicas para a compreensão do Turismo – espaço geográfico, região, lugar, paisagem, cidade, urbano, rural, cultura, rede; espacialidades do Turismo – territorialidades, desterritorialização, território rede, urbanização; papel do Estado – políticas públicas, privadas e alternativas; dilemas no Turismo – desenvolvimento local/regional, global e/ou desenvolvimento de comunidades e o uso da cartografia no Turismo.

Para o entrevistado, os objetivos da Geografia do Turismo devem ser os seguintes:

a) compreender o Turismo como importante fenômeno socieconômico contemporâneo e seu papel na produção e consumo do espaço geográfico;
b) analisar o Turismo à luz de conceitos geográficos;
c) examinar as contradições da produção do espaço geográfico e das territorialidades para e pelo Turismo;

d) compreender o território rede e sua imbricação com o Turismo;

e) compreender como o espaço é transformado em oferta turística, o papel dos recursos naturais e culturais na produção do Turismo;

f) criticar o papel do Estado e das políticas públicas e privadas de Turismo, bem como o das políticas alternativas, no desenvolvimento local, regional e global;

g) verificar como o Turismo alternativo pode ser uma forma de resistência ao Turismo globalizado;

h) compreender a relação capital X trabalho no processo de (des) construção do espaço para o Turismo;

i) conhecer e aplicar métodos e técnicas da pesquisa geográfica sobre o Turismo;

j) aprender a usar a cartografia temática, a cartografia para uso turístico.

O terceiro entrevistado explicita que a Geografia é necessária para o futuro profissional em Turismo porque permite obter um conhecimento integral do Turismo, pela convergência das dimensões social, econômica e ambiental e das relações que ele mantém com outras disciplinas, possibilitando alcançar uma visão integrada do espaço turístico, espaço este extremamente complexo, razão pela qual os enfoques geográfico-científico e metodológico são importantes e fundamentais para o entendimento do fenômeno turístico, representado pela demanda, pelo transporte, pelas políticas de Turismo e seus impactos no espaço de destino, este último formado por diversos elementos, como as atrações turísticas, as infra-estruturas, a sociedade local e o meio ambiente.

Quanto aos conceitos da Geografia, fundamentais para o Turismo, o entrevistado considera: território, região, rede, paisagem, lugar, população,

migração, desenvolvimento sustentável, mobilidade territorial, espaço geográfico, urbanização, regionalização, desenvolvimento local, impactos socioambientais, percepção ambiental, educação ambiental, ordenamento territorial, patrimônio natural e cultural, entre outros.

Observam-se pontos comuns na fala dos três entrevistados, como os relacionados aos conceitos geográficos fundamentais para o Turismo. Entretanto, também se constata uma certa indefinição quanto às prioridades e percebe-se que as respostas elencam tudo o que é “possível” ser trabalhado, ultrapassando até mesmo aquilo que é pertinente à Geografia, ou seja, incluíram conteúdos que integram outras disciplinas, como é o caso do patrimônio.

Considerando que as respostas dos entrevistados abriram múltiplos caminhos, a serem seguidos ou não pela Geografia do Turismo, optou-se, na terceira fase da pesquisa, na averiguação de questões que contemplassem conhecimentos propostos nas respostas dos entrevistados e também sugestões do Parecer CNE/CES 0288/2003 (competências e habilidades – tais como leitura e interpretação de tabelas e mapas, relacionadas com a seleção e avaliação de informações geográficas como formas de manifestação da comunidade humana e de elementos que se constituem como produtos turísticos).

A terceira etapa da pesquisa foi realizada por meio de questionários aplicados a docentes (Apêndice G) e a alunos (Apêndice H).

Dos questionários entregues aos quatro professores dos cursos escolhidos, apenas dois puderam ser computados. Um não respondeu, por ser a autora do presente trabalho, e outro não entregou. Com base nos dois questionários respondidos, listam-se as seguintes conclusões:

a) é variada a carga horária, bem como o período em que é ministrada a disciplina de Geografia do Turismo. Uma instituição trabalha com três horas semanais no 1.º período, três horas no 2.º, três horas no 3.º e três horas no 4.º. A outra instituição trabalha o total de 90 horas no 2.º período, sendo 60 aulas teóricas e 30 práticas. As 30 horas destinadas à pratica são utilizadas para viagens a outros estados com o objetivo de avaliar o destino turístico e relacioná-lo com a Geografia.

b) a ementa de uma das instituições não foi apresentada; a outra apresentou os seguintes aspectos: Cartografia do Turismo (projeções cartográficas e suas propriedades e fases de elaboração de uma carta, termos e interpretação); Geografia do Brasil (Política, Física, Turística e Econômica); Turismo e Geografia.

c) quanto aos conteúdos do plano de curso, o mesmo professor que apresentou a ementa elencou:

- estabelecimento da relação Geografia e Turismo;
- conceito de espaço geográfico e de espaço turístico;
- elementos do espaço turístico;
- turismo e região;
- turismo e território;
- turismo e paisagem;
- a produção do espaço turístico;
- considerações sobre os elementos físicos do globo e o Turismo;
- processos típicos de desenvolvimento turístico;
- cartografia aplicada ao Turismo;

- o espaço brasileiro, paisagens e ecossistemas do Brasil, patrimônios natural e cultural;
- Geografia do Paraná: paisagens naturais e culturais.

Como se observa, existe incoerência entre a ementa e conteúdos propostos. Estes, aliás, são bastante diversificados e, na opinião da autora deste trabalho, a carga horária prevista não comporta o volume de conteúdos.

Comprova-se mais uma vez que na Geografia do Turismo ainda não estão estabelecidas as prioridades e as necessidades para o futuro profissional em Turismo. Cada professor trabalha com uma gama de informações desconectada de um fio condutor.

Na questão referente à escolha de razões que justifiquem a importância da Geografia para o profissional em Turismo, as opções citadas relacionam-se às habilidades que dele se esperam: identificar e analisar as possibilidades turísticas no Brasil e no mundo; reconhecer os componentes físicos da paisagem e saber relacioná-los com relações humanas e Turismo; aprender como o Turismo deve ser planejado no espaço geográfico; reconhecer que o Turismo é uma atividade que se realiza no território, consome espaço, pode destruir ou não o patrimônio, por ser uma atividade econômica que produz impactos na organização social do meio ambiente e, portanto, requer planejamento espacial, pois afeta a vida das pessoas (moradores e turistas).

Enfim, a partir da análise das respostas dos professores ao questionário, torna-se evidente que a Geografia do Turismo no estado do Paraná não se dedica propriamente às preocupações teóricas nas quais todas as ciências devem firmar-se.

Tabela 21 – Perfil básico do entrevistado

Local	Respostas					
	Média	Desvio-padrão	Coeficiente de variação (%)	Feminino (%)	Masculino (%)	Abordados
UFPR 4.º ANO	21,8	1,4	6,3	76,2	23,8	21
UNICENP 4.º ANO	23,0	4,8	20,9	85,3	14,7	34
PUC 4.º ANO	22,0	1,4	6,4	66,7	33,3	18
SC 4.º ANO	25,3	3,1	12,2	73,3	26,7	15
4.º ANO	23,0	3,6	15,5	77,3	22,7	88
UFPR 1.º ANO	18,5	1,4	7,4	77,3	22,7	34
UNICENP 1.º ANO	18,6	1,2	6,7	85,3	14,7	34
PUC 1.º ANO	18,9	1,2	6,2	70,6	29,4	25
SC 1.º ANO	19,6	2,1	10,7	80,0	20,0	36
1.º ANO	18,9	1,6	8,4	82,2	17,8	129

Percebe-se que a elevada procura e a permanência das pessoas do sexo feminino nos cursos se destacam nas quatro instituições pesquisadas. Já a média de idade se mantém estável, com uma pequena alteração no 4.º período do Centro Universitário Positivo (UNICENP) e Santa Cruz (SC), que obtiveram uma maior média e um desvio maior (Gráfico 1), indicando que esses cursos possuem pessoas de idade mais elevada que os demais.

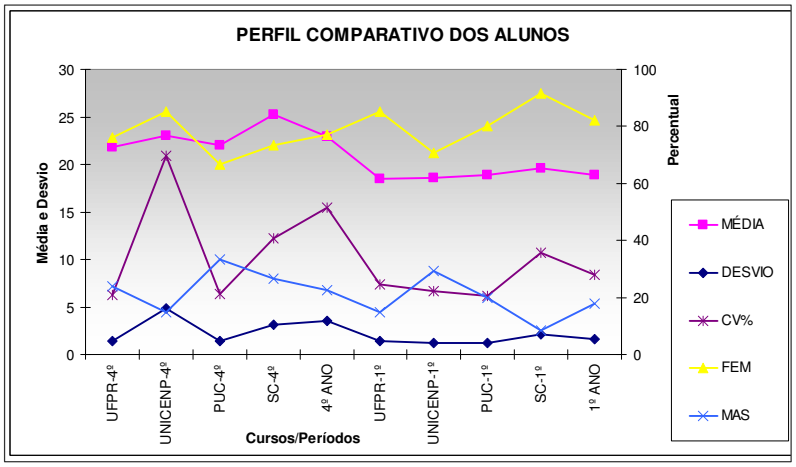


Gráfico 1 – Perfil comparativo dos alunos.

Os dados do Gráfico 1 constituem uma comparação entre os alunos, levando-se em conta a faixa etária e o sexo. Em relação à média de idade, pode-se

observar que em geral os alunos do 4.º ano apresentam a maior dispersão enquanto os do 1.º ano mantêm uma continuidade de faixa etária. Os alunos do 4.º ano da instituição UNICENP apresentaram o maior desvio padrão, e o coeficiente de variação possibilita a verificação dessa alteração nos dados observados.

Com relação ao sexo, os homens correspondem à minoria; em contraponto, as mulheres perfazem a maioria.

PERGUNTA 1: OS ALUNOS FORAM TESTADOS QUANTO AO CONHECIMENTO DAS REGIÕES TURÍSTICAS EM QUE O ESTADO DO PARANÁ SE ENCONTRA DIVIDIDO DESDE O ANO DE 2004.

Hipóteses

H_0 – os alunos possuem conhecimento sobre a divisão turística do estado do Paraná.

H_1 – os alunos não possuem conhecimento sobre a divisão turística do estado do Paraná.

Tabela 22 – Conhecimento das regiões turísticas em que o Paraná se encontra dividido desde 2004

Locais	**Respostas (%)**		
	Não	**Sim**	**Total**
UFPR 4.º ANO	66,7	33,3	100,0
UNICENP 4.º ANO	100,0	-	100,0
PUC 4.º ANO	100,0	-	100,0
SC 4.º ANO	100,0	-	100,0
4.º ANO	92,2	7,8	100,0
UFPR 1.º ANO	100,0	-	100,0
UNICENP 1.º ANO	97,4	2,6	100,0
PUC 1.º ANO	96,0	4,0	100,0
SC 1.º ANO	100,0	-	100,0
1.º ANO	98,6	1,4	100,0
TOTAL	96,1	3,9	100,0
VALOR CALCULADO		VALOR TABELADO	COEFICIENTE CONTINGÊNCIA
5,81 REJEITA-SE		3,84	15,74%

Constata-se que apenas 3,9% dos alunos possuem conhecimento com relação à divisão do estado. Com isso, também o teste do qui-quadrado somente reforça que não se pode aceitar a hipótese nula.

Essas informações sugerem que muitos dos alunos podem desconhecer a divisão regional por várias razões, dentre as quais:

a) a divisão do estado é recente pois data do ano de 2004;

b) as instituições não possuem essa informação nos planos de aula;

c) os alunos não possuem interesse pelo estado e suas inovações;

PERGUNTA 2 – CAPACIDADE DE COMPREENSÃO E ANÁLISE DE DADOS JÁ TABULADOS

Hipóteses

H_0 – os alunos não possuem capacidade de efetuar uma análise de dados estatísticos.

H_1 – os alunos possuem capacidade de efetuar uma análise de dados estatísticos.

Tabela 23 – Capacidade de compreensão e análise de dados já tabulados

	Respostas corretas (%)						
LOCAL	**Alternativa A**				**Alternativa B**		
	Uma ou nenhuma	**Duas alternativas**	**Todas**	**Total**	**Não**	**Sim**	**Total**
UFPR 4.º ANO	90,4	4,8	4,8	100,0	71,4	28,6	100,0
UNICENP 4º ANO	86,1	11,1	2,8	100,0	63,9	36,1	100,0
PUC 4.º ANO	88,9	11,1	–	100,0	83,3	16,7	100,0
SC 4.º ANO	100,0	–	–	100,0	53,3	46,7	100,0
4.º ANO	90,0	7,8	2,2	100,0	67,8	32,2	100,0
UFPR 1.º ANO	97,3	2,7	–	100,0	81,1	18,9	100,0
UNICENP 1.º ANO	92,3	2,6	5,1	100,0	71,8	28,2	100,0
PUC 1.º ANO	80,0	16,0	4,0	100,0	56,0	44,0	100,0
SC 1.º ANO	100,0	–	–	100,0	65,8	34,2	100,0
1.º ANO	93,5	4,3	2,2	100,0	69,8	30,2	100,0
TOTAL	92,1	5,7	2,2	100,0	69,0	31,0	100,0

Teste qui-quadrado			
Questão	Valor Calculado	Valor Tabelado	Coeficiente Contingência
2 A	0,94	3,84	6,38%
2 B	0,10	3,84	2,12%
2 A e B	0,53	3,41	3,48%

Nessa questão, os alunos possuíam alternativas para as respostas, porém não conseguiram atingir o desempenho desejado nas análises a serem efetuadas.

Conforme os dados, percebe-se que os alunos se saíram um pouco melhor na questão B. Isso, porém, não permite dizer que eles dominam um bom conhecimento de como analisar dados.

Fica evidente a hipótese de que os alunos realmente não possuem uma boa capacidade para efetuar análise de dados previamente tabulados.

Pergunta 3 – Compreensão sobre os espaços turísticos

Hipóteses

H_0 – os alunos possuem compreensão sobre o espaço turístico.

H_1 – os alunos não possuem compreensão sobre o espaço turístico.

Tabela 24 – Compreensão do espaço turístico

Local	**Respostas (%)**		
	Não	Sim	Total
UFPR 4.º ANO	4,8	95,2	100,0
UNICENP 4.º ANO	16,7	83,3	100,0
PUC 4.º ANO	27,8	72,2	100,0
SC 4.º ANO	40,0	60,0	100,0
4.º ANO	20,0	80,0	100,0
UFPR 1.º ANO	21,6	78,4	100,0
UNICENP 1.º ANO	38,5	61,5	100,0
PUC 1.º ANO	44,0	56,0	100,0
SC 1.º ANO	26,3	73,7	100,0
1.º ANO	31,7	68,3	100,0
TOTAL	27,1	72,9	100,0

Teste Qui-Quadrado			
QUESTÃO	VALOR CALCULADO	VALOR TABELADO	COEFICIENTE CONTINGÊNCIA
3	3,76	3,84	12,71%

Pode-se aceitar a hipótese de que os alunos possuem conhecimento sobre o espaço turístico, pois se obteve nas questões percentuais uma resposta afirmativa dada por mais de 70% dos alunos, e o teste qui-quadrado também aponta para uma conclusão positiva.

Pergunta 4 – Compreensão cartográfica que os alunos de Turismo devem possuir

Hipóteses

H_0 – os alunos possuem compreensão da cartografia e de como efetuar as devidas leituras cartográficas.

H_1 – os alunos não possuem compreensão da cartografia e de como efetuar as devidas leituras cartográficas

Tabela 25 – Compreensão da cartografia

Local	Respostas (%)		
	Não	Sim	Total
UFPR 4.º ANO	71,4	28,6	100,0
UNICENP 4.º ANO	94,4	5,6	100,0
PUC 4.º ANO	88,9	11,1	100,0
SC 4.º ANO	93,3	6,7	100,0
4.º ANO	87,8	12,2	100,0
UFPR 1.º ANO	8,1	91,9	100,0
UNICENP 1.º ANO	87,2	12,8	100,0
PUC 1.º ANO	92,0	8,0	100,0
SC 1.º ANO	100,0	–	100,0
1.º ANO	70,5	29,5	100,0
TOTAL	77,3	22,7	100,0

Teste Qui-Quadrado			
Questão	Valor Calculado	Valor Tabelado	Coeficiente Contingência
4	9,29 REJEITA-SE	3,84	19,74%

Nessa questão, não se pode aceitar a hipótese de que os entrevistados possuem um bom conhecimento de como se efetua uma leitura cartográfica no momento de analisar um mapa de cidade/estado/país.

Na questão 4, os alunos apresentam um bom conhecimento em relação à identificação visual dos mapas, porém, quando são solicitados a efetuarem cálculos de conhecimento cartográfico sobre o mesmo mapa geográfico, os alunos sugerem não possuir tal capacidade, demonstrando novamente sua falta de compreensão em relação a questões numéricas.

PERGUNTA 5 – ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE LEGISLAÇÃO PERTINENTE À GEOGRAFIA DO TURISMO

Hipóteses

H_0 – os alunos possuem capacidade de compreensão sobre a legislação e seus aspectos geográficos.

H_1 – os alunos não possuem capacidade de compreensão sobre a legislação e seus aspectos geográficos.

Tabela 26 – Capacidade de interpretação da legislação pertinente à geografia do Turismo

Local	Respostas Questão 5					
	Alternativa A			Alternativa B		
	Não	Sim	Total	Uma ou menos	Sim	Total
UFPR 4.º ANO	42,9	57,1	100,0	42,9	57,1	100,0
UNICENP 4.º ANO	61,1	38,9	100,0	44,4	55,6	100,0
PUC 4.º ANO	61,1	38,9	100,0	50,0	50,0	100,0
SC 4.º ANO	80,0	20,0	100,0	33,3	66,7	100,0
4.º ANO	60,0	40,0	100,0	43,3	56,7	100,0
UFPR 1.º ANO	45,9	54,1	100,0	56,8	43,2	100,0
UNICENP 1.º ANO	61,5	38,5	100,0	56,4	43,6	100,0
PUC 1.º ANO	84,0	16,0	100,0	60,0	40,0	100,0
SC 1.º ANO	86,8	13,2	100,0	39,5	60,5	100,0
1.º ANO	68,3	31,7	100,0	52,5	47,5	100,0
TOTAL	7,38	28,69	100,0	48,9	51,1	100,0

Teste qui-quadrado

Questão	Valor Calculado	Valor Tabelado	Coeficiente Contingência
5 A	1,67	3,84	8,52%
5 B	1,84	3,84	8,94%
5 A e B	3,42	3,41	8,94%

Pode-se concluir que os alunos conseguem efetuar uma boa interpretação da legislação que lhes é apresentada, tendo condições de analisar e obter uma boa conclusão. Com isso, não se pode rejeitar a hipótese nula.

PERGUNTA 6A – CONHECIMENTO SOBRE AS ÁREAS GEOGRÁFICAS COM CONCENTRAÇÃO DE MISERÁVEIS

Hipóteses

H_0 – os alunos possuem conhecimento sobre a distribuição social do país.

H_1 – os alunos não possuem conhecimento sobre a distribuição social do país.

Tabela 27 – Conhecimento sobre as áreas geográficas com concentração de miseráveis

Local	**Respostas**		
	Parcialmente correta	**Correta**	**Total**
UFPR 4.º ANO	19,0	81,0	100,0
UNICENP 4.º ANO	61,1	38,9	100,0
PUC 4.º ANO	50,0	50,0	100,0
SC 4.º ANO	86,7	13,3	100,0
4.º ANO	53,3	46,7	100,0
UFPR 1..º ANO	5,4	94,6	100,0
UNICENP 1º ANO	56,4	43,6	100,0
PUC 1.º ANO	56,0	44,0	100,0
SC 1.º ANO	65,8	34,2	100,0
1.º ANO	45,3	54,7	100,0
TOTAL	48,5	51,5	100,0

Teste qui-quadrado

Questão	**Valor Calculado**	Valor **Tabelado**	**Coeficiente Contingência**
6ª	1,40	3,84	7,80%

Os alunos possuem conhecimento de como as classes sociais estão distribuídas no país e conseguem interpretar e efetuar as devidas localizações no mapa que lhes foi apresentado.

O teste permite concluir que os entrevistados possuem o referido conhecimento.

PERGUNTA 6B E C – CONHECIMENTO SOBRE O PAÍS, SEUS ESTADOS/CAPITAIS, REGIÕES NORDESTE, NORTE E CENTRO-OESTE

Hipóteses

H_0 – 30% ou mais dos alunos possuem conhecimento sobre os estados e suas respectivas capitais.

H_1 – menos de 30% dos alunos possuem conhecimento sobre os estados e suas respectivas capitais.

Tabela 28 – Conhecimento sobre os estados e suas capitais

Local	Respostas (%)			
	6 B – Nordeste		6 C – Norte e Centro-Oeste	
	Menos de 30%	Mais de 30%	Menos de 30%	Mais de 30%
UFPR 4.º ano	66,7	33,3	76,2	23,8
UnicenP 4.º ano	66,7	33,3	75,0	25,0
PUC 4.º ano	83,3	16,7	94,4	5,6
SC 4.º ano	100,0	–	93,3	6,7
4.º ano	75,6	24,4	82,2	17,8
UFPR 1.º ano	54,1	45,9	100,0	–
Unicenp 1.º ano	87,2	12,8	94,9	5,1
PUC 1.º ano	60,0	40,0	56,0	44,0
SC 1.º ano	94,7	5,3	97,4	2,6
1.º ano	75,5	24,5	89,9	10,1
TOTAL	75,5	24,5	86,9	13,1

Teste qui-quadrado			
Questão	Valor Calculado	Valor Tabelado	Coeficiente Contingência
6 B	0,001	3,84	0,02%
6 C	5,31	3,84	15,05%
6 B e C	2,41	3,41	7,23%

A análise dos dados, respectiva ao conhecimento que os alunos apresentam sobre as regiões do país, dos estados e das respectivas capitais, indica um

conhecimento ainda incipiente, por se tratar de alunos do curso de Turismo, não apresentando, inclusive, diferenças significativas entre os períodos em que se encontram.

O teste demonstra que não se pode aceitar a hipótese nula de que o conhecimento dos alunos é razoável. Mesmo que estes apresentem um percentual muito próximo do estabelecido em relação à região Nordeste; ao tratar das regiões Norte e Centro-Oeste, esse conhecimento deixa a desejar.

PERGUNTA 6 D – CONHECIMENTO SOBRE ESTADOS/CAPITAIS DA REGIÃO SUL

Hipóteses

H_0 – 50% ou mais dos alunos possuem conhecimento sobre os estados e suas respectivas capitais da sua região de residência – Sul.

H_1 – menos de 50% dos alunos possuem conhecimento sobre os estados e suas respectivas capitais da sua região de residência – Sul.

Tabela 29 – Conhecimento sobre os estados e as respectivas capitais da região Sul

Local	Respostas		
	Não sabe o nome dos 3	Sabe o nome dos 3	Total
UFPR 4.º ANO	-	100,0	100,0
UNICENP 4.º ANO	-	100,0	100,0
PUC 4.º ANO	5,6	94,4	100,0
SC 4.º ANO	-	100,0	100,0
4.º ANO	1,1	98,9	100,0
UFPR 1.º ANO	2,7	97,3	100,0
UNICENP 1.º ANO	12,8	87,2	100,0
PUC 1.º ANO	8,0	92,0	100,0
SC 1.º ANO	15,8	84,2	100,0
1.º ANO	10,1	89,9	100,0
TOTAL	6,6	93,4	100,0

Nota: A tabela não foi submetida ao teste do qui-quadrado porque foi constatado um índice de acerto da maioria dos alunos, não havendo necessidade de confirmação da hipótese pelo coeficiente de variação.

PERGUNTA 6 E – CONHECIMENTO DAS RAZÕES DAS DIFERENÇAS ENTRE OS ÍNDICES DE MISÉRIA EXISTENTE NAS REGIÕES NORDESTE E SUL

Hipóteses

H_0 – possuem conhecimento sobre as causas das diferenças entre os índices de miséria nas regiões identificadas no mapa como C (Nordeste) e E (Sul).

H_1 – desconhecimento das causas das diferenças entre os índices de miséria nas regiões identificadas no mapa como C (Nordeste) e E (Sul).

Tabela 30 – Conhecimento das razões das diferenças entre os índices de miséria nas regiões Nordeste e Sul

Local	Resposta		
	Não	Sim	Total
UFPR 4.º ANO	52,4	47,6	100,0
UNICENP 4.º ANO	63,9	36,1	100,0
PUC 4.º ANO	83,3	16,7	100,0
SC 4.º ANO	93,3	6,7	100,0
4.º ANO	70,0	30,0	100,0
UNICENP 1.º ANO	82,1	17,9	100,0
PUC 1.º ANO	68,0	32,0	100,0
SC 1.º ANO	86,8	13,2	100,0
1.º ANO	80,4	19,6	100,0
TOTAL	75,5	24,5	100,0

Nota: esta pergunta não foi efetuada na UFPR, 1.º ano.

Teste qui-quadrado

Questão	Valor Calculado	Valor Tabelado	Coeficiente Contingência
6 E	2,79	3,84	11,97%

Nessa questão, o teste permite rejeitar a hipótese de que os alunos possuem o referido conhecimento dos fatores que justificam as diferenças nos índices de miséria entre as duas regiões indicadas (Nordeste e Sul).

Teste qui-quadrado			
Questão	**Valor Calculado**	**Valor Tabelado**	**Coeficiente contingência (%)**
1	5,81	3,84	15,74
2A	0,94	3,84	6,38
2B	0,10	3,84	2,12
3	3,76	3,84	12,71
4	10,36	3,84	20,85
5A	2,73	3,84	10,51
5B	2,32	3,84	10,01
6A	6,73	3,84	16,89
6B	0,004	3,84	0,42
6C	4,29	3,84	13,27
6D	35,85	3,84	36,72
6E	2,79	3,84	3,84

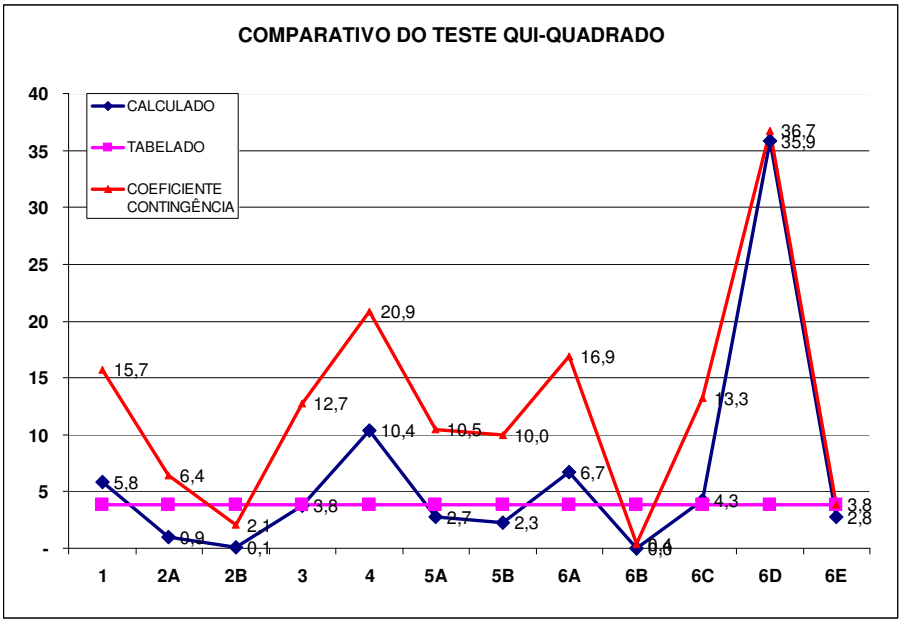


Gráfico 2. Comparativo do teste qui-quadrado

O gráfico representa a linha de corte ou do valor tabelado para que se possam efetuar as análises do que pode ser aceito ou rejeitado com relação aos dados de conhecimentos obtidos mediante as pesquisas aplicadas aos alunos.

Verifica-se que as questões 2A, 2B, 5A, 5B, 6B e 6E podem ser aceitas, já as demais, cujas respostas não foram obtidas de forma consistente, não podem ser

aceitas, o que permite que se conclua que somente 50% das questões não podem ser rejeitadas.

O coeficiente de contingência auxilia a interpretar de forma percentual a diferença que existe entre o valor observado e o valor tabelado.

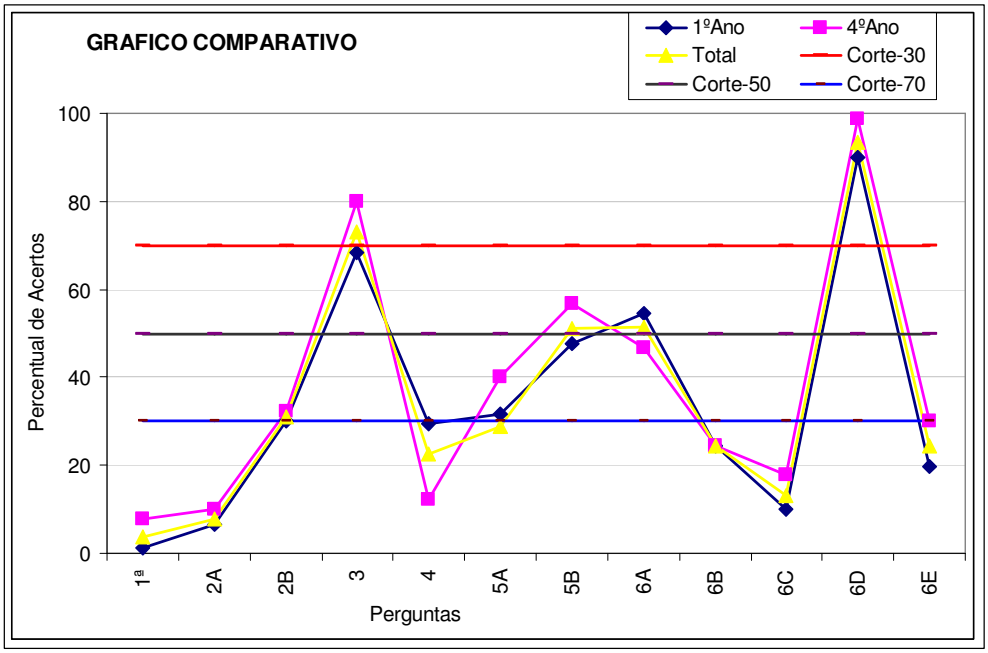


Gráfico 3. Gráfico comparativo.

O gráfico 3 relaciona o percentual de acertos das questões efetuadas pelos alunos durante a pesquisa aplicada.

Foram feitas três linhas de corte/análise. É possível verificar que as questões 1, 2A, 4, 6B, 6C e 6E não são do domínio de conhecimento dos alunos.

Somente 50% dos alunos possuem um conhecimento médio sobre as questões avaliadas.

Apenas duas questões, realmente, são de conhecimento dos alunos, caso fosse efetuado um limite de acerto acima dos 70%.

Verifica-se que aproximadamente 83% das questões encontram-se numa linha de conhecimento de até 50%.

6 APLICAÇÃO DE CONCEITOS GEOGRÁFICOS NO ESTUDO DE UM CASO: A REGIÃO LITORÂNEA DO PARANÁ

O Paraná, com sua diversidade de paisagens e costumes multiétnicos e oferta turística bastante diversificada, por contar com equipamentos, serviços e infra-estrutura de apoio, é o destino de muitos brasileiros e estrangeiros. Entretanto, é curioso observar que, segundo dados da Secretaria de Estado do Turismo (SETU) PR (2005), apresentados no Gráfico 4, quase 50% do fluxo de turistas correspondem a residentes no próprio estado. Isso significa que o Turismo no Paraná é majoritariamente praticado pelos próprios paranaenses, que se dirigem para as diferentes regiões do estado.

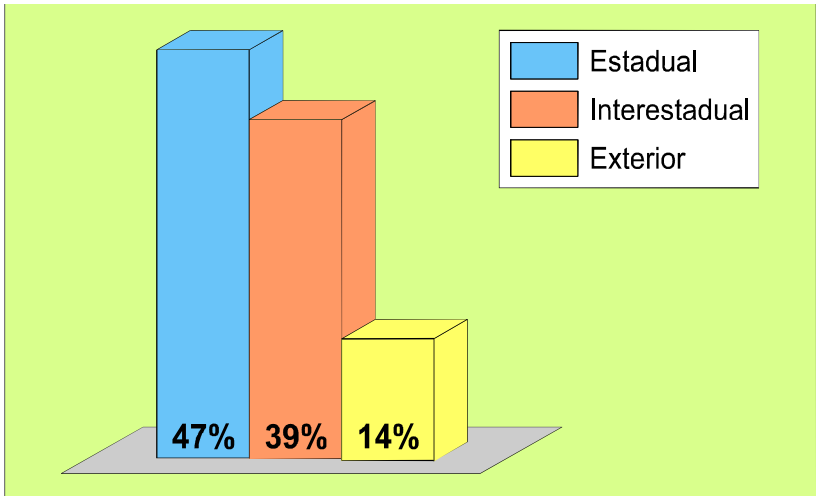


Gráfico 4. Paraná – distribuição do fluxo dos turistas no estado/2005.
Fonte: Secretária do Estado do Turismo (SETU) - PR (adaptado) (2005).

A organização do Paraná em regiões turísticas deve-se, a princípio, à sua inclusão no Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), desenvolvido e coordenado pela EMBRATUR, no período de 1994 a 2002, e, posteriormente, no Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil,

lançado oficialmente em abril de 2004 e coordenado pelo Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico do Ministério de Turismo.

Segundo a Secretaria de Estado do Turismo (SETU)/PR (2005), para a efetivação do programa no Estado foram realizadas diferentes etapas de capacitação, de forma que cada localidade participasse promovendo o inventário turístico municipal.

O inventário permitiu o levantamento de múltiplas informações sobre cada município paranaense. Ressaltam-se os itens que estão diretamente relacionados com a Geografia (conforme os itens 1 e 2 do Inventário Turístico Municipal), como refere a SETU (2005, p.77, 78,79):

> 1.11 Aspectos geográficos
> 1.11.1 Área
> 1.11.2 Municípios limítrofes (N, S, L, O)
> 1.11.3 População
> 1.11.3.1 Urbana
> 1. 11.3.2 Rural
> 1.12 Altitude
> 1.13. Latitude
> 1.14 Longitude
> 1.15 Formação geológica
> 1.16 Hidrografia e vegetação
> 1.17 Clima
> 1.18 Temperatura (máxima, média e mínima)
> 1.19 Densidade pluviométrica
> 1.20 Atividades econômicas desenvolvidas no município
> 1.21 Legislação pertinente existente
>
> 2. Atrativos turísticos
> 2.1 Atrativos Naturais
> Nome
> Localização
> Área
> Facilidades (época e horário de visitação e outras)
> Descrição do atrativo (Relevância turística e Importância para o município, paisagem circundante)
> Existência de transporte regular para o atrativo
> Acesso ao atrativo
> Estado de conservação
> Legislação de proteção ao atrativo (nº da Lei, Decreto, normas de restrição de uso/ocupação?
> Origem dos visitantes (época de maior visitação)

Aspectos da fauna e da flora
2.1.1 Montanhas
2.1.1.1 Picos/Cumes
2.1.1.2 Serras/Escarpas
2.1.1.3 Montes, Morros, Colinas
2.1.2 Planaltos e Planícies
2.1.2.1 Chapadas /Tabuleiros
2.1.2.2 Patamares
2.1.2.3 Pedras Tabulares/Caldeirões
2.1.2.4 Vales
2.1.2.5 Rochedos/ Cannyons
2.1.3 Costas ou Litoral
2.1.3.1 Praias
2.1.3.2 Restingas
2.1.3.3 Mangues
2.1.3.4 Baías/Enseadas
2.1.3.5 Sacos
2.1.3.6 Penínsulas/Cabos/Pontas
2.1.3.7 Falésias/Barreiras
2.1.3.8 Dunas
2.1.3.9 Outros
2.1.4 Terras Insulares
2.1.4.1 Ilhas/Ilhotas
2.1.4.2 Arquipélagos
2.1.4.3 Recifes/Atóis
2.1.5 Hidrografia
2.1.5.1 Rios, Riachos, Canais
2.1.5.2 Lagos/Lagoas
2.1.5.3 Praias Fluviais/Lacustres
2.1.5.4 Alagados
2.1.5.5 Outros
2.1.6 Quedas d`água
2.1.6.1 Catarata
2.1.6.2 Cachoeira/Bica
2.1.6.3 Salto
2.1.6.4 Cascata
2.1.6.5 Corredeira
2.1.7 Fontes Hidrominerais e/ou Termais
2.1.8 Unidades de Conservação
2.1.8.1 Nacionais
2.1.8.2 Estaduais
2.1.8.3 Municipais
2.1.8.4 Particulares ou ONGs
2.1.9 Cavernas/Grutas/Furnas
2.1.9.1 Áreas de Caça e Pesca
2.1.9.2 Flora
2.1.9.3 Fauna.

As informações obtidas nos inventários subsidiaram as discussões da regionalização. Os critérios para a identificação das regiões turísticas, definidos em função da orientação do Ministério do Turismo e dos estudos da Câmara de Regionalização, utilizaram, além das informações oriundas dos inventários, as existentes nos arquivos da Secretaria de Turismo do Paraná e a experiência

profissional de técnicos envolvidos. Os critérios definidos foram os seguintes (Anexo H):

> a) grau de atratividade dos recursos;
> b) resistência de demanda real;
> c) destinos comercializados por agências de Turismo no Paraná;
> d) infra-estrutura de apoio ao Turismo;
> e) equipamentos e serviços turísticos;
> f) existência de estrutura de gastos turísticos (geração de emprego e renda);
> g) sensibilidade política coletiva para o Turismo;
> h) organização Turística Municipal;
> i) planejamento Turístico Municipal;
> j) participação no PNMT.
>
> Os critérios regionais analisados de forma conjunta enquanto região, em função da deficiência de informações seguras e específicas são os seguintes:
> a) posição geográfica estratégica em relação ao principal mercado emissor;
> b) existência de organizações oficiais intermunicipais;
> c) características regionais diferenciais.
>
> Segundo a interlocutora Estadual do Programa de Regionalização do Turismo[5], o estabelecimento das regiões foi realizado de acordo com a Deliberação Normativa n.º 432, de 28 de novembro de 2002, do Ministério do Esporte e Turismo. A Deliberação definiu categorias baseadas no conjunto de fatores e variáveis abrangentes de características físico-geográficas, histórico-culturais e econômicas.

No Decreto n.º 448, de 14 de fevereiro de 1992, da Deliberação Normativa n.º 432, de 28 de fevereiro de 2002, a EMBRATUR define:

> Municípios Turísticos (MT): são aqueles consolidados, determinantes de um Turismo efetivo, capaz de gerar deslocamentos e estadas de fluxo permanente;
> municípios com Potencial Turístico (MPT): são aqueles possuidores de recursos naturais e culturais expressivos, encontrando no turismo diretrizes para o desenvolvimento socioeconômico.

Conforme o conjunto de fatores e variáveis abrangentes de características físico-geográficas, histórico-culturais, o Paraná foi dividido em nove regiões turísticas (APÊNDICE C).

---

[5] Entrevista concedida pela Professora Deise Maria Fernandes Bezerra a Berenice Bley em 2006.

A interlocutora estadual do Programa de Regionalização destaca que as regiões Noroeste, Oeste e Centro do Paraná estão encontrando dificuldades para as respectivas organizações devido à ocorrência de problemas entre a governança regional e a liderança regional. É necessário ressaltar que o termo governança regional equivale a uma instituição, e liderança é um predicado, uma posição tomada em relação aos fatos.

Atualmente, verifica-se que entre as Regiões Turísticas do Paraná algumas já têm identidade turística, como as de Campos Gerais, Curitiba e Litoral. Entre essas três regiões, o Litoral é o espaço turístico que apresenta maior diversificação de atrativos e que já está organizado de acordo com o Programa Nacional de Regionalização.

Durante o ano de 2006, o SEBRAE, em parceria com a SETUR, realizou várias reuniões no município de Paranaguá para a definição do Conselho Gestor, do planejamento e da gestão do Turismo nos municípios litorâneos. Como resultado dessa parceria, foi relevante a participação da Região Litorânea do Paraná no Salão do Turismo realizado em São Paulo, na 1.ª Rodada de Negócios da Rota dos Tropeiros e Litoral, realizada em Curitiba, e no Programa de Certificação.

Participaram dessas reuniões representantes dos municípios litorâneos, que constituíam um grupo de estudo, representantes do SEBRAE e da Secretaria de Turismo do Estado (SETUR) e a autora deste trabalho como convidada especial.

6.1 A REGIÃO LITORÂNEA DO PARANÁ – INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Foto 1 – Serra do Mar.
Fonte: HAVAS CREATIVE TOURS (2007, p. 1).

De acordo com Maack (1968) o Paraná apresenta porções de paisagens naturais, cujas diferenças ou semelhanças baseiam-se na localização e posição das escarpas, divisores de águas e rios. Entre as paisagens naturais destaca-se a escarpa cristalina abaulada, formando um arco aberto em direção leste que declina abruptamente para o mar. Esta demarca o relevo do Paraná em duas formas: o litoral e os planaltos do interior. O limite entre as duas porções naturais é a frente da grande escarpa de falha que apresenta uma série de pedimentos – formações semelhantes a um grande leque, direcionados ao mar.

Essa formação, dividida em blocos transversais ora mais elevados ora mais baixos é denominada Serra do Mar. Os blocos rebaixados recebem denominações locais.

> (...) como os blocos rebaixados do complexo cristalino formam diante da Serra do Mar uma região serrana especial, em cujos vales penetram baías de ingressão com planos de entulhamento marinho e terrestre recentes, distinguem-se no litoral: (...) planícies litorâneas e a (...) zona montanhosa litorânea. (MAACK, 1996. p. 87).

AB' Saber complementa (2001, p. 242 e 248):

> [...] A partir da ponta sul da Ilha de Itanhaém, surgem as primeiras baías de ingressão marinha quaternária, típicas do litoral paranaense e norte - catarinense. A mais extraordinária reentrância da água costeira de toda a região é a Baía de Paranaguá-Antonina, que se inicia no piemonte irregular da Serra do Mar paranaense, com dois braços principais irregulares e diversas reentrâncias secundárias em uma região de tectônica complexa. Trata-se de uma das paisagens costeiras somente visualizadas no conjunto por meio de imagens de satélite.

Para Maack (1968, p. 75 e 85), "o litoral do Paraná é muito estreito e desempenha somente o papel de uma passagem ou de uma porta para o oceano. Sua extensão é de 107 km". Já segundo o Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense (Conselho do Litoral), criado em 1984, o Paraná tem 98 (noventa e oito) quilômetros de extensão, que correspondem a 3% do território paranaense; é composto por ricos ecossistemas. Estes constituem paisagens que oferecem à região "um grande número de opções de uso e ocupação do solo, em especial aquelas voltadas ao turismo". (LEAL, 2000, p. 85).

Segundo Azevedo (1964, p. 291), "do sul do Espírito Santo e até o cabo de Santa Marta, no Estado de Santa Catarina, a linha da costa descreve uma grande reentrância, formando um vastíssimo golfo, cujo ponto mais profundo é a baía de Paranaguá". Da baía de Guanabara até o Paraná o litoral sofre brusca interrupções por parte dos "rebordos orientais dos planaltos cristalinos dissimétricos, esculpidos no Escudo Atlântico", resultando em desníveis superiores a 800 metros.

No litoral paranaense grande parte de esporões adiantam-se para dentro do mar, produzindo pequenas enseadas das costas. Estas, ao sofrerem sopros, às vezes violentos, das correntes aéreas do quadrante sul, produzem correntes de deriva. Em conseqüência, surgem formações de pontais presos às vagas oblíquas, determinadas pelas correntes.

Resultantes das porções de enseadas, surgem as praias com inclinações fortes, conhecidas como praias bravas do litoral. Mas as partes sul das enseadas não sofrem a ação das vagas, que se alargam ao ingressar nessa parte; delas se formam as praias mansas com inclinações suaves. As praias bravas são desertas; nas mansas se instalam as colônias de pescadores, pois nelas é possível o trabalho com pequenos barcos de pesca, utilizando a técnica de pesca de arrasto, e também porque esse tipo de praia é protegida pelo vento. (AZEVEDO, 1964).

A região litorânea do Paraná limita-se ao norte com o estado de São Paulo, onde se localiza a Vila de Ararapira, ao sul, com o estado de Santa Catarina no curso do rio Sahi-Guaçu, a oeste, com a Serra do Mar (Foto 1), ou segundo Maack (1968, p. 86) com a zona montanhosa litorânea ou à frente da grande escarpa de falha; e a leste, com o Oceano Atlântico. (Figura 9).

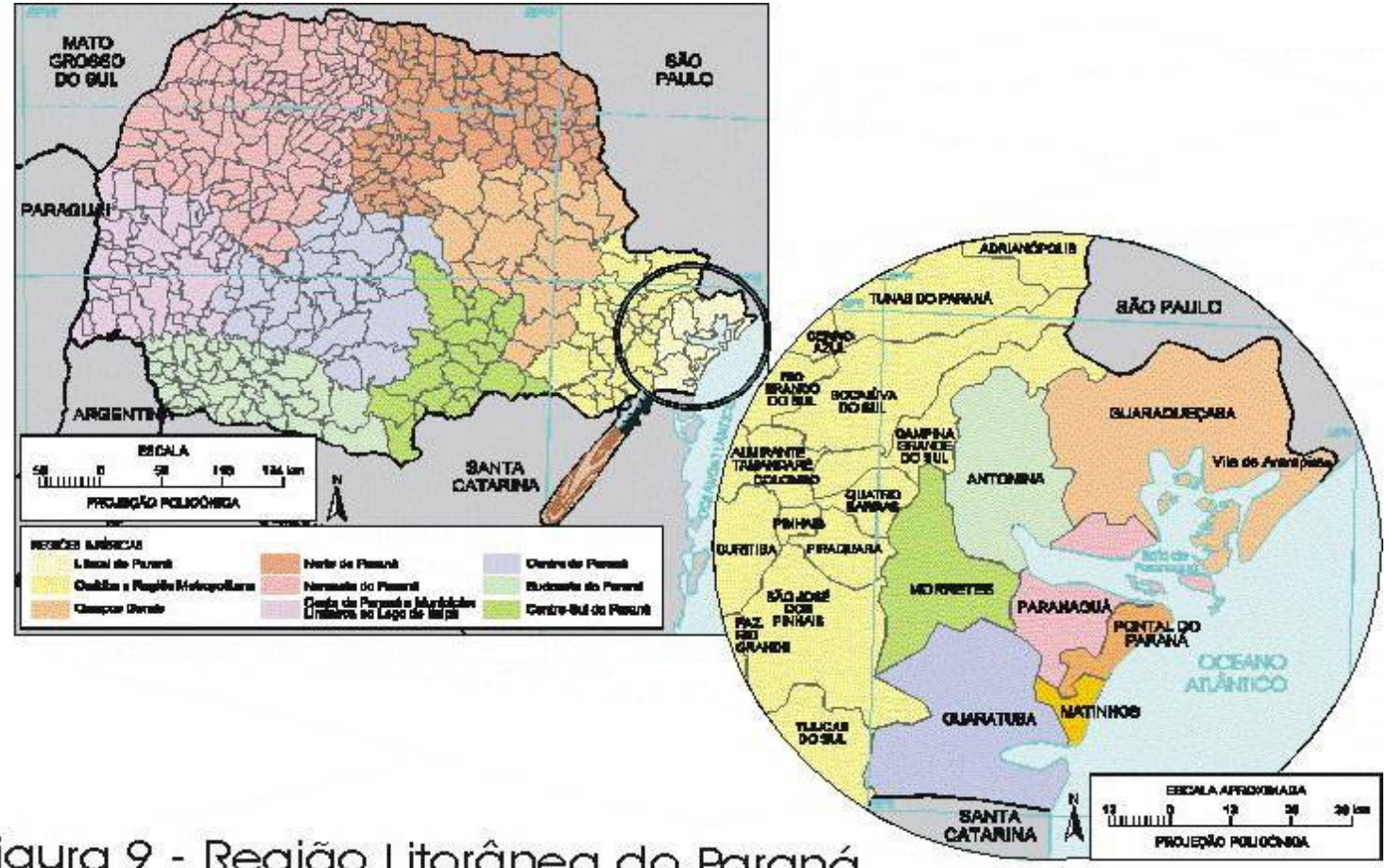


Figura 9 - Região Litorânea do Paraná

SETU (Adaptado) por Elizabeth Gislaine Lopes (2006).

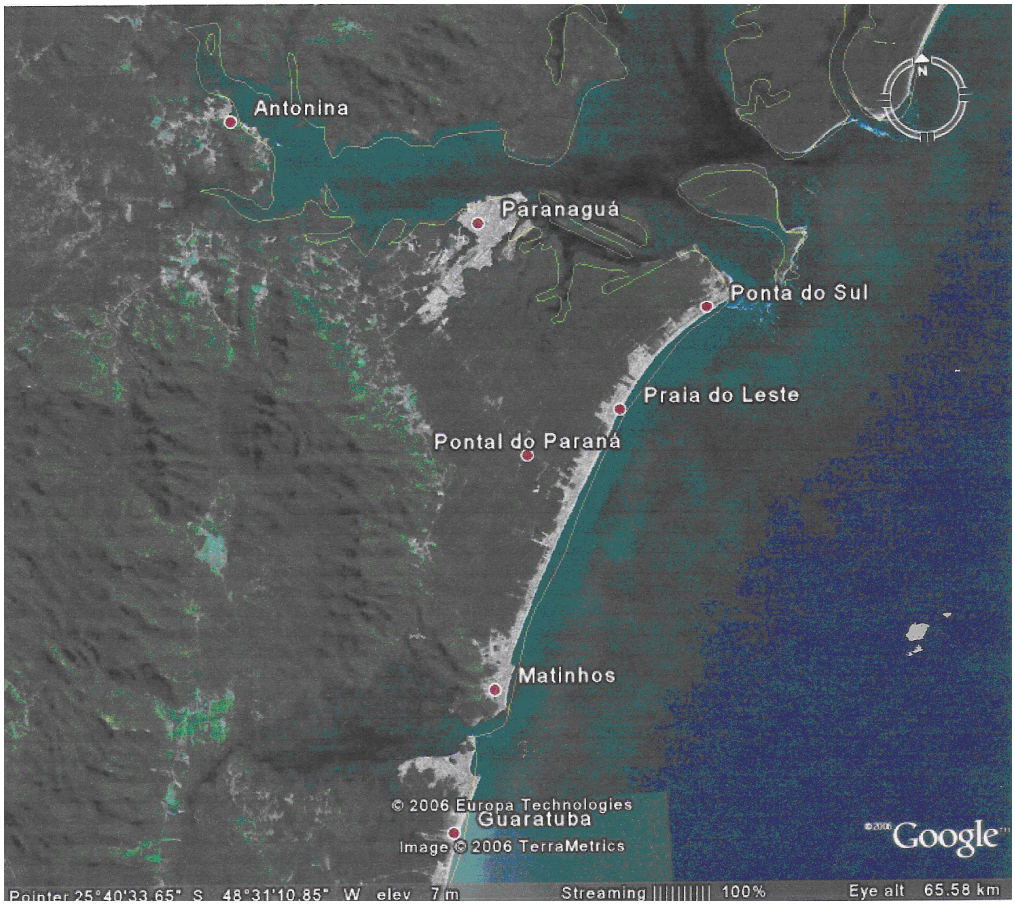


Figura 10. Litoral do Paraná, visualizado por imagem de satélite.

Fonte: Google (2006).

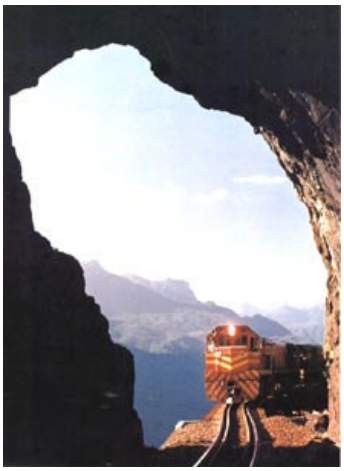
6.2 O ESPAÇO GEOGRÁFICO

Foto 2 – BR-277.
Fonte: ECOVIA (2007).

Foto 3 – BR-277.
Fonte: ECOVIA (2007).

Foto 4. Estrada da Graciosa.
Fonte: BLEY, Berenice (2006).

Foto 5. Estrada da Graciosa.
Fonte: BLEY, Berenice (2006).



Fotos 6 e 7. Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá.
Fonte: SERRA VERDE (2006).

Foto 8. Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá em meio à Mata Atlântica.
Fonte: BAIXAKI IMAGENS (2006).

A região litorânea é constituída por sete municípios Antonina, Morretes, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Paranaguá e Pontal do Paraná, que se comunicam com o 1.º planalto por três importantes vias de acesso, a BR-277 (Fotos

2 e 3), a centenária Estrada da Graciosa (Fotos 4 e 5) e a Estrada de Ferro (Fotos 6, 7 e 8) Paranaguá-Curitiba (Foto 1).

A Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá começou a funcionar em 1884. Como essa ferrovia atravessa terrenos acidentados da Serra do Mar, para construí-la foi necessário alterar o relevo, perfurar muitas rochas com a utilização de aprimoradas técnicas de engenharia daquela época. (BLEY, 2005). (Fotos 6 e 7 e 8).

Em qualquer uma das opções de viagem, o turista percorre aproximadamente 100 km entre o 1.º planalto e o litoral. Foi nessa área terrestre, contígua à costa, com extensas faixas de praia, que, no século XVI, durante o Ciclo do Ouro, começou a organização espacial do Paraná, de onde subiam garimpeiros de ouro até chegarem ao planalto. (PARANÁ TURISMO, 2005).

O tempo passou e, nos dias atuais, a população que vive no espaço paranaense e em outros estados busca no litoral as praias, as ilhas, o artesanato, o barreado e a cadência do fandango.

O conhecimento do espaço geográfico da região litorânea prevê, em um primeiro momento, a orientação e a localização dos municípios que a constituem, conhecimento que deve ser adquirido por meio da leitura do mapa. Com base nas informações cartográficas, é necessário trabalhar o conceito de litoral e as formas litorâneas. Caberia, ainda, uma discussão sobre como as formas litorâneas podem ser ou se tornar um produto turístico e contribuir para o desenvolvimento econômico do local onde se encontram.

Na seqüência, é importante que se analise a paisagem de cada município, considerando todos os fatores em interação. O conhecimento dos elementos naturais da paisagem contribui com a avaliação da qualidade ambiental dos territórios em estudo; é necessário também que se estabeleçam políticas públicas e

critérios de uso e ocupação do solo, de modo adequado, até mesmo para avaliar o grau de intervenção exercido pela sociedade em determinado espaço. A paisagem retrata a ocupação, a utilização e a organização de um determinado espaço, daí a sua importância nos estudos geográficos.

6.2.1 Antonina

Foto 9 – Vista da cidade e da Baía de Antonina (2006). [6]

Fonte: FORONE, Priscila. *Projeto Litoral do Paraná - emoções o ano inteiro.*

[6] A partir desta foto, serão mais comuns as citações da fonte *Projeto litoral do Paraná – emoções o ano inteiro.* Embora consciente de seu apelo de marketing, é utilizada nesta tese por ter sido a condição para a disponibilização de seu acervo de imagens.

Foto 10 – Setor histórico: arquitetura luso-brasileira reflete a história da ocupação espacial.

Fonte: FORONE, Priscila. *Projeto Litoral do Paraná - emoções o ano inteiro.*

Foto 11. Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar (1714). Marco do início da produção espacial de Antonina e origem da denominação capelista.
Fonte: BLEY, Berenice (2006).

Foto 12 – Pico do Paraná – o mais alto do estado, situado na divisa entre Antonina e Campina Grande do Sul.
Fonte: BAIXAKI IMAGENS (2006).

As fotos 9, 10, 11 e 12 mostram a vista da Baía de Antonina, o Setor Histórico, a Igreja Matriz e o Pico do Paraná.

Antonina localiza-se na extremidade ocidental da baía de Paranaguá, a 5 m de altitude. Sua área é de 846 Km². Seus primeiros habitantes não-índios foram os faiscadores de ouro. Antonio Leão, Pedro Uzeda e Manuel Duarte são considerados fundadores de Antonina, pois foram beneficiados por Gabriel de Lara, capitão povoador sesmeiro da Vila de Paranaguá, com uma sesmaria cada um, no século XVII. (WACHOWICZ, 2002).

No entanto, a produção do espaço geográfico teve início, efetivamente, em 1714, quando “Dom Frei Francisco de São Jerônimo, bispo do Rio de Janeiro, autorizou a construção de uma capela na fazenda Graciosa, de propriedade do sargento Manoel do Valle Porto”. (WACHOWICZ, 2002, p. 52).

Como os moradores sofriam riscos nos deslocamentos até Paranaguá para praticarem sua religião, solicitaram ao bispo que lhes fosse permitida a construção de uma capela dedicada a Nossa Senhora do Pilar da Graciosa, pedido que foi atendido. Mantém-se até hoje a festa religiosa de Nossa Senhora do Pilar no dia 15 de agosto quando grande multidão de peregrinos se reúne para homenagear a santa. (WACHOWICZ, 2002).

Entre as modalidades folclóricas, a *Lenda da mãe de ouro* fala da presença de Nossa Senhora como presença calorosa que ajuda aos necessitados, por isso, mãe de ouro:

> Dois irmãos moraram em Antonina. Com a crise da indústria Matarazzo e com a desativação do porto local, eles ficaram desempregados e foram morar numa casa em ruínas. Faziam toda espécie de trabalho para juntar o suficiente e voltar para sua terra; não se referiam a uma cidade em especial, mas diziam-se paulistas.
> Muitas pessoas afirmaram que eles encontraram um tesouro, guiados pela Mãe de ouro, bola de fogo que caiu dentro de um poço seco nos fundos do quintal da casa onde moravam. Ninguém soube informar o local, tampouco os nomes corretos dos irmãos. Cada um falava nomes diferentes e as poucas casas indicadas como locais possíveis do fato não apresentaram indícios de poço algum.
> A única certeza é a de que eles encontraram um tesouro e que, antes de desaparecerem, foram encontrados saquinhos com moedas de ouro e prata nas casas dos moradores mais pobres e outra quantidade na igreja de Nossa Senhora do Pilar. Quanto aos dois irmãos, ninguém sabe onde estão. Muitas pessoas afirmam ter visto uma grande bola de fogo riscar o céu, como estrela cadente, infelizmente caindo em lugares inacessíveis. (PINTO, 2006, p. 517).

Na data de 12 de setembro de 1714 comemora-se a fundação de Antonina. Era conhecida como Capela, daí seus habitantes serem chamados capelistas. O povoado foi elevado à condição de Vila com o nome de Antonina em homenagem ao príncipe D. Antonio (1795-1802), que era o primeiro filho do então príncipe regente

Dom João e de Dona Carlota Joaquina. Em 1797, Antonina foi elevada à categoria de Comarca da Província de São Paulo. (WACHOWICZ, 2002).

Até a década de 1970, Antonina resistiu por se ancorar quase totalmente ao Porto de Antonina – Terminal Barão de Tefé, que gerava 70% dos empregos diretos e indiretos. (PARANÁ TURISMO, 2005).

Na época em que a erva-mate alcançou sua mais alta posição comercial, o Porto de Antonina tornou-se o quarto do país. Com a queda na produção do mate e devido à Segunda Guerra Mundial, Paranaguá transformou-se no maior centro portuário do estado. Atualmente, o Terminal Portuário da Ponta do Félix é o mais moderno para cargas refrigeradas da América do Sul. (PARANÁ TURISMO, 2005).

O município possui uma produção agrícola diversificada, com destaque para o café e o palmito reflorestado. Na pecuária, encontram-se em desenvolvimento as criações de gado leiteiro e de bubalinos. Entre as indústrias, destacam-se as de conserva, bala de banana e carvão vegetal. O artesanato consiste no fabrico de pilões de madeira-de-lei, de cestaria em cipó e taquara e de miniaturas de canoas e violas, que são fabricados com madeira conhecida como cacheta. (PARANÁ TURISMO, 2005).

Salienta-se que este texto, que aparentemente remete a uma simples descrição, contempla a noção de lugar. Carlos (1996, p. 23) lembra que

> (...) o lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante-identidade-lugar. A cidade, por exemplo, produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo. Este plano é aquele local. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos de uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço passível de ser vivido através do corpo.

A tríade habitante-identidade-lugar pode ser constatada por meio destas informações: Em 1975, foi fundada a Orquestra Filarmônica Antoniense, que faz parte do folclore da cidade e cujo objetivo é promover o desenvolvimento da cidade.

Esse fato foi conseguido não somente pela atuação da Filarmônica Antoniense durante o ano como também pelo Festival de Inverno, que reúne músicos e outros artistas na cidade no mês de julho. Outra característica do “lugar” é a tradição carnavalesca, que se constitui como folclore de Antonina. Alguns blocos ainda seguem as tradições indígenas. (PARANÁ TURISMO, 2005).

6.2.2 Guaraqueçaba

Foto 13. Exemplar arquitetônico do século XIX

Fonte: FORONE, Priscila. *Projeto Litoral do Paraná - emoções o ano inteiro.*

Foto 14. Igreja do Nosso Senhor Bom Jesus dos Perdões (1838). Primeira construção de Guaraqueçaba.
Fonte: BLEY, Berenice (2006).

Foto 15 – Vista parcial de Guaraqueçaba - 2006

Fonte: FORONE, Priscila. *Projeto Litoral do Paraná - emoções o ano inteiro.*

Foto 16. Vista parcial do Salto Morato. Queda-d'água com mais de 130 metros de altura na Reserva Natural Salto Morato – Patrimônio Natural da Humanidade (2006)

Fonte: FORONE, Priscila. *Projeto Litoral do Paraná - emoções o ano inteiro.*

As fotos 13, 14 e 15 mostram alguns atrativos turísticos, como o exemplar arquitetônico do século XIX, a Igreja do Nosso Senhor Bom Jesus dos Perdões, a vista parcial de Guaraqueçaba e a vista parcial do Salto Morato.

O nome Guaraqueçaba, na língua dos índios da família Tupi-Guarani, os primeiros habitantes da região, significa local onde há muito guará, ave de cor avermelhada semelhante a uma garça. (PARANÁ TURISMO, 1995).

Guaraqueçaba apresenta um diferencial quanto à sua colonização: os primeiros colonos da região eram suíços-franceses. Esses colonos introduziram sua cultura e deram impulso à agricultura. Atualmente, na agricultura destaca-se o cultivo de laranja, abacaxi, banana e plantação de arroz. Na pecuária, recebe destaque a criação de búfalos, mas, a atividade econômica predominante é a pesca, realizada de maneira rudimentar. (PARANÁ TURISMO, 2005).

Entre as ilhas, merece destaque a de Superagüi, que exibe o Parque Nacional de Superagüi, criado em 1989, com uma área de 33.998 ha. O parque está situado na Região da Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba e abrange quase a totalidade da Ilha do Superagüi e da Ilha das Peças. Faz parte do complexo estuarino-lagunar constituído por Cananéia, Iguape e Paranaguá. (PARANÁ TURISMO, 2005).

Esse complexo é de fundamental importância para a sustentação da fauna marinha, possuindo restingas, manguezais, grandes áreas desertas e diversas trilhas ecológicas. O ecossistema da Mata Atlântica, que recobre o parque, foi reconhecido pela Unesco, em dezembro de 1999, como Sítio de Patrimônio Natural da Humanidade.

Seu maior atrativo é a Praia Deserta, que possui 38 km de praias virgens.

6.2.3 Guaratuba

Foto 17 – Vista parcial da baía de Guaratuba. Segunda maior baía do estado, depois da de Paranaguá (2006).

Fonte: FORONE, Priscila. *Projeto Litoral do Paraná - emoções o ano inteiro.*

Foto 18 – Vista parcial de Guaratuba (2006).

Fonte: FORONE, Priscila. *Projeto Litoral do Paraná - emoções o ano inteiro.*

Foto 19 – Igreja Matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso – século XIX. Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná.

Fonte: FORONE, Priscila. *Projeto Litoral do Paraná - emoções o ano inteiro.*

Foto 20 – Morro do Brejatuba, conhecido como Morro do Cristo (2006).

Fonte: FORONE, Priscila. *Projeto Litoral do Paraná - emoções o ano inteiro.*

As fotos 17, 18, 19 e 20 mostram a baía de Guaratuba, segunda maior baía do estado, a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso, do século XIX, o Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná e o Morro do Brejatuba ou Morro do Cristo.

O nome Guaratuba significa, em tupi, muitos guarás, pássaros vermelhos, que existiam em abundância no litoral do Paraná. Localizada às margens da Baía de Guaratuba, conta com 22 praias que, nos meses de verão, recebem um significativo número de turistas. A população guaratubana é constituída, em sua maioria, por descendentes de portugueses e caboclos. (PARANÁ TURISMO, 1995).

O povoado teve início com duzentos casais que foram transferidos para a enseada de Guaratuba em 5 de dezembro de 1765 por ordem de Dom Luiz Antônio de Souza Botelho de Mourão, Morgado de Mateus, ordem cumprida por Afonso

Botelho de Sampaio e Souza. Ali os casais, que receberam ferramentas e terra começaram a trabalhar. A igreja foi construída em 13 de maio de 1768. Nesta, foi rezada a primeira missa, em 29 de abril de 1771, pelos padres Bento Gonçalves Cordeiro, João Santana Flores e Francisco Borges. No mesmo dia, o povoado passou à categoria de Vila com o nome de São Luiz de Guaratuba da Marinha. Situa-se no litoral paranaense, com 6 m de altitude e área de 1289 k m^2. (PARANÁ TURISMO, 1995).

Especialmente nos meses de abril a novembro, a pesca (ainda artesanal), o cultivo do milho, da mandioca, da cana-de-açúcar, do arroz, da banana, da laranja são as atividades predominantes. (PARANÁ TURISMO, 1995).

6.2.4 Matinhos

Foto 21 – Vista parcial de Matinhos (2006).

Fonte: FORONE, Priscila. *Projeto Litoral do Paraná - emoções o ano inteiro.*

Foto 22 – Igreja Matriz de São Pedro (2006).
Fonte: BLEY, Berenice (2006).

As fotos 21 e 22 indicam vistas parciais de Matinhos e a Igreja Matriz de São Pedro.

Segundo o Paraná Turismo (2005), a cidade de Matinhos está localizada no litoral paranaense, a 3 m de altitude, possui uma área de 215 km^2. O clima é quente durante o ano todo.

O povoado teve início na metade do século XIX quando os índios Carijós ocupavam o litoral paranaense. Foi encontrado em 1820 por Augusto de Saint'Hilaire. Matinho foi o primeiro nome recebido, devido a um rio existente no local. Os primeiros não-índios a chegarem ao local foram portugueses e italianos. Com a inauguração da Estrada do Mar, em 1927, que passou a ligar Paranaguá e Praia de Leste, muitas famílias alemãs também chegaram. (PARANÁ TURISMO, 1995).

Possui como atividades econômicas o Turismo, a pesca artesanal, a agricultura, a pecuária e a indústria, especialmente da construção civil.

A população é miscigenada, formada por descendentes dos índios carijós, portugueses, italianos, alemães e outros. Mantém-se no município a tradição do fandango.

O artesanato e o folclore fazem parte da identidade turística desse município. O artesanato caracteriza-se pelo trançado, que é praticado em todo o litoral, sendo herança da cultura indígena. As matérias-primas mais utilizadas são as fibras vegetais, tais como: cipó, imbé, timbopeva, palha de milho e uva. (PARANÁ TURISMO, 1995).

6.2.5 Morretes

Foto 23 – Vista parcial de Morretes (2006).

Fonte: FORONE, Priscila. *Projeto Litoral do Paraná - emoções o ano inteiro.*

.

Foto 24. Rio Nhundiaquara. Rio que serviu como primeira via natural de ligação entre o litoral e planalto (2006).

Fonte: FORONE, Priscila. *Projeto Litoral do Paraná - emoções o ano inteiro.*

Foto 25 – Produção de cachaça. O município se destaca na produção da cachaça e doces típicos (2006).

Fonte: FORONE, Priscila. *Projeto Litoral do Paraná - emoções o ano inteiro.*

Foto 26 - Barreado – prato típico.
Fonte: TORQUE COMUNICAÇÃO e INTERNET (2007).

As fotos 23, 24, 25 e 26 mostram a cidade de Morretes, o Rio Nhundiaquara e a produção de cachaça e do barreado.

No final do século XVII e começo do XVIII, a região era visitada por faiscadores de ouro. “A fundação de Morretes data de 1721, quando o ouvidor Rafael Pires Pardinho determinou que a Câmara Municipal de Paranaguá demarcasse 300 braças em quadra, local da futura povoação de Morretes”. (PARANÁ TURISMO, 2005, p. 45).

João Almeida foi seu primeiro morador a partir da entrada dos não-índios na região. Em 5 de junho de 1769, foi erguida uma capela dedicada a Nossa Senhora do Porto e Menino Deus dos Três Morretes, a pedido do casal o Capitão Antonio Rodrigues de Carvalho e Dona Maria Gomes Setúbal. Esse evento acelerou o desenvolvimento local no porto, pois os tropeiros que iam de Curitiba para o litoral

passaram a comprar no Porto dos Três Morretes, sem necessidade de irem até Paranaguá. A Câmara Municipal de Paranaguá proibiu o comércio porque a cidade sentia seu comércio prejudicado. No entanto, os moradores de Morretes, após apelarem da decisão para o governo de São Paulo e até a Junta da Real Fazenda, conseguiram ganho de causa. (WACHOWICZ, 2002).

Em 1733, por ordem da mesma Câmara, procedeu-se à demarcação das terras. Em 1841, foi elevada à categoria de município, deixando de pertencer ao município de Antonina. Recebeu o nome de Nhundiaquara, em 1869, mas em 1870 voltou a denominar-se Morretes. É conhecida atualmente como *Capital agrícola* da Região Litorânea.

Seus moradores trabalham com a olericultura, a horticultura e a citricultura, entre outras atividades. Destaca-se o cultivo de banana, cana-de-açúcar, milho, mandioca, arroz e feijão, bem como a produção de cachaça e doces típicos. Ultimamente vem se desenvolvendo o cultivo de gengibre e de acerola.

"As características inerentes ao caboclo ou ao homem urbano morretense se misturam às dos imigrantes italianos, sírios, japoneses, portugueses, alemães e outros". (PARANÁ TURISMO, 1995, p. 131).

Morretes apresenta uma característica particular: os turistas procuram o município não somente no verão e nos feriados, mas durante todo o ano, atraídos pela comida típica – o barreado.

O fandango e o barreado não podem ser separados porque nos dias de entrudo (que originou o carnaval) o barreado é o principal alimento dos dançadores de fandango. Como tradicionalmente é preparado com condimentos à base de carne verde, toucinho e temperos, é um prato fácil de ser feito e não caro. Além disso,

> (...) pode ser requentado muitas vezes sem perder o sabor original e leva muitos dias sem se deteriorar. Por isso, as folgadeiras (como são chamadas as dançadeiras de fandango) e os folgadores preparavam [na década de 70] no sábado e o requentavam durante os dias do entrudo, dispensando o trabalhão que seria, depois de uma noite de 'bateção', cozinhar no dia seguinte (Pinto, 2006, p. 106).

O fandango tradicional tem casa própria para ser dançado, a casa do fandango, e as marcas são batidas e dançadas com tamancos. Dançadores e batedores, em poucos minutos, sentem suas roupas molhadas de suor. Em tempos mais antigos, o fandango era dançado sobre o arroz com a finalidade de descascá-lo.

Entre as marcas de fandango preferidas em Morretes, na década de 80, estavam Vilão-de-lenço, Sarabalho, Tirana, Pipoca, Tonta, Tontinha, Pica-pau, Sinsará, Manjericão, Faxineira, Graciana, Recortado e Marrafa, que continuam sendo dançadas. (Pinto, 2006).

6.2.6 Paranaguá

Foto 27 – Vista parcial de Paranaguá (2006).

Fonte: FORONE, Priscila. *Projeto Litoral do Paraná - emoções o ano inteiro.*

Foto 28 - Vista da parte antiga da cidade (2006).

Fonte: FORONE, Priscila. *Projeto Litoral do Paraná - emoções o ano inteiro.*

Foto 29 - Porto D. Pedro II. Terminal exportador de cereais (2006).

Fonte: FORONE, Priscila. *Projeto Litoral do Paraná - emoções o ano inteiro.*

Foto 30 – Ilha dos Valadares (ao fundo). (2006). Situa-se a 400 metros do centro de Paranaguá, à margem direita do rio Itiberê

Fonte: FORONE, Priscila. *Projeto Litoral do Paraná - emoções o ano inteiro.*

As fotos 28, 29 e 30 mostram a parte antiga de Paranaguá, o Porto Dom Pedro II e a Ilha dos Valadares.

De acordo com Maack (1968, p. 31),

> (...) a primeira notícia sobre a entrada na baía de Paranaguá por via marítima encontra-se no relato de viagem de Hans Staden do ano de 1556 (1557, 68, 71). Hans Staden apresenta numa xilografia a primeira carta da baía, com o canal de Superagüi, a ilha das Peças, representada como península, e mais três ilhas que podem ser identificadas como a do Mel, a da Cotinga e a rasa da Cotinga. Além disso, é esboçada a linha da costa, desde Pontal do Sul até a ponta de Caiobá, com a entrada da baía de Guaratuba.

Segundo Wachowicz (2002), as Bandeiras que chegavam em Paranaguá tinham o objetivo de prear os índios Carijós. Uma dessas bandeiras levava Diogo de Unhate, que conseguiu, em 1614, uma sesmaria, tornando-se o primeiro proprietário de terras, do lado português, em território paranaense. Os que vieram antes dele eram mineradores, não se fixavam na região.

Os portugueses não conseguiram penetrar na baía de Paranaguá porque ocorreu uma guerra entre os portugueses de São Vicente e o espanhol Rui

Mosquera. Depois que este foi expulso, os portugueses entraram na baía. Com eles, seguiam os jesuítas com a finalidade de “catequizar” os índios.

Segundo Wachowicz (2002), entre 1550 e 1560, iniciou-se a organização do espaço paranaense, com a chegada de famílias de São Vicente de Cananéia. Dirigiram-se primeiramente à ilha de Cotinga e depois às margens do rio Itiberê.

Em 1617, chegou à região a Bandeira de Antonio Pedroso, da qual participava o Capitão Provedor Gabriel de Lara e sua família, com investidura de governo militar. Em 1664, ordenou a construção do Pelourinho, sinônimo dos poderes do El-Rei. O povoado denominou-se posteriormente Vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá depois de dois anos. Em 1660, passou à condição de capitania; tornou-se cidade em 1842. Juntamente com a criação da Província do Paraná, foi criada a Capitania dos Portos do Paraná, cujo funcionamento teve início em 1854. Hoje, a economia do município depende em grande parte das atividades desenvolvidas no Porto D. Pedro II, importante corredor de exportação do estado. Constituem ainda expressões de sua economia a pesca, a agricultura e o Turismo. (WACHOWICZ, 2002).

Um fato marcante para a cidade de Paranaguá foi a presença de D. Pedro II, em 1880, na cerimônia de lançamento da pedra fundamental do início das obras da rede ferroviária Paranaguá–Curitiba. Depois de cinco anos, a estrada estava pronta. Antonio Pereira Rebouças foi autor do projeto da ferrovia (1871-1874) junto com seu irmão André Rebouças. (LAROUSSE, 1998).

Foto 31 – Grupo de Romão Costa dança fandango em Paranaguá, junto ao rio Itiberê, próximo ao Centro Histórico. Em segundo plano, à direita, ponte para a Ilha dos Valadares.
Fonte: BONAMIGO, Zélia (2003).

Em sua tradição cultural, mantém características da colonização portuguesa, principalmente nos aspectos folclóricos e religiosos, representados pelo fandango (Foto 31), pelas quermesses paroquiais e procissões solenes. (PARANÁ TURISMO, 2005).

Pinto (2006) considera o fandango manifestação paranaense. Chegou ao Brasil por meio dos colonizadores, foi sendo modificado e tornou-se obra de todos.

Entre as lendas do folclore parnanguara, *A caveirinha* merece algumas representações por parte do leitor. Por que, afinal, o escravo é convidado a falar pouco?

> Um escravo vinha com um pote de água na cabeça e ao atravessar o Campo Grande deparou-se com um esqueleto encostado numa velha figueira.
> Assustado, perguntou quem o havia matado: 'Foi a língua, seu tagarela', respondeu-lhe o esqueleto. Tornou a perguntar: 'Quem te matou?' 'Foi a língua', respondeu novamente o esqueleto.
> E assim, quando notou que o esqueleto já estava cheio com 'Quem te matou?', saiu apressadamente chegando logo à senzala. Ao contar para seus companheiros o ocorrido, foi motivo de gozações e risadas.
> Seu amo, ao tomar conhecimento, quis saber mais sobre aquela história. E o escravo então jurou ter conversado com a caveira.
> Juntando alguns escravos, seu amo o obrigou a mostrar onde estava a tal figueira com a caveira encostada, prometendo-lhe 100 chicotadas caso isso

> não fosse verdade. E lá estava de fato a caveira. Seu amo deu-lhe a ordem então para que falasse com a caveira.
> Muitas vezes, o escravo perguntou: 'Quem te matou? Caveirinha, quem te matou?' Nada de resposta.
> Amarraram o coitado junto do esqueleto e se retiraram. Não muito tempo depois o escravo morreu. Mas antes ouviu a caveirinha dizer: 'Não te disse que quem me matou foi a língua?' (PINTO, 2006, p. 535).

Entre os diversos atrativos turísticos do município, um se destaca: a Ilha do Mel (Foto 32).

Foto 32 – Ilha do Mel – Patrimônio ecológico.
Fonte; GOVERNO DO PARÁNÁ/TURISMO (2006)

A Ilha do Mel se localiza na baía de Paranaguá, no centro do litoral paranaense. Nela encontram-se construções históricas, como a Fortaleza da Barra e o Farol das Conchas, que foram erguidos no século XVIII. Foi tombada pelo Patrimônio Artístico e Histórico do Paraná, em 1975, visando à proteção da flora e da fauna e dos aspectos naturais, históricos, arquitetônicos e arqueológicos. (PARANÁ TURISMO, 1995).

6.2.7 Pontal do Paraná

Foto 33. Vista parcial da praia de Pontal do Sul.
Fonte: BLEY, Berenice. (2006)

Foto 34 – A economia do município está ligada à pesca e ao Turismo (2006).
Fonte: FORONE, Priscila. *Projeto Litoral do Paraná - emoções o ano inteiro.*

As fotos 33 e 34 mostram a praia de Pontal do Sul e as atividades de pesca, que se constituem em elemento importante da economia.

Pontal do Paraná inicia sua história política por volta de 1983, quando foram produzidos os primeiros esforços para que fosse criado um município que abrangesse os balneários de Pontal do Sul e Monções. “Em 1995, houve uma grande manifestação popular, com o objetivo de emancipar o município, que viria a se chamar Pontal do Paraná. Foi desmembrado de Paranaguá, em 1995, pela Lei n.º 11.252”. (PARANÁ TURISMO, 1995, p. 81). A pesca, o comércio e o Turismo constituem aspectos importantes da sua economia. Entre as praias que fazem parte do município de Pontal do Paraná, Pontal do Sul é a que apresenta maior balneabilidade.

As imagens e as informações citadas anteriormente são um ponto de partida importante para a Geografia do Turismo, sugerem a discussão de diferentes temas.

QUADRO 5 – TEMAS SUGERIDOS (1)

Temas sugeridos	**Discussão**
Litoral	Conceito (diferença entre os termos mares e oceanos) Formas litorâneas
Litoral do Paraná	Posição no globo/ Coordenadas Geográficas Localização / Limites Diferenciação de áreas: clima, relevo, vegetação.
Leitura,interpretação de mapas, imagens e fotos	Associação entre informações escritas, cartografadas e mostradas por meio de imagens.
Paisagem	Cultura e natureza
Lugar	Percepção
Organização espacial	Sociedade/natureza
Tempo e espaço	Necessidades da sociedade em diferentes épocas Transformações ocorridas.
Território	Poder
Rede	Sistema
Políticas Públicas	Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (Lei n.º 7.661/88)
	Projeto Orla dos Ministérios do Meio Ambiente e do Planejamento (2002)

6.3 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NA REGIÃO LITORÂNEA

Segundo o Mapa da Distribuição dos principais agrupamentos dos solos do Estado do Paraná, levantado e organizado por Kavaleridze (1965),

Figura 11. Solo laterítico erodido. Caiobá.
Fonte: KAVALERIDZE (1965).

> O solo é um ente histórico natural, que tem um processo vital, devido à influência dos fatores naturais da Terra e do Cosmos (por exemplo, a energia solar).
> Os principais fatores naturais na formação do solo são: 1. Rocha mater, 2. Clima, 3. Vegetação, 4. Relevo terrestre, e 5. Idade de formação. O homem como o 6.^{0} fator principal na formação do solo adquire, importância cada vez maior.
> Cumpre ainda ressaltar o desenvolvimento do solo, isto é, os processos mútuos entre as camadas superficiais da crosta terrestre, a atmosfera e os elementos biológicos (seres vivos – vegetais e animais.) (...) As mais antigas rochas – formações geológicas – no estado do Paraná são representadas pelo maciço cristalino, Pré- Cambriano (...) que ocuparam grandes áreas do litoral Atlântico. (...) O solo laterítico do declive Pré-Atlântico (Caiobá) é fortemente erodido, com horizonte de húmus apenas de 0 a 15 cm, constituído em rocha *mater* laterítica de cor vermelha, que no processo de formação é descolorido, adquirindo a cor amarela. (KAVALERIDZE, 1965, n. 7 no mapa).

Como mostra o texto e a Figura, o solo do litoral paranaense vem sofrendo a ação da erosão há muito tempo. Portanto, o estudo da região litorânea deve considerar a análise das legislações que instituíram um modelo de ocupação e de gestão do litoral paranaense como um importante comprovante do dialético processo de urbanização e desenvolvimento das comunidades da zona costeira.

A legislação do uso e da ocupação do solo na Região Litorânea foi estabelecida pelo Conselho do Litoral, órgão de decisão colegiada responsável pelo disciplinamento do uso e da ocupação do solo. Criado em 1984, o Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense teve como atribuição coordenar o disciplinamento do uso e da ocupação do solo dessa importante unidade geoambiental (elemento básico do relevo com componentes de natureza geológica, pedológica, geomorfológica, hidroclimática, fito-ecológica, econômica, política e cultural). (LEAL, 2000).

Assim como o programa de regionalização do Paraná, a composição do Conselho do Litoral também possibilitou a participação da sociedade civil nas decisões que dizem respeito à ocupação do solo. Entretanto, por ser estabelecido em época muito anterior a esta pesquisa, pouco se conseguiu saber sobre a participação dos munícipes nas decisões estabelecidas pelo Conselho do Litoral.

Comenta Leal (2000, p. 86) que:

> A legislação de uso e ocupação do solo do litoral paranaense tem seu amparo jurídico na Lei Federal n.º 6.513, de 1977, que dispõe sobre a criação de Áreas Especiais de Interesse Turístico e sobre o inventário, com finalidades turísticas, dos bens e valor cultural e natural. Esta lei cria, na verdade, os fundamentos e o conceito dos bens de valor cultural e natural. Através de seu artigo primeiro, define como interesse turístico os bens de valor histórico, artístico, arqueológico, as reservas e estações ecológicas, as áreas destinadas à proteção dos recursos naturais renováveis, as manifestações culturais ou etnológicas e os locais onde estas ocorram, as paisagens notáveis, as localidades e os elementos naturais adequados ao repouso e à prática de atividades recreativas, desportivas ou de lazer, as fontes hidrominerais e as localidades que apresentam condições climáticas especiais.

Eram consideradas Áreas Especiais de Interesse Turístico, conforme a Lei estadual n.^{0} 7.389/80, em vigor até 1998, os municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes e Paranaguá, no litoral do Paraná, por apresentarem ótimas condições de clima e belas paisagens. Exemplos são as áreas da orla marítima, que abrangem uma área que “se estende até 2.000 metros medidos

horizontalmente, bem como a faixa que se estende até 400 metros em torno das baías, estuários de rios e canais do litoral do Estado, que serão estabelecidas a partir da linha do preamar médio de 1831. (LEAL, 2000, p. 86).

Também são reconhecidas como localidades especiais as reservas e estações ecológicas, locais de interesse turístico, entre outras. Em janeiro de 1983, foi instituída a Lei estadual n.^{0} 7.694, que acrescenta aos dispositivos da Lei n.º 7.389 sanções aos infratores. (LEAL, 2000).

Por meio dessa lei, ficaram estabelecidas as penalidades, que vão desde a advertência até o embargo e a demolição da obra. Dentre as penalidades, o embargo foi a mais praticada, como medida de proibição das irregularidades e de organização do espaço.

Dentre as leis estabelecidas para a ocupação do solo, coube ao estado, por meio da Secretaria de Planejamento, examinar e anuir previamente, para aprovação dos municípios, os projetos de parcelamento do solo urbano nas áreas declaradas como de interesse e proteção especial.

Segundo LEAL (2000, p. 87), o Decreto Estadual n.^{0} 2.722 de 1984 é o marco do processo de uso e ocupação do solo no litoral paranaense.

Este Decreto regulamenta e define as condições para o aproveitamento de áreas e locais considerados de interesse turístico, instituídas pela Lei estadual n.^{0} 7.389/80, e estabelece medidas de proteção às faixas ao longo dos rios, aos terrenos montanhosos e às elevações isoladas da planície costeira, inclusive as faixas de 50 metros de largura, contados horizontalmente a partir dos seus sopés; as áreas de mangues e os terrenos em cotas originais inferiores ao nível do preamar e as ilhas fluviais costeiras e as do interior das baías de Antonina, Guaratuba,

Laranjeiras, Paranaguá; e toma outras providências referentes a cuidados com essa unidade geoambiental.

Para a ocupação do solo nas áreas de menor restrição ambiental nos municípios de Guaratuba, Matinhos, Pontal do Paraná e antigos balneários de Paranaguá, o Conselho do Litoral estabelece condições específicas para cada zona, sendo criadas sete zonas residenciais, para as quais se definem:

a) altura máxima;
b) taxa de ocupação total máxima;
c) coeficiente de aproveitamento máximo;
d) recuo mínimo do alinhamento predial;
e) recuo mínimo das divisas;
f) recuo mínimo de fundos;
g) área destinada e tratada exclusivamente para recreação e área mínima de garagens. (LEAL, 2000, p. 88).

Foto 35 – Vista parcial de Caiobá – Matinhos (2006).

Fonte: FORONE, Priscila. *Projeto Litoral do Paraná - emoções o ano inteiro.*

O único local onde foi permitida a edificação com até 10 andares foi no balneário de Caiobá (Foto 35), município de Matinhos. Entretanto, essa mesma regulamentação prevê recuos progressivos para as edificações voltadas para o mar, garantindo que quanto mais alta for a edificação maior será o recuo necessário.

Essa medida possibilita contínua insolação nas faixas de praia e maior qualidade visual.

Segundo Leal (2000, p. 84), “a ação do Conselho do Litoral fica evidenciada na determinação da volumetria edificada e da manutenção da qualidade das faixas de praias no que se refere à insolação e ventilação”.

No entanto, apesar dessa afirmação, facilmente constata-se a deterioração da qualidade de alguns ambientes urbanos, especialmente nos municípios de Paranaguá, Matinhos e Guaratuba, nos quais o aumento populacional ocorrido nos últimos anos, sem a respectiva contrapartida de investimentos na área pública, criou cenários de exclusão social ou desterritorialização para a grande maioria da população residente no litoral.

Verifica-se um modelo de desenvolvimento excludente, no qual a classe trabalhadora é privada de saneamento básico, infra-estrutura viária e serviços de educação e saúde. Esse modelo de desenvolvimento contribui para a perda de considerável parcela de recursos naturais e restringe a possibilidade de construção da cidadania.

O jornal *O Estado do Paraná*, em uma série de reportagens denominadas Raio X do Litoral (Anexo I), constata o modelo de desenvolvimento excludente. A escolha dos temas abordados na série foi: segurança, invasões e mercado imobiliário, infra-estrutura, meio ambiente, balneabilidade e panorama econômico. A reportagem foi feita com base nos depoimentos das pessoas e nas andanças da reportagem.

Foram os seguintes os resultados encontrados:

a) a paisagem de Caiobá mostra à beira-mar prédios de alto padrão, mas após a PR-508 em direção à Serra do Mar observa-se a

desterritorialização retratada em um intrincado sistema de vilas que se assemelham a favelas, onde se observam lixo nos córregos que irão desaguar no mar, ocupações em áreas ambientais, miséria e violência. Esses aspectos fazem com que em todos os prédios se encontrem apartamentos à venda. Miséria, violência, casas sem a mínima condição de habitação também são encontradas em alguns trechos de Guaratuba.

b) a invasão tem assustado os proprietários de casas em Pontal do Paraná, fato que vem gerando a desvalorização dos imóveis e enfraquecendo o mercado imobiliário.

c) em alguns trechos do litoral, as avenidas sofrem constantemente com a ação das correntes marítimas, que engolem cada vez mais a faixa de areia da praia e destroem calçadas. Matinhos é o município que mais sofre com essa situação, pois foi construído sobre as dunas da praia. O resultado disso é que a cidade é quase sempre atingida por ressacas.

d) a coleta de lixo é insuficiente em todos os balneários.

e) a falta de rede de esgoto causa um dos maiores transtornos do litoral.

As fotos e as informações anteriores sugerem discussões de temas geográficos interessantes no âmbito da Geografia do Turismo (Quadro 6).

QUADRO 6 – TEMAS SUGERIDOS (2)

Temas sugeridos	**Discussões**
Espaço turístico	Configuração territorial/dinâmica social.
Natureza	Elementos integrantes e interagentes.
Paisagem	Analise e interpretação de textos e imagens.
Lugar	Sentimento de pertença.
Organização espacial	Reordenamento para a atividade turística.
Tempo	Reflexo dos diferentes tempos.
Território	Espaço de relações de um modelo de desenvolvimento excludente.
Territorialidades	Apropriação pelas classes privilegiadas
Desterritorializar e reteritorializar	Perda ou ganho de território em razão de diferentes processos ou políticas.

7 CONCLUSÕES

Os resultados desta pesquisa mostraram:

a) a aproximação ou interface entre a Geografia e o Turismo, uma vez que referências de diferentes teóricos, tanto da Geografia quanto do Turismo, comprovaram que a atividade turística é genuinamente espacial, se comparada a outras atividades socioeconômicas;

b) a importância da Geografia para a formação dos futuros turismólogos, uma vez que a ciência geográfica trabalha com categorias e conceitos que são indispensáveis para o exercício da atividade turística;

c) a falta de consenso entre diferentes referenciais teóricos, enfoques e propostas teórico-metodológicas referentes à Geografia do Turismo;

d) a inexistência de uma indicação curricular que contemple categorias, conceitos, competências e habilidades geográficas necessárias na formação do profissional em Turismo, uma vez que cada professor trabalha com o conhecimento de sua preferência,

e) o desconhecimento, por parte de coordenadores, professores e alunos do curso de Turismo, das políticas públicas de ordenação do espaço turístico;

f) que a disciplina de Geografia do Turismo se apresenta ainda nebulosa tanto em termos de proposta curricular quanto em termos de conteúdos, conceitos, competências e habilidades.

g) as categorias, os conceitos, os temas e as discussões que são necessários para o futuro profissional em Turismo,

h) a necessidade de o turismólogo dominar os conceitos geográficos “chaves” para ele desenvolver um bom planejamento turístico,

Tendo em vista as conclusões obtidas por meio deste trabalho, considera-se necessário lembrar que todos os deveres específicos dos professores universitários para com os alunos, a instituição e a sociedade resumem-se, basicamente, na obrigação de compartilhar os resultados obtidos em suas pesquisas e estudos. Pode-se, ainda, afirmar que, na idéia de compartilhar pesquisas e estudos, está embutida a tarefa do professor universitário de ensinar corretamente a matéria que leciona, fato que implica em fazer escolhas e, principalmente, em acompanhar a movimentação a que as ciências estão suscetíveis. Nesse sentido, é difícil determinar o que é verdadeiro e importante numa matéria, especialmente na Geografia do Turismo, na qual se constatou uma área nebulosa, tanto em termos de proposta curricular, quanto em termos de conteúdos, conceitos, competências e habilidades.

Enfim, qual o conteúdo pertinente à Geografia do Turismo?

Não se pretende expor neste trabalho uma verdade definida. Os leitores terão, obviamente, de exercer até certo ponto seu juízo pessoal quanto às sugestões e de exprimir dúvidas quanto à convicção da pertinência das sugestões consideradas neste trabalho.

Acredita-se, utilizando como base a pesquisa realizada neste trabalho, que a disciplina de Geografia do Turismo deve oferecer os conhecimentos referentes ao tecido espacial, alicerce da oferta turística. Entende-se o termo tecido espacial assim como Milton Santos (1985, p. 6-7) define a totalidade espacial: a sociedade, as empresas, as instituições, a infra-estrutura e o meio ecológico. Para esse estudo, seriam fundamentais os conceitos citados por Coriolano (2005), por Conti (inédito), assim como alguns citados pelos entrevistados.

Entretanto, ressalta-se que os conceitos só se transformam em conhecimento quando são identificados, analisados e interpretados na realidade socioespacial. Isto pressupõe discussão, crítica e compromisso com a sociedade.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, Aziz Nacib. **Litoral do Brasil:** Pesquisa e texto. São Paulo: Metalivros, 2001.

AGUIAR, Valéria T. Atlas geográfico escolar. 1996. 253 f. Tese (Doutorado em Geografia)–Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Pau lista, Rio Claro, 1996.

ALMEIDA, R. A. Academias de viagens e turismo Brasil-AVT-BR. Conheça nossos programas e participe dessa parceria. In: VI ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO DE BASE LOCAL, 2002. Campo Grande. **Caderno de Resumos**... Campo Grande-MS, 2002.

ALMEIDA, R. A. *et al.* Nas trilhas da pesquisa – Geógrafo do Turismo: que profissional é esse? In: VI ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO DE BASE LOCAL. 2002. Campo Grande. **Caderno de Resumos**... Campo Grande-MS, 2002.

ALMEIDA, R. A.; CASTRO, N. A. R. de. O lugar do turismo no curso de graduação em Geografia*:* uma experiência em processo. In: VI ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO DE BASE LOCAL, 2002. Campo Grande. **Caderno de Resumos**... Campo Grande-MS, 2002.

AMORIM FILHO, Oswaldo B. A evolução do pensamento geográfico e a fenomenologia. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 11, n. 21 e n. 22, p. 67-87, jan./dez. 1999.

ARBACHE, J. S. **O mercado de trabalho na atividade econômica do turismo no Brasil**. Brasília: UnB, 2001.

ARNAIZ, S. M.; CÉSAR, A. Turismo y recolonización: la experiencia de San Pedro, Belice. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, Buenos Aires, AR, n. 4, p. 33-44, 1995.

ASCANIO, A. EcoTurismo: entre la aceptación y el rechazo. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, Buenos Aires, AR, n. 6, p. 362-370, 1997.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BACHARÉIS E ESTUDANTES DE TURISMO – ABBTUR/SP. **Organização da categoria**. São Paulo, 1986.

_____. **Por que turismólogo? Razões e reações.** São Paulo, 1986.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BACHARÉIS EM TURISMO – SECCIONAL PARANÁ. **Projeto de captação do Congresso Brasileiro de Turismo 2002**. [s.l. s.n].

AYALA, Eduardo Jorge Z. A interpretação: subsídios para a pesquisa bibliográfica. **Educação.** Santa Maria, v. 24, n. 2, p. 17-23, 1999.

AZEVEDO, Aroldo de (Dir.). **Brasil a terra e o homem.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

BAIXAKI IMAGENS. Estrada de ferro Curitiba-Paranaguá. Disponível em:< http://baixaki.ig.com.br/imagens> Acesso em: 20 out. 2006.

BARBIERI, E. B. **O fator climático nos sistemas territoriais de recreação**. 1979. Tese (Doutorado em Geografia)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979.

BARROS, N. C. C. de. **Manual de geografia do Turismo:** meio ambiente, cultura e paisagens. Recife: UFPE, 1999.

BELTRÁN, M. Cinco vías de acceso a la realidad social. In: FERRANDO, M.; IBÁÑEZ, Jesús; ALVIRA, Francisco (Eds.). **Métodos y técnicas de investigación**. Madri: Alianza Editorial, 1998. p. 19-49.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo.** 3. ed. São Paulo: Senac, 2000.

BERTIN, Marta. **O Turismo em Foz do Iguaçu na visão dos estudantes***:* um estudo de percepção ambiental. 2003. Dissertação. (Mestrado em Geografia)–Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

BLACHE, V. LA. Le Principe de La Géographie Générale. **Annales de Géographie,** v. V, p. 129-142, 1896.

BLACHE, Vidal de la. O princípio da geografia geral. **Geographia**, publicação semestral do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense - ISSN 1517-7793, ano III , n.º 6 - jul-dez. 2001. Publicação online em dez. 2004. Disponível em: http://www.uff.br/geographia/rev_06/lablache6.pdf > Acesso em: 17 nov. 2007.

BLEY, Lineu. Percepção do espaço urbano: o centro de Curitiba. 1982. Dissertação (Mestrado em Geografia)–Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1982.

BLEY, Berenice (Fotógrafa). **Estrada da Graciosa (1)**. (2006). 1 Fotografia, color.

_____. **Estrada da Graciosa** (2). (2006). 1 Fotografia, color.

_____. **Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar (1714). Marco do início da produção espacial de Antonina e origem da denominação capelista.** (2006). 1 Fotografia, color.

_____. **Igreja do Nosso Senhor Bom Jesus dos Perdões (1838). Primeira construção de Guaraqueçaba.** (2006). 1 Fotografia, color.

_____. **Igreja Matriz de São Pedro** (2006). 1 Fotografia, color.

_____. **Vista parcial da praia de Pontal do Sul.** (2006). 1 Fotografia, color.

BOERNGEN, R. **Teorias, mapas e viagens**: a geografia nos cursos superiores de Turismo. 2002. 111 f. Dissertação. (Mestrado em Geografia)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BOLOS, M. **Manual de ciencia del paisaje**. **Teoría, métodos y aplicaciones**, Colección Geográfica. Barcelona: Masson, 1992.

BONAMIGO, Z. M. (Fotógrafa). **Grupo de Romão Costa dança fandango em Paranaguá**; 2003. 1 fotografia, color.

BONFIM, B. B. R. **Uma proposta metodológica para o ensino da climatología no primeiro grau.** 1997. 128 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

BONIFACE, B. G.; COOPER, C.. **The geography of travel & tourism**. Oxford: Butterworth-Heinemann, 1994.

BOULLÓN, R. C. **Las actividades turísticas y recreacionales**. México: Trillas, 1985. 177p.

_____. **Planificación del espacio turístico**. México: Trillas, 1994.

_____. **Planejamento do espaço turístico.** 3. ed. Bauru: Edusc, 2002.

BRASIL. **Portaria INEP/MEC n.^{0} 92**. Designa a composição da Comissão Assessora de Avaliação da Área de Turismo e estabelece suas atribuições. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, seção 2, p. 23, 30, jun. 2006.

BRASIL. **Decreto-lei n.° 448, de 14 de fevereiro de 1992.** Regulamenta dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991, dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e dá outras providências. Brasília: DOU, 1992.

BRASIL. **Decreto n.º 946, de 1.º de outubro de 1993.** Regulamenta a Lei n.º 8.623, de 28 de janeiro de 1993, que dispõe sobre a profissão de Guia de Turismo e dá outras providências. Brasília: DOU, 1993.

BRASIL. **Decreto-lei n.° 2.294, de 21 de novembro de 1986**. Dispõe sobre o exercício e a exploração de atividades e serviços turísticos, e dá outras providências. Brasília: DOU, 1986.

BRASIL. **Decreto-lei n°3688, de 2 de outubro de 1941**. Dispõe sobre as contravenções penais. Brasília: DOU, 1941.

BRASIL. **Decreto-lei n,° 55, de 18 de novembro de 1966**. Define a política nacional de turismo, cria o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo, e dá outras providências. Brasília: DOU, 1966.

BRASIL. **Lei n.º 6.505, de 13 de dezembro de 1977**. Dispõe sobre as atividades e serviços turísticos; estabelece condições para o seu funcionamento e fiscalização; altera a redação do artigo 18, do Decreto-lei nº. 1.439, de 30 de dezembro de 1975; e dá outras providências. Brasília: DOU, 1977.

BRASIL. **Lei n.º 8.623, de 28 de janeiro de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Guia de Turismo e dá outras providências. Brasília: DOU, 1993.

BRASIL. **Decreto-lei n.° 8.181, de 28 de março de 1991**. Dá nova denominação à Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), e dá outras providências. Brasília: DOU, 1991.

BRASIL. **Lei n.º 10.861,de 14 de abril de 2004**.Institui o Sistema nacional da Avaliação Superior – SINAES e dá outras providências.Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/legis/pdf/l10861.pdf>.Acesso:17 nov. 2004.

BRASIL **Portaria n.º 603, de 07 de março de 2006**. Dispõe sobre os Cursos a serem avaliados no ENADE 2006. Brasília: DOU, v. 143, n. 46, p. 12, 8 mar. 2006. Brasília, 8 de março de 2006. Disponível em:< http://www.pucrs.br/autoavaliacao/portaria603.pdf> Acesso em: 17 nov. 2007.

_____. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, 23 de dezembro de 1996, Seção 1, p. 27839.

Paraná. **Lei estadual n.º 7.389/80**. Define as Áreas e Locais de Interesse Turístico do Litoral do Estado do Paraná, para os fins da Lei Federal n° 6.513/77. Curitiba, 1980.

BROWN, F. **Tourism reassessed. Blight or blessing?** Oxford: Butterworth-Heinemann, 1998.

BUSINESSGUIDE. Conferência internacional discutirá impacto econômico do turismo. Disponível em: <http://www.businessguide.com.br/noticias/noticia_1077.htm> Acesso em: 26 ago. 2006.

CALLIZO, J. S. **Aproximación a la geografia del Turismo**. Madri: Síntese, 1991.

CANTERAS, J. C. **Introducción al paisaje**. Santander: Universidad de Cantabria, 1992.

CARLOS, Ana Fani Alexandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CASTRO, I. E. O problema da Escala. In: Castro, I. E.; Gomes, P. C. C.; Corrêa, R. L.; (Orgs.). **Geografia:** Conceitos e temas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.

_____. Paisagem e turismo. De estética, nostalgia e política. In: YÁZIGI, E. (Org.). **Paisagem e turismo**. São Paulo: Contexto, 2002.

CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia:** conceitos e temas. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CASTRO, N. A. R. de. **Educação em Geografia**. Caminhos e (des)caminhos da construção de uma prática pedagógica. 1992, 2 v. 440 f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

CASTROGIOVANNI, A. C. Por que geografia no turismo? Um exemplo de caso: Porto Alegre. In: GASTAL, S. (Org.). **Turismo**: nove propostas para um saber-fazer. 3. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

CAVALHEIRO, F. **Ecologia, paisagem e gestão ambiental**. São Paulo: USP, disciplina do Curso de Pós-Graduação em Geografia Física, 2003.

CECCHET, Jandira M. Iniciação cognitiva do mapa. 1982. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1982.

CONTA satélite – Canadá. Disponível em: <www.world-tourism.org/statistics/committee/7th_meeting/ctsa00p.pdf> Acesso em: 26 ago. 2006.

CONTA satélite do Canadá é referência. Disponível em: <http://institucional.Turismo.gov.br/mintur/parser/imprensa/noticias/item.cfm?id=C2AC4190-083F-207E-8937325AE2580A87> Acesso em: 26 ago. 2006.

CONTEÚDO mínimo do curso de Turismo. Disponível em: <http://72.14.205.104/search?q=cache:izbHNjhbJgUJ:www.espacoacademico.com.br/020/20jsf.htm+resolu%C3%A7ao+s/n+de+28/01/71&hl=pt-BR&gl=br&ct=clnk&cd=1> Acesso em: 26 ago. 2006.

CONTI, J. B. EcoTurismo, paisagem e geografia. In: RODRIGUES, Adyr A. Balastreri (Org.). **EcoTurismo no Brasil**: Possibilidades e limites. São Paulo: Contexto, 2003.

CORIOLANO, L. N. M. Teixeira. **O Turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. **Turismo, territórios e sujeitos nos discursos e práticas políticas**. 2004. 295p. Tese (Doutorado em Geografia)–Departamento de Geografia, Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2004.

CORIOLANO, L. N. M. T.; LIMA, L. C. **Turismo e desenvolvimento sustentável**. Fortaleza: EDUECE, 2003.

CORIOLANO, L. N. M. T.; SILVA, S. C. B. de M. e. **Turismo e geografia:** abordagens críticas. Fortaleza: UECE, 2005.

CORRÊA, R. L. **A rede urbana.** São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, R. L. Territorialidade e corporação: um exemplo, In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A de; SILVEIRA, M. L. (orgs.). **Território, globalização e fragmentação.** São Paulo, Hucitec/Anpur, 1994.

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. 7. ed. São Paulo. Ática, 2000.

COSTA GOMES, P. C. da. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

CRUZ, R. de C. A. da. **Introdução à geografia do Turismo**. São Paulo: Roca, 2003.

_____. **Política de Turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.

CUNHA, L. A. Diretrizes para o estudo histórico do ensino superior no Brasil. **Em Aberto**, n. 23, ano 3, set./out., 1984.

DAHLEN, R.. **O turismo e a produção do espaço na Costa Oeste Paranaense**. 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia)–Departamento de Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2004.

DARDEL, Eric. **L'homme et la terre**: nature de la réalité géographie. Paris: PUF, 1952.

DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Lívia. (org.) Percepção ambiental: a experiência brasileira. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Atlas 1992.

DENCKER, Ada F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. 4. ed. São Paulo: Futura, 1998.

DIRETRIZES curriculares nacionais do curso de graduação em Turismo–Parecer CES/CNE n.º 288/2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES_0288.pdf> Acesso em: 06 nov. 2006.

DUPEY, A. M. La práctica del antropólogo y los proyectos turísticos. **Estudios y Perspectivas en Turismo,** Buenos Aires, n. 9, p. 72-831, 2000.

ECO, H. **Como se faz uma tese**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1985 e 1989.

_____. **Viagem na irrealidade cotidiana**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

ECOVIA. **Estrada da Graciosa.** Disponível em:<http://www.ecovia.com.br> Acesso em: 20 abr. 2007.

EMBRATUR/FIPE. **Estudo, caracterização e dimensionamento do mercado doméstico de Turismo no Brasil**. São Paulo, 2002.

GEORGE, Pierre. **Dictionnaire de la géographie**. Paris: Presses Universitaires de France, 1975.

SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO. Estatísticas do Turismo no Paraná. Disponível em: <http://www.pr.gov.br/Turismo/estatisticas.shtml?profissionais> Acesso em: 26 ago. 2006.

FALCÃO, J. A. G.. O Turismo internacional e os mecanismos de circulação e transferência de renda. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. I. A; CRUZ, R. de C. A. da. **Turismo**: espaço, paisagem e cultura. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

FERNANDEZ, A. R. **Planificación física y ecológica:** modelos y métodos. Madrid: Emesa, 1979.

FIPE, EMBRATUR e Ministério do Turismo. Caracterização e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil: **Metodologia e desenvolvimento**. Brasília: PRDETUR NE II – PRODETUR SUL, 2006. Disponível em: <http://www.braziltour.com/site/arquivos/dados_fatos/demanda%20turistica/demanda_turismo_domestico_setembro_2006.pdf> Acesso em: 16 nov. 2007.

GARMS, A. **Pantanal:** o mito e a realidade – Uma contribuição à Geografia. 1993. Tese (Doutorado em Geografia)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

GASTAL, S. **Turismo, imagens e imaginários**. São Paulo: Aleph, 2005.

GÓMEZ, Alberto Luis. **La evolución internacional de la geografia del ocio**. Geocritica, Barcelona, p. 69-54,1987.

GONZALEZ, Bernaldez, F. **Ecologia y paisaje.** Madrid: H. Blume, 1981.

GOVERNO DO PARANÁ. Turismo. Disponível em: www.pr.gov.br/Turismo. Acesso em: 28 out. 2006.

GRABURN, N. Turismo: el viaje sagrado. In: SMITH, Valene L. (Ed.) **Anfitriones e invitados.** Madrid: Endymion, 1992.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados da exclusão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2000.

HAGGET P.; CHORLEY, R. Modelos paradigmas e a nova geografia. In: CHORLEY, Richard; HAGGETT, Peter (Org.). **Modelos sócio-econômicos em geografia**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos/USP, 1975.

HAVA CREATIVE TOURS. **Fotos Curitiba**. Disponível em: http://www.havasbrazil.com.br/pt/fotos/curitiba04.jpg> Acesso em: 5 fev. 2007.

HIERNEAUX D. N. Elementos para um análisis sociogeográfico del Turismo. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo e geografia**. Reflexões teóricas e enfoques regionais. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

HUNZIKER, W.; KRAPF, K. **Grundriss der allgemeinem Fremdenverkehrslehre,** Zurcí: Polygraph, 1942. p. 392.

EMBRATUR - INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO. **Deliberação normativa n. 390**, de 28 maio1998.

EMBRATUR - INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO. **Deliberação normativa n. 393**, de 2 set. 1998.

EMBRATUR - INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO. **Deliberação normativa n.º 421**, de 24 maio 2001.

FORONE, Priscilla. **Fotos do litoral do Paraná**. Cd projeto Litoral do Paraná.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOOGLE. **Litoral do Paraná**. Disponível em:

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: Censo, 2000.

_____. **Atlas geográfico escolar**. 3. ed. Rio de Janeiro: 2006.

ITALIA OGGI. **Notizie D'italia**: Pesquisador diz ter confirmado identidade de Mona Lisa. Disponível em:< http://www.italiaoggi.com.br/not07_0904/ital_not20040804a.htm> Acesso em 17 nov. 2007.

IVARS, J. A. Planificación turística de los espacios regionales em Espanha. Madri: Síntesis, 2002.

JAFARI, J.; RITCHIE, B. Towards a framework for tourism education. Problems and prospects. **Annals of Tourism Research**, n. 8, p. 13 - 34, 1981.

LEAL, Carmen Terezinha. **R. Paran. Desenv.** Curitiba, n. 99, p. 83-95, jul/dez, 2000.

KNAFOU, R. **Loisir**. Dictionnaire de la Géographie et de l´èspace dês societés. Paris: Éditions Belin, 2003.

_____. Tourisme de montagne et parcs nationaux em France, publicacions Casa Velazquez, 1991. In: CAZES, G. **Fondements pour une geographie du tourisme et des loisirs**. Paris: Bréal, 1992.

_____. Turismo e território: por uma abordagem científica do Turismo. In: RODRIGUES, A. A. B. (Org.). **Turismo e geografia:** reflexões teóricas enfoques regionais. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

Kaspar, C. Le tourisme object d'étude scientifique. **Revue du Tourisme**, n. 4, Berna, 1975.

KNAFOU, Remy. Turismo e território: por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, Adyr B. (org.). **Turismo e geografia.** São Paulo, Hucitec, 1999, p. 62 - 74.

KNAFOU, R.; STOCK, M. Tourisme. In: LÉVY J.; LUSSAULT, M. **Dictionnaire de la géographie et de l´espace des societés**. Paris: Belin, 2003.

KOLACNY, A. **Informação cartográfica**: conceitos e termos fundamentais na cartografia moderna. Tradução de Selene C. Perez. São Paulo: Departamento de Geografia – USP, 1977. (Mimeo).

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1976.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo:** para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 1989 e 2000.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

LAROUSSE Cultural. São Paulo: Nova Cultural, 1998.

LIBÂNEO. J. C. **Adeus professor, adeus professora?** novas exigências educacionais e profissão docente. São Paulo: Cortez, 1998. (ENADE – Geografia-05 – Adaptado).

LIBERDADE cultural num mundo diversificado. Lisboa: Mensagem – Serviço de Recursos Editoriais, 2004.

LOZATO-GIOTART, J. P. **Méditerranée et tourisme**. Paris: Masson, 1990.

LÖWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o barão de Munchlausen**: marxismo e positivismo na teoria do conhecimento. São Paulo: Busca e Vida,1987.

_____. **Manuscritos econômicos e filosóficos e outros textos escolhidos**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural,1978.

LUCAS, W. R. L. **The design of forest landscape.** Oxford: Oxford University Press, 1991.

MACHADO, Lucy M. C. P. A. **Serra do Mar paulista**: um estudo de paisagem valorizada. 1988. 312p. Tese (Doutorado em Geografia)–Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

MAACK, Reinhard. **Geografia Física do Estado do Paraná.** Banco de Desenvolvimento do Paraná (sucessor da CODEPAR), da Universidade Federal do Paraná e do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas. Curitiba, 1968.

KAVALERIDZ, Vladimir (Org.) **Mapa da Distribuição dos principais agrupamentos dos solos do Estado do Paraná**. São Paulo, Editora Coleção FTD Ltda., 1965.

MARTINELLI, Marcelo; RIBEIRO, Mônica Patrícia. Cartografia para o Turismo: símbolo ou linguagem gráfica? In: RODRIGUES, Adyr B. **Turismo.** Desenvolvimento local. São Paulo: Hucitec, 1997.

MATIAS, M. **Turismo**: formação e profissionalização – 30 anos de história. São Paulo: Manole, 2002.

MATTAR, F. **Pesquisa de Marketing.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MATTAR, J. **Um modelo de l´espace touristique**. L´espace géographique. [s.l. : s. N.], 1997.

MENDONÇA, F. Geografia Socioambiental. In: MENDONÇA, Francisco; KOZEL, S. (Org.) **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: UFPR, 2002.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO. **Política Nacional de Turismo:** diretrizes e programas 1996-1999. Brasil: MICT, 1996.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Perfil dos Estados Litorâneos do Brasil: subsídios à implantação do Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro**. Brasília: GERCO, 1995.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos. **Projeto Orla**: Fundamentos para gestão integrada. Brasília: MMA/SQA, 2002.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **O Turismo e o ajuste da conta corrente do Brasil.** Brasília: Ministério do Planejamento, 2002.

MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO. **Programa nacional de municipalização do Turismo 8 anos:** retratos de uma caminhada. Brasil: MET, 2002.

MINISTRO destaca potencial turistico do Pará. Disponível em: <http://institucional.Turismo.gov.br/mintur/parser/imprensa/noticias/item.cfm?id=A24D43C2-DC14-1863-3FEF0C23B7DE0960> Acesso em: 13 set. 2006.

MITCHEL, L.; MURPHY, P. Geography and tourism. **Annals of Tourism Research**, n. 18, p. 57–70, 1991.

MIRANDOLA JR. Eduardo; GRATÃO, Lúcia Helena Batista. **Do sonho à memória:** Lívia de Oliveira e a geografia humanista no Brasil. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/geografia/v12n2eletronica/1.pdf> Acesso em: 17 nov. 2007.

MOESCH, M. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2000.

MOLINA, S.; RODRIGUEZ, S. **Planejamento integral do Turismo**: um enfoque para a América Latina. Bauru: Edusc, 2001.

MONTEIRO, C. A. de F. **Geossistemas: a história de uma procura.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

MORAIS, Jader Onofre, Processos e impactos ambientais em zonas costeiras. In: Geologia no Planejamento Ambiental. **Revista de Geologia**. Fortaleza: v. 9, p. 191-242, 1996.

MORAES, A. C. R. Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil. São Paulo: Hucitec, 1999.

MOREIRA, João Carlos; SENE, Eustáquio de. **Geografia para o ensino médio**. São Paulo: Scipione, 2002.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

MUSEUM QUALITY. **Mona Lisa.** Disponível em: <www.huntfor.com/absoluteig/images/monalisa.htm>. Acesso em: 10 junho de 2007.

NASH, D.; SMITH, V. L. Anthropology and tourism. **Annals of Tourism Research.** n. 18, p. 12 -25, 1991.

NOVA CULTURAL. **Grande enciclopédia Larousse Cultural.** São Paulo, 1998.

OMT. ORGANIZAÇÃO NACIONAL DO TURISMO. **Tendencias del mercado turístico:** las Américas. Madrid: OMT, 2000.

_____. **Introdução ao turismo**. Trad. Dolores Martin Rodriguez Corner. São Paulo: Roca. 2001.

_____. **Lo que todo gestor turístico debe saber.** Madrid (Espanha): OMT, 1995.

_____. **Estatísticas básicas de turismo** (2006). Disponível em: http://www.braziltour.com/site/arquivos/dados_fatos/estatisticas_basicas_do_turismo/estatisticas_basicas_do_turismo___brasil_2002_a_2006___fonte___10set2007.pdf> Acesso em: 23 jul. 2007.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. **Coletânea de legislação ambiental**. Curitiba: IAP: GTZ, 1996.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Turuismo. **Orientação para gestão municipal de turismo**. Curitiba, 2005.

PARANÁ TURISMO. **Apostila do litoral paranaense -2005**. Curitiba, 2005.

PEARCE, D. **Desarrollo turístico**. Su planificación y ubicación geográfica. México: Trillas, 1988.

_____. **Geografia do Turismo**: fluxos e regiões no mercado de viagens. Tradução Saulo Krieger. São Paulo: Aleph, 2003. (Série Turismo).

_____. **Géographice du tourisme**. Paris: Nathan, 1993.

_____. **Tourism today.** A geographical analysis. London: Longman, 1987.

_____. **The social psychology of tourist behaviour**. Oxford: Pergamon Press, 1982.

PEARCE, D. G.; GRIMMEAU, J. P. The spatial structure of tourist accommodation and hotel demand in Spain. **Geoforum**, v. 16, n. 1, p. 37-50,1986.

PERFIL do Paraná e de seus municípios. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/index_perfil.php> Acesso em: 03 out. 2006.

PINTO, Inami Folclore. **Folclore no Paraná**. Organização: Zélia Maria Bonamigo e Jorge Antonio de Queiroz e Silva. Curitiba: SEEC, 2006.

PIRES, P. dos S. A paisagem litorânea como recurso turístico. In: YÁZIGI, E. *et al* (Orgs.). **Turismo**: espaço, paisagem e cultura. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

PIRES, P. dos S. Interfaces ambientais do Turismo. In: TRIGO, L. G. G. (Org.). **Turismo**. Como aprender, como ensinar. São Paulo: Senac, 2001.

PLOG, S. **Developing and using psychographics in tourism research.** Travel, tourism, and hospitality research: a handbook for managers and researchers. Nova York: John Wiley & Sons, 1994.

PORTUGUEZ, A. P. **Consumo e espaço**: Turismo, lazer e outros temas. São Paulo: Roca, 2001.

PROGRAMA das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2004**.

Parecer CNE/CES n.^{0} 288/2003. **Regulamenta as diretrizes curriculares para o curso de Turismo**. Brasília, 2003. Despacho do Ministro, publicado no Diário. Oficial da União de 12/4/2004.

PROGRAMA Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT). Brasília, 2002.

PRAZO de integralização curricular. Disponível em: http://www.ufpel.edu.br/cpa/Projetos/Turismo/TURISMO.DOC> Acesso em: 17 out. 2006.

PRINCIPAIS emissores de turistas para o Brasil. Disponível em: <http://200.189.169.141/site/br/dados_fatos/conteudo/emissores_turistas.php?in_secao=404> Acesso em: 17 ago. 2006.

REGULAMENTAÇÃO do turismólogo. Disponível em: <http://www.abbtur.org.br/index.php?secao=ver_artigo&id=10> Acesso em: 17 ago. 2006

REJOWSKI, M. **Turismo e pesquisa científica**: pensamento internacional x situação brasileira. Campinas: Papirus, 1996. (Coleção Turismo).

_____. **Turismo e pesquisa científica**. São Paulo: Papirus, 1997.

_____. **Pesquisa acadêmica em Turismo no Brasil** (1975-1992) – Configuração e sistematização documental. Tese (Doutorado em Turismo) –São Paulo–ECA/USP, 1993.

RODRIGUES, Adyr Balastreri. **Turismo e espaço**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. Geografia do Turismo: novos desafios. In: TRIGO, L. G. G. (Org.). **Turismo**: como aprender, como ensinar. São Paulo: Senac, 2001.

_____. **Turismo e ambiente:** reflexões e propostas. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

_____. **Turismo e espaço:** rumo a um conhecimento transdisciplinar. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Turismo e geografia:** reflexões teóricas enfoques regionais. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

RUSCHMANN, D. V. de M. **Turismo e planejamento sustentável**. São Paulo: Papirus, 1996.

SANTOS FILHO, J. EMBRATUR, da euforia ao esquecimento: o retorno às raízes quando serviu à ditadura militar. **Revista Espaço Acadêmico**, abr. 2004.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. **Técnica, espaço, tempo, globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **De la totalidad al lugar.** Barcelona: Oikos-tau, 1996.

_____. **Espaço & método**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997.

_____. **Técnica, espaço, tempo, globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/035/35jsf.htm>. Acesso em: 06 maio 2006.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 3. ed. São Paulo : Hucitec, 1999.

SAVIANI, D. A filosofia da educação e o problema da inovação em educação. In: GARCIA, W. E. (Coord.). **Inovação educacional no Brasil**: Problemas e perspectivas**.** São Paulo/Campinas: Cortez/Autores Associados, 1980.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Turismo (SETU). Curitiba, 2005.

_____. Estatísticas do turismo. Curitiba, 2007. Disponível em:http://www.pr.gov.br.turismo/pdf/est_parana.pdf>. Acesso em 20 mar. 2006.

_____. Paraná cidade – escritórios regionais, associações municipais, prefeituras municipais [s.d.].

SCHLÜTER, R. G. **Investicación em Turismo y hotelaria**. Buenos Aires: Centro de Investigaciones y Estudios Turísticos, 2000.

SERRA VERDE. Estrada de ferro Curitiba-Paranaguá. Disponível em: <http://www.transportes.gov.br/bit/ferro/SerraVerde/trem_entrada_tunel.jpg>. Acesso em 28 out. 2006.

SHAFF, A. **História e verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

SICOLI, M. C. **Brasil e o Turismo**. Disponível em: <http://revistaTurismo.cidadeinternet.com.br/artigos/futurasgeracoes.html>. Acesso em: 26 ago. 2006.

SILVEIRA, Carlos Eduardo; PAIXÃO, Dario Luiz Dias; COBOS, Valdir José. Políticas públicas de turismo e a política no Brasil: singularidades e (des) continuidade. **Ciência e Opinião**, Curitiba, v. 3, n. 1, p. 21-36, jan./jun. 2006.

SILVEIRA, M. A. T. da. **Turismo, políticas de ordenamento territorial e desenvolvimento.** Um foco no estado do Paraná no contexto regional. 2002. 277 f. Tese (Doutorado em Geografia)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

_____. **Turismo & natureza**: serra do Mar no Paraná. 1992. Dissertação (Mestrado em Geografia)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

SMITH, N. **Uneven development**. Oxford: Basil Blackwell, 1984.

SOJA, E. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TRIGO, L. G. G. (Org). **Turismo**: como aprender como ensinar, 2. ed. São Paulo: Senac, 2001.

TRIGO, L. G. G. **Descrição da área de Turismo**. [s. i.], maio 1996.

_____. **Viagem na memória**: guia histórico das viagens e do Turismo no Brasil. São Paulo: Senac, 2000.

TUAN, Y. **Espaço e lugar**. São Paulo: Difel, 1983.

TURISMO em análise. São Paulo: ECA-USP/Aleph, 1995.

TURRI, Eugênio. **Il paesaggio come teatro – dal terrritorio vissuto al territorio rapresentato**. Venezia: Marsilio Editori, 1998.

TUTU, D. **Relatório do desenvolvimento humano**. Mensagem – Serviço de Recursos Editoriais Ltda. Portugal, 2004.

UNICAMP. **Caderno de questões** 99. Disponível em: http://convest.unicamp.br/vest_ant/2000/download/comentado/geografia/pdf>. Acesso em: 20 mar. 2006.

URRY, J. **O olhar do turista**: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. Tradução: Carlos Eugênio Marcondes de Moura. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 1999.

VASCONCELLOS, M. M. **Avaliação e ética**. Londrina: UEL, 2002.

VEJA. **Brasil:** Turismo em alta. São Paulo, p. 28, 3 ago. 2005.

VENTURA, D. **Monografia jurídica.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

VERA, F. J. (Coord.); PALOMEQUE, F. López; MARCHENA, Manuel J.; ANTON, Salvador. **Análisis territorial del Turismo**. Barcelona: Ariel, 1997.

WACHOWICZ, Ruy. **História do Paraná**. 10. ed. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

YÁZIGI, E. **A alma do lugar:** Turismo, planejamento e cotidiano. São Paulo: Contexto, 2001.

YÁZIGI, E; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. de C. A. da (Org.). **Turismo**: espaço, paisagem e cultura. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

YÁZIGI, E. (Org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.

APÊNDICES

APÊNDICES

APÊNDICE A - Teste aplicado aos alunos do 1.º ano do curso de Turismo da UNICENP..... 203

APÊNDICE B - Teste aplicado aos coordenadores participantes do I Encontro Paranaense de Hotelaria e Turismo – Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão-PR..... 205

APÊNDICE C - Teste aplicado aos professores participantes do I Encontro Paranaense de Hotelaria e Turismo – Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão-PR..... 209

APÊNDICE D - Teste aplicado aos alunos participantes do I Encontro Paranaense de Hotelaria e Turismo – Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão – PR..... 213

APÊNDICE E - Roteiro de entrevista realizada com professores formados em Geografia e doutores em Turismo..... 217

APÊNDICE F - Questionário aplicado a professores de cursos de Turismo de Curitiba..... 220

APÊNDICE G - Teste aplicado aos alunos do curso de Turismo, do 1.º e 4.º ano – Universidade Federal do Paraná, Centro Universitário Positivo, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba..... 222

APÊNDICE A
TESTE APLICADO A ALUNOS DO 1.º PERÍODO DO CURSO DE TURISMO DA UNICENP

Questão 1: Localize no mapa, escrevendo os nomes ou as siglas, os estados que constituem a República Federativa do Brasil e o Distrito Federal.

Questão 2: Organize a legenda de acordo com a informação que ela apresenta e localize os estados que fazem parte da Região Geoeconômica Centro-Sul.

Questão 3: As regiões geoeconômicas são paisagens produzidas, organizadas e transformadas ao longo do tempo. Sobre este assunto, assinale V ou F.

( ) A ocupação da região Centro-Sul iniciou-se com a descoberta do ouro e prosseguiu com o cultivo do café.

( ) A primeira atividade significativa da região Amazônica foi o cultivo da pimenta-do-reino.

( ) O Nordeste foi a primeira porção territorial a ser ocupada e explorada economicamente pelos portugueses.

( ) A ocupação dos estados do Sul do Brasil deu-se por meio do sistema de colonização.

( ) A regionalização segundo critérios geoeconômicos está baseada na lei do desenvolvimento desigual e combinado. Segundo a lei, cada aspecto da realidade é constituído de dois aspectos que se acham relacionados apesar de serem opostos.

Questão 4: Assinale as alternativas corretas. Para comparar a qualidade de vida das diferentes populações, o PNUD utiliza um indicador chamado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Esse índice vem sendo obtido:

( ) Com base na *renda per capita* dos diferentes países.

( ) Pelas desigualdades na distribuição da renda total do país.

( ) Com base nas informações sobre educação, expectativa de vida e Produto Interno Bruto.

( ) Com base nas diferentes regiões econômicas.

( ) O Brasil está, atualmente, entre os países que apresentam médio IDH.

Questão 5: Qual o critério utilizado pelo IBGE para a regionalização do Brasil e qual a finalidade dessa regionalização?

_____

_____

_____

_____

_____

_____

APÊNDICE B

TESTE APLICADO AOS COORDENADORES PARTICIPANTES DO I ENCONTRO PARANAENSE DE HOTELARIA E TURISMO – FACULDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS E LETRAS DE CAMPO MOURÃO – PARANÁ

Prezado Coordenador,

Esta pesquisa, cujo tema envolve o Paraná e suas Regiões Turísticas, tem como objetivo a construção de um referencial teórico de base sobre a Geografia no curso de Turismo.

Nome (opcional): _____

Idade: _____ Sexo: F M

Escolaridade:

Graduado. Pós-graduado.

Mestre. Doutor.

Phd.

Faculdades em que trabalha:_____

1. Qual a grade curricular da Geografia no curso de Turismo da Instituição sob sua coordenação?

1.º:____ horas 2.º :____ horas

3.º:____ horas 4.º :____ horas

5.º:____ horas 6.º :____ horas

7.º:____ horas 8.º :____ horas

2. Você sabe em quantas regiões turísticas o estado do Paraná está dividido?

Sim – Quantas? _____ Não

3. A Geografia é importante para o curso de Turismo porque:

( ) Estuda as paisagens naturais de porções do espaço.

( ) Considera a paisagem como resultado de uma combinação dinâmica de elementos físicos, biológicos e antrópicos, constituindo-se, portanto, em disciplina fundamental para os futuros turismólogos.

( ) Diz respeito à formação e evolução da litosfera.

( ) Trata da dimensão socioespacial da prática do social do turismo.

4 Cite cinco temas geográficos que você considera de fundamental interesse para o curso de Turismo.

a)_____

b)_____

c)_____

d)_____

e)_____

5 Leia os textos e responda às questões:

Texto 1:

> O meio local é uma geografia viva, é o rio próximo, a população do bairro, a fazenda vizinha. Não há locais sem interesse. O essencial entre alunos é a sua vontade de melhor aprender seu cotidiano qualquer que seja ele. Nesse sentido, o estudo do meio tem papel importante nesse processo. Aquele que interroga seu meio tem necessidade de compreender como os diferentes elementos de seu ambiente estão relacionados uns com os outros. Formula hipóteses e tenta verificá-las, opera um verdadeiro trabalho sobre o concreto, sobre a realidade vivida, que lhe permite construir progressivamente seu pensamento em direção à abstração. *Institut Coope*

Texto 2:

> É necessário formar sujeitos pensantes capazes de se apropriarem criticamente da realidade. Sujeitos que desenvolvam as capacidades básicas do pensamento, elementos conceituais que lhes permitam mais do que saber das coisas, mais do que receber uma informação colocar-se ante a realidade, apropriar-se do momento histórico para pensar criticamente essa realidade e reagir a ela.

a) Texto 1 aborda o estudo do meio como metodologia do ensino da Geografia. Em que medida essa metodologia pode contemplar os aspectos levantados no Texto 2?

_____

_____

_____

_____

_____

b) No âmbito do ensino e da aprendizagem da Geografia do Turismo, descreva uma metodologia que possa dar conta dos aspectos levantados no Texto 2.

_____

_____

_____

_____

Obrigada por sua colaboração.

APÊNDICE C

TESTE APLICADO AOS PROFESSORES PARTICIPANTES DO I ENCONTRO PARANAENSE DE HOTELARIA E TURISMO – FACULDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS E LETRAS DE CAMPO MOURÃO – PARANÁ

Prezado Professor:

Esta pesquisa, cujo tema é o Paraná e suas Regiões Turísticas, tem como objetivo a construção de um referencial teórico de base sobre a Geografia no curso de Turismo.

Nome (opcional): _____

Idade: _____ Sexo: F M .

Escolaridade:

Graduado. Pós-graduado.

Mestre. Doutor.

Phd.

Faculdades em que trabalha:

_____

1) A Geografia é importante para o curso de Turismo porque (máximo de 2 opções):

( ) Estuda as paisagens naturais de porções do espaço.

( ) Considera a paisagem como resultado de uma combinação dinâmica de elementos físicos, biológicos e antrópicos, constituindo-se, portanto, em disciplina fundamental para os futuros turismólogos.

( ) Diz respeito à formação e evolução da litosfera.

( ) Trata da dimensão socioespacial da prática social do turismo.

2) A gênese dos territórios turísticos está:

( ) Nas paisagens exóticas.

( ) Na apropriação dos espaços pela prática social do turismo.

( ) Na existência ou implantação de infra-estrutura.

( ) Na ação do marketing.

3) Na sua opinião, o que motiva os habitantes das altas e médias latitudes a conhecerem as regiões de baixas latitudes é:

( ) A atração por suas aglomerações urbanas.

( ) o fator tropicalidade e o fator cultural decorrente deste.

4) Os habitantes de baixas latitudes, na determinação de uma viagem turística, sentem-se atraídos por manifestações atmosféricas próprias de altas latitudes, como o frio, e os conseqüentes fenômenos atmosféricos, como a neve.

Sim Não

5) O relevo, enquanto característica geográfica bastante significativa, pode se transformar em mercadoria turística?

Sim Não

6) Cite 1 exemplo de relevo transformado em mercadoria turística no Paraná.

_____

_____

7) A linha de contato entre terras e águas se constitui em uma modalidade de turismo. Sobre o litoral paranaense, enumere que conteúdos devem ser contemplados de acordo com a ordem de importância

( ) Conceito de litoral e extensão do litoral paranaense.

( ) Formas litorâneas do litoral paranaense.

( ) Características sociodemográficas do litoral paranaense.

( ) Principais pólos turísticos do litoral paranaense e suas características físicas.

( ) As transformações ocorridas no litoral paranaense por meio do processo de apropriação turística.

8) Segundo Conti (2002, p. 6):

> As redes hidrográficas apresentam intenso potencial de atração para as atividades de lazer, e nesse particular, destacam-se os altos cursos onde os desníveis são acentuados, propícios à formação de quedas-d'água. Exemplo: Cataratas do Iguaçu, Niágara, Vitória, etc.

Com base nessa citação, que informações você abordaria sobre as bacias hidrográficas brasileiras?

- _____
- _____
- _____
- _____

9) Algumas propostas curriculares dão ênfase à Cartografia. Na sua opinião, um profissional do turismo precisa saber (máximo de 2 opções):

( ) Elaborar mapas turísticos.

( ) Localizar os elementos atrativos e sua infra-estrutura.

( ) Localizar lugares turísticos.

( ) Localizar sua infra-estrutura.

( ) Ler e interpretar escalas.

10) Você sabe em quantas regiões turísticas o estado do Paraná está dividido?

Sim - Quantas? _____ Não

Obrigada por sua colaboração.

APÊNDICE D

TESTE APLICADO A ALUNOS PARTICIPANTES DO I ENCONTRO PARANAENSE DE HOTELARIA E TURISMO – FACULDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS E LETRAS DE CAMPO MOURÃO – PARANÁ

Prezado Aluno

Esta pesquisa, cujo tema é o Paraná e suas Regiões Turísticas, tem como objetivo a construção de um referencial teórico de base sobre a Geografia no curso de Turismo

Nome (opcional): _____

Idade: _____ Sexo: F M

Escolaridade – período:

1.º Período. 2.º Período.

3.º Período. 4.º Período.

5.º Período. 6.º Período.

7.º Período. 8.º Período.

Faculdades em que estuda:

_____.

1) Você sabe em quantas regiões turísticas o estado do Paraná está dividido?

Sim Quantas? _____ Não

2) A Geografia é importante para o curso de Turismo porque:

( ) Estuda as paisagens naturais de porções do espaço.

( ) Considera a paisagem como resultado de uma combinação dinâmica de elementos físicos, biológicos e antrópicos, constituindo-se, portanto, em disciplina fundamental para os futuros turismólogos.

( ) Diz respeito à formação e à evolução da litosfera.

( ) Trata da dimensão socioespacial da prática do social do turismo.

3) Quais são os componentes geográficos do turismo?

_____

_____

4) Como você pode perceber, o conceito de região está estritamente vinculado ao turismo. Desse modo, podemos considerar correta as seguintes alternativas (duas opções):

( ) As regiões turísticas são definidas em termos de limites ou fronteiras.

( ) As regiões turísticas são definidas por seu valor/paisagem ou sua utilização no desenvolvimento de atividades vinculadas ao turismo.

( ) O critério para o estabelecimento da Região Metropolitana de Curitiba como turística é a concentração industrial.

( ) O critério para o estabelecimento da Região Oeste/Lindeiros é a presença efetiva de grandes áreas alagadas em função do relevo, que apresenta uma depressão relativa.

5) Em um mapa do estado com uma escala em quilômetros é de: 0-----30-----60, responda:

a) Qual a distância real entre Curitiba e Campo Mourão, uma vez que na representação esta distância é de aproximadamente 12 cm? _____

b) Cada centímetro do mapa está representando quantos quilômetros da realidade? _____

c) Qual o tempo que um ônibus de turismo levaria para percorrer este trajeto a 80 km por hora? _____

6) De acordo com o Índice de Condições de Vida dos municípios brasileiros, 25 milhões de pessoas com 16 anos ou mais são considerados miseráveis. Observe no mapa abaixo como eles estão distribuídos. (UNICAMP, 2000, caderno 99).

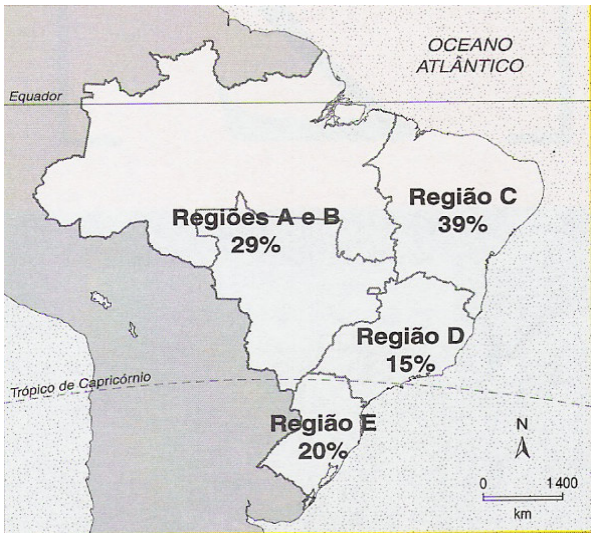


Figura 12. Distribuição dos Miseráveis nas Regiões Brasileiras
Fonte: UNICAMP (2000, caderno 99)

a) de acordo com o mapa, quais são as regiões C e E?

_____

b) Que estados fazem parte da região C?

_____

_____

c) Que estados fazem parte da região E?

_____

_____

d) A diferença entre os índices de miséria das regiões C e E, se deve:

- ao processo histórico de ocupação e organização do espaço.
- as grandes estiagens ocorridas no Nordeste
- ao clima subtropical favorece a agricultura nos estados onde predomina;
- ao forte atrativo turístico exercido pelas praias nordestinas.

Obrigada por sua colaboração.

APÊNDICE E

ROTEIRO DA ENTREVISTA REALIZADA COM PROFESSORES FORMADOS EM GEOGRAFIA E DOUTORES EM TURISMO

Nome: _____

Idade: _____. Sexo: F M

Escolaridade:

( ) Graduado

( ) Mestre

( ) Doutor

( ) Pós-Doutorado

Trabalhos Publicados:_____

_____

Faculdade (s) em que trabalha:_____

_____

Cargo que ocupa:_____

Disciplina (s) que leciona: _____

_____

1. **Qual a grade curricular da Geografia no curso de Turismo na instituição onde trabalha?**

_____

_____

2. Por que a Geografia é importante na formação do profissional de turismo?

_____

_____

_____

_____

3. Qual a Geografia necessária para o profissional em turismo?

_____

_____

_____

_____

4. Que conceitos da Geografia têm interesse para o turismo? Território? Região? Lugar? Paisagem? Rede?

_____

_____

_____

_____

5. O Art. 3.º da Resolução de 1971 cita que a Geografia terá ênfase na Cartografia. Como o professor pode interpretar essa indicação?

_____

_____

_____

_____

6. O Parecer CNE/CES 0288/2003 sugere competências e habilidades nas mais diferentes áreas, destacando-se, entre outras: "domínios de técnicas relacionados com a seleção e avaliação de informações geográficas, como formas de manifestação da comunidade humana. Como o professor de Geografia deve entender essa citação"?

_____
_____
_____
_____
_____

7. O mesmo Parecer sugere conteúdos geográficos que conformam as sociedades e suas diferentes culturas. Quais seriam esses conteúdos?

_____
_____
_____
_____

Obrigada por sua colaboração.

APÊNDICE F

QUESTIONÁRIO APLICADO A PROFESSORES DE CURSOS DE TURISMO DE CURITIBA

Prezado professor:

Esta pesquisa tem a finalidade de discutir a importância da Geografia na formação do profissional em Turismo e propor um referencial teórico-metodológico para o estado do Paraná.

Nome (opcional)

Idade: Sexo: F M

Escolaridade:

( ) Graduado. ( ) Pós-Doutorado.

( ) Mestre. ( ) PhD.

( ) Doutor.

1) Qual o período e a carga horária destinada à Geografia na (s) faculdade (s) onde você trabalha?

( ) 1.º _____ horas

( ) 2.º _____ horas

( ) 3.º _____ horas

( ) 4.º _____ horas

( ) 5.º _____ horas

( ) 6.º _____ horas

( ) 7.º _____ horas

( ) 8.º _____ horas

2)Carga horária total: _____

3) Atividades complementares ou extra-curriculares

_____

_____

4) Ementa:

_____

_____

_____

5) Conteúdos de plano de curso:

_____

_____

_____

_____

_____

6) A Geografia é importante para o profissional de turismo porque (cite no máximo três razões):

_____

_____

Obrigada por sua colaboração.

APÊNDICE G

TESTE APLICADO AOS ALUNOS DO CURSO DE TURISMO, DO 1.º E 4.º ANO – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, CENTRO UNIVERSITÁRIO POSITIVO, PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ E FACULDADES INTEGRADAS SANTA CRUZ DE CURITIBA

Prezado Aluno:

Esta pesquisa tem como objetivo discutir a importância da Geografia na formação do profissional em Turismo e propor um referencial teórico-metodológico para o Estado do Paraná.

Nome (opcional): _____

Idade: _____ Sexo: F M

Escolaridade – período:

1.º Período 2.º Período

3.º Período 4.º Período

5.º Período 6.º Período

7.º Período 8.º Período

Faculdade em que estuda:

_____

1) Você sabe em quantas regiões turísticas o estado do Paraná está dividido?

Sim - Quantas _____ Não

2) O Paraná com sua diversidade de paisagens e costumes multiétnicos é o destino de muitos brasileiros e estrangeiros. Leia as informações deste quadro:

Quadro 9 - Estimativas do Estado

Variáveis	Anos				
	2001	2002	2003	2004	2005
Fluxo Turistas	5 670 614	5 552 244	6 210 930	6 708 641	7 350 912
Estadual (%)	50,0	48,0	48,0	45,0	47,0
Interestadual (%)	34,0	35,0	36,0	38,0	39,0
Internacional (%)	16,0	17,0	16,0	17,0	14,0
Permanência Média (dias)	3,9	3,6	3,8	3,3	3,7
Gasto Médio Per Capita/Dia (US$)	37,8	45,0	47,8	47,5	60,0
Receita Gerada (US$ por mil)	835.961,92	899.463,47	1.124.000,29	1.067.915,40	1.462.828,46

Fonte: SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO/ PARANÁ TURISMO (2007, p.1)

Assinale uma ou mais respostas corretas:

a) Que informações indicam a demanda turística do Estado?

( ) A permanência e o gasto médio *per capita/dia* (US$).

( ) A origem dos turistas e a permanência média/ dias.

( ) O total de turistas e os ingressos que geram.

b) Com base nas informações apresentadas pelo quadro podemos concluir que:

( ) Entre os anos de 2003 e 2004 a receita gerada (US$ por mil) aumentou consideravelmente.

( ) .O fluxo de turistas estaduais têm decrescido nos últimos anos.

( ) A demanda turística aumentou em 2005, mas diminuiu permanência média (dias), em relação a 2002 e 2004.

3) Podemos considerar o espaço turístico:

( ) Como uma conseqüência da presença e distribuição territorial de atrativos turísticos, mais empreendimento e infra – estrutura.

( ) Como toda a superfície da Terra e a camada da biosfera que a envolve, que pode ser percebida pelos seres humanos por meio de seus sentidos.

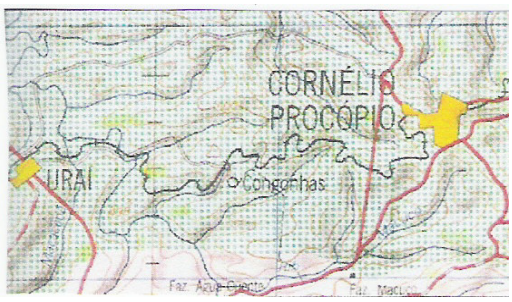
Como todo centro urbano que tem ou em seu próprio território ou em seu raio de influência atrativos turísticos.

3) A Cartografia é a ciência que representa os fatos ou fenômenos geográficos por meio de mapas ou cartas. Os cartógrafos trabalham com uma visão reduzida da área, sendo necessário indicar a proporção entre a superfície terrestre e a sua representação. Esta proporção é indicada pela escala. Os profissionais em Turismo devem adquirir a habilidade de analisar e interpretar mapas.

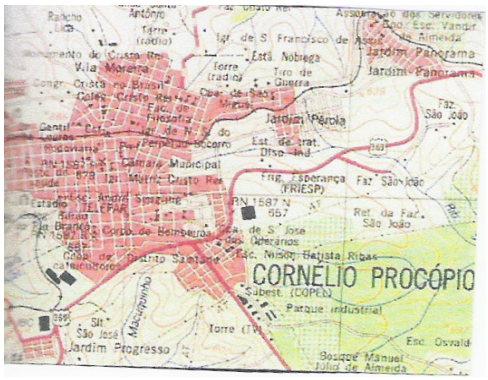
Com base nas informações da página anterior, relacione cada mapa à escala correspondente:

Mapa 1

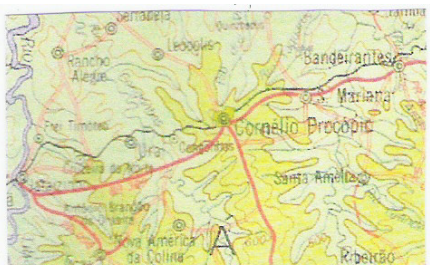
Mapa 2



Mapa 3



Mapa 4



( ) escala 1: 50.000

( ) escala 1: 250.000

( ) escala 1: 1.000.000

( ) escala 1: 100.000

Fonte: Atlas Geográfico Escolar – IBGE (2004, p. 29).

5) Observe esta imagem e depois responda as questões:

a) Até a Lei n.º 7.661/88, que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PMGC), não havia uma definição legal de praia, o que dificultava a aplicação prática dos instrumentos legais referentes a essa porção do espaço. O que você entende segundo essa lei: “praia é a área coberta e descoberta periodicamente pelas águas, acrescida da faixa subseqüente de materiais detríticos, tais como areia, cascalhos, seixos e pedregulhos, até o limite onde se inicie a vegetação natural ou, em sua ausência onde comece outro ecossistema.”

As praias são apenas umas das formas litorâneas. Na imagem acima se pode observar inúmeras outras. Localize os números 1 e 2. Escreva nas linhas abaixo que formas litorâneas elas apresentam e quais seus nomes.

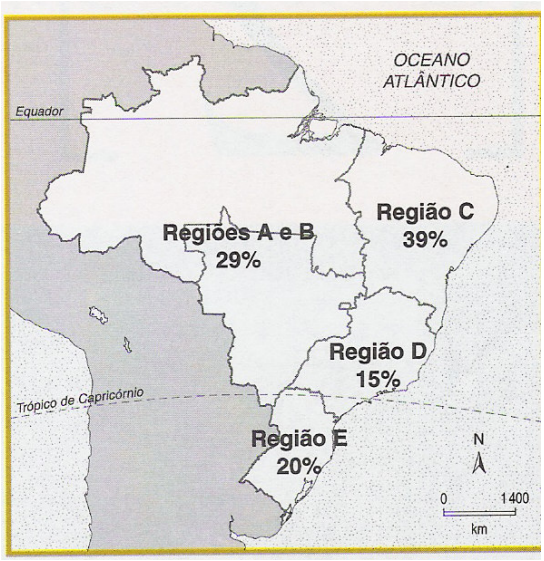
1. _____

2. _____

b) Observando a orientação, no canto superior à direita, escreva o nome de duas praias localizadas ao sul do litoral paranaense.

_____

6) De acordo com o Índice de Condições de Vida dos municípios brasileiros, 25 milhões de pessoas com 16 anos ou mais são considerados miseráveis. Observe no mapa abaixo como eles estão distribuídos. (UNICAMP *apud* MOREIRA; SENE, 2002, p. 85).



a) De acordo com o mapa, que regiões apresentam o maior número de pessoas miseráveis? Escreva os nomes destas regiões.

_____.

_____

_____

b) Escreva o nome dos estados e suas respectivas capitais que fazem parte da região C?

_____

_____

_____

_____

_____

c) Escreva o nome dos estados e suas respectivas capitais que fazem parte da região A e B?

_____

_____

_____

_____

d) Que estados fazem parte da região E?

_____

_____

_____

e) A diferença entre os índices de miséria das regiões C e E deve-se (duas alternativas):

( ) Ao processo histórico de ocupação e organização do espaço.

( ) As grandes estiagens ocorridas no Nordeste.

( ) Ao clima subtropical favorece a agricultura nos estados onde predomina.

( ) Ao forte atrativo turístico exercido pelas praias nordestinas.

Obrigada pela sua colaboração.

ANEXOS

ANEXOS

ANEXO A - Estatísticas básicas do turismo..... 232

ANEXO B - Caracterização e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil – Prodetur 2006..... 234

ANEXO C - Inventário Turístico Municipal..... 237

ANEXO D - Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil..... 247

ANEXO E - Parecer e Resolução sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Turismo..... 252

ANEXO F – Critérios para Identificação das Regiões Turísticas..... 265

ANEXO G – Reportagens Raio X do Litoral, do jornal *O Estado do Paraná*, Caderno Cidades, período de 19 a 22 de setembro de 2006..... 268

ANEXO A

ESTATÍSTICAS BÁSICAS DO TURISMO

Tabela 31 - Receita cambial gerada pelo Turismo por região 2001-2005 (Milhões)

Região	2001	2002	2003	2004	2005
África	12,2	12.1	16.1	19,1	21,3
Américas	124,4	117,3	115,7	132,1	145,3
Europa	234.4	246,9	287.2	328,2	347,4
Ásia Oriental Pacífico	83,5	91.9	90,1	119,1	129,0
Oriente Médio	11,9	13.5	16,9	25,5	28,6
Ásia Meridional	5.2	5,2	6,8	8,7	9,9
Total	471,6	486,9	532,8	632,7	681,5

Fonte: Organização Mundial do Turismo.
Notas: Dados de 2001 a 2004 revisados.
Dados de 2005 estimados.

Tabela 32 – Principais países receptores de turistas 2001-2005 (milhões)

País	2002	2003	2004	2005	2006
França	77,0	75,0	75,1	75,9	79,1
Espanha	52,3	51,S	52.4	55,6	58,5
USA	41,9	41,2	46,1	49,4	51,1
China	36,8	33,0	41,8	46,8	49,6
Itália	39,8	39,6	37,1	36,5	41,1
Reino Unido	24,2	24,7	27,8	30,0	30,1
México	19,7	18,7	20,6	21,9	23,6
Alemanha	18,0	18,4	20,1	21,5	21,4
Turquia	13,3	14,0	16,8	20,3	20,3
Áustria	18,6	19,1	19,4	20,0	18,9
Brasil	3,8	4,1	4,8	5,4	5,1
Outros	363,5	357,0	403,5	425,1	443,2

Fonte: Organização Mundial do Turismo.
Notas: Dados de 2002 a 2006 revisados.
Dados de 2006 estimados.

Tabela 33 – Brasil – Receita cambial gerada pelo turismo

Ano	No Brasil (Em US$ Bilhões)
1996	08
1997	1,1
1998	1,6
1999	1,6
2000	1,8
2001	1,7
2002	2,0
2003	2,5
2004	3,2
2005	3,9
2006	4,3

Fonte: Organização Mundial de Turismo (OMT) e Banco Central do Brasil (BACEN).
Notas: A partir de 2005, utilizar-se-ão os dados da série histórica da Receita Cambial calculada pelo BACEN.
Dados de 2005 a 2005 revisados.
Dados de 2006 estimados.

ANEXO B:

CARACTERIZAÇÃO E DIMENSIONAMENTO DO TURISMO DOMÉSTICO NO BRASIL – PRODETUR 2006

PRODETUR NE II – PRODETUR SUL

2006

Metodologia e Desenvolvimento.
Brasília, 12 de Setembro de 2006.

Histórico da Pesquisa

1998: 1.ª. Pesquisa - 9.000 famílias.
2001: 2.ª. Pesquisa -15.000 famílias.
2006: 3.ª. Pesquisa - 37.000 famílias.
Entidade Executora: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) da Universidade de São Paulo.

Objetivos

Caracterizar e quantificar os seguintes aspectos do turismo:

- tipos de viagem-Internacional, Rotineira[7] e Doméstica;
- origem e destino das viagens;
- principais motivos e motivações;
- meios de hospedagem utilizados;
- meios de transportes utilizados;
- hábitos de viagem;
- permanência média;
- número médio de viagens realizadas;
- gastos com viagens;
- estimativa da receita gerada pelo turismo doméstico;
- estimativa do fluxo interno de turistas;
- propensão a viajar;
- razões para não viajar;
- perfil sócio-demográfico;
- fatores que impedem romper a sazonalidade;
- fatores que permitiriam substituir viagens internacionais por nacionais.

Critérios da amostra

O dimensionamento da amostra foi feito com base no tamanho da população brasileira e em sua distribuição de renda (PNAD 2003).
A população foi representada pelo n.º de domicílios urbanos, equivalentes a 60.546.244 em 2003.

[7] Viagens com freqüência mensal para um mesmo destino, pelo menos 10 viagens ao ano.

Com esses parâmetros, chegou-se ao Número Total da Amostra (planejada): 36.000 domicílios.
A distribuição da amostra baseou-se no critério de Mesorregiões do IBGE (137), cobrindo mais de 80% delas em número (112) e, em população, mais de 90% dos domicílios urbanos.
Em cada uma das Mesorregiões da amostra (112) foi selecionado o município mais populoso.

Tabela D - Distribuição da amostra planejada, por região

Brasil					
Região	**1-4 SM**	**4-15 SM**	**15-30 SM**	**+ 30 SM**	**Total**
Sudeste	4.797	4.797	3.951	564	14.110
Nordeste	3.283	3.377	2.345	375	9.380
Sul	2.009	2.009	1.655	236	5.910
Norte	1.470	1.512	1.050	168	4.200
Centro-Oeste	1.190	1.224	850	136	3.400
Total	**12.750**	**12.920**	**9.851**	**1.480**	**37.000**
Em (%)	34,5%	34,9%	26,6%	4,0%	100,0%
PNAD (em %)(*)	52,5%	32,4%	5,0%	2,0%	91,9% (*)

(*) ***PNAD 0 -1SM: 8,1%***

A margem máxima de erro admitida para o agregado País foi fixada em 1,5%e em 5% para o agregado UF, com um nível de confiança de 95%.

- Buscou-se a representatividade da população urbana por estrato de renda, adotando-se como limite inferior 1 salário mínimo de renda familiar.
- Na distribuição da amostra procurou-se intencionalmente reforçar a representatividade das classes de renda que mais viajam (1/3 para cada estrato).

Figura 13. Cobertura geográfica da distribuição da amostra.

Fonte: PRODETUR (2006).

RESULTADOS

Pesquisa Quantitativa

Proporção da População Brasileira que Viaja

Em 2006, em média, de cada 10 brasileiros:
Pelo menos um realiza viagens rotineiras;
Pelo menos quatro realizam viagens domésticas.
Cerca de 50% dos brasileiros realizaram pelo menos um dos três tipos de viagem:
Em média, de cada dois brasileiros, um realiza algum tipo de viagem. (Resultado obtido descontando-se os casos dos indivíduos que realizaram mais de um tipo de viagem).

Tabela E – Proporção dos brasileiros que viajam (em %)

Tipo de Viagem	2002	2006	Variação
Internacional	1,7	3,9	129,4(**)
Rotineira(*)	9,1	9,2	1,1
Doméstica	36,4	39,6	8,8(***)

(*) Viagens com freqüência mensal para um mesmo destino, com pelo menos 10 viagens ao ano.

(**) Variação influenciada, de um lado, pela elevação do Câmbio no período da pesquisa de 2002 (de R$ 1,94 para R$ 2,74) e, de outro lado, pela redução da mesma em Jan/Fev de 2006 (R$ 2,27).

ANEXO C:

INVENTÁRIO TURÍSTICO MUNICIPAL

1. Caracterização do Município
1.1 Nome
1.2 Poder Executivo
1.2.1 Nome
1.2.2 Endereço
1.2.3 Telefone/fax/*e-mail*
1.3 Poder Legislativo
1.3.1 Nome
1.3.2 Endereço
1.3.3 Telefone/fax/ *e-mail*
1.4 Poder Judiciário
1.4.1 Nome
1.4.2 Endereço
1.4.3 Telefone/fax/ *e-mail*
1.5 Divisão Administrativa
1.5.1 Distritos
1.5.2 Bairros
1.5.3 Outros
1.6 Órgão Municipal de Turismo
1.6.1 Nome
1.6.2 Titular
1.6.3 Endereço
1.6.4 Telefone/fax
1.6.5 *Site*
1.6.6 *E-mail*
1.7 Conselho Municipal de Turismo
1.7.1 Nome
1.7.2 Titular
1.7.3 Endereço
1.7.4 Telefone/fax/ *e-mail*
1.7.5 Componentes (identificar a porcentagem de representantes do poder público e iniciativa privada)
1.7.6 Legislação (autor e data)
1.8 Fundo Municipal de Turismo (legislação, autor, data e funcionamento)
1.9 Histórico (história da fundação e emancipação, datas, fatos)
1.10 Símbolos (hino, bandeira, brasão, com ilustração e legislação)
1.11 Aspectos Geográficos
1.11.1 Área
1.11.2 Municípios limítrofes (N,S,L,O)
1.11.3 População
1.11.3.1 Urbana
1.11.3.2 Rural
1.12 Altitude
1.13 Latitude
1.14 Longitude
1.15 Formação Geológica

1.16 Hidrografia e vegetação
1.17 Clima
1.18 Temperatura (máxima, média, mínima)
Jan. Fev. Mar. Abr. Maio Jun. Jul. Ago. Set. Out. Nov. Dez.
1.19 Densidade pluviométrica
a) Meses de maior precipitação pluviométrica
1.20 Atividades econômicas desenvolvidas no município
a) Setor primário/produção
b) Setor secundário/transformação
c) Setor terciário/serviços
1.21 Feriados municipais
1.22 Mão-de-obra (caracterização da mão-de-obra existente no município)
a) Perfil (faixa etária, nível de escolarização, sexo, nível de qualificação)
b) Disponibilidade existente
c) PEA
d) Entidades Formadoras / Cursos informais
1.23 Legislação Pertinente existente (Plano Diretor, Plano de Desenvolvimento Turístico,
Lei Orgânica Municipal, Legislação de Uso e Ocupação do Solo, Legislação de
Preservação Ambiental, Legislação de Proteção do Patrimônio Histórico Cultural,
Legislação de Incentivo Fiscal para o Turismo etc).
a) Autor
b) Data
c) Especificidades para o Turismo.

2. Atrativos Turísticos
2.1 Atrativos naturais
Informações a serem registradas:
a) Nome, endereço, telefone, fax, *site*, *e-mail,* jurisdição, contato do responsável
b) Localização (urbana, não urbana, localidade mais próxima do atrativo e distância, distância da sede do município (Km)
c) Área
d) Facilidades (época e horário de visitação, visitas guiadas, ingresso, posto de informação, tempo necessário para usufruir do atrativo, serviços e equipamentos no atrativo)
e) Descrição do atrativo (Relevância turística e Importância para o município, paisagem circundante)
f) Existência de transporte regular para o atrativo (freqüência)
g) Acesso ao atrativo (mais utilizado, sinalização e pavimentação)
h) Estado de conservação
i) Legislação de proteção ao atrativo (n.º da lei, decreto, normas de restrição de uso/ocupação)
j) Integração com roteiros turísticos comercializados
k) Origem dos visitantes (época de maior visitação)
l) Aspectos da flora e fauna
2.1.1 Montanhas
2.1.1.1 Picos/Cumes
2.1.1.2 Serras/Escarpas
2.1.1.3 Montes/Morros/Colinas
2.1.2 Planaltos e Planícies
2.1.2.1 Chapadas/Tabuleiros
2.1.2.2 Patamares

2.1.2.3 Pedras Tabulares/Caldeirões
2.1.2.4 Vales
2.1.2.5 Rochedos/*Cannyons*
2.1.3 Costas ou Litoral
2.1.3.1 Praias
2.1.3.2 Restingas
2.1.3.3 Mangues
2.1.3.4 Baías/Enseadas
2.1.3.5 Sacos
2.1.3.6 Penínsulas/Cabos/Pontas
2.1.3.7 Falésias/Barreiras
2.1.3.8 Dunas
2.1.3.9 Outros
2.1.4 Terras Insulares
2.1.4.1 Ilhas/Ilhotas
2.1.4.2 Arquipélagos
2.1.4.3 Recifes/Atóis
2.1.5 Hidrografia
2.1.5.1 Rios/Riachos/Canais
2.1.5.2 Lagos/Lagoas
2.1.5.3 Praias Fluviais/Lacustres
2.1.5.4 Alagados
2.1.5.5 Outros
2.1.6 Quedas d'água
2.1.6.1 Catarata
2.1.6.2 Cachoeira/Bica
2.1.6.3 Salto
2.1.6.4 Cascata
2.1.6.5 Corredeira
2.1.7 Fontes Hidrominerais e/ou Termais
2.1.8 Unidades de Conservação
2.1.8.1 Nacionais
2.1.8.2 Estaduais
2.1.8.3 Municipais
2.1.8.4 Particulares ou ONGs
2.1.9 Cavernas/Grutas/Furnas
2.1.9.1 Áreas de Caça e Pesca
2.1.9.2 Flora
2.1.9.3 Fauna
2.2 Atrativos Culturais

Informações a serem registradas:

a) Nome, endereço, telefone, fax, *site*, *e-mail*, jurisdição, contato do responsável
b) Localização (urbana, não urbana, localidade mais próxima do atrativo e distância, distância da sede do município (Km)
c) Facilidades (época e horário de visitação, visitas guiadas, ingresso, posto de informação, tempo necessário para usufruir do atrativo, serviços e equipamentos no atrativo)
d) Descrição do atrativo (relevância turística e importância para o município, paisagem circundante)
e) Existência de transporte regular para o atrativo (freqüência)
f) Acesso ao atrativo (mais utilizado, sinalização e pavimentação)
g) Estado de conservação
h) Legislação de proteção ao atrativo (n.º da lei, decreto, normas de restrição de uso/ocupação)
i) Integração com roteiros turísticos comercializados
j) Origem dos visitantes (época de maior visitação)

2.2.1 Sítios Históricos
2.2.1.1 Centro Histórico
2.2.1.2 Cidade Histórica
2.2.1.3 Conjunto Histórico
2.2.1.4 Quilombo
2.2.1.5 Terra Indígena
2.2.1.6 Conjunto Paisagístico
2.2.1.7 Monumento Histórico
2.2.1.8 Sítio Arqueológico
2.2.1.9 Paleontológico
2.2.1.10 Jardim Botânico
2.2.2 Edificações
2.2.2.1 Arquitetura Civil
2.2.2.2 Arquitetura Militar
2.2.2.3 Arquitetura Religiosa
2.2.2.4 Arquitetura Industrial-agrícola
2.2.2.5 Arquitetura Funerária
2.2.2.6 Ruínas
2.2.3 Obras de Arte
2.2.3.1 Escultura, estatuária, monumento, obelisco
2.2.3.2 Pintura
2.2.3.3 Murais
2.2.3.4 Vitrais
2.2.3.5 Azulejaria
2.2.3.6 Outros Legados
2.2.4 Instituições Culturais
2.2.4.1 Museu/Memorial
2.2.4.2 Biblioteca
2.2.4.3 Arquivo/Acervo Público
2.2.4.4 Instituto Histórico e Geográfico
2.2.4.5 Centro Cultural/Casa de Cultura
2.2.4.6 Teatro/Anfiteatro
2.2.5 Festas e Celebrações
2.2.5.1 Religiosas e de Manifestação de Fé
2.2.5.2 Populares e Folclóricas
2.2.5.3 Cívicas
2.2.5.4 Outras
2.2.6 Gastronomia Típica
2.2.6.1 Pratos Típicos
2.2.6.2 Iguarias Regionais, Doces e Salgados
2.2.6.3 Frutas
2.2.6.4 Bebidas
2.2.6.5 Outras
2.2.7 Artesanato
2.2.7.1 Cerâmica
2.2.7.2 Cestaria
2.2.7.3 Madeira
2.2.7.4 Tecelagem
2.2.7.5 Bordado
2.2.7.6 Metal
2.2.7.7 Pedra
2.2.7.8 Renda
2.2.7.9 Couro
2.2.7.10 Plumaria
2.2.7.11 Palha
2.2.7.12 Outros
2.2.7.13

2.2.8 Música e Dança
2.2.8.1 Banda e Conjunto Musical
2.2.8.2 Salão de Dança
2.2.8.3 Clube e Casa de Shows
2.2.8.4 Festival
2.2.8.5 Folguedos
2.2.8.6 Centro de Tradições
2.2.8.7 Agremiações
2.2.8.8 Outros
2.2.9 Feiras, Mercados, Praças e Ruas
2.2.9.1 Feira de negócios
2.2.9.2 Feira temática
2.2.9.3 Feira agrícola
2.2.9.4 Feira agropecuária
2.2.9.5 Feira livre
2.2.9.6 Feira de turismo
2.2.9.7 Feira promocional
2.2.9.8 Feira cultural
2.2.9.9 Feira de gastronomia
2.2.9.10 Outras feiras
2.2.9.11 Mercado livre
2.2.9.12 Mercado de carne
2.2.9.13 Mercado de frutas
2.2.9.14 Mercado de peixe
2.2.9.15 Mercado de artesanato
2.2.9.16 Mercado de produtos variados
2.2.9.17 Outros mercados
2.2.9.18 Praças de manifestação cultural e encontro de pessoas
2.2.9.19 Ruas com atividades culturais e encontro de pessoas
2.2.10 Saberes e Fazeres
2.2.10.1 Contar estórias e causos
2.2.10.2 Recitar poesias e rezas
2.2.10.3 Preparar receitas tradicionais
2.2.10.4 Elaborar trabalhos manuais e de arte popular
2.3 Atividades Econômicas
2.3.1 Extrativismo e Exploração
2.3.1.1 Mineral
2.3.1.2 Vegetal
2.3.2 Agropecuária
2.3.2.1 Agricultura
2.3.2.2 Pecuária
2.3.2.3 Aqüicultura
2.3.2.4 Criação de animais silvestres
2.3.2.5 Agroindústria
2.3.2.6 Outras culturas
2.3.2.7 Redes de Cooperação, Associações
2.3.3 Indústria
2.3.3.1 Petrolífera
2.3.3.2 Automobilística
2.3.3.3 Têxtil
2.3.3.4 De laticínios
2.3.3.5 De bebidas
2.3.3.6 De couro
2.3.3.7 Joalheira
2.3.3.8 Moveleira
2.3.3.9 Outras
2.4 Realizações Técnicas, Científicas e Artísticas

Informações a serem registradas:

a) Nome, endereço, telefone, fax, *site,* e-*mail*, jurisdição, contato do responsável
b) Localização (urbana, não urbana, localidade mais próxima do atrativo e distância, distância da sede do município (Km)
c) Facilidades (época e horário de visitação, visitas guiadas, ingresso, posto de informação, tempo necessário para usufruir do atrativo, serviços e equipamentos no atrativo)
d) Descrição do atrativo (relevância turística e importância para o município, paisagem circundante)
e) Existência de transporte regular para o atrativo (freqüência)
f) Acesso ao atrativo (mais utilizado, sinalização e pavimentação)
g) Estado de conservação
h) Legislação de proteção ao atrativo (n.º da lei, decreto, normas de restrição de uso/ocupação)
i) Integração com roteiros turísticos comercializados
j) Origem dos visitantes (época de maior visitação)

2.4.1 Áreas de Mineração
2.4.1.1 Parque Tecnológico
2.4.1.2 Parque Industrial
2.4.1.3 Museu Tecnológico
2.4.1.4 Centro de Pesquisa
2.4.1.5 Usina Hidrelétrica/Barragem/Eclusa/Açude
2.4.1.6 Planetário
2.4.1.7 Aquário
2.4.1.8 Viveiro
2.4.1.9 Exposição Técnica
2.4.1.10 Exposição Artística
2.4.1.11 Ateliê
2.4.1.12 Zoológico
2.4.1.13 Jardim Botânico
2.4.1.14 Outras
2.5 Eventos Programados

Informações a serem registradas:

a) Nome, endereço, telefone, fax, *site*, *e-mail,* contato do responsável
b) Localização (onde ocorre, localidade mais próxima do atrativo e distância, distância da sede do município (Km)
c) Datas de realização/Periodicidade
d) Descrição do atrativo (origem, relevância turística e importância para o município, estrutura existente, duração, atividades, ingresso)
e) Promotor
f) Acesso ao atrativo (mais utilizado, sinalização e pavimentação)
g) Integração com roteiros turísticos comercializados
h) Origem dos visitantes (época de maior visitação)

2.5.1 Congressos e Convenções
2.5.2 Feiras e Exposições
2.5.3 Realizações Diversas
2.5.3.1 Desportivas
2.5.3.2 Artísticas/ Culturais
2.5.3.3 Sociais/ Assistenciais
2.5.3.4 Gastronômicas/ de produtos

3 Serviços e Equipamentos Turísticos

3.1 Hospedagem

Informações a serem registradas:

a) Nome, endereço, telefone, fax*, e-mail*, *site*, contato do responsável
b) N.º Cadastro - Ministério do Turismo
c) Classificação
d) Total de leitos
e) Serviços oferecidos

3.1.1 Meios de Hospedagem Oficialmente Registrados
3.1.1.1 Hotel
3.1.1.2 Hotel Histórico
3.1.1.3 Hotel de Lazer/*Resort*
3.1.1.4 Pousada
3.1.1.5 Hotel de Selva/*Lodge*
3.1.2 Meios de Hospedagem Oficial sem Exigência de Registro
3.1.2.1 Hospedaria
3.1.2.2 Pensão
3.1.2.3 Motel
3.1.3 Meios de Hospedagem Extra-hoteleiros
3.1.3.1 *Camping*
3.1.3.2 Colônia de férias
3.1.3.3 Albergue
3.1.3.4 Outros

3.2 Alimentação

Informações a serem registradas:
a) Nome, endereço, telefone, fax, *site*, *e-mail*, contato do responsável
b) Especialização (comida típica servida)
c) Capacidade (lugares disponíveis, refeições/dia)
d) Época e Horário de funcionamento
e) Aspectos diferenciais

3.2.1 Restaurantes
3.2.2 Bares/Cafés/Lanchonetes
3.2.3 Casas de chá/Confeitarias
3.2.4 Cervejarias
3.2.5 Quiosques e Barracas
3.2.6 Sorveterias
3.2.7 Casas de Suco
3.2.8 Outros

3.3 Agenciamento

Informações a serem registradas:
a) Nome, endereço, telefone, fax, *site*, *e-mail*, contato do responsável
b) Serviços oferecidos (emissivo, receptivo, nacional, internacional, casa de câmbio,
operadora etc.)
c) Equipamentos próprios (frota de veículos)

3.3.1 Agências de Viagem
3.3.2 Agências de Viagem e Turismo

3.4 Transporte

Informações a serem registradas:
a) Nome, endereço, telefone, fax, *site*, *e-mail,* contato do responsável
b) Serviços oferecidos (emissivo, receptivo, nacional, internacional, casa de câmbio, operadora etc.)
c) Equipamentos próprios (frota de veículos)

3.4.1 Transportadoras Turísticas
3.4.2 Locadoras
3.4.3 Táxis

3.4.4 Outros
3.5 Eventos
Informações a serem registradas:
a) Nome, endereço, telefone, fax, *site*, *e-mail*, contato do responsável
b) Localização (localidade mais próxima, distância da sede do município (Km)
c) Descrição (capacidade, tamanho)
d) Serviços oferecidos
3.5.1 Centros de Convenções e Congressos
3.5.2 Parques e Pavilhões de Exposições
3.5.3 Auditórios/Salões para Convenções
3.5.4 Empresas Organizadoras e Promotoras de Eventos
3.5.5 Outros Serviços e Equipamentos Especializados
3.6 Lazer e Entretenimento
Informações a serem registradas:
a) Nome, endereço, telefone, fax, *e-mail*, *site*, jurisdição, contato do responsável
b) Localização (urbana, rural, distância do centro da cidade (km), localidade mais próxima e distância, meios de acesso)
c) Transporte para o local
d) Descrição (equipamentos e serviços que dispõe, relevância turística e importância para o município)
3.6.1 Parques de Diversões/Temáticos
3.6.2 Parques Urbanos/Jardins/Praças
3.6.3 Clubes
3.6.4 Pistas de Patinação/Motocross/Bicicross
3.6.5 Estádios/Ginásios/Quadras
3.6.6 Hipódromos/Autódromos/Kartódromos
3.6.7 Marinas/Atracadouros
3.6.8 Mirantes/Belvederes
3.6.9 Prestadores de Serviços de Lazer e Entretenimento
3.6.10 Boates/Discotecas
3.6.11 Casas de Espetáculo
3.6.12 Casas de Dança
3.6.13 Cinemas
3.6.14 Pistas de Boliche/Campos de Golfe
3.6.15 Parques Agropecuários/de Vaquejada
3.6.16 Outros
3.7 Outros Serviços e Equipamentos Turísticos
Informações a serem registradas:
a) Nome, endereço, telefone, fax, *e-mail*, *site*, contato do responsável
b) Serviços oferecidos
c) Especialidade
d) Horário de atendimento
3.7.1 Informações Turísticas
3.7.1.1 Centro de Atendimento ao Turista
3.7.2 Guias de Turismo (cadastro Ministério do Turismo), condutores de visitantes
3.7.3 Locadoras de Imóveis
3.7.4 Locadoras de Automóveis/Embarcações/Aeronaves/Bicicletas etc.
3.7.5 Postos e Oficinas de Atendimento a Automóveis/Embarcações e Aeronaves/Oficinas.

3.7.6 Oportunidades Especiais de Compra
- Lojas de Artesanato e Souvenirs

- Shopping Centers/Centros Comerciais/Ruas de Comércio
- Galerias de Arte/ Antiquários
- Fotografias

3.7.7 Agências Bancárias/Casas de Câmbio
3.7.8 Associações/Entidades de Serviços Turísticos (diretas e indiretas)
- Entidades de Classe
- Cursos de Turismo
- Outros

3.7.9 Locais para cultos (Católicos, Ortodoxos, Evangélicos, Hebraicos, Espíritas, Afro-brasileiros, Orientais)
3.7.10 Representações Diplomáticas
- Embaixadas
- Consulados
- Escritórios Comerciais

3.7.11 Complexos Turísticos
3.7.12 Roteiros Turísticos
3.7.13 Outros.

4 Infra-estrutura Básica de Apoio ao Turismo
4.1 Meios de Acesso ao Município
4.1.1 Terrestres
4.1.1.1 Terminais/Estações Rodoviárias e Serviços Rodoviários
4.1.1.2 Terminais/Estações Ferroviárias
4.1.1.3 Empresas de ônibus que operam o município (linhas/horários)
4.1.2 Aéreos
4.1.2.1 Aeroportos e Serviços Aéreos
4.1.3 Hidroviários
4.1.3.1 Portos/Estações e Serviços Marítimos
4.1.3.2 Portos/Estações e Serviços Fluviais e Lacustres
4.2 Sistema de Comunicações
4.2.1 DDD
4.2.2 CEP
4.2.3 Agências postais (endereço, telefone, horário de atendimento)
4.2.4 Postos telefônicos/Telefonia celular (endereço, telefone, horário de atendimento)
4.2.5 Radioamadores
4.2.6 Emissoras de Rádio e Televisão (nome, endereço, telefone, fax*, e-mail*, *site*, canal transmissor)
4.2.7 Jornais e revistas Nacionais, Regionais e Locais (nome, endereço, telefone, fax, periodicidade)
4.2.8 Internet (pontos de utilização)
4.3 Sistema de Segurança
4.3.1 Delegacias e Postos de Polícia (endereço, telefone, horário de atendimento, especialização, estrutura física e de recursos humanos, delegado próprio do município)
4.3.2 Postos de Polícia Rodoviária (endereço, telefone, horário de atendimento, estrutura física e de recursos humanos)
4.3.3 Corpo de Bombeiros (endereço, telefone)
4.3.4 Serviços de Busca e Salvamento
4.3.5 Serviço de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras
4.4 Sistema Médico ao Turismo
4.4.1 Pronto Socorros (nome, endereço, telefone)
4.4.2 Hospitais (nome, endereço, telefone, horário de atendimento)
4.4.3 Clínicas Médicas (nome, endereço, telefone, horário de atendimento)
4.4.4 Maternidades (nome, endereço, telefone, horário de atendimento)

4.4.5 Postos de Saúde (nome, endereço, telefone, horário de atendimento)
4.4.6 Farmácias/Drogarias (nome, endereço, telefone, horário de atendimento)
4.4.7 Clínicas Odontológicas (nome, endereço, telefone, horário de atendimento)
4.5 Sistema Educacional ao Turismo (nome, endereço, telefone, fax, *e-mail*, *site*)
4.5.1 Ensino Fundamental
4.5.2 Ensino Médio
4.5.3 Ensino Superior
4.5.4 Cursos Técnicos
4.5.5 Especializações
4.6 Infra-estrutura Básica
4.6.1 Abastecimento de água (empresa, número de domicílios atendidos, capacidade de atendimento)
4.6.2 Energia elétrica (empresa, sistema, número de domicílios atendidos (%), capacidade de atendimento, voltagem)
4.6.3 Rede de esgotos (empresa, sistema, número de domicílios atendidos (%)
4.6.4 Limpeza pública (empresa, serviços, periodicidade de coleta).

5 Demanda Turística
Caracterização do consumidor da oferta-proveniência, tempo de permanência, motivo da estada, gastos realizados, opinião sobre equipamentos, serviços e infra-estrutura, época de visitação, etc. Pode ser feita nos equipamentos e serviços turísticos e nos atrativos turísticos (eventos etc.).

6 Envolvimento da Comunidade
Determinar a receptividade, interesse no repasse de informações, nível de conscientização, etc.

7 Projetos Setoriais
Deve-se levantar os projetos existentes em diferentes áreas que de alguma forma venham contribuir com o desenvolvimento turístico, verificar os existentes na área ambiental, cultural, de urbanismo, agropecuária, educação, de promoção, de desenvolvimento, etc.

ANEXO D

PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO – ROTEIROS DO BRASIL

Uma nova etapa do planejamento estratégico se inicia no Brasil com o Programa de Regionalização do Turismo-Roteiros do Brasil, lançado oficialmente em abril de 2004, constituindo-se em modelo de gestão descentralizada, coordenada e integrada, que está presente dentro do Macroprograma de Estruturação e Diversificação da Oferta Turística, do Plano Nacional de Turismo 2003-2007. Para maiores informações consulte: **www.turismo.gov.br/regionalizacao**; **Mapa Paraná - Regiões Turísticas**

APRESENTAÇÃO

A atividade turística vem se apresentando como um dos mais rentáveis setores da economia mundial: movimenta 3,4 bilhões de dólares ao ano, é responsável por um em cada dez empregos existentes e gera sete empregos indiretos para cada pessoa empregada diretamente no setor.

Nesse ínterim, observa-se que o turismo está se transformando numa importante ferramenta de desenvolvimento econômico, que permite a inclusão social, a partir do desenvolvimento de ações pautadas nos princípios da sustentabilidade.

Nas políticas públicas de turismo implementadas nessa gestão, com a criação em 2003, do Ministério do Turismo (MTUR) e da Secretaria de Estado do Turismo (SETU), observam-se avanços expressivos no desenvolvimento turístico sustentável. No Estado do Paraná, no período de 2002 a 2005, as estatísticas indicam aumento de 32,4% no fluxo de turistas; a receita gerada alcançou US$ 1,5 bilhão, tendo sido ampliada em 62,7%, em consonância com o aumento de 50,0% dos produtos turísticos paranaenses ofertados. Dessa forma, o turismo se consolida no Paraná como uma atividade econômica, geradora de emprego e renda, promovendo a inclusão social.

Nesse cenário destaca-se a implementação das ações com foco na organização regionalizada, através do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, tendo como premissas a participação dos segmentos sociais, empresariais e governamentais e a sustentabilidade dos destinos, para atendimento dos objetivos de diversificação da oferta turística, qualificação do produto turístico, estruturação dos destinos turísticos, ampliação e qualificação do mercado de trabalho, ampliação de consumo no mercado nacional, aumento de inserção competitiva no mercado internacional, aumento do fluxo, da permanência e do gasto dos visitantes, bem como, a execução dos programas da Política Estadual de Turismo, com destaque para aqueles que compõem a Área Estratégica de Regionalização e Municipalização do Turismo.

O ordenamento da atividade turística com foco na regionalização foi realizado de forma mais intensa no Paraná em 2005, através da execução de Convênio entre o MTUR e a SETU. Foram realizadas ações atendendo aos seguintes Módulos Operacionais do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Sensibilização, Mobilização, Institucionalização da Governança Regional, Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional, Elaboração de Roteiros Turísticos e Sistema de Monitoria e Avaliação. Cumpriram-se as atividades de ordenamento do território paranaense para a regionalização do turismo, encerrando-se o exercício de 2005 com a elaboração dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento do Turismo Regional, traçados nas nove Regiões Turísticas do Estado. As Diretrizes Operacionais do Programa prevêem na seqüência a implementação desses Planos Regionais, o que deve ocorrer através de ações e de projetos específicos, atendendo às

demandas contidas nos Planos, bem como as ações de qualificação dos roteiros turísticos formatados para os mercados nacional e internacional.

POLÍTICA ESTADUAL E REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO

A organização planejada do desenvolvimento da atividade no Paraná ocorre através da Política Estadual de Turismo 2003-2007. Nesse documento são contempladas oito Áreas Estratégicas: envolvimento da sociedade com o turismo; municipalização e regionalização do turismo; qualidade do produto turístico; estatísticas do turismo; proteção do patrimônio natural/histórico cultural; financiamento e investimento; gestão pública e articulação institucional para o turismo; promoção e divulgação do produto turístico paranaense.
Para tanto, seus objetivos cobrem uma série de questões econômicas, ambientais, sociais e culturais que justificam o estabelecimento dos programas e projetos, visando o crescimento de investimentos e postos de trabalho e possibilitando a otimização dos resultados e a inclusão social, dentro de uma ação estatal planejada, com base na descentralização e na regionalização, que facilite o processo e garanta racionalidade, velocidade e confiabilidade nas decisões e implementações do Governo.
Salienta-se que tal documento está em consonância com o constante no Plano Nacional de Turismo 2003-2007, prevendo a articulação dos atores sociais do turismo e áreas afins para sua operacionalização, envolvendo diversas instituições representantes da iniciativa privada, das organizações sociais e do poder público nas esferas municipal, estadual e federal.
No contexto dessa visão de descentralização e regionalização foi criada, dentro do Conselho Consultivo de Turismo do Estado, a Câmara de Regionalização do Turismo, que realiza suas reuniões anteriormente às assembléias ordinárias do Conselho Consultivo de Turismo, com atuação em sinergia com esta Secretaria nas ações do processo de regionalização do Paraná. Atualmente, compõe a Câmara seguintes entidades: ABAV-PR; ABBTUR-PR; ABGTUR; ABRAJET; AMUTUR; APRATUR; Caixa Econômica Federal; ECOPARANÁ; EMATER; Federação de Convention & Visitors Bureaux do Paraná; Fórum dos Coordenadores de Curso Superior de Turismo e/ou Hotelaria; Fórum Estadual de Secretários Municipais de Turismo do Paraná; Itaipu Binacional; Instituto Municipal de Turismo de Curitiba; Instituto Superior de Turismo Sustentável (ISTS); SEBRAE; SEIM; SEMA; SENAC; SESC.

Implementação do Programa de Regionalização do Turismo no Paraná

Com a criação da Câmara de Regionalização e a articulação do Fórum Estadual dos Secretários Municipais de Turismo, **no início de 2003**, tiveram início as discussões sobre a Regionalização do Turismo no Estado, que até aquele momento não apresentava regiões turísticas oficiais. Até então, existia um estudo feito pelo ECOPARANÁ, baseado no Programa de Biodiversidade da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, que previa cinco regiões: Costa Norte, Vale do Iguaçu, Região Metropolitana de Curitiba, Litoral, Costa Oeste e Campos Gerais, que se julgou pouco comercial para o processo dinâmico do Turismo. Com isso, ficou definido pela Câmara, que o Paraná iniciaria seu processo de regionalização através das diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil e da divisão administrativa estadual – composta por dezoito regiões e mais a Associação dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu. Seguindo estes critérios, foi realizada uma Oficina de Planejamento ocorrida em abril de 2003, em Curitiba, por iniciativa do MTur e apoio da Coordenação Estadual, com a presença dos representantes das dezoito regiões administrativas integrantes do Fórum Estadual de Secretários Municipais de Turismo. Nesta Oficina, após um diagnóstico e análise da potencialidade de cada região, concluiu-se pela definição de nove regiões turísticas: Litoral, Curitiba e

Região Metropolitana, Campos Gerais, Oeste e Lindeiros ao Lago de Itaipu, Norte, Noroeste, Sul, Centro Sul e Sudoeste, marcando o início do processo de regionalização do Paraná.

Após esta etapa, foram estabelecidos os critérios para Identificação das Regiões Turísticas – como grau de atratividade dos recursos, existência de demanda real, destinos comercializados por agências de turismo, infra-estrutura de apoio ao turismo, equipamentos e serviços turísticos, existência de estrutura de gastos turísticos, sensibilidade política coletiva para o turismo, organização turística municipal, planejamento turístico municipal, participação no PNMT, entre outros, a partir de orientações do MTur e de estudos da Câmara de Regionalização, que analisou os municípios que integram cada uma das regiões, utilizando-se de informações oriundas do PNMT e dos cadastros disponíveis nas diferentes entidades. A atribuição de notas a partir desses critérios, resultou na priorização das regiões Litoral, Campos Gerais e Oeste e Lindeiros ao Lago de Itaipu, além de Curitiba e Região Metropolitana, conforme Resolução n.º 007/04 do Conselho Consultivo de Turismo do Paraná.

Em 2005, com a execução do Convênio n.º 310/2004, firmado entre o MTur e a SETU, foram realizadas oficinas de planejamento participativo em todas as regiões turísticas, com foco na sensibilização, seguida de mobilização, institucionalização da governança regional e elaboração dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento do Turismo Regional. Foram no total 36 oficinas de capacitação nas 9 regiões turísticas do Estado, tendo sido envolvidos 210 municípios e 1.380 pessoas. Também foram realizados os planejamentos da Câmara de Regionalização do Turismo e do Fórum de Secretários Municipais de Turismo.

Destaca-se ainda que, em julho de 2005, após os processos de sensibilização e mobilização terem sido finalizados em todas as Regiões Turísticas do Paraná, bem como a identificação de lideranças regionais, foi realizada uma oficina de análise do mapeamento da regionalização turística no Estado, com a participação das lideranças regionais e em parceria com as entidades da Câmara de Regionalização, em que se definiu pela continuidade das nove regiões turísticas, mas adotando-se a classificação sugerida pela MTUR: desenvolvimento, qualificação e promoção. Ou seja, foram identificados os municípios que estavam no processo inicial de desenvolvimento da atividade turística, ou que já passaram desse estágio por já terem um fluxo regular de visitantes, mas que precisam de qualificação e, por último, aqueles que possuem fluxo e equipamentos e serviços turísticos consolidados e estão prontos para promoção. Com esta classificação, buscou-se o estabelecimento de ações em função da realidade de cada região.

Com base nas premissas da regionalização do turismo, além das oficinas de planejamento e capacitação, também foram feitas ações mais específicas de conscientização turística. Foram inúmeras as palestras sobre o Programa, em eventos de turismo e afins e, principalmente, para os cursos superiores de turismo.

Também com foco na regionalização, foi executado no Paraná o projeto Brasil, o Meu Negócio é Turismo (que formou 651 agentes de turismo) e ações de educação para o turismo, como o projeto Caminhos do futuro, que capacitou 50 professores das escolas de ensino fundamental e nível médio num piloto em Foz do Iguaçu, para que eles trabalhassem o conteúdo do turismo de forma transdisciplinar. Merece destaque ainda as ações voltadas para o módulo da roteirização, com a utilização do Roteiro Iguassu-Missões como laboratório para realização de todos os processo de estruturação de um roteiro dentro do projeto Rede de Roteirização para o Turismo, ocorrido em todas as macrorregiões do Brasil, que formou multiplicadores para esta ação. Dentro desse módulo ainda foram promovidas reuniões com agências operadoras para mostrar o potencial do Estado em suas diferentes regiões, que resultou na oferta de 60 roteiros turísticos tanto para o mercado nacional quanto para o mercado internacional. Os envolvidos nesses

roteiros foram focos das ações do Projeto Brasil, Brasil, voltado para a qualificação dos empreendimentos e serviços turísticos, através da realização de quatro Encontros de Qualificação e de Negócios Turísticos, três Seminários Empresariais, uma Jornada de Segmentação da Oferta Turística, envolvendo 532 pessoas.

Dentro do módulo de apoio à comercialização, foi produzido material específico abordando as regiões turísticas e, posteriormente, os roteiros resultantes, apresentados nas duas edições do Salão de Turismo – Roteiros do Brasil, realizados em São Paulo em 2005 e 2006, pelo MTUR, como também em outros eventos do *trade*, com atenção especial aos da Associação Brasileira das Operadoras de Turismo (BRAZTOA) e Agência Brasileira de Viagens (ABAV). Visando, ainda, intensificar a comercialização desses produtos regionais, foi criada a Mostra das Regiões Turísticas dentro do Salão Profissional da ABAV Paraná e do Encontro Estadual de Secretários e Monitores Municipais de Turismo.

No módulo do Sistema de Informações Turísticas foi feito o repasse da metodologia do Inventário da Oferta Turística para as Instituições de Ensino Superior de Turismo do Estado, buscando a multiplicação da ação nos diferentes municípios do Estado, bem como foi dada continuidade aos estudos da demanda turística do Paraná e estabelecido, de forma pioneira no Brasil, o Estudo da Cadeia Produtiva do Turismo nas nove regiões turísticas, com o intuito de avaliar o impacto econômico e social da atividade na economia estadual.

Por fim, ressalta-se que todo esse processo de Regionalização teve monitoramento da Câmara de Regionalização do Turismo e do Ministério do Turismo, com o intuito de melhoria, ampliação e continuidade da parceria.

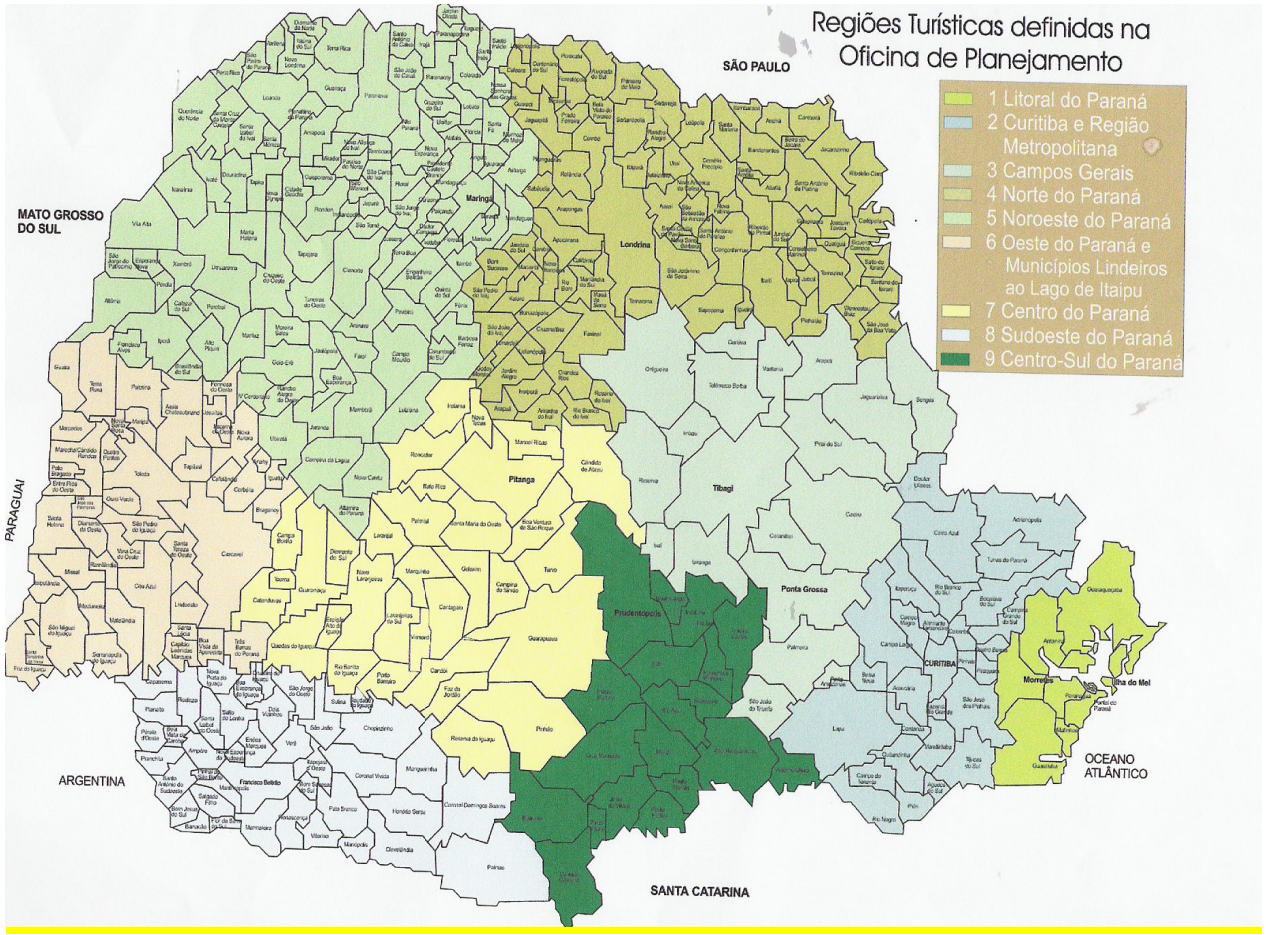


Figura 14 – Regiões turísticas definidas na Oficina de Planejamento..

Fonte: SETUR (2006).

ANEXO E

PARECER E RESOLUÇÃO SOBRE AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O CURSO DE GRADUAÇÃO EM TURISMO

PARECER HOMOLOGADO[8] (*)

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO: Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Superior - UF: DF

ASSUNTO: Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo

RELATOR(A): José Carlos Almeida da Silva e Lauro Ribas Zimmer

PROCESSO(S) N.º(S): 23001.000074/2002-10

PARECER N.º:CNE/CES 0288/2003

COLEGIADO: CES

APROVADO EM: 6/11/2003

I – RELATÓRIO

A Lei 9.131, sancionada em 24/11/95, deu nova redação ao art. 9.º, § 2.º, alínea "c", da então LDB 4.024/61, conferindo à Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação a competência para "a elaboração do projeto de Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), **que orientarão os cursos de graduação, a partir das propostas a serem enviadas pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação ao CNE**, tal como viria a estabelecer o inciso VII do art. 9.º da nova LDB 9.394, de 20/12/96, publicada em 23/12/96.

---

[8] (*) Despacho do Ministro, publicado no Diário Oficial da União de 12/4/2004.

Para orientar a elaboração das propostas de Diretrizes Curriculares Nacionais, o CNE/CES já havia editado os Pareceres 776, de 3/12/97, e 583/2001, tendo a SESU/MEC publicado o Edital 4, de 4/12/97, convocando as instituições de ensino superior para que realizassem ampla discussão com a sociedade científica, ordens e associações profissionais, associações de classe, setor produtivo e outros envolvidos do que resultassem propostas e sugestões para a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação, contribuições essas, significativas, a serem sistematizadas pelas Comissões de Especialistas de Ensino de cada área.

A Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação aprovou também, em 11/3/2003, o Parecer CNE/CES 67/2003, contendo todo um referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação, inclusive para o efetivo entendimento da transição entre o regime anterior e o instituído pela nova LDB 9.394/96, como preceitua o seu art. 90, tendo, por razões de ordem metodológica, estabelecido um paralelo entre Currículos Mínimos Nacionais, Profissionalizantes e Diretrizes Curriculares Nacionais.

Constata-se que, quanto aos Currículos Mínimos, o Referencial enfocou concepção, abrangência e objetivos dos referidos currículos, fixados por curso de graduação, ensejando as respectivas formulações de grades curriculares cujo atendimento implicava fornecer diplomas profissionais, assegurado o exercício das prerrogativas e o direito de cada profissão. No entanto, quanto às Diretrizes Curriculares Nacionais, o Parecer elencou os princípios que lhes embasam a formulação, disto resultando o nítido referencial entre o regime anterior e o proposto pela nova ordem jurídica.

Ainda sobre o Referencial esboçado no Parecer CNE/CES 067/2003, verifica-se que existem mesmo determinadas diretrizes que poderiam ser consideradas comuns aos cursos de graduação, enquanto outras atenderiam à natureza e às peculiaridades de cada curso, desde que fossem contempladas as alíneas “a” a “g” do item II do Parecer CNE/CES 583/2001, “litteris”:

“a- Perfil do formando/egresso/profissional - conforme o curso, o projeto pedagógico deverá orientar o currículo para um perfil profissional desejado.

“b- Competência/habilidades/atitudes.

“c- Habilitações e ênfase.

“d- Conteúdo curriculares.

“e- Organização do curso.

“f- Estágios e atividades complementares

“g- Acompanhamento e Avaliação”.

É evidente que as Diretrizes Curriculares Nacionais, longe de serem consideradas como um corpo normativo, rígido e engessado, a se

confundirem com os antigos Currículos Mínimos Profissionalizantes, objetivam, ao contrário, "servir de referência para as instituições na organização de seus programas de formação, permitindo flexibilidade e priorização de áreas de conhecimento na construção dos currículos plenos. Devem induzir à criação de diferentes formações e habilitações para cada área do conhecimento, possibilitando ainda definirem **múltiplos perfis profissionais**, garantindo uma maior diversidade de carreiras, promovendo a integração do ensino de graduação com a pós-graduação, **privilegiando, no perfil de seus formandos, as competências intelectuais que reflitam a heterogeneidade das demandas sociais**".

Assim, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Turismo devem refletir uma dinâmica que atenda aos diferentes perfis de desempenho a cada momento exigidos pela sociedade, nessa "heterogeneidade das mudanças sociais", sempre acompanhadas de novas e mais sofisticadas tecnologias, a exigir contínuas revisões do Projeto Pedagógico de um curso para que ele se constitua EM caixa de ressonância dessas efetivas demandas, através de um profissional adaptável e com a suficiente autonomia intelectual e de conhecimento para que se ajuste sempre às necessidades emergentes, notadamente na expansão do turismo em suas múltiplas modalidades no Brasil e no mundo.

Sem dúvida, este é um novo tempo, em que as instituições de ensino superior responderão pelo padrão de qualidade do Curso de Graduação em Turismo de forma a atender, dentre outros, o art. 43, incisos II e III, da LDB 9.394/96, comprometendo-se em preparar profissionais aptos para a sua inserção no campo do desenvolvimento social, com acentuada e importante contribuição do turismo, ensejando as peculiaridades da graduação, e resultando não propriamente em um profissional 'preparado', mas profissional apto às mudanças e, portanto, adaptável.

Sendo o Conselho Nacional de Educação uma instituição de Estado e não de Governo, constitui-se ele um espaço democrático por excelência, onde se discutem e se refletem sobre todas as contribuições que possam, de algum modo, enriquecer as Diretrizes Curriculares de um determinado curso, para que, sendo nacionais, se adeqüem àquelas expectativas de maior amplitude, naquilo que é geral e comum a todos, e ao mesmo tempo ensejem a flexibilização necessária para o atendimento nacional, regional, comunitário, local, das políticas públicas relativas à expansão do turismo brasileiro, atendidas "as exigências do meio" e de cada época, como preconiza a lei. Por esta razão, foi acolhida parte significativa das novas contribuições encaminhadas especialmente pela Comissão de Especialistas de Ensino de Turismo (CEETUR), do Departamento de Políticas do Ensino Superior (DEPES), da SESU/MEC.

Por fim, vale salientar que as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Turismo estão analisadas e definidas por tópico específico, a seguir destacado, em cada situação concreta.

- Organização do curso

A organização do curso de graduação em Turismo, observadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e os Pareceres desta Câmara, indicará claramente o regime de oferta, os componentes curriculares, o estágio curricular supervisionado, as atividades complementares, a monografia

como componente opcional da instituição, o sistema de avaliação, o perfil do formando, as competências e habilidades, os conteúdos curriculares e a duração do curso, sem prejuízo de outros aspectos que tornem consistente o referido projeto pedagógico.

- Projeto Pedagógico

As instituições de ensino superior deverão, na elaboração do projeto pedagógico de cada curso de Graduação ora relatado, definir, com clareza, os elementos que lastreiam a própria concepção do curso, com suas peculiaridades e contextualização, o seu currículo pleno e sua adequada operacionalização, e coerente sistemática de avaliação, destacando-se os seguintes elementos estruturais, sem prejuízo de outros:

objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social;

condições objetivas de oferta e a vocação do curso;

cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;

formas de realização da interdisciplinaridade;

V modos de integração entre teoria e prática;

VI formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;

VII modos da integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;

VIII cursos de pós-graduação *lato sensu*, nas modalidades especialização integrada e/ou subseqüente à graduação, de acordo com o surgimento das diferentes manifestações teórico-práticas e tecnológicas aplicadas à área da graduação, e de aperfeiçoamento, de acordo com as efetivas demandas do desempenho profissional.

IX incentivo à pesquisa, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;

X concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado, suas diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento;

XI -concepção e composição das atividades complementares.

- Perfil desejado do formando

Quanto ao perfil desejado, o curso de graduação em Turismo deverá oportunizar a formação de um profissional apto a atuar em mercados altamente competitivos e em constante transformação, cujas opções possuem um impacto profundo na vida social, econômica e no meio ambiente, exigindo uma formação ao mesmo tempo generalista, no sentido tanto do conhecimento geral, das ciências humanas, sociais, políticas e econômicas, como também de uma formação especializada, constituída de conhecimentos específicos, sobretudo nas áreas culturais, históricas, ambientais, antropológicas, de Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural, bem como o agenciamento, organização e gerenciamento de eventos e a administração do fluxo turístico.

- Competências e habilidades

0 curso de graduação em Turismo deve possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

I compreensão das políticas nacionais e regionais sobre turismo;

II utilização de metodologia adequada para o planejamento das ações turísticas, abrangendo projetos, planos e programas, com os eventos locais, regionais, nacionais e internacionais;

positiva contribuição na elaboração dos planos municipais e estaduais de turismo;

IV domínio das técnicas indispensáveis ao planejamento e à operacionalização do Inventário Turístico, detectando áreas de novos negócios e de novos campos turísticos e de permutas culturais;

V domínio e técnicas de planejamento e operacionalização de estudos de viabilidade econômico- financeira para os empreendimentos e projetos turísticos;

VI adequada aplicação da legislação pertinente;

VII planejamento e execução de projetos e programas estratégicos relacionados com empreendimentos turísticos e seu gerenciamento;

VIII intervenção positiva no mercado turístico com sua inserção em espaços novos, emergentes ou inventariados;

IX classificação, sobre critérios prévios e adequados, de estabelecimentos prestadores de serviços turísticos, incluindo meios de hospedagens, transportadoras, agências de turismo, empresas promotoras de eventos e outras áreas, postas com segurança à disposição do mercado turístico e de sua expansão;

X domínios de técnicas relacionadas com a seleção e avaliação de informações geográficas, históricas, artísticas, esportivas, recreativas e de entretenimento, folclóricas, artesanais, gastronômicas, religiosas, políticas e outros traços culturais, como diversas formas de manifestação da comunidade humana;

X domínio de métodos e técnicas indispensáveis ao estudo dos diferentes mercados turísticos, identificando os prioritários, inclusive para efeito de oferta adequada a cada perfil do turista ;

XII comunicação interpessoal, intercultural e expressão correta e precisa sobre aspectos técnicos específicos e da interpretação da realidade das organizações e dos traços culturais de cada comunidade ou segmento social;

utilização de recursos turísticos como forma de educar, orientar, assessorar, planejar e administrar a satisfação das necessidades dos turistas e das empresas, instituições públicas ou privadas, e dos demais segmentos populacionais;

domínio de diferentes idiomas que ensejem a satisfação do turista em sua intervenção nos traços culturais de uma comunidade ainda não conhecida;

XV habilidade no manejo com a informática e com outros recursos tecnológicos;

I integração nas ações de equipes interdisciplinares e multidisciplinares, interagindo criativamente face aos diferentes contextos organizacionais e sociais;

compreensão da complexidade do mundo globalizado e das sociedades pós-industriais, onde os setores de turismo e entretenimento encontram ambientes propícios para se desenvolverem;

XVIII profunda vivência e conhecimento das relações humanas, de relações públicas, das articulações interpessoais, com posturas estratégicas do êxito de qualquer evento turístico;

XIX conhecimentos específicos e adequado desempenho técnico-profissional, com humanismo, simplicidade, segurança, empatia e ética.

- Conteúdos curriculares

Os cursos de graduação em Turismo deverão contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, os seguintes conteúdos interligados:

Conteúdos Básicos: estudos relacionados com os aspectos sociológicos, antropológicos, históricos, filosóficos, geográficos, culturais e artísticos, que conformam as sociedades e suas diferentes culturas;

Conteúdos Específicos: estudos relacionados com a Teoria Geral do Turismo, Teoria da Informação e da Comunicação, estabelecendo ainda as relações do turismo com a administração, o direito, a economia, a estatística e a contabilidade, além do domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira;

Conteúdos Teórico-Práticos: estudos localizados nos respectivos espaços de fluxo turístico, compreendendo visitas técnicas, inventário turístico, laboratórios de aprendizagem e de estágios.

- Organização Curricular

A organização curricular do curso de graduação em Turismo estabelecerá expressamente as condições para a sua efetiva conclusão e integralização curricular, de acordo com os seguintes regimes acadêmicos que as Instituições de Ensino Superior adotarem: regime seriado anual; regime seriado semestral; sistema de créditos com matrícula por disciplina ou por módulos acadêmicos, atendido o disposto no artigo precedente.

- Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio Curricular Supervisionado é um componente curricular direcionado à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, devendo cada instituição, por seus Colegiados Superiores Acadêmicos, aprovar o correspondente regulamento de estágio, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

O estágio supervisionado poderá ser realizado na própria instituição de ensino, mediante laboratórios especializados, sem prejuízo da indispensável exploração dos diversos campos, fluxos e espaços turísticos, congregando as diversas ordens teórico-práticas correspondentes às diferentes concepções das políticas relacionadas com a importância econômico-social e cultural do turismo e de sua expansão no mercado nacional e internacional.

As atividades de estágio poderão ser reprogramadas e reorientadas de acordo com os resultados teórico-práticos gradualmente revelados pelo

aluno, até que os responsáveis pelo acompanhamento, supervisão e avaliação do estágio curricular possam considerá-lo concluído, resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício da profissão.

Optando a Instituição por incluir no currículo do curso de graduação em Turismo o estágio supervisionado, deverá emitir regulamentação própria aprovada pelo seu Conselho Superior Acadêmico, contendo obrigatoriamente critérios, mecanismos e procedimentos de avaliação, observadas as peculiaridades do estágio supervisionado em Turismo, que envolve um conhecimento multiespacial, inventariando os respectivos acervos e parques turísticos.

O Projeto Pedagógico do curso de graduação em Turismo, se optar a instituição por estágio supervisionado, deve contemplá-lo objetivamente, com todos os mecanismos e procedimentos operacionais inerentes às características próprias do curso, para a implementação do perfil desejado para o formando.

Voltado para desempenhos profissionais antes mesmo de se considerar concluído o curso, é necessário que, à proporção que os resultados do estágio forem sendo verificados, interpretados e avaliados, o estagiário esteja consciente do seu atual perfil, naquela fase, para que ele próprio reconheça a necessidade da retificação da aprendizagem, nos conteúdos e práticas em que revelara equívocos ou insegurança de domínio, importando em reprogramação da própria prática supervisionada, assegurando-se-lhe reorientação teórico-prática para a melhoria do exercício profissional.

Portanto, o Estágio Curricular Supervisionado deve ser concebido como conteúdo curricular implementador do perfil do formando, consistindo numa atividade opcional da instituição, no momento da definição do projeto pedagógico do curso, tendo em vista a consolidação prévia dos desempenhos profissionais desejados.

- Atividades Complementares

As Atividades Complementares, por seu turno, devem possibilitar o reconhecimento, por avaliação, de habilidades e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, hipóteses em que o aluno alargará o seu currículo com experimentos e vivências acadêmicos, internos ou externos ao curso, não se confundindo estágio curricular, supervisionado, com a amplitude e a rica dinâmica das Atividades Complementares.

Orientam-se, desta maneira, a estimular a prática de estudos independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, de permanente e contextualizada atualização profissional específica, sobretudo nas relações com o mundo do trabalho, estabelecidas ao longo do curso, notadamente integrando-as às diversas peculiaridades regionais e culturais.

Nesse sentido, as Atividades Complementares podem incluir projetos de pesquisa, monitoria, iniciação científica, projetos de extensão, módulos temáticos, seminários, simpósios, congressos, conferências, além de

disciplinas oferecidas por outras instituições de ensino ou de regulamentação e supervisão do exercício profissional, ainda que esses conteúdos não estejam previstos no currículo pleno de uma determinada instituição, mas nele podem ser aproveitados porque circulam em um mesmo currículo, de forma interdisciplinar, e se integram com os demais conteúdos realizados.

Em resumo, as Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

Trata-se, portanto, de componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, sem que se confundam com estágio curricular supervisionado.

Nesse mesmo contexto, estão as atividades de extensão que podem e devem ser concebidas no Projeto Pedagógico do Curso, atentando-se para a importante integração das atividades do curso de graduação em Turismo com as experiências da vida cotidiana na comunidade, até mesmo nos mercados informais ou emergentes, alguns dos quais estimulados até por programas de governo. Com efeito, fica estabelecida a coerência com o disposto no art. 44, inciso IV, da LDB 9.394/96, cuja finalidade básica, dentre outras, consiste em propiciar à comunidade o estabelecimento de uma relação de reciprocidade com a instituição, podem ser integradas nas Atividades Complementares, enriquecedoras e implementadoras do próprio perfil do formando, sem que se confundam com Estágio Curricular, Supervisionado.

- Acompanhamento e Avaliação

As Instituições de Ensino Superior (IES) deverão adotar formas específicas e alternativas de avaliação, internas e externas, sistemáticas, envolvendo todos quantos se contenham no processo do curso, centradas em aspectos considerados fundamentais para a identificação do perfil do formando, estando presentes o desempenho da relação professor x aluno, a parceria do aluno para com a instituição e o professor.

Importante fator para a avaliação das instituições é a produção que elas podem colocar à disposição da sociedade e de todos quantos se empenhem no crescimento e no avanço da ciência e da tecnologia. Com efeito, a produção que uma instituição divulga, publica, socializa, certamente será um forte e ponderável indicador para o acompanhamento e a avaliação sobre a instituição, sobre o curso e para os alunos em particular que, durante o próprio curso, já produzem, como reflexo da consciência que possuem quanto ao desenvolvimento de suas potencialidades.

Em síntese, as instituições de ensino superior deverão adotar formas específicas e alternativas de avaliação, internas e externas, sistemáticas, envolvendo todos quantos se contenham no processo do curso, centradas em aspectos considerados fundamentais para a identificação do perfil do

formando, destacando-se, de logo, a exigência legal no sentido de que os planos de ensino, a serem fornecidos aos alunos antes do início do período letivo, deverão conter, além dos conteúdos e das atividades, a metodologia do processo de ensino-aprendizagem, os critérios de avaliação a que serão submetidos e a bibliografia básica.

- Monografia/Projetos/Trabalho de Conclusão de Curso

Ainda como componente curricular e mecanismo de avaliação, é necessário que o Projeto Pedagógico do Curso de Turismo contenha a clara opção de cada instituição de ensino superior sobre a inclusão de Trabalho de Conclusão de Curso, sob a modalidade de monografia ou de projetos, para efeito de avaliação final e definitiva do aluno.

Desta maneira, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) deve ser entendido como um componente curricular opcional da instituição que, se o adotar, poderá ser desenvolvido nas modalidades de monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades centrados em determinada área teórico-prática ou de formação profissional do curso, na forma disposta em regulamento próprio.

Optando a Instituição por incluir no currículo do curso de graduação em Turismo Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), nas modalidades referidas, deverá emitir regulamentação própria, aprovada pelo seu Conselho Superior Acadêmico, contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, além das diretrizes técnicas relacionadas com a sua elaboração.

II – VOTO DO (A) RELATOR(A)

Voto favoravelmente à aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Turismo, na forma deste Parecer e do Projeto de Resolução em anexo, do qual é parte integrante.

Brasília-DF, 6 de novembro de 2003. Conselheiro José Carlos Almeida da Silva - Relator

Conselheiro Lauro Ribas Zimmer - Relator

IV – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior acompanha o voto da Comissão. Sala das Sessões, 6 de novembro de 2003.

Conselheiro Éfrem de Aguiar Maranhão - Presidente

Conselheiro Edson de Oliveira Nunes - Vice-Presidente.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
RESOLUÇÃO N.º 13 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2003

Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo e dá outras providências.

PRESIDENTE DA CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 9.º, § 2.º, alínea "c", da Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei n.º 9.131, de 25 de novembro de 1995, tendo em vista as diretrizes e os princípios fixados pelos Pareceres CES/CNE n.ºs. 776/97, de 03/12/97, e 583/2001, de 04/04/2001, e as Diretrizes Curriculares Nacionais elaboradas pela Comissão de Especialistas de Ensino de Turismo – CEETUR/DEPES, propostas ao CNE pela SESU/MEC, considerando o que consta dos Pareceres CES/CNE nº 067/2003, de 11/3/2003, e/2003, de 6/11/2003, de 8/7/2004, homologados pelo Senhor Ministro de Estado da Educação, respectivamente, em 2/6/2003, em, 12/4/2004, e em 23/9/2004, resolve:

RESOLVE:

Art. 1.º. A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo, Bacharelado, a serem observadas pelas Instituições de Ensino Superior em sua organização curricular.

Art. 2.º. A organização do curso de que trata esta Resolução se expressa através do seu Projeto Pedagógico, abrangendo o perfil do formando, as competências e habilidades, os componentes curriculares, o estágio curricular supervisionado, as atividades complementares, o sistema de avaliação, a monografia, o projeto de iniciação científica ou o projeto de atividade como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), como componente opcional da instituição, além do regime acadêmico de oferta e de outros aspectos que tornem consistente o referido projeto pedagógico.

§ 1º. O projeto pedagógico do curso, além da clara concepção do curso de graduação em Turismo, com suas peculiaridades, seu currículo pleno e sua operacionalização, abrangerá, sem prejuízo de outros, os seguintes elementos estruturais:

I. objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social;

II. condições objetivas de oferta e a vocação do curso;
III. cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;
IV. formas de realização da interdisciplinaridade;
V. modos de integração entre teoria e prática;
VI. formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;
VII. modos da integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;
VIII. cursos de pós-graduação *lato sensu*, nas modalidades especialização integrada e/ou subseqüente à graduação, de

acordo com o surgimento das diferentes manifestações teórico-práticas e tecnológicas aplicadas à área da graduação, e de aperfeiçoamento, de acordo com as efetivas demandas do desempenho profissional.

IX incentivo à pesquisa, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;

X concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado, suas diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento;

XI concepção e composição das atividades complementares.

§ 2.º: Os Projetos Pedagógicos do curso de graduação em Turismo poderão admitir Linhas de Formação Específicas, direcionadas para diferentes áreas ocupacionais relacionadas com o turismo, abrangendo os segmentos ecológicos e ambientais, econômicos, culturais, de lazer, de intercâmbio de negócios e promoção de eventos e serviços, para melhor atender as necessidades do perfil profissiográfico que o mercado ou a região exigirem.

Art. 3.º. O curso de graduação em Turismo deve ensejar, como perfil desejado do graduando, capacitado e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e culturais relacionadas com o mercado turístico, sua expansão e seu gerenciamento, observados os níveis graduais do processo de tomada de decisão, apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação profissional.

Art. 4.º. O curso de graduação em Turismo deve possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

I. - compreensão das políticas nacionais e regionais sobre turismo;

II. - utilização de metodologia adequada para o planejamento das ações turísticas, abrangendo projetos, planos e programas, com os eventos locais, regionais, nacionais e internacionais;

III. positiva contribuição na elaboração dos planos municipais e estaduais de turismo;

IV. domínio das técnicas indispensáveis ao planejamento e à operacionalização do Inventário Turístico, detectando áreas de novos negócios e de novos campos turísticos e de permutas culturais;

V. domínio e técnicas de planejamento e operacionalização de estudos de viabilidade econômico- financeira para os empreendimentos e projetos turísticos;

VI. adequada aplicação da legislação pertinente;

VII. planejamento e execução de projetos e programas estratégicos relacionados com empreendimentos turísticos e seu gerenciamento;

VIII. intervenção positiva no mercado turístico com sua inserção em espaços novos, emergentes ou inventariados;

IX. classificação, sobre critérios prévios e adequados, de estabelecimentos prestadores de serviços turísticos, incluindo meios de hospedagens, transportadoras, agências de turismo, empresas promotoras de eventos e outras áreas, postas com segurança à disposição do mercado turístico e de sua expansão;

X. domínios de técnicas relacionadas com a seleção e avaliação de informações
geográficas, históricas, artísticas, esportivas, recreativas e de entretenimento, folclóricas, artesanais, gastronômicas, religiosas, políticas e outros traços culturais, como diversas formas de manifestação da comunidade humana;

XI. domínio de métodos e técnicas indispensáveis ao estudo dos diferentes mercados turísticos, identificando os prioritários, inclusive para efeito de oferta adequada a cada perfil do turista ;

XII. comunicação interpessoal, intercultural e expressão correta e precisa sobre aspectos técnicos específicos e da interpretação da realidade das organizações e dos traços culturais de cada comunidade ou segmento social;

XIII. utilização de recursos turísticos como forma de educar, orientar, assessorar, planejar e administrar a satisfação das necessidades dos turistas e das empresas, instituições públicas ou privadas, e dos demais segmentos populacionais;

XIV. domínio de diferentes idiomas que ensejem a satisfação do turista em sua intervenção nos traços culturais de uma comunidade ainda não conhecida;

XV. habilidade no manejo com a informática e com outros recursos tecnológicos;

XVI. integração nas ações de equipes interdisciplinares e multidisciplinares, interagindo criativamente face aos diferentes contextos organizacionais e sociais;

XVII. compreensão da complexidade do mundo globalizado e das sociedades pós-industriais, onde os setores de turismo e entretenimento encontram ambientes propícios para se desenvolverem;

XVIII. profunda vivência e conhecimento das relações humanas, de relações públicas, das articulações interpessoais, com posturas estratégicas do êxito de qualquer evento turístico;

XIX. conhecimentos específicos e adequado desempenho técnico-profissional, com humanismo, simplicidade, segurança, empatia e ética.

Art. 5.º. Os cursos de graduação em Turismo deverão contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, os seguintes campos interligados de formação:

I. I - Conteúdos Básicos: estudos relacionados com os aspectos sociológicos, antropológicos, históricos, filosóficos, geográficos, culturais e artísticos, que conformam as sociedades e suas diferentes culturas;

II. II - Conteúdos Específicos: estudos relacionados com a Teoria Geral do Turismo, Teoria da Informação e da Comunicação, estabelecendo ainda as relações do turismo com a administração, o direito, a economia, a estatística e a contabilidade, além do domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira;

III. III - Conteúdos Teórico-Práticos: estudos localizados nos respectivos espaços de fluxo turístico, compreendendo visitas técnicas, inventário turístico, laboratórios de aprendizagem e de estágios.

Art. 6.º A organização curricular do curso de graduação em Turismo estabelecerá expressamente as condições para sua efetiva conclusão e integralização curricular, de acordo com os seguintes regimes acadêmicos que as Instituições de Ensino Superior adotarem: regime seriado anual; regime seriado semestral; sistema de créditos com matrícula por disciplina ou por módulos acadêmicos, com a adoção de pré-requisitos, atendido o disposto nesta Resolução.

Art. 7.º. O Estágio Curricular Supervisionado é um componente curricular obrigatório, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, devendo cada instituição, por seus colegiados superiores acadêmicos, aprovar o respectivo regulamento de estágio, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

§ 1.º. O estágio de que trata este artigo poderá ser realizado na própria instituição de ensino, mediante laboratórios especializados, sem prejuízo das atividades de campo, nos diversos espaços onde possam ser inventariados e coligidos traços significativos do acervo turístico, segundo as diferentes áreas ocupacionais de que trata o § 2º do art. 2º desta Resolução, abrangendo as diversas ações teórico-práticas, desde que seja estruturado e operacionalizado de acordo com a regulamentação própria prevista no *caput* deste artigo.

§ 2º. As atividades de estágio poderão ser reprogramadas e reorientadas de acordo com os resultados teórico-práticos gradualmente revelados pelo aluno, até que os responsáveis pelo estágio curricular possam considerá-lo concluído, resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício da profissão.

Art. 8.º. As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, abrangendo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho, com as peculiaridades das diversas áreas ocupacionais que integram os segmentos do mercado do turismo, bem assim com as ações culturais de extensão junto à comunidade.

Parágrafo único. As Atividades Complementares se constituem componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, sem que se confundam com estágio curricular supervisionado.

Art. 9.º. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um componente curricular opcional da instituição que, se o adotar, poderá ser desenvolvido nas modalidades de monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades centrados em áreas teórico-práticas e de formação profissional relacionadas com o curso, na forma disposta em regulamento próprio.

Parágrafo único. Optando a Instituição por incluir, no currículo do curso de graduação em Turismo, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), nas modalidades referidas no *caput* deste artigo, deverá emitir regulamentação própria, aprovada pelo seu Conselho Superior Acadêmico, contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, além das diretrizes técnicas relacionadas com a sua elaboração.

Art. 10.^{0}: As instituições de ensino superior deverão adotar formas específicas e alternativas de avaliação, internas e externas, sistemáticas, envolvendo todos quantos se contenham no processo do curso, observados os aspectos considerados fundamentais para a identificação do perfil do formando.

Parágrafo único. Os planos de ensino, a serem fornecidos aos alunos antes do início do período letivo, deverão conter, além dos conteúdos e das atividades, a metodologia do processo de ensino-aprendizagem, os critérios de avaliação a que serão submetidos e a bibliografia básica.

Art. 11. A duração do curso de graduação em Turismo será estabelecida em Resolução específica da Câmara de Educação Superior.

Art. 12. Tratando-se de curso de graduação, licenciatura plena, destinada à formação de docentes para atuação na educação básica, os projetos pedagógicos observarão as Diretrizes Curriculares Nacionais próprias.

Art. 13. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO F

CRITÉRIOS PARA IDENTIFICAÇÃO DAS REGIÕES TURÍSTICAS

ESTADO DO PARANÁ

CRITÉRIOS PARA IDENTIFICAÇÃO DAS REGIÕES TURÍSTICAS MUNICIPAIS

Critérios definidos em função de orientação do Mtur e de estudos da Câmara de Regionalização, utilizando-se de informações existentes em nossos arquivos enviadas pelos municípios e/ou em nossos cadastros e experiência profissional dos técnicos **envolvidos.**

1. Grau de atratividade dos recursos
   Analisado em função dos atrativos (naturais, culturais, manifestações populares, eventos) e suas hierarquias.
   0 - atratividade inexistente – OX.
   1 - muito baixo grau de atratividade -2,0.
   2 - baixo grau de atratividade -4,0.
   3 - médio grau de atratividade -6,0.
   4 - alto grau de atratividade - 8,0.
   5 - altíssimo grau de atratividade - 10,0.
   (Quando existe um atrativo de hierarquia IV - mercado internacional).

2. Existência de demanda real
   Analisado em função de estudos de demanda e/ou da ocupação hoteleira – Ficha Nacional de Registro de Hospedagem (FNRH).
   0 - inexistência - 0,0.
   1 - demanda local — 1,6.
   2 - demanda regional - 3,2.
   3 - demanda nacional (menor que 50%) -4,8.
   4 - demanda nacional (maior que 50%) -6,4.
   5 - demanda internacional (menor que 17%)- 8,0.
   6 - demanda internacional (maior que 17%) -10,0.

3. Destinos comercializados por agências de turismo no Paraná
   Definidos em função de pesquisa realizada junto às agências de turismo (operadoras, de receptivo) do Estado do Paraná,
   0 - não é comercializado - 0,0.
   1 - é comercializado -10,0.

4. infra-estrutura de apoio ao turismo
   Analisado em função de itens como transporte, acesso, comunicação, infra-estrutura básica entre outros.
   1 - precário-3,3
   2 - razoável-6,6
   3 - satisfatório - 10,0.

5. Equipamentos e serviços turísticos
   Análise quantitativa de itens como: agências de turismo, meios de hospedagem, empresas de eventos, transportadoras, lazer e entretenimento. Baseada no cadastro do Mtur e PrTur.

0. - inexistente -0,0
1 - precário -3,3
2 - razoável- 6,6
3 - satisfatório- 10,0.

6. Existência de estrutura de gastos turísticos (geração de emprego e renda)
Analisado ern consonância com o item equipamentos e serviços turísticos.
0 - inexistência de estrutura de gastos -0,0.
1 - baixa estrutura de gastos -3,3..
2 - média estrutura de gastos -6,6.
2 - alta estrutura de gastos -10,0.

7. Sensibilidade política coletiva para o Turismo
Analisado em função de ações de conscientização, efetuadas a partir da **municipalizaçâo** do turismo, da existência de organizações da sociedade e do interesse do poder público pela atividade através da participação em eventos, atividades e projetos, confecção de indicativos legais etc.
0 -ausência de sensibilidade política -0,0.
1 - baixa sensibilidade coletiva para o turismo -3,3.
2 - média sensibilidade coletiva para o turismo -6,6.
3 - alta sensibilidade coletiva para o turismo -10,0.

8. Organização Turística Municipal
Analisado em função da existência de órgão oficial, conselho e fundo municipais de turismo. **Presumindo-se** que com a existência do Conselho existam outras organizações municipais (comerciais, de classe, de estudos etc).
0 - inexistência de órgão municipal de turismo -0,0.
1 - existência de órgão municipal de turismo e/ou conselho munic. de turismo -3,3.
2 - existência de órgão e conselho municipal de turismo -6,6.
3 - existência de órgão, conselho e fundo municipal de turismo -10,0.

9. Planejamento Turístico Municipal
Analisada a preocupação do município com o desenvolvimento sustentável da atividade, de forma organizada e planejada.
0 - município sem inventário turístico -0,0
1 - município com inventário turístico -2,5
2 - município com plano municipal de turismo em desenvolvimento -5,0
3 - município com plano municipal de turismo elaborado -7,5
4 - município com plano municipal de turismo em implantação -10,0.

10. Participação no PNMT
Analisado engajamento do município no Programa e a existência de monitores e ações.
0 - não participou -0,0.
1 - participou na 1.ª fase -3,3.
2 - participou na 1.ª e 2.ª fase -6,6.
3 - participou na 1.ª, 2.ª e 3.ª fase - 10,0.

REGIONAIS

Critérios analisados de forma conjunta enquanto região, em função da deficiência de informações seguras e específicas.

11. Posição geográfica estratégica em relação ao principal mercado emissor
Analisado em função de estudos de demanda e/ou outros indicadores como visitas em atrativos turísticos, rede hoteleira, terminais de

transporte etc., utilizando-se de dados indicativos de fluxo turístico de municípios localizados na região.

1 - ruim-3.3.
2 - regular- 6,6.
3 - boa -10,0.

12. Existência de organizações oficiais intermunicipais

Analisada a existência de organizações governamentais ou não governamentais, independente da figura jurídica e da abrangência.

0 - inexistência de organizações oficiais intermunicipais -0,0.
1 - existência de organização oficial intermunicipal -10,0.

13. Características regionais diferenciais

Analisado em função dos atrativos existentes e respectiva hierarquização, além de possibilidades reais de complementaridade em roteiros comerciais.

0 -baixa diversidade de atrativos complementares -3.3.
1 - média diversidade de atrativos complementares -6,6.
2 - alta diversidade de atrativos complementares -10,0.

ANEXO G

REPORTAGENS RAIO X DO LITORAL, DO JORNAL *O ESTADO DO PARANÁ*, CADERNO CIDADES, PERÍODO DE 19 A 22 DE SETEMBRO DE 2006 – DIOGO DREYER

O objetivo da série é retratar a situação em que se encontra o litoral, trazendo ao leitor um retrato de pontos cruciais que devem estar na agenda do próximo governo estadual. A escolha dos temas abordados foi baseada nos depoimentos das pessoas ouvidas pela reportagem.
O Paraná, apesar de possuir uma faixa litorânea pouco extensa, tem cidades capazes de receber, segundo a Secretaria de Estado do Turismo, mais de um milhão de visitantes na alta temporada, simultaneamente. É desse fator que surge a principal fonte de renda dos municípios (e moradores) da região - com exceção feita a Paranaguá, devido ao porto. Reservas ecológicas, praias e ilhas são o meio de vida de quase toda a população litorânea, que nos últimos verões comemorou a chegada de milhares de turistas. (DD)
Entretanto o litoral paranaense apresenta uma série de problemas mostrados nas reportagens de Diogo Dreyer:

MISÉRIA DA CIDADE GRANDE DESCE A SERRA

Ocupações irregulares fazem nascer favelas em diversos pontos do litoral paranaense

Tabela 34- Dados do Atlas das Necessidades Habitacionais no Paraná

Déficit habitacional		**Inadequação habitacional**	
		Guaratuba:	
População total	27,257	Domicílios particulares permanentes	7.331
Domicílios particulares permanentes	7331	Domicílios carentes por infra-estrutura	1.022
Déficit absoluto	572	Domicílios deficientes por infra-estrutura	597
Déficit relativo	7,81%	Adensamento excessivo	508
		Matinhos:	
População total	24.184	Domicílios particulares permanentes	
Domicílios particulares permanentes	6,931	Domicílios carentes por infra-estrutura	6.931
Déficit absoluto	445	Domicílios deficientes por infra-estrutura	781
Déficit relativo	6,42%	Adensamento excessivo	1.114
			573

Continua

Paranaguá:

População total	127.339	Domicílios particulares permanentes	34.541
Domicílios particulares permanentes	34.541	Domicílios carentes por infra-estrutura	4.993
Déficit absoluto	2.771	Domicílios deficientes por infra-estrutura	3.416
Déficit relativo 8,02% por infra-estrutura e por adensamento excessivo		Adensamento excessivo	3.360

Fonte: COHAPAR/IPARDES - com censo IBGE (2000).

PRÉDIOS ALTOS NA AVENIDA PRINCIPAL DE CAIOBÁ, NO MUNICÍPIO DE MATINHOS, CHAMAM A ATENÇÃO DOS TURISTAS E MORADORES

Em dezembro de 1990, Caiobá, no município de Matinhos, foi apontada por uma reportagem da revista Veja como o terceiro metro quadrado litorâneo mais caro do Brasil, atrás apenas do Rio de Janeiro e do Guarujá. Até mesmo a Garota de Ipanema, Helô Pinheiro, possuía um apartamento no badalado balneário. Para a elite curitibana, o chique da temporada era desfilar pela orla com roupas de grife, Mas dez anos de descaso com a infra-estrutura e ocupações irregulares bastaram para afugentar o turista endinheirado para as praias catarinenses, e fazer florescer favelas em áreas de proteção ambiental, numa história que se repete em todos os municípios litorâneos do Estado.

(...) ocupações irregulares estão alterando a cara dos balneários paranaenses e afetando todo o mercado imobiliário. 'Um apartamento comprado no começo da década de 90 vale hoje um terço do que valia na época', afirma o presidente da Associação Comercial e industrial de Matinhos, Nelson Cotovicz. O retrato da Caiobá de hoje é assim: de um lado prédios de alto padrão, mas atravessando para o outro lado do trecho urbano da PR-508, a Alexandra-Matinhos, em direção à Serra do Mar, ocupações que estão dentro de áreas de proteção ambiental formam um intrincado sistema de vilas que se assemelha às favelas encontradas em Curitiba. Estão lá as valas, a utilização de córregos que desembocam no mar como esgoto, lixo se empilhando sem coleta, casas sem mínimas condições de habitação, miséria, violência.

Tudo isso compõe um aspecto que se repete em trechos de Guaratuba, Pontal do Paraná e em Paranaguá, e que contrapõe milhares de casas vazias aguardando seus habitantes, que só chegam no verão, ante um déficit habitacional que, segundo a Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar), chega a quase quatro mil casas nos municípios litorâneos.

'Há mais ou menos dez anos acompanhamos o crescimento das invasões e com ele todo o tipo de problema que antes só havia em Curitiba: criminalidade, desemprego, o esgoto todo que vai para o mar', lamenta Cotovicz, que se mudou para Matinhos há 20 anos. Ele é proprietário de uma famosa rede de sorveterias que chegou a ter dez lojas na região (hoje restam apenas quatro).

O quadro descrito por Cotovicz pode ser observado em um breve passeio pelas ruas de Caiobá. Nas áreas mais nobres, quase todos os prédios têm pelo menos um ou dois apartamentos à venda, com anúncios de 'vende-se' presos às janelas. 'Isso é agravado, pois muitos dos proprietários são do interior do Paraná e a safra deste ano, prejudicada pela seca, está fazendo com que muitos tenham que vender esses imóveis', explica Luiz Roberto Vivi, gerente de uma imobiliária em Caiobá. '

'Mas o mercado está se aquecendo novamente. Depois dá chegada da Universidade do litoral e com a abertura do novo campus em Pontal, a expectativa é que o mercado melhore muito' analisa. A expectativa é que a região tenha cerca de 10 mil alunos universitários até 2010.

(...) Soraia Soares nasceu em Paranavaí, no norte do Estado. Filha de agricultor, seguiu para Curitiba para conseguir estudar. (...) Em 2003, já casada e mãe de três filhos, foi despejada da casa em que morava, na Vila São Braz, numa ação da PM que retirou 60 famílias de uma área particular, 'Não tinha para onde ir. Acabei aqui na Vila Marinho', lembra. Vive de catar material reciclado e construiu um barraco na área de invasão, a maior de Paranaguá, que há mais de ano passa por um processo de regularização fundiária e de urbanização.
O processo é fruto da parceria entre a COHAPAR e a Terra Nova Regularizações Fundiárias, a primeira empresa no País responsável pela negociação direta e amigável entre as famílias que vivem nas ocupações e os proprietários das áreas. Dessa forma, não é preciso que o Estado faça a desapropriação. Quem compra a terra e depois a financia aos moradores é a empresa. E esse tipo de iniciativa desperta esperança em quem vive por lá.

ABANDONO

No Balneário Santa Terezinha, em Pontal do Paraná, condomínios inteiros estão á venda, 'Os proprietários se assustam com a violência e com a desvalorização por causa da grande quantidade de Invasões', afirma José Marcílio de Azevedo, vice-presidente da Associação de Moradores e Proprietários de Imóveis dos Balneários de Santa Terezinha e Itapuã (Amosi). Alguns outros balneários em Matinhos e Pontal do Paraná dão a impressão de estarem inteiramente abandonados. Ao andar pelas ruas de Grajaú, a sensação é fantasmagórica. Residências e comércio fechados, quase ninguém à vista. Em uma das casas, a família de João Alcines Rocha separava o material reciclado que havia recolhido no dia, 'Aqui está tudo abandonado mesmo. Mas na temporada vem mais gente' relata, Na praia, passando a restinga, a reportagem ainda testemunhou algumas barracas improvisadas na areia, que, segundo Rocha, são de pessoas que saíram de outras invasões no litoral.

LITORAL AINDA SENTE ACIDENTE COM VICUÑA

Esta reportagem da série analisa até que ponto explosão do navio afetou o meio ambiente. (Diogo Dreyer e Gisele Rech_

Quase dois anos após a explosão do navio Vicuña, em 15 de novembro de 2004 no Porto de Paranaguá, trechos do litoral paranaense ainda sentem problemas gerados por resíduos dos mais de 290 mil litros de óleo combustível que vazaram da embarcação, Nos manguezais das ilhas da Cotinga e das Peças, o combustível está preso às rochas, à vegetação e no fundo do mar. Segundo o instituto Ambiental do Paraná (IAP), a melhor solução, por enquanto, é não retirar o óleo, pois o risco do impacto ambiental pode ser maior.
Após o vazamento foram afetadas seis unidades de conservação, entre elas o Parque Nacional do Superagüi, a Estação Ecológica de Guaraqueçaba, o Parque Estadual da ilha do Mel, a Estação Ecológica da Ilha do Mel e uma área indígena na Ilha da Cotinga. 'Mas se pode afirmar que o ambiente está basicamente recuperado do acidente com o Vicuna. Mesmo assim ainda existe o registro de grande mortalidade de tartarugas marinhas com o óleo no trato digestivo. Já os rastros de óleo que restam nas ilhas são conseqüência da falta de entendimento entre os responsáveis.' A análise é do diretor do Centro de Estudos do Mar (CEM) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Eduardo Marone.
Na opinião do especialista, o Ibama, o IAP e as empresas que fizeram a limpeza (contratadas pelos responsáveis pelo vazamento) deveriam ter trabalhado juntos para retirar os resíduos logo depois do acidente, de forma mais veloz. 'Houve trabalhos individuais, pontuais, mas sem monitoramento

global. O problema acabou indo parar na esfera jurídica, o que leva muito tempo para ser resolvido. Por isso não se tomaram medidas eficientes' diz.

PESCA

(...) A Federação das Colônias de Pescadores do Paraná relata uma queda de 80% no volume de pescado. Moradores das ilhas atingidas também dizem que criações de ostras estão sofrendo de uma mortalidade anormal. 'No fundo, esses números são apenas chutes baseados no que os pescadores percebem no seu dia-a-dia. A questão é que nunca houve estatísticas pesqueiras no litoral do Paraná, nem antes nem depois do acidente, para saber exatamente qual a perda para o setor', afirma o biólogo Leandro Ângelo, da ONG Cultimar, responsável por projetos de maricultura no litoral do Estado.
Segundo Ângelo, se realmente houve queda na produção, não ê possível afirmar se foi causada pelo Vicuña ou se foi algum outro fator, pois nunca foram feitos estudos nesse sentido. 'Mesmo após o acidente, não existe essa medição. A EMATER e a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (SEAP) já estudaram implantar algo nesse sentido, mas até agora nada de efetivo foi feito', revela.

OCUPAÇÃO DESORDENADA É AGRAVANTE

Certamente o litoral do Paraná não começou a ter problemas com o meio ambiente apenas depois do acidente com o Vicuna, A falta de rede; de esgoto, por exemplo, causa um dos maiores transtornos para a região, pois os resíduos sem tratamento são despejados em alguns trechos de praia, que ficam contaminados.
(...) para o professor Eduardo Marone, um dos maiores agravantes ambientais no litoral diz respeito à ocupação humana nas áreas costeiras de variabilidade natural. 'Os problemas do ambiente na região estão ligadas ao uso, ou melhor, ao mau uso que as pessoas fazem dele. A ocupação desordenada, a atividade portuária e o saneamento precisam ser tratados de maneira mais séria diz o especialista. A maioria dos problemas no litoral não é solucionada por conflitos entre as ações municipais, estaduais e federais. Falta integração entre os poderes públicos.'
Na cidade de Matinhos fica um dos melhores exemplos disso: a Avenida Beira-Mar foi construída sobre as dunas da praia. 'As dunas são o reservatório de areia das praias', explica Marone. O resultado disso que a cidade é quase sempre atingida por grandes ressacas.

PROGRAMA

Dentre as boas ações que estão sendo desenvolvidas no litoral para a proteção ambiental se destaca o Programa de Proteção da Floresta Atlântica, o Pró-Atlântica, do governo do Estado. O programa surgiu em 1997 por causa de uma deficiência que o Estado tinha de levantar recursos financeiros. O Pró-Atlântica foi criado para estruturar as instituições oficiais que protegem a Mata Atlântica. Atualmente o projeto funciona em cooperação com o banco alemão KfW - a instituição financiadora do programa. Entre outras ações, o Pró - Atlântica está reinaugurando o antigo Caminho do Itupava, para atrair ecoturistas e ajudar a conservar a região da Serra do Mar.

BALNEABILIDADE NO LITORAL GERA POLÊMICA

(Diogo Dreyer)

A temporada de 2006 nas praias paranaenses foi conturbada por um novo item que tomou conta dos noticiários: os relatórios de balneabiliade. A cada

nova divulgação que o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) fazia sobre a monitoração de alguns pontos do litoral sobre a qualidade da água para banho, uma avalanche de críticas se seguiam. De um lado ficavam os comerciantes dos municípios, que sentiram na pele a queda de movimento. Do outro, ficou o governo estadual, que curiosamente, mesmo sendo o responsável pela divulgação, criticava alguns meios de comunicação pela cobertura das áreas que estavam impróprias para os banhistas devido à poluição feita pelo esgoto.

'Tivemos uma grande diminuição nas reservas dos imóveis quando o IAP começou a divulgar os relatórios', diz Maurício Lense, presidente da Associação Comercial de Guaratuba. 'O problema é que a maneira com que as informações foram divulgadas comprometeram a temporada', analisa. Segundo Lense e a maioria dos ouvidos pela reportagem, quando o órgão divulgava a porcentagem de pontos impróprios parecia que aquilo correspondia à porcentagem do litoral que não estava própria para banho. 'Por exemplo, em uma das medições, 85% dos pontos estavam impróprios. Mas ninguém dizia que a cem metros antes e depois a água estava boa', reclama. Por causa da medição, o Paraná acabou ganhando a fama de ter praias sujas entre os turistas. Mas o próprio IAP admite que a maneira como as informações eram divulgadas estava equivocada. 'Realmente dava a impressão que não havia locais próprios para banho no litoral. E isso não é verdade. Mesmo nas praias mais poluídas, a medição era feita em pontos com probabilidade de medições negativas, como próximas a saídas de canais' diz o diretor-geral da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), Allan Jones.

'E essa fama de que era o litoral mais poluído também não era verdade. Nos outros estados, como em Santa Catarina, havia muito menos pontos de fiscalização e quase nenhuma divulgação do resultado', reclama Maurício Lense. De fato, o Paraná é o Estado mais monitorado do País. Durante a temporada existiam 52 locais de coleta nas praias e quatro em rios da região. Dos pontos de monitoração, quatro ficam em Pontal do Paraná, um na Ilha do Mel, cinco em Matinhos e cinco em Guaratuba. 'Não é possível que coletando amostras em apenas esses pontos alguém diga que toda a extensão das praias está comprometida', questiona Jaime Luiz Cousseau, presidente da Associação Comercial e Industrial de Pontal do Paraná. 'É preciso que se faça mais medições, em zonas que não tenham saída de esgoto, para que estas sejam divulgadas para o banhista', diz Lense.

OBRAS DAS REDES DE ESGOTO ESTÃO PARALISADAS

Apesar da poluição, a costa paranaense tem a melhor sinalização para banhistas. O Paraná é o único que, além da sinalização por placas, mantém técnicos do IAP na areia durante a temporada para orientar a população. Em São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, placas ou bandeiras indicam se o local é próprio ou não para banho. No Rio de Janeiro, os dados são divulgados apenas no site da Secretaria do Meio Ambiente do estado.

O empresário João D'Aviz, de Matinhos, explica que associações de comerciantes da região realizaram durante 2006 cinco encontros com a Sema e com o IAP para mudar a maneira com que os dados serão divulgados nesse verão e também estudar maneiras eficazes para enfrentar o problema. 'Não queremos que se omita os pontos que estão poluídos. Mas também é preciso dizer onde está próprio paia banho', diz.

SANEAMENTO

Para tentar minimizar o problema com a balneabilidade, o governo estadual juntamente com prefeituras prometeram, em fevereiro, que até o fim de julho novas estações de tratamento de esgoto da Sanepar, dentro do programa de saneamento ambiental do órgão, o Paranasan, em Matinhos e

Pontal do Paraná, seriam inauguradas. Isso possibilitaria que 41% da população de Matinhos e 16% em Pontal fossem atendidas pela rede coletora. Na época, Pontal não tinha rede de esgoto e Matinhos atendia apenas 33% das residências. Em Guaratuba, que recebeu uma estação de tratamento em dezembro, 46% das casas são atendidas pela coleta do esgoto.

Mas quando cerca de 90% das obras estavam concluídas, um impasse na Justiça entre a empreiteira que realizava o serviço e a Sanepar adiou a expectativa da melhora na qualidade da água para os banhistas. As obras de ampliação da rede de tratamento e coleta de esgoto estão paralisadas a sete meses em Guaraqueçaba, Matinhos, Morretes e Pontal do Paraná, onde eram realizadas desde 2002. Apenas em Guaratuba os serviços foram completados. Mas por lá, o problema é outro. O presidente da Associação Comercial da cidade revela que das 1.710 ligações de esgoto disponibilizadas à população, apenas 901 dos proprietários fizeram a obra.

'Mas mesmo que todas as pessoas que possuem a rede à disposição realizem a adesão, o número de não-atendidos permanecerá alto', diz o diretor do Centro de Estudos do Mar (CEM) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Eduardo Marone. 'Enquanto não houver 100% de esgoto, a poluição continuará grande onde este esgoto ô despejado.' Para tentar solucionar o problema representado por quem não tem acesso à rede, as prefeituras prometem rigor na fiscalização e adequação j de cada residência ao modelo correto de fossa séptica.

SOBREVIVÊNCIA PELA PESCA ARTESANAL

'A pesca no Paraná pode ser caracterizada por uma grande heterogeneidade: de um lado há famílias que ainda sobrevivem da atividade em pequena escala, mas que encontram dificuldades e se a acham em uma situação precária de vida; e de outro há a pesca de escala industrial.' A análise é do professor José Milton Andriguetto, do Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná (UFPR), que faz pesquisas na Baía de Paranaguá,

Ele explica que, de maneira geral, a situação da pesca no litoral se resume em um grande desnível de renda aliada à uma redução significativa nos rendimentos pesqueiros, com alguns estoques no limite de exploração ou até além dele. 'O Paraná tem uma característica interessante sobre seus estoques pesqueiros: eles não são exclusivos. Compartilhamos os recursos com os catarinenses e com os paulistas. Isso colabora para a diminuição dos estoques, considerando que a indústria pesqueira explora sempre as mesmas populações de organismos.'

Hoje, o Estado não possui cifras precisas sobre o volume ou a quantidade de pescado que é comercializado. Para o especialista, os pescadores artesanais estão sujeitos ao mesmo mercado das grandes indústrias, o que acentua a desorganização da atividade. 'Não vejo uma solução a curto prazo. Mas acredito que há dois caminhos a seguir. O primeiro é a geração de alternativas de renda, como os cultivos. Desta forma, no futuro seria possível reduzir o número de pescadores (que estariam trabalhando com outras atividades) e, com isso, haveria uma diminuição sobre os estoques pesqueiros. O segundo é mudar a forma de manejo, com mais participação da comunidade', aponta.

ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO

Tentativas para organizar a oferta turística e otimizar todo o potencial receptivo da região já estão sendo feitas. A Secretaria de Estado do Turismo desenvolve um trabalho com as lideranças municipais dentro do Programa de Regionalização do turismo proposto pelo Ministério do Turismo. A idéia é tratar a região como um todo e desenvolver ações para

toda ela. O programa faz com que as praias ofereçam mais profissionalismo, qualidade e boa acolhida aos visitantes.

Para a região de Paranaguá e Antonina, o turismo, apesar de existir, não é o grande gerador de riquezas. Por lá, o Porto de Paranaguá, o principal corredor de exportação de grãos da América Latina, vem sendo fundamental para a estruturação da economia da região. E a receita, proveniente de muitos investimentos, vem crescendo: em 1990, o porto apresentou uma receita cambial de US$ 2,9 bilhões. Doze anos mais tarde, o resultado já era de US$ 4,1 bilhões. Mas a receita cambial gerada de 2002 até 2005 cresceu 122%, atingindo valores de US$ 9,1 bilhões em 2005.

Uma das melhorias feitas nos últimos anos na região que mais recebeu elogios entre os entrevistados pela reportagem de O Estado foi a construção da Universidade do Litoral. Nascida de uma parceria entre os governos federal e estadual, o projeto levou até a região a Universidade Federal do Paraná (UFPR), que atualmente tem um campus em Matinhos. A expectativa é que até 2010 a universidade tenha cerca de 10 mil alunos.

'Não se trata apenas de mudar o círculo vicioso da economia sazonal, mas a implantação da universidade na região gera novas perspectivas de geração de empregos', opina o presidente da Associação Comercial e industrial de Pontal do Paraná, Jaime Luiz Cousseau. Em 2007, Por também ganhará um campus. À Universidade do Litoral também de viabilizar o desenvolvimento das vocações naturais de Paranaguá, Antonina, Guaratuba, Morretes, Matinhos e balneários.